

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI

**POLÍTICA DO DIREITO
DESPORTIVO BRASILEIRO**

Florianópolis

1999

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI

**POLÍTICA DO DIREITO
DESPORTIVO BRASILEIRO**

**Dissertação submetida ao Curso de
Pós-Graduação em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências Humanas – Especialidade
Direito.**

Orientador: Professor Doutor Indio Jorge Zavarizi

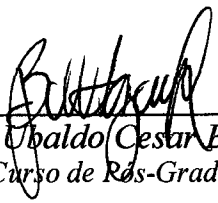
Florianópolis

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

*A dissertação **POLÍTICA DO DIREITO DESPORTIVO BRASILEIRO**, elaborada pelo mestrando José Luiz Sobierajski, foi julgada adequada por todos os membros da Banca Examinadora, para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO e aprovada, em sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.*

Florianópolis, 14 de setembro de 1999

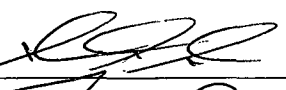


Prof. Dr. Osvaldo Cesar Balthazar
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito

Apresentada à Banca integrada pelos professores:

Presidente Dr. Indio Jorge Zavarizi _____


Membro: Dr. Osvaldo Ferreira de Melo _____


Membro: Dr. Sidney Ferreira Farias _____


Suplente: Dr. Rogério Silva Portanova _____


*“O atleta, como homem, é um deus,
a toda hora forçado a criar o seu mundo”.*

(Sérgio, 1991: 44)

*“El deporte es un negocio, una empresa,
una profesión, un espectáculo, un juego, una
diversión y inclusive, un pretexto y un argumento
político. Muchas cosas como para poder seguir
ignorándolas sin daño, y, sobre todo, para seguir
considerándolas indignas de un trabajo científico”.*

(Tomás Fernández, in: Salcedo, 1989:13).

AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus
Pela família que me deu,
Constituída da Sanita,
A esposa zelosa de todas as horas,
Dos filhos Humberto Luiz, Heloísa Maria,
Eleonora Maria, Hernani Luiz e José Luiz, e
Dos netos que são a certeza da perenidade.*

*Agradeço aos amigos que me incentivaram,
Em especial, ao Professor doutor Índio Jorge Zavarizzi
Pela dedicação como orientador e
Por vestir a sua camisa esportiva.
Aos professores doutores
Osvaldo Ferreira de Melo e Sidnei Ferreira dos Santos e
Rogério Portanova
Torcedores apaixonados que souberam
Aplaudir e apupar nos momentos certos.*

*Cabe, ainda reverenciar o professor doutor
José Alcebíades de Oliveira Junior,
Responsável pela indicação do tema,
Como contribuição ao acervo de estudos
De pós graduação em Direito,
De nossa Universidade.*

RESUMO

A presente dissertação versa sobre o esporte, atividade humana, vista inicialmente como prática de lazer, transmutada lentamente ao longo da História da Humanidade e atualmente reconhecida como trabalho exercido através de profissionais que aplicam seu esforço físico e mental na busca de metas desportivas ou em tarefas de treinamento, direção e assessoramento.

A prática do esforço físico acompanhou o homem desde os recônditos mais antigos da civilização e sofreu um aperfeiçoamento correspondente à evolução cultural do homem.

O esporte moderno surgiu a partir dos meados do século XIX, acompanhando o desenvolvimento industrial, e conseguiu afirmar-se com a criação de entidades internacionais, supervisoras das atividades desportivas.

No Brasil, a evolução esportiva processou-se com lentidão e deve-se à influência estrangeira os progressos obtidos. O futebol, agraciado pela simpatia popular, consegue atrair os olhares cobiçosos dos europeus a partir da década de 30, o que despertou a atenção do governo brasileiro, fazendo surgir em 1941 as bases normativas do esporte nacional.

O surgimento do Tribunal de Penas, voltado para a apreciação das infrações disciplinares ocorridas nas disputas de futebol, fez nascer, em 1945, a Justiça Desportiva, cuja abrangência se estendeu às demais modalidades desportivas;

As grandes conquistas esportivas não ficaram somente no campo futebolístico, mas foram acompanhadas pelas do vôlei e de várias modalidades de atletismo, despertando ainda mais a paixão do povo brasileiro pelo esporte.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a existência da Justiça Desportiva, e determinou seu campo de atuação, no art. 217.

As Leis n.8.672, de 6 de julho de 1993, e 9.615, de 24 de março de 1998, conhecidas, respectivamente, como Leis Zico e Pelé, procuraram adequar a vida esportiva brasileira às novas disposições constitucionais.

Mas o esporte brasileiro, como o esporte de qualquer parte do mundo sofre a influência da globalização que se opera através das entidades internacionais, as quais respondem pelas respectivas modalidades desportivas.

Os governantes e políticos de cada país procuraram e procuram usufruir dividendos da exploração da atividade esportiva.

Embora a profissionalização e as práticas desportivas de alto rendimento estejam mudando o sentido e o conteúdo do esporte, este continua se apresentando com seu componente social de manifestação cultural.

Todo este complexo, resultante de exercícios físicos rigidamente coordenados, que movimenta milhões e milhões de unidades monetárias por todo o mundo, gerou um conjunto de normas que propiciaram a conceituação e a consolidação de uma ramificação da Ciência Jurídica, que atende pelo nome de Direito Desportivo.

Este Direito Desportivo constitui um elenco de normas que identificam, física e juridicamente, a prática das modalidades esportivas e elevam o esporte à magnitude das grandes realizações do homem, através de sua intelectualidade.

ABSTRACT

This present dissertation is concerned with sport, a human activity initially seen as a leisure practice which has been slowly changed through mankind's history, and it is these days recognized as work performed by professionals who devote their physical and mental effort toward sporting goals or tasks of training, directing and assisting.

The practice of physical effort has been part of mankind's history since the early days, and it has developed according to our cultural evolution.

The modern sport emerged around mid 19th century following the industrial development, and it managed to become established as international bodies were created to supervise sporting activities.

In Brazil the evolution of sport was slow and foreign influence contributed to its growth. Football, graced by its popular appeal, draws grasping European interest in the 30's awakening the attention of the Brazilian government, which created the normative bases of the national game in 1941.

The formation of the *Tribunal de Penas* (Penal Tribunal), which is concerned with the assessment of disciplinary infractions occurring over football disputes, was responsible for the creation of the *Justiça Desportiva* (Justice of Sport) in 1945 whose authority was extended to other types of sport.

The great sporting conquests did not stay only in the field of football. They were followed by volleyball and various types of athleticism, awakening even more the Brazilian people's passion for sport.

The 1988 Federal Constitution recognized the existence of the *Justiça Desportiva*, and it determined its field of activity in article 217.

The laws no. 8.672 of July 6th 1993 and no. 9.615 of March 24th 1998, known respectively as the *Zico* and *Pelé* laws, aimed to adapt the Brazilian sporting life to the new constitutional dispositions.

Brazilian sport like sport in all parts of the world suffers the effects of globalization under the influence of the international bodies responsible for different types of sport.

The governments and politicians of each country have sought and still seek to enjoy dividends from the exploitation of sporting activities.

Although the professionalization and the highly lucrative nature of sporting practices are changing the meaning and the essence of sport, it continues to present itself as a social component of cultural manifestation.

All this resulting complex of rigidly coordinated physical exercises, moving millions and millions of monetary units all around the world, generated a collection of rules enabling the realization and consolidation of the branch of judicial science known by the name of *Direito Desportivo* (Sporting Law).

This *Direito Desportivo* constitutes a list of rules that identify physically and legally the different sporting practices, elevating sport to a magnitude of great realizations through mankind's intellectuality.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	
O ESPORTE.....	07
1.1 As Práticas Desportivas	07
1.2 O Esporte no Mundo Antigo	10
1.3 A Vida Esportiva na Idade Média	27
1.3.1 A cavalaria	28
1.3.2 A renascença	33
1.3.3 A reforma e a contra-reforma.....	34
1.4 As Práticas Desportivas no Século XVIII	37
1.5 O Renascimento Esportivo no Século XIX.....	39
1.6 Os Jogos Olímpicos Modernos.....	46
1.6.1 A restauração dos jogos	46
1.6.2 O espírito olímpico.....	58
1.6.3 O comitê olímpico.....	60
1.7 A Esportividade do Século XX	62
1.8 O Brasil nos Esportes	76
1.9 A Participação Brasileira nas Olimpíadas	96

CAPÍTULO II

A ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA.....	103
2.1 Preocupação com a Organização Esportiva	103
2.2 Bases da Organização dos Desportos	109
2.3 Nova Organização dos Desportos.....	112
2.4 A Constitucionalidade do Desporto	116
2.5 A Lei Zico e a Lei Pelé.....	137
2.6 O Conselho Superior de Desportos	151
2.7 O Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro.....	152
2.8 O Comitê Olímpico Brasileiro.....	154
2.9 Os Efeitos Jurídicos das Leis Esportivas após 1988	158

CAPÍTULO III

A JUSTIÇA DESPORTIVA.....	161
3.1 A Dimensão Jurídico-Desportiva	161
3.2 A Natureza Jurídica da Legislação Esportiva.....	164
3.3 O Tribunal de Penas	169
3.4 O Código Brasileiro de Futebol de 1945	173
3.5 O Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva	175
3.6 O Código Brasileiro de Futebol.....	177
3.7 O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol de 1962	180
3.8 O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol de 1981	183
3.9 A Lei Zico.....	187
3.10 A Lei Pelé	190
3.11 A Ordem Desportiva.....	192

CAPÍTULO IV

O ESPORTE ÀS VÉSPERAS DO III MILÊNIO.....	195
4.1 A Globalização Esportiva.....	195
4.2 A Proteção Político Governamental	200
4.3 A Abrangência Econômica nos Esportes.....	211
4.4 O Esporte de Alto Rendimento.....	213
4.5 O Futuro Esportivo	220

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	239
-------------	-----

INTRODUÇÃO

Seção I – Delimitação do tema sua relevância e a justificativa da escolha

Dedicar-se ao trabalho acadêmico tendo por título *Política do Direito Desportivo Brasileiro* pode parecer temerário, em face da novidade da pesquisa e da gama de paixões despertadas pelos sentimentos desportivos.

A pretensão deste trabalho foi, desde seu início, quando delimitação do tema, refletir sobre os aspectos jurídicos e políticos decorrentes da atividade desportiva.

O esporte é expressão de vida comandada pela natureza intelectual do homem.

“Os desportos constituem o mais benéfico respiradouro das massas humanas” (Lyra Filho, 1973: 110).

Nos primórdios da humanidade, o homem, embora sem ter a intenção de praticar esportes, usava a sua força, agilidade e habilidade para sobreviver. Somente mais tarde é que sentiu a necessidade intelectual de aplicar os seus atributos físicos em busca de outros resultados diversos da sobrevivência.

O animal não sofreu esta evolução. O homem, ao contrário, valendo-se de seu intelecto, evoluiu para dar nova conotação aos seus movimentos, a princípio por lazer e mais adiante por demonstração esportiva, dando contornos diferenciados à plasticidade do corpo humano.

e de

O animal torna-se humano através de uma ativa e produtiva relação com a natureza, desde o fabrico de utensílios, passando pelo significado do gesto e o conseqüente surgimento da linguagem até a organização da vida em sociedade (Vargas, 1995:3).

Através da repetição de gestos, o homem chegou a aprimorar seus exercícios, tornou-os habituais em sua vida, e adaptou-os à demonstração física, em busca do melhor domínio de seus movimentos e do seu aperfeiçoamento atlético.

Os hábitos praticados pelos atletas são motores e pouco a pouco ficam condicionados às técnicas que lhes proporcionam melhor expressão esportiva.

Atualmente toda a modalidade esportiva dispõe de técnicas próprias, que devem ser cumpridas pelos atletas. Assim, estes atletas condicionam os seus hábitos, possibilitando o contrato de trabalho esportivo.

A técnica aplicada intensamente e os hábitos decorrentes desta pregação esportiva, psicológica e biológica acabam condicionando o comportamento humano do homem-atleta.

O atleta age em função do condicionamento que lhe é imposto, tendo em mira somente o resultado esportivo, mesmo que esteja praticando atos anti-desportivos. Por vezes já não é o cidadão que participa do movimento físico, mas unicamente o atleta obcecado pelo resultado.

Formam-se, pois, psicologicamente, duas personalidades: distintas, incoerentes, incongruentes e adversas, gerando o drama individual da vivência social subordinada à “garra esportiva”, assim denominada pelos dirigentes como exemplo da disciplina esportiva.

Assistimos, por vezes, aos atletas cometerem os maiores desatinos durante as disputas esportivas, numa explosão de nervos e sentimentos condicionada à vitória e distante do ideal de competir, demonstrando o embrutecimento do intelecto e a superação do físico animal.

O prazer é a recompensa pelo sucesso esportivo, enquanto que a dor é o ônus do insucesso.

O espírito esportivo de competição desaparece, principalmente, no esporte de alto rendimento. Em contrapartida, avulta a prática desportiva aliada ao resultado e encadeada ao aspecto econômico.

Espírito esportivo ou espírito econômico - qual deles seria a motivação que faz do homem um atleta?

A FIFA (Fédération Internationale de Football Association) estima que a “indústria da bola” movimentaria 250 milhões de reais pelo mundo afora (Isto É, n° 1479: 63).

As grandes transformações sofridas pelo esporte, em suas práticas especializadas, em todo o mundo e particularmente no caso brasileiro são tomadas como referência para este trabalho acadêmico.

Seção II – Objetivos

O trabalho pretende apreciar a compreensão e reflexão dos conceitos jurídicos que foram agregados à prática dos esportes.

Tenta-se buscar o relacionamento jurídico entre as práticas desportivas e a conotação cultural do povo, que reflete seu aspecto social.

Seção III – Tipo de abordagem

A abordagem será histórica, buscando os elementos formadores da cultura desportiva, desde os primeiros lampejos ocorridos na Grécia Antiga até os dias atuais.,

O tema terá o esporte praticado no Brasil como referência primordial, apesar da globalização desportiva exercida através das entidades desportivas internacionais.

Seção IV – Plano de desenvolvimento

A dissertação será desenvolvida em quatro (4) capítulos.

No primeiro capítulo buscar-se-á entender a evolução desportiva das práticas dos diferentes esportes.

No segundo capítulo enfocar-se-á a organização desportiva brasileira desde a preocupação do governo Vargas, a partir de 1938, com a assinatura do Decreto-Lei n. 526, que criou o Conselho Nacional de Cultura.

Neste capítulo será apreciado o conteúdo das leis, decretos, portarias e regulamentos que foram responsáveis pela normatização dos esportes praticados no Brasil.

O terceiro capítulo será dedicado à justiça desportiva, desde sua primeira manifestação com o Tribunal de Penas em 1941 e suas mutações até os dias atuais.

O quarto capítulo registrará a reflexão crítica, tendo por base a globalização esportiva, a proteção político-governamental, a abrangência econômica nos esportes, o esporte de alto rendimento e o futuro esportivo.

Finalmente em considerações finais se fará a proposição de reconhecimento do Direito desportivo como ramificação da grande árvore jurídica.

Seção V – Metodologia

O método utilizado será o indutivo, através da pesquisa bibliográfica que se constituirá no elemento basilar deste trabalho acadêmico.

O tema a ser desenvolvido se apresenta interligado à história, à sociologia, à psicologia, à administração, à medicina e mormente ao direito.

Seção VI – Terminologia

A tarefa de debruçar-se sobre a temática escolhida exige inicialmente o trabalho de explicitação do significado e concepção da terminologia básica

representada por expressões lexicais. tais como *esporte*, *esportes*, *desporto* e *desportos*.

Os ingleses usam *sport*; os franceses, *sport* e no passado, *desport*; os povos de língua espanhola, *deporte*; os poloneses, *sport*; os alemães, *sport*; a língua portuguesa, por sua vez, emprega *esporte* e *desporto*, havendo uso da variante *desporte*.

“Mas, indo às origens do nosso vernáculo, identifico o uso da palavra *desporto* nas letras e na boca de Portugal. Não só os quinhentistas, inclusive Sá de Miranda, empregavam *desporto*”(Lyra Filho, 1972:13).

A palavra “esporte” é fruto, nas melhores das vias, de uma evolução que se realizou entre o século XIII e XIV. Na França, já no século XIII, era usada a antiga palavra “desporte” que deriva de déporter e que designava o conjunto dos meios para transcorrer agradavelmente o tempo: recreações, jogos etc. Também na Inglaterra, no início do século XIV, este termo manteve o mesmo significado: sendo traduzido um pouco por vez em uma terminologia mais britânica (to sport, disporter, disporteress). (Grifi, ca. 1980:249)

No francês antigo a palavra *desport* era apresentada com o significado de prazer, descanso, recreio. (Caldas Aulete, 1958:1456).

“La etimologia de la voz “deporte” es de origen mediterráneo y gremial. Para el marinho mediterráneo, estar de-portu significa, entre otras cosas, dedicar su tiempo libre a los juegos del puerto”(Salcedo, 1989:133).

A origem espanhola da palavra remete para as diversões dos portos, onde as pessoas passavam seu tempo livre ou, melhor, suas horas de lazer.

Caldas Aulete, em seu *Dicionário da Língua Portuguesa* apresenta o verbete “*desporto*” como divertimento, recreação, desenfado, gracejo, zombaria e “conjunto de exercícios físicos, specialmente de competição...” (Caldas Aulete, 1958:1456).

Já a palavra “esporte” aparece como “prática metódica de exercícios físicos; desporto” (Caldas Aulete, 1958:1963).

A *Grande Enciclopédia Delta Larousse* não acolhe o termo “desporto”, mas ao tratar de “esporte”, diz:

Conjunto de exercícios físicos praticados metodicamente, sob a forma de jogos individuais ou em equipes, com observância de regras específicas e sem finalidade utilitária imediata, objetivando, acima de tudo, desenvolver a força muscular, a resistência, a agilidade, a destreza e a coragem.

O enciclopedista acrescenta que a expressão se refere a “desporte” ou “desporto” e tem o significado de entretenimento, desfastio.

A variante “desporte”, com o mesmo significado de esporte e desporto, não encontrou uso no Brasil.

A expressão esporte antes de ser erigida à trabalho, tinha significado de informalidade e descomprometimento, donde advieram as expressões, *traje esporte, camisa esporte, sapato esporte*, etc.

Este é o grande complexo que, neste estudo, se procurará adentrar em busca dos princípios jurídicos que possam nortear as disputas engrandecedoras do homem, desde que este aprendeu a subir em árvores até os dias atuais, quando a superação do limite físico talvez não seja a fronteira esportiva...

CAPÍTULO I

O ESPORTE

1.1 As Práticas Esportivas

Desde tempos imemoriais, o homem tem usado sua força, agilidade e habilidade físicas como forma de sobrevivência ou de demonstração de seu corpo.

Os exercícios físicos praticados pelos primeiros homens em sua defesa, alimentação ou repouso são frutos das exigências humanas para vencer ou adaptar-se à natureza.

Os animais foram os primeiros mestres dos homens, os quais, movidos pela necessidade e pela imitação, procuraram suprir as suas exigências humanas.

Pela necessidade, o homem precisou buscar as condições para sobreviver numa natureza rica e abundante, no entanto, desconhecida e perigosa.

Pela imitação, o homem seguiu os animais e passou a conhecer a propriedade e a utilidade da natureza e a defender-se dos perigos, principalmente dos próprios animais.

O animal conheceu a natureza através de seu instinto, que o faz respeitar e usar a natureza do mesmo modo, na mesma visão, até os nossos dias. Quando um animal faz exercícios diferentes dos habituais, faz-lo condicionado aos ensinamentos e às imposições que o homem aplica à sua natureza e seu instinto de animal.

A apresentação de um animal amestrado, quer em demonstração circense, quer em parques, causa admiração ao homem pelo fato de que este animal obedece cegamente ao seu domador, que lhe infunde medo e depois o cativa com alguma guloseima.

O animal não conseguiu evoluir ou aperfeiçoar-se, por falta de inteligência. Em contrapartida, o homem, cujo aprendizado inicial dependeu dos animais, através da satisfação de suas necessidades e da imitação das ações animais, fez sua inteligência evoluir e aprimorar-se. Assim superou as práticas dos animais e venceu as dificuldades naturais e dominou a natureza, proporcionando conforto e tranquilidade à sua vida.

Os animais não alcançaram essa evolução: continuaram e continuam exercendo as mesmas práticas exercidas há bilhões de anos atrás.

Johan Huizinga, em “Homo Ludens”, diz:

“El juego es más viejo que la cultura, pues por mucho que estrechemos el concepto de éste, presupone siempre una sociedad humana y los animales no han esperado a que el hombre les enseñe a jugar” (Salcedo, 1989: 23).

Dos passos trêmulos, dos pulos desajeitados, do subir e descer em árvores ou montanhas sem firmeza, do atravessar amedrontado os córregos de água, a nado ou montado num tronco, do físgar ansioso um animal para saciar a sua fome, o homem assimilou melhores posições e colocações mais confortáveis que lhe deram segurança e domínio no caminhar, no saltar, no escalar, no vencer as águas, no apreender o animal.

Da insegurança inicial e da falta de domínio das posições, o homem passou a dispor de elementos básicos para usar a sua força, agilidade e habilidade, utilizando-os inicialmente como fator de sobrevivência e posteriormente como fator de demonstração e competição.

Quando o homem chegou ao estágio de demonstrar a força, a agilidade e a habilidade de seus músculos através de exercícios ritmados sujeitos a regras, surgiram

as primeiras práticas desportivas. Estas práticas esportivas, exercitadas por homens ainda rudes, talvez demonstrassem as características de cada povo, que, assim, lançava timidamente seu lastro cultural.

“A linguagem do corpo não vislumbra fronteiras. Ela é universal e comum a qualquer homem em qualquer espaço geográfico”. (Vargas, 1989:3)

A origem da prática desportiva, mediante a qual procura-se acrescentar a força e a agilidade do corpo confunde-se com as mesmas origens históricas da humanidade: é necessário, porém, distinguir o treinamento empírico praticado pelos primitivos, daquele sistemático praticado pelos povos mais evoluídos. (Grifi, s/d: 11)

Exibir força, apresentar agilidade ou mostrar habilidade talvez tenha sido a primeira necessidade do homem para ele comparar-se com seus semelhantes ou festejar a ocorrência de fatos alegres ou a afirmação guerreira.

“El hombre primitivo jugó con la lanza, el arco y la espada; corrió, nadó, jugó a los bolos, voló al atar lianas a un poste que funcionaba como eje, jugó la pelota.” (Salcedo, 1989: 26).

A organização das práticas esportivas através de gestos e comandos predeterminados, de métodos preestabelecidos, em busca de um resultado, fez aparecer o esporte.

“Os desportos possibilitam a aferição dos índices culturais de crescimento dos povos” (Lyra Filho, 1973: 117).

Os gregos elaboraram a primeira definição de provas atléticas, estabelecendo a corrida curta com uma volta na pista e a corrida longa com doze voltas, denominando-as, respectivamente, *dialus* e *dolikos*. Procederam igualmente com referência ao salto em distância sem impulso, ao arremesso do dardo, disco e pedra pesada, variando o peso e a forma. (Confederação Brasileira de Atletismo, 1989:01).

Certamente, no início, as práticas esportivas foram exercidas individualmente, como valorização pessoal de cada competidor. Foi somente com o aprimoramento dos exercícios e com a formação de grupos que se tornou possível o surgimento de práticas esportivas coletivas.

1.2 O Esporte no Mundo Antigo

As origens dos desportos precedem a própria história, perdendo-se em épocas lendárias. Quando estudamos as mais antigas civilizações, encontramos sempre presentes práticas desportivas que serviam, em tempo de paz, para manter a força, a resistência e a destreza dos guerreiros, os quais tinham sob sua responsabilidade a defesa das cidades, vilas ou aldeias. As corridas a pé ou de carro, as lutas, a esgrima, o tiro ao arco, o arremesso da lança ou da bola pesada, foram atividades desportivas conhecidas e praticadas por quase todos os povos que representam as grandes civilizações do Extremo Oriente ou do Oriente Próximo. Chineses, hindus, egípcios, mesopotâmicos ou persas, todos praticaram desportos, alguns semelhantes a muitos dos em que, ainda hoje, o homem se exercita. (Marinho, 1960:7586).

O esporte entrou na vida dos povos, desde os mais antigos, como decorrência natural da organização social e como forma de lazer, praticado na China e na Índia há mais de 30 séculos antes de Cristo, no Egito, em Creta, na Grécia, na Etrúria e em Roma. Os testemunhos arqueológicos, artísticos e históricos assim o demonstram, e ainda o fazem, ressaltando o elevado conteúdo religioso existente nas atividades esportivas.

O trabalho esportivo, inicialmente executado como exercício de ginástica ou de educação física e posteriormente como disputas esportivas, não se constituiu em manifestação isolada de um povo, mas de todos os povos da antiguidade.

“O mundo só veio a conhecer os desportos, como existentes hoje, no fim do século passado” (Lyra Filho, 1973:24).

Historicamente a Idade Antiga abrange o período de 4.000 a. C. até 476 d.C. e os povos mais antigos apresentam registros de utilização das práticas desportivas.

China

Os chineses ensinavam aos seus filhos a educação física, notadamente os exercícios higiênicos e terapêutico-preventivos. Tinham grande preocupação com a saúde corporal e consideravam o enfraquecimento do corpo como causa das doenças. Os taoístas, discípulos de Tao, com seus exercícios visavam à saúde do corpo e à imortalidade da alma. Os elementos históricos dos chineses remontam ao ano 2.637 a.C. segundo alguns historiadores, enquanto que outros se fixam no 3.468 a.C. (Grifi, ca. 1980:18).

Os jovens, a partir dos quinze (15) anos, eram submetidos ao ensino da educação física, em ginásios semelhantes aos dos gregos, onde eram adestrados em exercícios, inclusive aqueles de fins militares.

Japão

A cultura física dos japoneses era praticada segundo ritos purificadores de fundo religioso. Eles praticavam artes marciais, tais como a esgrima com o sabre ou com a lança, o tiro com arco, a equitação e a natação.

Os japoneses também se dedicavam às atividades de karatê e judô, que visavam ao desenvolvimento corporal e espiritual, à autodisciplina e à autodefesa. O sumô é a luta japonesa mais antiga, disputada entre atletas com grande peso e mantendo o caráter de espiritualidade.

O imperador Sugin, no ano 38 a.C. promoveu provas de natação no festival de verão (Delta Larousse, 1962: 7.665). stival

Índia

Os indianos praticavam a luta, o pugilato, a equitação, a esgrima com sabre ou bastão e a natação. Eles deveriam, segundo as correntes religiosas védica, brahmânica e budista, buscar a perfeição através de isolamento completo do mundo exterior, regime alimentar severo e exercícios particulares de respiração.

Egito

No Egito, as atividades esportivas são encontradas no segundo e terceiro milênio antes de Cristo, baseadas num sistema educativo de ginástica.

No Egito Antigo, os esportes gozavam de grande prestígio e eram praticados por homens, mulheres e crianças. As estátuas egípcias revelam corpos vigorosos de homens e a beleza física das mulheres. Nas tumbas de Beni-Hassan (2.000 a.C.) aparecem figuras de moças jogando bola e executando saltos. Os homens praticavam tiro, pesca, luta com vara, tiro ao alvo, luta corpo a corpo, levantamento de pesos, corridas, trepadas, salto em altura, touradas e exercícios.

No país do grande Nilo, do grande delta, dos inúmeros cais e dos lagos intercomunicantes, o remo, a pesca e a caça eram rituais como na terra, a corrida e a luta e, valentes no remo, eram também as mulheres. Numerosas pinturas reproduzem competições, manifestações, excursões náuticas, cortejos sobre pomposas embarcações, saídas para pescas, aventuras de caça em paludes sobre pequenas canoas e episódios bélicos. Um esporte eminentemente nilico era levantamento de peso. (Grifi, ca 1980: 27)

Os egípcios conheceram o cavalo por volta do ano 1.500 a.C., através dos Mithani, um povo do norte da Mesopotâmia. O cavalo, por sua velocidade, apaixonou os egípcios, que inclusive o utilizavam atrelado a velozes carros de guerra e de caça, com os quais podiam vencer as distâncias, levando flechas, lanças, água e alimentos (Grifi, ca.1980: 27).

Motivos religiosos levaram os egípcios à prática de exercícios físicos, nos quais davam grande valor ao corpo, procurando preservá-lo após a morte através de técnicas de embalsamento. Os exercícios físicos, especialmente a equitação, também eram usados como preparatórios à guerra.

Judéia

A religiosidade marcava os exercícios físicos do povo hebreu, que deixou registrado no Levítico a sua preocupação com a prevenção e o tratamento de doenças.

A própria circuncisão executada pelos hebreus, como também pelos egípcios e atuais semíticos, é de considerar-se, deixando à parte o caráter religioso da prática – uma norma de caráter higiênico-sanitário. Além desses fundamentos de caráter salutar, em ocasião de festas, particularmente as agrícolas (basta recordar aquelas de Shâvuôt e do Sukkôt), os hebreus executavam também jogos, exercícios físicos em geral, como a luta, o manuseio das armas e também danças rituais. (Grifi, ca.1980: 30)

Pérsia

A educação severa aplicada às crianças tinha por objetivo a harmonia do corpo, e os exercícios físicos praticados visavam a fins militares. Praticaram a caça ao leão com a participação do Rei, a equitação e o arco.

Na Pérsia surgiram os primeiros “experts” em arte cosmética, aos quais os romanos chamavam de “Kosmetai” (cosmetae)..

Creta

Quando os romanos a caminho da Grécia chegaram à ilha de Creta, encontraram “un pueblo amante de los juegos culturales - con contenidos religiosos e litúrgicos - y una comunidad que practica el juego en planos educativos, de intensa competencia o de pura recreacion.” (Salcedo, 1989: 32-33).

Os cretenses deleitavam-se com jogos e competições de todo o tipo. A dança, as corridas e o pugilismo rivalizavam na atração que exerciam sobre o povo. Os cretenses foram os primeiros a construir teatros de pedra, nos quais os desfiles e a música entretinham grande público. (Burns, 1986: 79).

Referências históricas que remontam a 3.000 anos a.C. noticiam a cerimônia religiosa da captura de um touro para ser montado. O touro era considerado um animal sagrado, e a cerimônia era denominada de: thaurocathapsia (Grifi, ca1980: 32).

Os cretenses praticaram, ainda, a luta, o pugilato em pesos pesados, médios e leves, o atletismo e atividades gímnico-intelectuais.

A cultura física praticada em Creta serviu de fundamento para os gregos, registrada no relato de Jean Lé Floch'moan:

Creta fue saqueada y dejó paso a los griegos, los aqueos de los que Homero hablaba en la Iliada. Venidos del Norte de Europa, se establecieron en el Peloponeso 2 000 años antes de la era cristiana. Llevaron el caballo, que Egipto y Grecia aún no conocían. Estos hombres rubios, emprendedores y fuertemente organizados, que veneraban a un dios llamado Zeus, fueron el origen del movimiento gímico griego. (Salcedo, 1989: 34)

Etruria

Os etruscos, de provável origem indo-européia, que se assentavam, muitas vezes, nas regiões italianas da Emilia, Toscana e Pazio, transmitiram aos romanos a sua grande herança de civilização. Ali fundaram as cidades principais e inclusive o Estado Romano. Etruscos foram aqueles que ensinavam aos romanos a ler e a escrever, pondo-os em contato, pela primeira vez, com a maravilhosa arte grega. E foram etruscas, também, as primeiras manifestações esportivas em Roma, como na Grécia foram cretenses as primeiras atividades gímicas. (Grifi, ca.1980:31)

Os etruscos influenciaram as atividades desportivas praticadas em Roma: praticavam jogos que se caracterizavam pela crueldade, em decorrência de seu espírito guerreiro e de a maioria de suas preocupações políticas estarem voltadas para a guerra.

Praticaram competições atléticas, o salto, o lançamento de disco, o pugilato e as corridas de bigas, apresentando desenvoltura na equitação.

Foram vencidos, dominados e absorvidos pelos romanos, que destruíram suas cidades, escravizaram seu povo, mas deram continuidade às suas práticas desportivas, com marcas de crueldade.

Contudo, foram os etruscos - como diz W. Feller - aqueles que muito antes dos romanos, no momento da ultrapassagem da pré-história para a história, edificaram no coração da Itália uma alta civilização, fundando as bases para uma própria e ascendente Europa. Foram os etruscos que, participantes da hereditariedade do Antigo Oriente com a sua avançada civilização, conseguiram transferi-la ao Ocidente Europeu. (Grifi, ca. 1980:36)

Grécia

Na Grécia as práticas esportivas restam plenamente confirmadas por relatos

históricos e literários e pelos sucessos esportivos obtidos por seus competidores e pelo prestígio de seus jogos.

“En La Iliada todos los juegos obedecen al impulso heroico que cumple no sólo con el gozo del ejercicio sino con la vinculación a una liturgia funeraria y religiosa”. (Salcedo, 1989: 35)

Homero, tanto na *Iliada*, quanto na *Odisséia* se refere a jogos e à importância deles na vida de seus contemporâneos.

Os gregos organizaram e praticaram várias competições, que se repetiam periodicamente e ficaram conhecidas pela regularidade de realização e pelo empenho de seus participantes.

Estas competições conhecidas como *Jogos Pan-Helênicos* recebiam a designação identificadora do local de disputa, tais como *Jogos Ístmicos*, *Píticos*, *Nemeus* e *Oímpicos* (Salcedo, 1989: 38).

Os *Jogos Píticos*, eram realizados em Delfos, a cada período de quatro anos, em honra a Apolo.

Apólo, do grego “Apóllōn”, era considerado o mais belo dos deuses, venerado como deus do dia e do sol, filho de Zeus e de Leto, irmão de Ártemis, nascido na Ilha de Delos. São-lhe atribuídas as virtudes de curandeiro, adivinho e inspirador de Pítia em seu oráculo de Delfos, músico, poeta e protetor dos rebanhos. É representado tocando lira e rodeado de musas.

Os *Jogos Panatenéicos*, celebrados quadrienalmente a partir do ano de 556 a.C., foram instituídos pelo Ditador Pisístrato, com intuítos políticos e de atrair a atenção das demais cidades gregas. A realização destes jogos obteve fama mundial.

Os *Jogos Nemeus* eram disputados nas pastagens do gado de Jano em Argólida, a cada três anos, em homenagem a Arquemoro e tinham sentido fúnebre.

Mas foram os *Jogos Olímpicos* que marcaram histórica e esportivamente os gregos, bem como influenciaram o mundo todo.

|Em Olímpia| a leste do Peloponeso, onde se erguia o mais antigo e célebre santuário grego e no qual se assentavam as divindades gregas (Zeus, Posidon, Apolo, Ares, Hermes, Hefesto, Hera Atenea, Demeter, Afrodita e Ártemis) foram disputados os jogos mais importantes do mundo antigo e |inspiradores de jogos modernos|

|Os jogos e as disputas eram marcados por manifestações religiosas dirigidas às divindades gregas, especialmente a Zeus|

A data de 776 a.C. como marco referencial histórico do início dos jogos olímpicos, celebra a trégua entre as cidades de Elis e Pisa, situados na Grécia ocidental, cujos termos de paz foram gravados num disco de bronze, conhecido como “Disco de Ifito.” (Grifi, ca. 1980:78).

As olimpíadas eram disputadas a cada período de quatro (4) anos, denominado pentetérico, na lua cheia seguinte ao solstício de verão. Um mês antes de seu início, os arautos percorriam as cidades gregas anunciando a trégua sacra e convidando a população a participar das cerimônias e competições ou a presenciá-las. (Grifi, ca.1980:81; Marreiros,1992:24).

Os atletas se reuniam trinta dias antes do início dos jogos na Élida, onde eram submetidos a treinamentos duros e extenuantes. No 25º dia partiam a pé para vencer os 58 km que os separavam de Olímpia. Descansavam 3 dias e reiniciavam os treinamentos.

|Os atletas deveriam ser homens de raça helênica pura, livres, filhos legítimos e que gozassem de todos os direitos civis, não podendo ser indignos, isto é, ter sofrido condenação judicial.|

|A partir da 15ª Olimpíada, disputada no ano 720 a.C., os atletas passaram a competir nus|

As mulheres disputavam, 14 dias antes ou depois dos jogos, uma prova de corrida a pé, em cinco sextos do estádio, aproximadamente 160,22 metros, com os cabelos soltos, envoltas numa túnica comprida, tendo um seio à mostra. Eram distribuídas em 3 categorias conforme a idade.

Nos jogos olímpicos não havia participação de jogos de conjunto, atualmente chamados de coletivos.

Nas cidades gregas eram disputados jogos em caráter eminentemente local. A preferência popular incidia sobre a corrida com tocha, que em Atenas era praticada à noite e a cavalo (Grifi, ca. 1980: 49).

Até o ano 472 a.C., as disputas se realizavam num só dia. A partir dessa data foram utilizados cinco (5) dias, com a seguinte programação:

1º Dia - Cerimônia de Abertura, sacrifício aos deuses, juramento solene sorteio dos atletas.

2º Dia - As apologias a Pélope, as corridas de quadrigas e o pentatlo (disco, dardo, corrida pedestre, luta, salto e pugilato).

3º Dia - Sacrifício a Júpiter, seguido de três corridas: o Stadium (um estádio 192 m e 27 cm), o Diaulo (duas vezes a distância do Stadium 384 m) e o Dólico (vinte e quatro vezes o Stadium 4614 m), luta, pugilato e pancrácio.

4º Dia - Corrida de cavalos e de carros, quadrigas (carros com 4 cavalos), kalpi (corrida de jumentos), Synoris (carros com 2 cavalos), quadriga de jovens e synoris de jovens, pentatlo (corrida, salto, luta, dardo e disco) e corrida com armas.

5º Dia - Distribuição de prêmios, coroamento oficial dos vencedores, ação de graças (sacrifício aos deuses) e banquete do adeus. (Marreiros, 1992:25-26).

A homenagem a Pélope, no segundo dia dos jogos, procura resgatar o “deus da fertilidade”, que, segundo Homero, fora o responsável pela preparação de jogos em 1370 a.C.

O aumento no número de dias dedicados aos jogos olímpicos deve-se ao fato de serem admitidas, nas disputas, novas modalidades desportivas, em olimpíadas sucessivas, segundo a exemplificação seguinte:

- na 14ª (724 a.C.) - a corrida dupla ou diaulo;
- na 15ª (720 a.C.) - a corrida de resistência ou dólico;
- na 18ª (708 a.C.) - a luta e o pentatlo;
- na 23ª (688 a.C.) - o pugilismo;

- na 25^a (680 a.C.) - a corrida de quadrigas;
- na 33^a (648 a.C.) - a corrida de cavalos e o pancrácio;
- na 37^a (632 a.C.) - os jovens (18 - 20 anos) nas corrida a pé e na luta;
- na 41^a (616 a.C.) - os jovens, no pugilismo;
- na 65^a (520 a.C.) - a corrida com armas ou o oplitódromo;
- na 80^a (460 a.C.) - competições gímnicas, provas literárias e artísticas.

(Grifi. ca. 1980: 80 - 82)

Nos treze primeiros jogos, a competição se resumia a uma única corrida, denominada “stadio”, que correspondia a seiscentos pés do sacerdote de Zeus e equivalia a 192,27 metros. De “stadio” derivou o termo *estádio*, que atualmente, designa o local de disputas desportivas.

Milo é considerado o atleta olímpico de maior prestígio por ter vencido 6 vezes consecutivas a prova de luta, entre os anos 540 a 516 a.C., tendo ainda sido vencedor nos jogos de outras cidades.

As competições olímpicas disputadas em Olímpia tinham por palco o estádio, que dispunha da capacidade para 45.000 espectadores, e que apresentava na entrada a sala dos juizes e em frente o altar da deusa Deméter. Também era utilizado, para as provas hípicas, o *hipódromo*, que media 1.153 metros de comprimento e 320 metros de largura, tamanho que correspondia a seis vezes o do estádio. As competições hípicas tiveram seu início no ano 680 a.C.

Os Jogos Olímpicos da Antigüidade eram regulamentados em 14 disposições:

1. Ser homem, heleno, livre, nem escravo, nem estrangeiro.
2. Não estar perseguido pela justiça nem ter moral duvidosa.
3. Inscrever-se com um mês de antecedência.
4. Os atrasados ficavam fora da competição.

5. Era proibido as mulheres casadas assistirem aos jogos ou aparecerem no estádio, sob pena de serem atiradas a um precipício.

6. Durante as provas os treinadores deviam estar fechados e nus.
7. Era proibido matar o adversário ou tentar fazê-lo.
8. Era proibido empurrá-lo para fora dos limites.
9. Era proibido intimidá-lo.
10. Toda a corrupção do árbitro ou do competidor era castigada com o látigo (chicote de cordas ou de correias).
11. Todo o participante contra o qual o seu adversário não se apresentava era declarado vencedor.
12. Era proibido os competidores se manifestarem contra o público ou contra os juízes.
13. Todo o participante não conformado com a decisão dos juízes, podia recorrer ao Senado, que anulava ou não a decisão arbitral segundo o critério dele.
14. Os membros do colégio de juízes ficavam excluídos do concurso. (Marreiros, 1992:26)

A literatura e a filosofia dos gregos receberam nítida influência dos jogos olímpicos, tanto que, os escritos delas, chegados até nós são dignos de admiração e servem de fundamento para o conhecimento da cultura helênica.

Aristóteles (384 - 332 a.C.) era apreciador dos jogos que se praticavam na Grécia, a ponto de ter sido homenageado, juntamente com seu sobrinho Calístines, com uma inscrição honorífica pela população de Delfos, por haver elaborado a lista dos triunfadores dos *Jogos Píticos*. Gostava o filósofo de relacionar os jogos com a educação.

Aristóteles diz:

“Hoje a educação compreende, geralmente, as seguintes partes: a gramática, a ginástica e a música, a elas se acrescentando às vezes o desenho” (Aristóteles, 1960:199).

Continua o filósofo grego:

Demonstramos que se devem formar os hábitos nos filhos antes de formar a sua razão, e o corpo antes do espírito. Disso se depreende que se lhes deve ensinar a ginástica e a pedotribica: uma, para dar ao corpo graça e vigor; outra, para educá-lo nos exercícios. (Aristóteles, 1960:202)

A ginástica acrescentava à ciência dos exercícios um conhecimento exato sw todas as suas propriedades em relação ao vigor e à saúde, a pedotribica limitava-se aos exercícios mecânicos, como a natação, a corrida, a dança. O ginasta era teórico; o pedotriba, prático. (Aristóteles, 1960: 363).

Platão se refere aos jogos como uma das funções das cidades, que devem estar alertas para a guerra através da prática dos exercícios, que deveriam simular os combates.

A correlação entre os jogos e a educação aparece nas obras filosóficas e políticas de Sólon, Tucídides e Sócrates, não podendo ser esquecido o teatro de Eurípides, Aristófanes e Sófocles.

Píndaro (518 - 438? a.C.) e Teognis (século VI - V a.C.), registraram em seus poemas os espetáculos esportivos que encantavam seus contemporâneos.

Graças à dedicação destes intelectuais foi possível o conhecimento da organização esportiva da Grécia, através de seus jogos e de seus atletas.

A série de olimpíadas alcançou o número 292, as quais foram realizadas no ano de 393 d.C. e são historicamente registradas como as últimas.

Os atletas que participavam dos jogos olímpicos sofreram a influência das recompensas financeiras pelas suas apresentações e especialmente pelas vitórias, que abriram caminho para o profissionalismo esportivo.

Os proprietários dos cavalos que corriam no *hipódromo*, disputavam corridas perigosas, tendo sido freqüentes os acidentes, inclusive com mortes. Então

estes proprietários passaram a usar os escravos, substituindo-os, utilizando seus nomes, prometendo-lhes vultosa soma em dinheiro e até a liberdade, caso fossem vencedores e com isto tornaram mais acirradas e perigosas as disputas.(Marreiros. 1992:24)

/Os vencedores das provas que durante muitos séculos recebiam uma coroa de louros e a veneração do povo grego passaram a usufruir compensações financeiras por sua participação e, em especial, pelas conquistas esportivas;

O vencedor olímpico era muito considerado na Grécia, era por todos admirado, apontado como exemplo e considerado objeto de um próprio e verdadeiro culto. As recompensas aos vencedores eram muitas e quase inacreditáveis: a isenção dos impostos por toda a vida; a elevação de colunas e estátuas na "Altis Sacra" em sua honra; seu sustento estava, às vezes, por conta da polis natal; lugares gratuitos no teatro e, talvez, até o culto após a morte. (Grifi, ca.1980:82)

O atletismo profissional afirmou-se sobretudo por efeito da tendência de os atletas já não competirem pela satisfação de atingirem a excelência, a virtude, nem pelo orgulho de adquirirem glória para si e para as cidades que representavam, mas, sobretudo, pelo desejo de altos ganhos, que se podiam obter em breve tempo. As coivas de oliva, de pinho, de aipo ou de carvalho eram somente uma lembrança e já não chegavam a satisfazer às necessidades dos vencedores, que ambicionavam, ao invés disso, donativos e prêmios em dinheiro.

Muitos intelectuais de época, tais como: Senófone, entre os filósofos, Filostrato (220 –300 a.C.) entre os treinadores, Hipócrates (460 – 377 a.C.) e Cláudio Galeno (129 – 201 d.C.) entre os médicos, se posicionavam contrariamente a esse profissionalismo desenfreado dos atletas.

No ano 390 d.C. os soldados romanos reprimiram violentamente, em Tessalônica, uma celebração circense, tipicamente pagã, na qual a libertinagem dos costumes alcançara o seu ápice. Autorizados por Teodósio I, os soldados romanos

mataram mais de sete mil (7000) gregos. Era a exacerbação da rivalidade entre gregos e romanos ou simplesmente entre dominados e dominadores. O episódio teve grande repercussão em todo o Império Romano.

Santo Ambrósio, na ocasião Arcebispo de Milão, pronunciou-se publicamente contra as atitudes de Teodósio I, declarando que o excomungaria se não houvesse uma confissão pública. Às vésperas do natal do ano 390, na catedral de Roma, Teodósio I declarou-se culpado pela mortandade dos gregos, pediu perdão ao Arcebispo e, em seguida, publicou um édito, no qual proibia os ritos e festejos que lembrassem o panteísmo, inclusive as olimpíadas.

Antes das medidas de Teodósio I, os godos de Alarico em 39 d.C. haviam devastado a beleza de Olímpia. Em 476, foi a vez de os bárbaros do centro-leste da Europa tomarem Roma e as províncias gregas. Apossaram-se da estátua de Zeus, com oito (8) metros de altura, toda ela trabalhada em marfim, apoiada em barras de ouro puro, pesando duas (2) toneladas, considerada a alma suprema e abençoada do Templo de Olímpia. Mais tarde, em 491, os bárbaros a destruíram.

No ano 393 a.C., Teodósio, general romano de origem espanhola, tornou-se imperador de Roma e determinou, através de édito, a extinção dos jogos olímpicos, que àquela época já tinham perdido o seu significado inicial e verdadeiro.

“Contudo, não há qualquer prova formal que os jogos olímpicos da Antigüidade Clássica, tenham acabado nesse ano por decisão do Imperador Teodósio”. (Marreiros, 1992:33)

E continua o Historiador Lisboaeta:

No ano seguinte (394) foram interditos definitivamente por Cesar Cristão. Teodósio I, imperador de Bizancio, não só os jogos como também outras festas pagãs, mas deve-se dizer que já a esse tempo os jogos haviam perdido todo o significado moral e eram presa de profissionais e de comunicações de toda a espécie, desde que desaparecera o primitivo ideal religioso. (Marreiros, 1992:33)

Marreiros expõe também as consequências do gesto de Teodósio:

Olimpia ficou deserta e pouco a pouco foi sendo esquecida. E quase tudo se perdeu, porque após a morte daquele imperador, as hordas de visigodos abateram-se sobre a Grécia, saqueando tudo à sua passagem e pilhando todas as riquezas dos templos.

O tempo, tremores de terra, o rio cladeo, que rompeu os diques, encarregaram-se de sepultar Olimpia num mar de lama e de pedras. (Marreiros, 1992:25)

A conquista da Grécia, primeiro pelos macedônios e depois pelos romanos, fez desaparecer o espírito de rivalidade entre as cidades e, em consequência, amorteceu o espírito combativo dos gregos. Filostrato deixou-nos este comentário: “Tudo mudou, em vez de guerreiros, atletas que não foram soldados; em vez de cidadãos ativos e rijos, homens preguiçosos e flácidos”. As artes perderam o vigor; “a arte de adulação converteu-se em desporto”, registrou Bernard Gillet. E mais: “O estado ocioso em que os atletas passaram a viver acabou por excitá-los, despertando-lhes desejos amorosos. Fez nascer neles mil apetências ilícitas; alguns pagavam para obter as vitórias fáceis que a vida efeminada não lhes permitia adquirir. Nem os treinadores salvaram-se da corrupção”. Os jogos Olímpicos frustraram-se no paganismo; por isto, foram banidos pelo imperador romano Teodósio. (Lyra Filho, 1973:33)

Encerrada melancolicamente a demonstração do poderio esportivo dos representantes das cidades gregas, foi descurada a preparação militar de seu povo, que se tornou presa fácil da sanha guerreira de outros povos.

Os gregos ainda praticaram esportes com bola, dentre os quais sobressaem:

“a) *Appporrhaxis*. En este juego la pelota (normalmente pequeña, del tamaño de una manzana, hecha de crin o lana, forrada de piel y decorada), rebotada fuertemente en el piso y era atrapada en el aire. Desde luego, ganaba quien lograba mayor número de rebotes. También se jugaba contra la pared.

b) *Ouronion*. Este juego era muy apreciado; uno de los jugadores lanzaba la pelota lo más alto posible y los demás trataban de tomarla (“cacharla”).

c) *Sphaira episkyros*. Era un juego por equipos, con el mismo número de jugadores separados por una línea pintada en el piso. En un área delimitada detrás de cada equipo, los jugadores se lanzaban rápidamente la pelota unos a otros, y perdía

quien la arrojara fuera de la zona delimitada. Este juego requería de una gran movilidad de los participantes.

d) *Phaininda*. Era también un juego de equipos en el cual uno ponía la pelota y el otro trataba de obtenerla sin que cayera al piso, mientras la pelota va de jugador en jugador.

e) *Keretizien*. Éste era un juego similar a lo que hoy conocemos como hockey, y se jugaba con bastones sobre una cancha rectangular” (Salcedo,1996:50).

Roma

Os romanos, vivendo em contínua preparação para as conquistas militares, cultuavam os exercícios físicos e pessoais necessários às práticas esportivas da época. Os etruscos influenciaram os romanos.

Vários monumentos existentes na Roma Antiga reverenciavam o porte atlético de seus personagens, dentre os quais, o do Imperador Augusto, em corpo inteiro e com uma armadura ricamente ornada.

Desde o início de sua existência, sob o reinado de Rômulo, Tito Tácio, Numa, Túlio Hostílio, Anco Marcio, Tarquino e Sérvio Tulio, os jogos sempre fizeram parte da vida cultural e esportiva de Roma.

Os “*ludi romani*”, praticados desde o final do século VI antes de Cristo, foram instituídos pelo Senado, por proposta do ditador Aulus Postumius. Foram disputados até o reinado de César, sempre no mês de setembro, e eram oferecidos a Júpiter.

Júpiter era a maior divindade romana, equivalente ao Zeus dos gregos. Denominado *Júpiter Stator*, quando era invocado para paralisar os exércitos inimigos; *Júpiter Capitolino*, quando era venerado juntamente com Minerva e Juno no templo do Capitólio. A construção de capitólios provinciais, onde Júpiter era venerado, demonstrava lealdade a Roma. Seus cultos tinham caráter nacional e cívico e eram presididos pela “*flamen dialis*” (a flama de Júpiter).

O imperador Júlio César, exímio nadador, no ano de 300 a.C. mantinha uma escola de natação, às margens do rio Tibre, destinada à preparação dos soldados romanos. (Delta Larouse, 1960:7665).

No período republicano da vida política de Roma continuaram as disputas dos “*ludi romani*” e muitos cidadãos romanos disputavam os jogos Olímpicos e Píticos.

Durante la República sólo había siete fiestas anuales celebradas con espetáculos, que bajo Augusto comprendían 65 días em total: los juegos romanos, 15, y desde la muerte de César, 16 (del 4 al 19 de septiembre), los juegos plebeyos, 14 (del 4 al 17 de noviembre), los de Ceres, 8 (del 12 al 19 de abril), los de Apolo, 8 (del 6 al 13 de julio), los de la Diosa Madre, 7 (del 4 al 10 de abril), los de Flora, 6 (del 28 de abril a 5 de mayo) y los de la fiesta triunfal de Sila, 7 (del 26 de octubre al primero de noviembre). De estos 65 días, 13 se destinaban a las carreras, 2 a ensayar los caballos que habían de correr, 2 a banquetes sacros y los restantes a representaciones escénicas. (Salcedo, 1989: 72)

Assim Ludwig Friedlaender enumerou a preocupação romana com os espetáculos que faziam a grandiosidade da vida romana.

Tito, ao inaugurar o Grande Circo, preparou um programa de jogos que durou 100 dias.

Os romanos gostavam muito de derramamento de sangue, o que acontecia nos chamados “Ludi Matutinus”, onde as feras eram apresentadas ao público, lutando entre si ou contra pessoas. As pessoas atiradas à feras eram aqueles que Roma proscovia, tais como os primeiros cristãos. Estes espetáculos geraram inúmeros empregos, desde o caçador, o vendedor intermediário, os transportadores, os construtores dos cenários luxuosos para engrandecer o espetáculo e outros. Em decorrência destas atividades surgiu em Roma uma vasta rede de relações comerciais e jurídicas. (Salcedo, 1992:77-78)

Em Roma surgiram as cores esportivas que, nos dias atuais, são símbolos que identificam os atletas em suas disputas. Para distinguir as facções que participavam das carreiras eqüestres eram usadas as cores verde, azul, branca e roxa. Com as suas

cores, cada qual se apresentava e ornamentava seu carro. Estas carreiras tinham organização profissional, empregando inúmeras pessoas, inclusive escravos, e conseguiram esplendor com apoio do Imperador e aplauso da população romana.

“Uma forma lucrativa de investimento para a classe dos negociantes era a propriedade de escravos treinados como degladiadores, que podiam ser alugados ao governo ou a políticos. Para a recreação do povo.” (Burns, 1986:153).

Em 456 a C., os romanos invadiram a Grécia, dominando seu povo, mas permitindo a realização dos Jogos Olímpicos.

No lugar da paz, imiscuíram-se a discórdia e a corrupção. Roma literalmente profissionalizou seus atletas. E quando, assim mesmo, seus atletas não sobrepujavam os gregos, Roma tentava subornar os adversários. Apesar dos protestos e das acusações dos gregos, Roma não modificou seu procedimento. Os gregos, enfim, sucumbiram. Inúmeros de seus jovens, pressionados, aceitavam as propostas de Roma e entregavam suas contendas. A influência do dinheiro nos jogos exacerbou as iras entre os invasores e os dominados (Lancelotti, 1996:3).

A pressão romana, além da conotação esportiva, também tinha a política. O imperador Tibério e seu sobrinho Germanicus apelaram para a sedução, a fim de conseguirem vencer a prova da quadriga dupla, no ano 17 d.C. Nero, sob ameaças, no ano 67, venceu a quadriga e o concurso de poesia. Esse era o quadro político-desportivo imposto pelos romanos aos gregos até os acontecimentos sangrentos do ano 390.

No ano 19 d.C., através da *Lex Petronia* foi proibido aos senhores destinarem escravos para os jogos de circo.

Os espetáculos romanos não herdaram da Grécia subjugada nenhum acento que valorizasse as provas atléticas. Os jogos de pelota e os atrativos dos balneários foram diversões privativas da classe rica. Nenhum esforço desinteressado prosperou. Os gladiadores de circo eram profissionais. (Lyra Filho, 1973:33).

supremo, na fé, na liberação da alma de qualquer servidão daquilo que é humano e terreno.” (Griffi, ca.1980:138).

A Igreja condenava os jogos e as manifestações públicas romanas porque eram destituídos de qualquer concepção moral ou religiosa, assim como os espetáculos circenses eram degradantes e motivo para apostas que, muitas vezes, corroíam o dinheiro ganho honestamente.

Os bárbaros encontraram a cultura greco-romana em pleno declínio, debatendo-se numa crise política, econômica e social que atingia a multidão romana em contraste com o punhado de cristãos, sobreviventes das catacumbas, que no ano de 313 d.C. conseguiram a liberdade religiosa concedida pelo édito de Constantino.

O espírito belicoso desenvolvido entre as nações européias que surgiam, ajudou a sufocar as práticas desportivas. Toda a energia pessoal encontrava-se voltada para os exercícios guerreiros em preparação para as lutas que aconteceriam entre os povos e principalmente entre os nobres.

Os exercícios físicos passaram a integrar a educação e a preparação militar, assim como a despertar o gosto pelo jogo coletivo.

O medievo representa o ponto de partida para o nascimento dos jogos de equipe, para o nascer de uma infinita gama de jogos esportivos (sobretudo com a bola) e para o fomentar do espírito “provincial” que, envolvendo toda a comunidade, dará início à expressão folclorista. (Grifi, ca.1980:139)

1.3.1 A cavalaria

O cavalo, conhecido na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma e até usado em práticas desportivas, adquire, na Idade Média, uma importância que é militar, política e social.

A Cavalaria como expressão militar admitia homens de qualquer classe social, desde que tivessem cavalo, armas e disposição para a luta. Aos poucos os cavaleiros, em função de seus feitos militares, passaram a gozar de prestígio político e social, tronando-se a Cavalaria um privilégio dos nobres.

A Cavalaria era o grande entretenimento da época. Os cavaleiros constituíam uma classe de cidadãos reverenciados pelo povo, sendo requisitados para as façanhas guerreiras e festejados pela nobreza. Durante as festividades, os cavaleiros participavam de disputas eqüestres, nas quais demonstravam sua força e habilidade. Os cavaleiros foram os grandes heróis guerreiros da Idade Média e, por isto, tornaram-se os personagens principais de sua literatura. Os membros da Cavalaria tinham a lealdade e o cumprimento da palavra dada como seu princípio básico.

À medida que a Cavalaria crescia em prestígio, surgiam as Universidades, Salerno (século XI), Bolonha, Pádua, Paris, Cambridge (século XII e XIII), Roma, Pisa, Perúgia e Florença (século XIV), Turim, Parma e Catânia (século XV), afirmava-se o Feudalismo, como instituição política, social e econômica, e a Igreja Católica grangeava reconhecimento no mundo ocidental.

A primeira cruzada, convocada em 1.095 pelo Papa Urbano II, tinha como objetivo a reconquista dos lugares santos de Jerusalém e atendia ao apelo do imperador bizantino Aleixo Commeno no sentido de reconquistar seus territórios da Ásia Menor perdidos para os turcos. A Cavalaria representava a maior parte do exército cruzado, e suas vitórias, tomando Antioquia e parte da Síria em 1098 e Jerusalém em 1099, deram-lhe prestígio e respeito em toda a Europa.

A Cavalaria não representava para os povos os simples exercícios de cavalgar e lutar, porque, constituída de guerreiros de elites, a preparação do cavaleiro assentava-se numa educação rígida.

Cada cavaleiro se armava às suas expensas, mantendo seu cavalo e apresentando suas armas (espadas, lanças, etc) e escudos ornados com desenhos que caracterizavam a ele ou a seu grupo, quer de lutadores, quer de guerreiros.

O futuro cavaleiro, começava seus exames físicos e o cavalgamento a partir dos 7 anos. Aos doze anos, na condição de pajem era hospedado num castelo feudal e numa corte real, onde aprendia os exercícios de cavalgar, os preparativos para a luta e as regras de cortesia. Praticavam corridas, saltos, lutas, lançamento de pedras e hastes; a trepar, a esgrimar e principalmente a cavalgar.

Com 15 anos, o jovem tornava-se escudeiro, recebendo um cavalo, esporões de prata, lança, escudo, elmo e couraça. Seus exercícios se tornaram mais severos e exigentes. Ele aprendia o decálogo de normas.

Aos 21 anos, era investido como cavaleiro em cerimônia revestida de caráter cívico e religioso, na qual, após uma noite de jejum e orações, recebia as esporas de ouro, a armadura e a espada e, em seguida, corria a quintana.

Com tantos cavaleiros bem preparados, passaram a prosperar as disputas de provas e questões que movimentavam os nobres e agitavam a população em geral, dentre os quais vale citar: *o torneio (belli preludia), gristras, corosello, bigordo, passo d'arme, gualdana, quintana (giostra do sarraceno), corrida do arco*. Os torneios, eram combates violentos entre grupos opostos, que terminavam, muitas vezes, com mortes. Em 1.139, a Igreja passou a aplicar excomunhão sobre os lutadores de torneios e a negar sepultura religiosa aos falecidos nesses jogos.

Os cavaleiros pertenciam à classe social dominante, ao passo que o restante da população praticava muitas outras atividades desportivas, como o tiro ao alvo e inúmeros jogos com bola, tais como bola ao vento, bola à corda, bola à rede, bola ao chute e truque. Este jogo de truque consistia em fazer passar uma bola de madeira em um arco cavado no solo, o qual talvez tenha sido o protótipo do golfe.

Jean Lé Floch'man aponta as justas e os torneios como jogos típicos dos senhores feudais da Idade Média, praticados por cavaleiros.

As *justas* eram disputadas entre dois grupos de cavaleiros separados por uma barreira, que investiam uns contra os outros, armados de uma lança pesada, com o intuito de derrubar o adversário.

Os *torneios*, também eram disputados entre dois grupos de cavaleiros protegidos com elmo e casco de ferro, tendo o escudo em um dos braços, com uma lança curva ou reta se digladiavam. A maioria destas lutas terminava em carnificina.

Praticavam-se também outras espécies de jogos. As festas italianas eram marcadas por corridas pascais, denominadas “*ludi carnevaleru*” e festas da primavera, chamadas “*robigalias*”. Cabe registrar que tais festejos foram adotados pelos cristãos da época e tolerados pelo catolicismo.

Os venezianos, em suas festas, praticavam corridas, saltos, tiros, combates entre grupos sobre uma ponte para arremessar o adversário n’água, além de concurso de “cocanas” e a disputa por um ganso morto amarrado a um laço que deveria ser agarrado pelos ocupantes das gôndolas.

Em Milão e Módena havia instalações esportivas apropriadas para as disputas de luta e de esgrima.

Em Florença, Sena, Perúgia, Palermo e Oma, eram disputadas corridas de cavalos, nas quais os participantes demonstravam sua perícia e velocidade.

“Pode-se afirmar que os jogos medievais com a bola foram os progenitores de muitos esportes modernos.” (Grifi, ca.1980:148).

Antonio Scaino fala de duas modalidades de jogos disputados com bola, em que as equipes eram separadas por uma rede. Na disputa com bola grande, os atletas usavam o punho e o antebraço protegidos por uma cobertura de madeira; nas disputas com bola pequena, era utilizada a palma da mão.

Ainda utilizando bola, havia, entre os florentinos, o “cálcio”, em cuja prática se utilizavam os pés. Esse jogo é considerado o antecedente mais antigo do futebol moderno. Giovanni de Bardi, em 1580, escreveu um documento intitulado “*Discorso sopra il giuco del calcio florentino*” no qual falava de uma disputa, com bola, entre duas equipes, tendo cada uma 27 (vinte e sete) participantes.

No ano 396 da Era Cristã, o Imperador Teodósio I extinguiu em Roma as atividades esportivas pagãs, determinando assim o fim das lutas que se travavam no circo romano entre lutadores até a morte do vencido e entre animais ferozes e pessoas, principalmente os cristãos, que acabavam devorados pelas feras. (Grifi, ca.1980: 82).

O período final de hegemonia romana é marcado por festas e espetáculos, principalmente as corridas de bigas, que se apresentavam destituídos de conteúdo educativo e esportivo.

No ano 476 d.C., a pressão das invasões dos bárbaros, a afirmação do Cristianismo como nova ideologia sócio-econômica e mormente a decadência dos costumes fizeram ruir o que outrora fora o grande Império Romano.

Os juristas romanos não tiveram maiores preocupações com as práticas esportivas; no entanto, por seus efeitos, principalmente os comerciais tiveram elas conotações jurídicas. (Salcedo,1992: 80).

1.3 A Vida Esportiva na Idade Média

A queda do Império Romano, determinada por fatores já expostos, não legou aos povos desagregados, que surgiam com governo próprio, qualquer prática desportiva, pois já estavam relegadas ao esquecimento. O novo período histórico prolongou-se até o ano 1453.

A Igreja Católica, a grande pensadora da época, ainda estava intimamente preocupada com a salvação da alma, ideal a que se apegara como única forma de se opor e reagir contra as práticas selvagens, ditas impropriamente de *esportivas*, de entregar os cristãos à saciedade das feras nos circos. Com essas práticas perdeu o romano a sua esportividade e ganharam os cristãos em vibração espiritual.

“Para a religião cristã, a solução dos problemas morais não devia ser procurada na natureza ou na “razão”, mas unicamente na relação entre espírito e ser

supremo, na fé, na liberação da alma de qualquer servidão daquilo que é humano e terreno.” (Griffi, ca.1980:138).

A Igreja condenava os jogos e as manifestações públicas romanas porque eram destituídos de qualquer concepção moral ou religiosa, assim como os espetáculos circenses eram degradantes e motivo para apostas que, muitas vezes, corroíam o dinheiro ganho honestamente.

Os bárbaros encontraram a cultura greco-romana em pleno declínio, debatendo-se numa crise política, econômica e social que atingia a multidão romana em contraste com o punhado de cristãos, sobreviventes das catacumbas, que no ano de 313 d.C. conseguiram a liberdade religiosa concedida pelo édito de Constantino.

O espírito belicoso desenvolvido entre as nações européias que surgiam, ajudou a sufocar as práticas desportivas. Toda a energia pessoal encontrava-se voltada para os exercícios guerreiros em preparação para as lutas que aconteceriam entre os povos e principalmente entre os nobres.

Os exercícios físicos passaram a integrar a educação e a preparação militar, assim como a despertar o gosto pelo jogo coletivo.

O medievo representa o ponto de partida para o nascimento dos jogos de equipe, para o nascer de uma infinita gama de jogos esportivos (sobretudo com a bola) e para o fomentar do espírito “provincial” que, envolvendo toda a comunidade, dará início à expressão folclorista. (Grifi, ca.1980:139)

1.3.1 A cavalaria

O cavalo, conhecido na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma e até usado em práticas desportivas, adquire, na Idade Média, uma importância que é militar, política e social.

A Cavalaria como expressão militar admitia homens de qualquer classe social, desde que tivessem cavalo, armas e disposição para a luta. Aos poucos os cavaleiros, em função de seus feitos militares, passaram a gozar de prestígio político e social, tronando-se a Cavalaria um privilégio dos nobres. }

A Cavalaria era o grande entretenimento da época. Os cavaleiros constituíam uma classe de cidadãos reverenciados pelo povo, sendo requisitados para as façanhas guerreiras e festejados pela nobreza. Durante as festividades, os cavaleiros participavam de disputas eqüestres, nas quais demonstravam sua força e habilidade. Os cavaleiros foram os grandes heróis guerreiros da Idade Média e, por isto, tornaram-se os personagens principais de sua literatura. Os membros da Cavalaria tinham a lealdade e o cumprimento da palavra dada como seu princípio básico

À medida que a Cavalaria crescia em prestígio, surgiam as Universidades, Salerno (século XI), Bolonha, Pádua, Paris, Cambridge (século XII e XIII), Roma, Pisa, Perúgia e Florença (século XIV), Turim, Parma e Catânia (século XV), afirmava-se o Feudalismo, como instituição política, social e econômica, e a Igreja Católica grangeava reconhecimento no mundo ocidental.

A primeira cruzada, convocada em 1.095 pelo Papa Urbano II, tinha como objetivo a reconquista dos lugares santos de Jerusalém e atendia ao apelo do imperador bizantino Aleixo Commeno no sentido de reconquistar seus territórios da Ásia Menor perdidos para os turcos. A Cavalaria representava a maior parte do exército cruzado, e suas vitórias, tomando Antioquia e parte da Síria em 1098 e Jerusalém em 1099, deram-lhe prestígio e respeito em toda a Europa.

A Cavalaria não representava para os povos os simples exercícios de cavalgar e lutar, porque, constituída de guerreiros de elites, a preparação do cavaleiro assentava-se numa educação rígida.

Cada cavaleiro se armava às suas expensas, mantendo seu cavalo e apresentando suas armas (espadas, lanças, etc) e escudos ornados com desenhos que caracterizavam a ele ou a seu grupo, quer de lutadores, quer de guerreiros.

O futuro cavaleiro, começava seus exames físicos e o cavalgamento a partir dos 7 anos. Aos doze anos, na condição de pajem era hospedado num castelo feudal e numa corte real, onde aprendia os exercícios de cavalgar, os preparativos para a luta e as regras de cortesia. Praticavam corridas, saltos, lutas, lançamento de pedras e hastes; a trepar, a esgrimar e principalmente a cavalgar.

Com 15 anos, o jovem tornava-se escudeiro, recebendo um cavalo, esporões de prata, lança, escudo, elmo e couraça. Seus exercícios se tornaram mais severos e exigentes. Ele aprendia o decálogo de normas.

Aos 21 anos, era investido como cavaleiro em cerimônia revestida de caráter cívico e religioso, na qual, após uma noite de jejum e orações, recebia as esporas de ouro, a armadura e a espada e, em seguida, corria a quintana.

Com tantos cavaleiros bem preparados, passaram a prosperar as disputas de provas e questões que movimentavam os nobres e agitavam a população em geral, dentre os quais vale citar: *o torneio (belli preludia), gristras, corosello, bigordo, passo d'arme, gualdana, quintana (giostra do sarraceno), corrida do arco..* Os torneios, eram combates violentos entre grupos opostos, que terminavam, muitas vezes, com mortes. Em 1.139, a Igreja passou a aplicar excomunhão sobre os lutadores de torneios e a negar sepultura religiosa aos falecidos nesses jogos.

Os cavaleiros pertenciam à classe social dominante, ao passo que o restante da população praticava muitas outras atividades desportivas, como o tiro ao alvo e inúmeros jogos com bola, tais como bola ao vento, bola à corda, bola à rede, bola ao chute e truque. Este jogo de truque consistia em fazer passar uma bola de madeira em um arco cavado no solo, o qual talvez tenha sido o protótipo do golfe.

Jean Lé Floch'man aponta as justas e os torneios como jogos típicos dos senhores feudais da Idade Média, praticados por cavaleiros.

As *justas* eram disputadas entre dois grupos de cavaleiros separados por uma barreira, que investiam uns contra os outros, armados de uma lança pesada, com o intuito de derrubar o adversário.

Os *torneios*, também eram disputados entre dois grupos de cavaleiros protegidos com elmo e casco de ferro, tendo o escudo em um dos braços, com uma lança curva ou reta se digladiavam. A maioria destas lutas terminava em carnificina.

Praticavam-se também outras espécies de jogos. As festas italianas eram marcadas por corridas pascais, denominadas “*ludi carnevaleru* “ e festas da primavera, chamadas “*robigalias*”. Cabe registrar que tais festejos foram adotados pelos cristãos da época e tolerados pelo catolicismo.

Os venezianos, em suas festas, praticavam corridas, saltos, tiros, combates entre grupos sobre uma ponte para arremessar o adversário n’água, além de concurso de “*cocanas*” e a disputa por um ganso morto amarrado a um laço que deveria ser agarrado pelos ocupantes das gôndolas.

Em Milão e Módena havia instalações esportivas apropriadas para as disputas de luta e de esgrima.

Em Florença, Sena, Perúgia, Palermo e Oma, eram disputadas corridas de cavalos, nas quais os participantes demonstravam sua perícia e velocidade.

“Pode-se afirmar que os jogos medievais com a bola foram os progenitores de muitos esportes modernos.” (Grifi, ca.1980:148).

Antonio Scaino fala de duas modalidades de jogos disputados com bola, em que as equipes eram separadas por uma rede. Na disputa com bola grande, os atletas usavam o punho e o antebraço protegidos por uma cobertura de madeira; nas disputas com bola pequena, era utilizada a palma da mão.

Ainda utilizando bola, havia, entre os florentinos, o “*cálcio*”, em cuja prática se utilizavam os pés. Esse jogo é considerado o antecedente mais antigo do futebol moderno. Giovanni de Bardi, em 1580, escreveu um documento intitulado “*Discorso sopra il giuco del calcio florentino*” no qual falava de uma disputa, com bola, entre duas equipes, tendo cada uma 27 (vinte e sete) participantes.

O futebol tinha sido, é curioso, um jogo popular na Idade Média: era comum a plebe disputar um violento racha pelas ruas da cidade na terça-feira de carnaval. (Há quem afirme que a primeira bola chutada na Inglaterra foi a cabeça de um odiado invasor danês). Depois, os reis começaram a proibir o jogo, com medo da agitação popular. Proibido para as massas, foi sobreviver nos colégios para meninos - classes invariavelmente formadas de onze - e universidades, regulamentado e depurado dos seus aspectos plebeus. (Santos, 1981:12)

Os italianos praticavam também as disputas com espada e a equitação, além do excursionismo e alpinismo, aos quais atribuíam qualidades profiláticas e terapêuticas. Atualmente, reconhecem-se as mesmas qualidades para estas práticas, sejam esportivas sejam de simples lazer.

A importância educativa dos jogos foi salientada por Santo Tomás de Aquino (1224 – 1274), Pietro Paolo Vergerio, Giovanni de Domecini, Mateo Palmieri e Maféo Vagi, dentre muitos outros pensadores e educadores.

Os nobres espanhóis também eram aficcionados nas disputas de esgrima e equitação. Estas disputas foram tratadas por Jerônimo Sánches de Carranza (*De la Filosofia de las Armas*) e Luiz Pacheco de Narvaéz (*El Libro de la Grandeza de La Espada*).

Os espanhóis também se dedicavam a esportes com bola e tiveram autores que reconheceram o valor educativo dos exercícios físicos, tais como Juan Vives, Inácio de Loiola, Francisco de Alcocer (*Tratado del Juego*) e Francisco Luque Faxardo (*Fiel Desengaño de la Ociosidad*). Inácio de Loyola (1491 – 1556), fundador da Companhia de Jesus, na regra 47, destinada aos religiosos de sua Sociedade, ponderou:

“Os exercícios físicos são de proveito para o corpo e para a alma na mesma medida, e adequados para todos e também para aqueles que devem dedicar-se a ocupações intelectuais”. Loyola, antes de ser religioso, foi cavaleiro. (Salcedo, 1989:90)

Na França eram praticados exercícios de esgrima e jogos com bola.

Na Inglaterra e na Alemanha os jogos eram praticados com objetivos educativos.

Os cavaleiros teutônicos foram a demonstração da força, da habilidade e do espírito indomado de homens que abraçavam qualquer causa pela sensação da bravura e pelos lucros da conquista.

1.3.2 A renascença

[A partir do século XV, um movimento espiritual, denominado *Humanismo*, resgatou a cultura greco-romana, sendo conhecido como *Renascimento* e foi a preparação cultural para o novo período histórico, delimitado entre os anos 1453 e 1789.]

As artes plásticas, as letras, a organização política e econômica da sociedade acolheram exemplos e modelos da antigüidade greco-romana, que, no entanto, não chegaram ao campo esportivo.

A renovação dos estudos filosóficos e pedagógicos deram nova concepção à educação. não ficando esquecida a educação física.

Vários educadores passaram a ressaltar a harmonia entre espírito e corpo em função de uma vida ativa, valorizando os exercícios físicos com fim ético, social e higiênico, dentre, os quais cabe ressaltar:

Vergerio Pier Paolo (1370 - 1444), precursor de nitro;

Vitorino de Feltre (1378 - 1446), o verdadeiro criador da educação física;

Guarino Veronese (1374 - 1460), pregador da escola aberta para todos;

Leon Battista Alberti (1404 - 1472), a ginástica para a saúde e a moral;

Enea Silvio Piccolomini, o Papa Pio II (1405 - 1464), a ginástica utilitarística;

Vegio Maffeo (1407 - 1458), exercícios para a psique;

Baldassar Castiglione, conde e diplomata (1478 - 1529), importância da preparação física para perfeita formação do cortesão;

Desidério Erasmo, de Rotterdam (1466 - 1536), o corpo instrumento da alma;

François Rabelian (1494 - 1553), médico, educação física como meio para desenvolvimento do organismo e para manter sadio o corpo;

Richard Mulcaster (1530 - 1611), novo método científico à educação;

Michels de Montaigne (1533 - 1592), educar um homem e não somente uma alma e um corpo;

Giovani Botero (1533 - 1617), escolas com espaços verdes.

Algumas manifestações esportivas devem ser registradas, principalmente na Itália, com a prática do “calcio “ e os esportes aquáticos, disputados em regatas, com participação de grande número de pessoas.

Os duelos e torneios com armas, nos quais se procurava lavar a honra, a fama ou a dignidade foram regulamentados.

Há uma pintura de Pieter Bruegel, o Velho, pintor flamengo, que viveu em Bruxelas, entre 1525 e 1569, conhecida como Jogos de Crianças, datada de 1560, lembrada por Jean Delumeau, que retrata crianças jogando na rua e em praça pública, *trompo, arco, de molinillo, a corda, al aro, a mercese* e a golpear-se como se estivessem montados em cavalos. O registro desta pintura, considerada entre as mais importantes do pintor, demonstra que as crianças também praticavam jogos naquela época e que se assim o faziam, era por mera imitação daqueles praticados pelos adultos. (Salcedo, 1989: 97 e Delta Larousse, 1975: 1 117).

O atletismo foi despertado no século XVII com a publicação de *Book of Sports*, por Jacob I, da Inglaterra.

1.3.3 A reforma e a contra-reforma

A Reforma protestante, fracionando o Catolicismo, abriu espaço para a

expansão cultural.

A Contra-reforma promovida pela Igreja Católica, através do Concílio de Trento (1545 - 1563) apresentou duas faces: a negativa, através da inquisição, e a positiva, através da educação. Nesta salientaram-se a Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loiola em 1534, e as Escolas Pie Degli Scolopi, fundadas por José Calasanzio, ambas voltadas para a educação da juventude.

Ao mesmo tempo que os renascentistas desvendavam a importância da ginástica, também descobriu-se a importância da medicina interligada à educação física. Observa Ulmann:

“No século XVI descobriu-se seja a medicina grega, seja a literatura grega. Descobrir a medicina grega significa retornar a Hipócrates e a Galeno. E retornar a Hipócrates, e, sobretudo a Galeno, queria dizer tomar conhecimento da ginástica médica dos antigos na sua forma mais elaborada e sistemática. (Grifi, ca.1980: 179)

A efervescência cultural do Renascimento atingiu as elites da nobreza europeia. O povo sentiu as conseqüências da movimentação religiosa através da Reforma e da Contra-Reforma, principalmente com o oferecimento de educação, através do ensino popular, ministrado por religiosos.

A movimentação cultural tornou conhecidas as práticas desportivas, às quais o povo se dedicava, principalmente na Itália, França, Suíça, Inglaterra, Escócia e Alemanha.

Não havia a uniformidade das regras esportivas referentes aos exercícios praticados, mas os fundamentos básicos eram assemelhados. Assim eram praticados os exercícios de corridas, saltos, luta, pugilato, arco, funda (Grifi, ca.1980:188).

Nos séculos XIV, XV e XVI manifestaram-se e destacaram-se os jogos de bola, nos quais o exercício físico exigia a habilidade de controlar uma bola conforme as regras da modalidade esportiva apresentada. A bola apresentava tamanhos diversos.

Entre esses jogos com bola, cabe destacar:

Paume ou jeu de paume (palma ou jogo de palma), consistia em bater a bola com a palma da mão; era uma evolução do “*ludus pilae cum palma*” praticado pelos romanos. A mão que batia na bola, a princípio desprotegida, teve o envolvimento em panos ou luvas, tendo sido utilizado um batedor de forma redonda ou quadrada recoberto por pergaminho. Era o protótipo do tênis. Já eram utilizados juízes para a competição e a pontuação era semelhante à atual (15, 30, 40). Disputavam-se seis (6) jogos.

Soule (jogo de bastão), também conhecido por *choule* ou *cholle*. Consistia em impulsionar a bola com as mãos e os pés para o campo adversário e introduzi-la numa meta pré-determinada. Foi regulamentado em 1.412 e se assemelha ao rugby (rúgbi).

Crosse (bastonete), era jogado com um bastão recurvo na extremidade, com o qual bola deveria atingir um ponto marcado ou um buraco encravado na terra. Teria sido o protótipo do golf (golfe), do hockey (hóquei), do cricket (criquete).

Pallacorda (pá e corda), era um jogo no qual se utilizava uma bola pequena, compacta e cheia de tosa de lã, do qual nasceu o tênis.

Pallamaglio (pá e martelo), era jogado com um instrumento semelhante a um martelo que impulsionava uma bola de madeira entre arcos, assemelhando-se ao moderno golfe (Grifi, ca.1980: 188 – 189).

O esporte mais conhecido foi contudo o calcio fiorentino, jogado pelos nóbéis, na Toscana. Diz Scaino “dividido o campo em duas partes iguais, e no meio colocada a bola, distintos os jogadores, de dois times, com farda diferente, para que, ao combater, se possam reconhecer, dado o sinal, ao som de um tambor ou de uma trombeta, um dos jogadores, a quem toca de ser o primeiro, ou por eleição, ou por sorte, bate a bola com um ponta-pé, o que uma vez feito, entende-se começada a contenda. É lícito, após, seja de uma parte ou de outra, pegar a bola, batê-la e atirá-la em direção ao sinal dos adversários. Desse rito de começar o jogo, talvez, tenha sido nominado o “jogo do cálculo”. (Grifi, ca.1980:189)

De um escritor, posterior a Giovanni de Bardi, provedor do jogo de cálculo em Firenze extraímos que o palco dos encontros era a Piazza S. Croce, de 6 de janeiro até o final do carnaval, à tardinha de todos os dias. As equipes eram composta de 27 elementos, subdivididos em 5 lançadores, 7 defensores (4 na frente e 3 atrás), 15 corredores (da fossa, do meio e do muro) dispostos sobre um terreno de 50 x 100m. (Grifi, ca.1980: 189).

Este jogo teve tanto sucesso que foi nominado no vocabulário da Crusca, que na edição veneziana de 1612, assim o define: "é cálculo também nome de um jogo, próprio e antigo da cidade de Firenze, à guisa de batalha ordenada com uma bola jogada ao vento, assemelhando-se à esferomaquia, passada dos gregos aos latinos e esses para nós". A referência ao harppastum e ao episciro, é evidente. O jogo, como dizíamos, teve sucesso e se propagou em toda a Itália, de Pisa a Bolonha, de Livorno a Pádua, e a Veneza, até a amalgamar-se ao hurling over country, semelhante até a soule que se propagou o cálculo em toda a Grã-Bretanha, mãe indiscutível do foot-ball moderno" (Grifi, ca.1980: 189-190).

Assim, o foot-ball, teria nascido na Grécia, chegado a Roma, praticado nas cidades italianas e alcançado a Inglaterra. Lá recebeu a regulamentação desportiva definitiva, disseminou-se para todo o mundo e se tornou conhecido como o esporte das multidões.

1.4 As Práticas Desportivas no Século XVIII

O século XVIII, histórica e economicamente, deixou marcas indeléveis na vida dos homens e caracteriza a Idade Contemporânea.

Século das luzes, do espírito francês, do despotismo esclarecido, é assim que habitualmente é apresentado o século XVIII: século de expansão dos intercâmbios mercantis, notadamente do comércio mundial, e do progresso da produção mercantil, agrícola e manufatureira, com alta de preços e crescimento da população, tudo isto principalmente na segunda metade do século, e tendo, como resultados simultâneos, a multiplicação das riquezas e o agravamento da pobreza. (Beaud, 1989: 64-65)

Nesse século processaram-se o fortalecimento do capitalismo, a Revolução Francesa (1789), a Independência dos Estados Unidos da América e a promulgação da

Primeira Constituição da História (1776), a promulgação da Segunda Constituição da História pela Dieta Polonesa e em seguida a divisão triplíce da Polónia (1792). Notabilizaram-se ainda as manifestações de cunho filosófico e jurídico de Montesquieu, Rosseau e Bentham.

No entanto, esportivamente, não há prática que mereça ser registrada. Mas, no campo das idéias, há a colaboração de Emmanuel Kant, de Madame Genlis, de Juan Jacob Rousseau.

Kant (1724 – 1804) defende a liberdade de objetivos como um dos critérios do jogo.

Madame Genlis, responsável pela educação dos filhos do Duque de Orleans, faz os mesmos praticarem exercícios.

Rousseau, em *Émile* (O Emílio), expende opiniões sobre o conteúdo educativo dos jogos (Salcedo, 1989: 99).

Em 1719, aparece na Inglaterra, James Figg, ensinando exercícios de defesa pessoal, inclusive o box. Figg lutava box e não foi vencido até 1730, quando abandonou a sua prática. Em 1742 foram aprovadas as regras para as lutas de box e incorporadas às *London Prize Ring Rules*.

Ainda, em Londres, em 1760, realizam-se regatas no rio Tâmesa, das quais surgiu o remo como esporte moderno. As práticas como remo sempre foram utilizadas, principalmente como forma de propulsão das embarcações. Mas os ingleses é que foram os primeiros a medir a força das remadas como instrumento de competição.

Os ingleses praticaram também o hipismo, as corridas a pé, o golf (golfe) e o cricket (criquete), mas todos apresentando caráter aristocrático.

Ao findar-se o século, em 1799, em Copenhague (Dinamarca), sob a liderança de Francisco Nachtegall (1777–1847), foi constituída uma sociedade de ginástica e mais tarde fundado o pioneiro Instituto Militar de Ginástica. Sob as ordens de Nachtegall, estiveram praticando exercícios o futuro rei, Frederico, coroado em

1808 e que favoreceu ao desenvolvimento das novas práticas, e Pier Henrique Ling, que se tornou o responsável pela introdução da ginástica científica na Suécia.

Em 1828, o Instituto Militar de Ginástica transformou-se em Escola Normal de Ginástica de Copenhague. Então a ginástica passa a ser disciplina obrigatória no ensino dinamarquês. Em 1839 surge a Escola Normal de Ginástica Feminina, com finalidade de formar professoras.

1.5 O Renascimento Esportivo no Século XIX

O século dezenove caracteriza-se pela ascensão do capitalismo industrial e pela implantação de novos regimes políticos espelhados nas idéias políticas e econômicas da Revolução Francesa (1789) e na Independência Americana (1776). Afirmam-se a lógica capitalista de produção, explorando um número sempre maior de trabalhadores e colocando no mercado uma gama diversificada e crescente de mercadorias.

É nesse contexto social de trabalho vinculado ao capital que faz crescer a riqueza das classes dominantes, e que ocorre a afirmação das práticas desportivas como atividade organizada. O esporte deixa, pouco a pouco, de ser uma atividade eventual e de lazer para tornar-se uma estrutura interessante aos investimentos dos capitalistas e merecedora dos aplausos dos trabalhadores.

Não é, pois, por coincidência que, na Inglaterra, onde a nova ordem econômica desponta com força suficiente para suplantar a antiga organização social, as práticas desportivas sejam estruturadas em organismos próprios e específicos, definidores das características técnicas de várias modalidades esportivas.

Os desportos só começaram a tomar corpo no século XIX, quando as raízes da economia fortaleceram o progresso social dos povos e libertaram a cultura dos preconceitos religiosos. À medida que a economia se adensa para avigorar o bem estar social, possibilitando à cultura novas fontes de sustento, mais se fortifica e projeta a sistematização universal dos desportos. (Lyra Filho, 1973:36)

Assim Brohm apresenta o surgimento do quadro esportivo inglês, que se irradiou para o mundo:

“Poco a poco, todos los demás deportes comenzaron a difundirse, a desarrollarse y sobre todo a organizarse como institución durante los decenios comprendidos entre 1 860 y 1 900” (Salcedo, 1989:103).

Os ingleses registram feitos esportivos no alpinismo, no polo aquático e no atletismo.

Em 1 850, chegam aos alpes suíços e, no espaço de 15 anos, galgam todos os seus picos. (Delta Larousse, 1975:7588).

As Universidades de Cambridge e Oxford, a partir de 1864, passam a disputar entre si competições de atletismo, que se espalham pelo mundo, chegando aos Estados Unidos da América (Delta Larousse, 1975: 7595).

O polo aquático é praticado na Escócia e na Inglaterra, desde 1850, com as denominações de “watter base-ball, foort-ball in the water ou aquatic polo”, tendo suas regras sido unificadas em 1860 e tendo obtido o reconhecimento oficial como modalidade desportiva, em 1885, pela Amateur Swimming Association. Em 1889 foi fundada a Federação Inglesa de Water-Polo.

Os franceses marcaram presença entre outros esportes, no automobilismo, no ciclismo e no remo.

Em 1894, no dia 28 de julho, foi realizada a primeira competição automobilística entre as cidades de Paris e Ruão, distantes 136 km. Venceu a prova o Conde de Dion, fazendo o percurso em 5 horas e 40 minutos, com a velocidade média de 24 km horários. Participaram da prova 102 “chauffeurs” (Delta Larousse, 1975: 7623).

O Automóvel Clube da França foi fundado em Paris, a 12 de novembro de 1895, sendo considerado o pioneiro. Logo em seguida, a Itália, na cidade de Turim, fundou seu clube em 1897.

No ano de 1895, realizou-se a primeira corrida automobilística na América, disputada entre as cidades de Chicago e Waukegan, com percurso de 112 km, efetuado em 7 horas e 30 minutos, com velocidade horária média de 15 km. (Delta Larousse, 1960: 7623).

Em 1891, no percurso entre as cidades de Paris e Brest, ida e volta, com 1.200 km, foi disputada a primeira prova ciclística, vencida por Charles Terront, em 71 horas e 22 minutos (Delta Larousse, 1975: 7655)

Em 1834, na bacia de Villette, em Paris, foi disputada, na França, a primeira prova de remos. Em Ruão e Havre eram fabricados barcos desportivos de todos os tipos (Delta Larousse, 1975: 7676).

Surgiram, em seguida, várias entidades dedicadas à prática do remo, tais como: de Havre (1840), de Somme (1846), de Ruão (1848), de Paris, denominada Rowing Club (1853), de Lião (1854) e Reims (1854). (Delta Larousse, 1975: 7676). A denominação inglesa dada ao clube de Paris revela a influência britânica nas práticas esportivas que se difundiam pelo mundo.

Após a guerra de 1870, o remo desenvolveu-se mais rapidamente, em 1892 foi fundada a Federação Internacional, pelas federações da Bélgica,, França, Itália e Suíça. (Delta Larousse, 1975:7677).

(Organizaram-se, então, várias entidades, que passaram a exercer atividades de supervisão, coordenação e normatização de cada modalidade de prática desportiva, entre elas, destacando-se, as seguintes:

- Foot-Ball Association, em 1863;
- Amateur Athletic Club, em 1866;
- Hockey Association, em 1866;
- Amateur Metropolitan of Swimming Association, em 1869;
- Rugby Foot-ball Association, em 1871
- Associação Nacional de Beisebol Profissional, em 1871;

- Bycyclist's Skantig Association, em 1879;
- Metropolitan Rowing Association, em 1879;
- Amateur Boxing Association, em 1884;
- Comitê Olímpico Internacional em 1894;
- Lawn Tennis Association, em 1895;
- Amateur Fencing Association, em 1898. (Salcedo, 1989: 103).

Os Estados Unidos da América, influenciados pelo surgimento e expansão do esporte na Europa, principalmente na Inglaterra, deu cobertura às práticas desportivas que os imigrantes holandeses já exerciam desde 1659, com as disputas de rugby (rúgbi), lutas e boxe.

As escolas americanas perceberam desde logo o conteúdo educativo que o esporte oferecia e passaram a permitir e entusiasmar as suas práticas, convertendo seus pátios em praças desportivas.

Cabe lembrar que Pierre Coubertin, quando pensou em difundir a idéia de restauração dos Jogos Olímpicos, veio ao Novo Mundo fazê-lo. Os primeiros contatos com o amigo Sloane, historiador e professor da Universidade de Princeton, não foram entusiasmadores, mas, ao final, o educador americano rendeu-se ao idealismo do Barão francês.

O envolvimento da juventude americana com o esporte, através de atividades escolares impressionou a Coubertin.

As escolas americanas não se restringiram às práticas oriundas do continente europeu, mas também criaram e desenvolveram modalidades desportivas diferentes das então conhecidas.

Podemos, assim, tratar do futebol americano, do basquete e do vôlei. Destacar-se-á a contribuição de Young Men Christian Association como criadora e difusora esportiva.

Surge a National Association of Professional Base Ball Players. Em consequência de dissidência cria-se, em 1876, a Liga Nacional de Beisebol, a qual ainda existe. Em 1900 é fundada a Liga Americana de Beisebol.

Los estudios de los educadores norteamericanos han englobado todo lo deportivo; la creación de series de pruebas, competiciones confeccionadas de acuerdo con baremos, constituyendo pruebas de la valía y progreso de los alumnos; publicación de obras técnicas, producción de filmes y organización material. (Salcedo, 1989:107-108)

Na França, a ginástica, por decreto, era obrigatória nos Liceus e Escolas, mas, somente após a guerra de 1870, o ministro Jules Simon fez colocá-la em prática.

Na visão de Coubertin a obrigatoriedade imposta pelo ministro apresentava um quadro desanimador, como evidencia este reistro dele:

“Exercícios de conjunto repetidos até à exaustão, desfiles, bandeiras, fanfarras, discursos (que não escondem intenções políticas) é tudo quanto as sociedades de ginástica oferecem à juventude, à saída das escolas, que são autênticas casernas.” (Marreiros, 1992: 36).

Surgiram os clubes dedicados, inicialmente, à prática da ginástica, tais como o “Stade Français”, fundado por alunos de um Colégio, e o “Racing Club” voltado para o atletismo, que à época se resumia a corridas a pé. George Demeny (1850-1917) fundou o Círculo de Ginástica Racional em 1880, no qual a atividade motora estava condicionada ao resultado prático e positivo. Demeny foi professor de Fisiologia na Escola Superior de Joinville, na França.

Outras entidades dedicavam-se às armas, à equitação, ao remo e ao “jeu de paume”. Ainda foi fundada a Liga Nacional de Educação Física e a União das Sociedades Francesas dos Desportos Atléticos.

A Suécia participou intensamente da efervescência esportiva, registrando em 1833 a fundação da Associação Olímpica, sob a liderança de Gustaf Hoan

Schantau, professor de ginástica e esgrima, discípulo de Ling, criador da ginástica sueca.

Os ingleses tiveram a habilidade de tentar a uniformização técnica de várias modalidades desportivas, conseguindo, assim, que suas práticas manifestassem identidade e a mesma igualdade em sua difusão pelo mundo afora.

Já na Idade Moderna o desenvolvimento do desporto é fruto sobretudo dos estudantes universitários ingleses que recuperaram ou reinventaram quase todas as provas de atletismo: salto em distância, salto triplo, salto com varas e corridas com obstáculos. Os britânicos também inventaram o "rugby", deram regras universais ao futebol, desenvolveram a construção de iates desportivos e de ringues de boxe. No plano da legislação desportiva criaram, vale dizer, regularam, por escrito, regras fixas para os diversos desportos que até então vinham sendo praticados de forma distinta e variada, com um caráter marcadamente regionalista, o que se constituía como fator impeditivo de sua homogênea generalização e difusão (Melo Filho, 1995: 22).

Acontece también que el criterio y la capacidad de unificar de los hombres del siglo pasado - al menos en materia deportiva - hicieron que quedaran al descubierto no solamente la rentabilidad del hecho deportivo sino su racionalización, lo cual permite convertirlo en una bandera ética y en un instrumento ideológico y político. (Salcedo, 1989:104).

Os jogos que a princípio eram considerados, na expressão de Duvignaud, “não servirem para nada”, passaram a preencher o tempo livre, como componente do lazer e, em sua continuidade, despertaram a sagacidade dos capitalistas, para transformá-los em atividade econômica, em face da opção preferencial da população, principalmente dos trabalhadores, massificados pelo trabalho durante a estafante semana de trabalho, com atividade diária média de 16 horas.

O esporte, sendo uma bandeira ética e um instrumento ideológico e político despertou a preocupação dos governantes dos Estados, em regulamentar-lhe a prática, sem ferir a uniformidade técnica da disputa definida por instituições específicas de cunho e abrangência internacional.

ítico

A regulamentação soberana de cada Estado significava a nacionalização do esporte, pela qual os governantes encontravam amparo na massa humana que se concentrava num estádio para aplaudir o feito esportivo ou apupar o fracasso.

[Surge o profissionalismo desportivo em busca do aperfeiçoamento atlético e da conquista de resultados não obtidos em disputas anteriores, registrando marcas vitoriosas, chamadas de “recordes”.]

[Em consequência, surgem a indústria e o comércio do material necessário à prática das mais variadas modalidades desportivas.]

A profissionalização da prática desportiva e a intervenção do poder público passaram a pleno vapor para o século XX, como conteúdo estrutural do esporte.

[Ainda, como contribuição do século XIX ressurgem os Jogos Olímpicos, dos quais se tratará na seção seguinte.]

Johan Huizinga, autor de “Homo Ludens”, informa:

desde o último quartel do século XIX os jogos desportivos vêm sendo tomados cada vez mais a sério; as regras se tornam cada vez mais rigorosas e complexas, estabelecendo-se recordes de altura, velocidade ou resistência superiores a tudo quanto antes foi conseguido. (Lyra Filho, 1973: 140)

Lyra Filho completa o pensamento de Huizinga com as seguintes reflexões:

Para isto não hão de ter contribuído razões de ordem filosófica, moral, religiosa, política ou jurídica. As razões são de ordem social e cultural, conforme tenho desejado explicitar. O prumo social desloca-se e as influências culturais adquirem novos acentos, inclusive nos desportos, que não distinguem etnias, línguas, religiões, ideologias políticas ou grupos econômicos, inclusive aqueles marcados segundo o status dos atletas, sejam amadores ou profissionais. Não há separação na sociedade universal dos desportos; ela se estende com vínculos ecumênicos de cultura. (Lyra Filho, 1973: 140)

/ Simultaneamente à iniciação nos esportes coletivos se desenvolvia a prática da educação física através da atividade das escolas alemã, sueca, francesa e inglesa.

A Escola Alemã, nascida em resposta natural à derrota imposta aos prussianos em 1806 pelas tropas de Napoleão, tinha como fundamento desenvolver o espírito nacionalista com fins militares. Federico Ludovico Jahn (1778–1852) é considerado o pai da ginástica alemã, foi estudante de teologia e se formou em filosofia.

A Escola Sueca tinha fundamento racional e científico e praticava a ginástica pedagógica e estética.

A Escola Francesa preocupava-se com aspectos metodológicos e fisiológicos.

A Escola Inglesa procurou recuperar as tradições da antigüidade clássica e serviu de alavanca para a criação do esporte moderno.

O século XIX legou para a humanidade um figurino de vida diferente do que recebera das gerações anteriores; esse legado serviu de fundamento para os desportos dos próximos cem anos .

1.6 Os Jogos Olímpicos Modernos

1.6.1 A restauração dos jogos

/ Os gregos, conhecidos, por seu pensamento filosófico, também tiveram uma educação esportiva marcante e tão marcante, que realizaram jogos com tanta organização e reconhecimento dos povos, que, até os dias atuais, são citados e estudados como referencial esportivo universal. ,

/ Mas estes jogos desapareceram no ano 396 d.C., deixando a marca do saudosismo esportivo,

do

Depois de muitos séculos, surgiu na França, distante milhares de quilômetros da Grécia, na última década do século XIX, um movimento, liderado por Pierre de Fredi, visando restabelecer os jogos que engrandeceram os gregos - os jogos olímpicos.

Pierri de Fredi nasceu em Paris a 1º de janeiro de 1863, herdou de família o cognome de Coubertin, pelo qual passou a ser conhecido como Barão, faleceu em dois (2) de setembro de 1937, em Genebra na Suíça; seu coração colocado numa urna de bronze, está sepultado em Olímpia.

Entusiasmado com a descoberta das ruínas de Olímpia pelo pesquisador alemão Ernst Curtius, Pierre de Fredi idealizou restabelecer a realização dos jogos olímpicos. O Barão de Coubertin despendeu esforços, suportou contratempos e enfrentou a oposição de muitas pessoas à sua proposta de restauração dos jogos olímpicos.

O convencimento de Coubertin à sua idéia foi alicerçado com o relacionamento ao filósofo francês, Dr. Thomas Arnold (1795-1842), diretor da Universidade do Colégio de Rugby. Rugby era uma pequena cidade, próxima de Oxford, na Inglaterra. O Dr. Arnold defendia a integração do desporto ao ato educativo e na sua escola os alunos participavam dessa interação.

A atividade de Pierre Coubertin em prol do desporto não passou despercebida ao Presidente da República Francesa, Armand Fallieres, que o convidou para representar a França num Congresso sobre Exercícios Físicos, a realizar-se em Boston, na América

Coubertin considerou vencida a primeira batalha, pois, teria o ensejo de divulgar sua idéia a respeito do restabelecimento dos jogos olímpicos para além do continente europeu.

Simultaneamente nos colégios católicos franceses, o Padre Didon, através de sua oratória, conseguia introduzir os exercícios físicos e práticas desportivas

Em 25 de novembro de 1892, durante as comemorações do 5º aniversário das Sociedades Francesas de Desportos Atléticos, Coubertin, discursando na Sorbonne, proclamou a necessidade de restauração dos jogos olímpicos, expondo a tese “Fantasia Criadora do Homem”. Arrematou dizendo: “Há que internacionalizar o desporto; é necessário organizar de novo os jogos olímpicos.” (Marreiros, 1992: 37).

O entusiasmo demonstrado por Coubertin amedrontou os simpatizantes das vozes contrárias, mas o jornal “Les Temps”; de Pascal Grousset, iniciou uma campanha em prol da realização dos jogos olímpicos.

Coubertin proferiu uma série de conferências na Inglaterra e nos Estados Unidos da América divulgando a idéia olímpica e convocando um congresso.

No dia 23 de junho de 1894 realiza-se o I Congresso Olímpico Internacional, com a presença de 79 delegados representando 13 países e nações com apoio de outros 21 países.

O Congresso inicia discutindo o amadorismo, mas logo envereda para a idéia alimentada por Coubertin, sendo criado o Comitê Olímpico Internacional com a missão de:

“1º - celebração regular dos jogos;

2º - aperfeiçoar esta celebração, sendo digna de seu glorioso passado de acordo com os nobres ideais de quem os renovaram;

3º - estimular e organizar todas as provas assim como adotar as medidas necessárias para que o atletismo moderno vá pelo bom caminho”. (Marreiros, 1992:39)

Também fica definido que os primeiros jogos seriam realizados em Atenas, na Grécia, em 1896.

Em outubro de 1894, Coubertin viaja para a Grécia levando uma carta do Delegado Húngaro no Comitê Olímpico Internacional, na qual manifestava interesse de realizar os jogos de 1896, integrando as comemorações do milênio do Estado

Húngaro, caso a Grécia viesse a desistir da honraria. Interessa observar que até hoje nenhuma cidade da Hungria sediou os jogos.

Ante a indiferença do governo grego em assumir financeiramente o grande empreendimento, Coubertin e Bikelas, presidente do Comitê Olímpico Internacional, conseguiram o patrocínio do milionário grego George Averoff, que mandou restaurar inteiramente em mármore o estádio do Panatenaico, com capacidade para 80 mil assistentes. (Duarte, 1996: 49).

Bernard Guillet, comentando a luta de Coubertin, assim se expressa:



El 25 de noviembre de 1892, cuando Pierre de Coubertin lanzó por primera vez la idea de restablecer los Juegos Olímpicos, fue recibido con matices de escepticismo; pocos de sus interlocutores pensaban que su proyecto pudiera realizarse jamás. Incluso después del Congreso del 23 de junio de 1894 que decidió la restauración, las dificultades a vencer parecían aun más demasiado numerosas para poder creer en un renacimiento cercano.

Es que no conocían bien la tenacidad de la que Pierre de Coubertin había ya dado prueba y a la que unía fina diplomacia. Se marcha a Grecia en noviembre de 1894 y obtiene apoyo del príncipe real y la colaboración de Averoff quien por su cuenta hace reconstruir el magnífico estadio del mármol blanco, réplica del antiguo estadio de Pericles; se pone en contacto con países extranjeros y, en 1896, trece naciones concurren a estos Juegos que Pierre de Coubertin había aceptado hacerlos revivir en su tierra natal. (Salcedo, 1989: 105)

Na data marcada do ano de 1896, entre os dias 5 e 13 de abril, em Atenas foi realizada a primeira Olimpíada dos Tempos Modernos, com a disputa de 43 provas nas modalidades de atletismo, ciclismo, esgrima, ginástica, halterofilismo, natação, tênis, luta, levantamento de peso, luta greco-romana, tênis e tiro ao alvo. As provas de natação foram realizadas na baía de Zea, cujas águas apresentavam a temperatura de 13 graus centígrados. Participaram 311 atletas masculinos, representando 13 países: Alemanha, Austrália, Bulgária, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Suécia e Suíça.

As cerimônias de abertura dos jogos foram precedidas pela manhã com celebração de *Te Deum* na Igreja Metropolitana e realizada às 3 horas da tarde, no

estádio, com a presença do Rei George e sua corte. O Príncipe herdeiro Constantino usa da palavra enaltecendo a iniciativa de Coubertin e pedindo ao Rei George I que proclame a abertura dos Jogos Olímpicos Modernos.

O Padre Henri Didon, da Companhia de Jesus, amigo fiel de Coubertin, contribui com o lema, em latim: *CITIUS, ALTIUS, FORTIUS* - mais rápido, mais alto, mais forte - que tem marcado os jogos desde então.

O delegado alemão Gebhardt, inimigo de Coubertin, presente à cerimônia, prestou-lhe homenagem dizendo: “Tudo isto é obra sua”.

Programadas as Olimpíadas para cada período de quatro (4) anos, foram realizadas sucessivamente, com a ocorrência dos mais variados acontecimentos e com introdução de inovações, nas seguintes cidades e data determinadas:

1900 - Paris (França) - com participação de 22 países.

Foram introduzidas provas de hipismo, remo, arco e flecha e polo aquático.

1904 - Saint Louis (Estados Unidos da América) - com participação de 12 países.

Disputaram-se as provas de saltos ornamentais e de boxe. Foi constatado o primeiro caso de “doping”, no qual o atleta americano Fred Lord perdeu a medalha de ouro que ganhara na maratona.

1908 - Londres (Inglaterra) - com participação de 23 países.

Introduzido o desfile das delegações participantes, iniciando pela delegação do país sede, vindo as demais em ordem alfabética. Foram iniciadas as disputas de futebol e hóquei na grama.

1912 - Estocolmo (Suécia) - com participação de 28 países.

Houve conflitos racistas. Deixou de ser disputada a prova de arco e flecha.

1916 - Não foi realizada devido à Primeira Guerra Mundial. Berlim seria a cidade promotora.

1920 - Antuérpia (Bélgica) - com participação de 29 países.

O Brasil participa pela primeira vez das Olimpíadas.

Os brasileiros disputaram as provas de tiro, obtendo medalhas de ouro (Guilherme Paraense), de prata (Afrânio Costa) e bronze (equipe formada pelos dois já citados e Sebastião Wolf, Dario Barbosa e Fernando Soledade). Foi introduzido o juramento olímpico, que desde então é pronunciado na cerimônia de abertura dos jogos, constando de leitura do seguinte texto, elaborado pelo Barão de Coubertin:

Nós juramos que nos apresentamos nos Jogos Olímpicos como competidores leais, respeitadores dos regulamentos que os regem e desejosos de neles participar com espírito cavalheireco, para honra dos nossos países e glória do desporto. (Marreiros, 1992: 54)

Não foram convidadas Áustria, Bulgária, Alemanha, Hungria e Turquia, consideradas nações derrotadas na Guerra. Foi disputada a prova de arco e flecha. O iatismo e a vela foram admitidos como esporte olímpico.

1924 - Paris (França) - com participação de 44 países.

A prova de arco e flecha foi retirada do elenco de disputas.

1928 - Amsterdam (Holanda) - com participação de 46 países.

No Congresso desta Olimpíada foi aprovada a utilização de “photo-finish” nas provas de atletismo, bem como aprovada a primeira regra contra o “doping”. A chama olímpica foi reintroduzida, restabelecendo uma tradição da antiguidade grega. O tênis foi retirado das disputas.

Nessa Olimpíada, as mulheres participaram, pela primeira vez, nas provas de ginástica e atletismo.

1932 - Los Angeles (Estados Unidos da América) - com participação de 32 países.

Construiu-se uma aldeia olímpica, destinada a abrigar os participantes.

1936 - Berlim (Alemanha) - com participação de 49 países.

Introduziram-se as disputas de basquete masculino e a canoagem.

A tocha olímpica passou a ser acesa em Olímpia, na Grécia, e conduzida por atletas até a cidade promotora dos jogos.

Os jogos foram explorados politicamente por Hitler, que chegou ao extremo de recusar-se a entregar as medalhas conquistadas pelo atleta negro Jesse Owens.

1940 e 1944 - A XII e XIII Olimpíadas não foram realizadas devido à Segunda Guerra Mundial

1948 - Londres (Inglaterra) - com participação de 59 países.

A Alemanha e o Japão, vencidos na Guerra, são proibidos de participar das Olimpíadas.

1952 - Helsinque (Finlândia) - com participação de 69 países.

O Brasil participa, pela primeira vez, com sua equipe de futebol.

1956 - Melbourne (Austrália) - com participação de 67 países.

Conflitos entre os atletas, por causa da invasão da Hungria pela Rússia.

1960 - Roma (Itália) - com participação de 83 países.

1964 - Tóquio (Japão) - com participação de 93 países.

Introduziram-se o volei masculino e o judô como esportes olímpicos.

1968 - México (Capital) - com participação de 112 países.

O tênis foi apresentado como esporte de demonstração.

Dois (2) atletas negros sofreram a retirada das medalhas e foram expulsos da aldeia olímpica por terem exibido os punhos cerrados, símbolo do “Black Power.”

1972 - Munique (Alemanha) - com participação de 122 países.

A modalidade de “arco e flecha” retorna definitivamente ao rol olímpico; é introduzido o handebol. .

Atentado contra a delegação israelista, com mortes.

1976 - Montreal (Canadá) - com participação de 92 países.

Admitido o basquete feminino entre os esportes olímpicos.

Boicote dos países africanos em protesto à participação da Nova Zelândia.

1980 - Moscou (Rússia) - com participação de 81 países.

Incluiu-se, entre o rol dos esportes olímpicos o vôlei feminino. Ocorreu boicote dos atletas dos E.U.A. em protesto contra a invasão do Afeganistão pela Rússia.

1984 - Los Angeles (E.U.A.) - com participação de 140 países.

Mais uma vez o tênis foi apresentado como esporte de demonstração. Admitiram-se as provas de nado sincronizado.

Efetuiu-se boicote dos atletas russos e demais países do Bloco comunista em revida ao boicote americano nos jogos anteriores. A Romênia compareceu.

1988 - Seul (Coréia do Sul) - com participação de 159 países.

O tênis retornou definitivamente como esporte olímpico e foi admitido o tênis de mesa (pingue-pongue).

1992 - Barcelona (Espanha) - com participação de 172 países.

O Brasil conquista a primeira medalha de ouro em esporte coletivo, com a equipe de vôlei masculino. O beisebol foi incluído nas disputas olímpicas.

1996 - Atlanta (E.U.A.) - com participação de 197 países.

A realização das olimpíadas modernas representa o grande momento mundial de concentração de atletas vindos dos mais diferentes países: em Atenas (1896) foram 311 atletas e 13 países; em Atlanta (1996) foram 10.750 atletas, sendo 6.984 homens e 3.766 mulheres, acompanhados por 3.470 delegados e treinadores, representando 197 países, alimentando todos, em suas disputas, o ideal olímpico herdado dos gregos e reavivado pelo Barão Pierre de Coubertin.

A maior festa poli-esportiva do mundo enfrentou muitos obstáculos, tais como a reconstrução do estádio do Panatenaico, em Atenas, para a realização da Olimpíada de 1896, a participação de atletas femininas e de outras raças, além da branca, bem como a remuneração e o patrocínio dos atletas (a profissionalização).

A reconstrução do estádio em Atenas, à qual fizemos referência, foi solucionada pelo patrocínio e investimento financeiro de George Averoff.

A participação feminina nas olimpíadas gerou muitas discussões, controvérsias e até a renúncia de Pierre de Coubertin do Comitê Olímpico Internacional.

Em 1900, seis tenistas e cinco golfistas foram recusadas por serem mulheres, as quais disputaram um torneio paralelo, organizado para acalmar a exaltação feminina.

Em 1896, uma mulher com o nome de Melpônema teve recusada sua inscrição para a maratona (Marreiros, 1992: 89)

A participação feminina foi conseguida de modo lento e gradual, conforme se espelha abaixo:

1904 - tiro com arco;

1908 - patinação artística;

1912 - natação;

1924 - esgrima e ginástica;

1928 - atletismo nas provas de 100 e 800 metros, 4 x 100 metros, salto em altura, e arremesso de disco;

1932 - arremesso de dardo;

1948 - canoagem e atletismo com as provas de 200 metros, salto em distância e arremesso de peso;

1964 - voleibol e atletismo com a prova de 400 metros;

1972 - atletismo com as provas de 1500 e 4 x 400 metros e 100 metros com barreiras;

1976 - remo, basquetebol e handebol;

1980 - hóquei de campo;

1984 - ciclismo, tiro, natação sincronizada e atletismo com as provas de maratona, heptatlo, 400 metros com barreiras e 3000 metros;

1988 - judô e atletismo com a prova de 10.000 metros;

1992 - vela e atletismo com as provas de 10.000 metros marcha. (Marreiros, 1992: 94 e 161).

A posição do Barão de Coubertin sempre foi contrária à participação das mulheres nos jogos olímpicos, tanto que, em 1928, na cerimônia de abertura em Amsterdã, renunciou à presidência de honra do Comitê Olímpico Internacional, alegando “traído o ideal olímpico, permitindo a presença de mulheres”.

Em 1930, já consolidada a participação de representantes do “belo sexo”, o Barão de Coubertin, em sua carta intitulada “Reforma Desportiva”, pregava a “suspensão da admissão das mulheres a todas as provas em que participassem homens”. (Marreiros, 1992: 91).

Mas, ainda em 1932, nos jogos sediados em Los Angeles, quando se introduziu a aldeia olímpica para abrigar os atletas, as mulheres não puderam desfrutar

desse alojamento, onde nem a cozinheira da delegação da Finlândia foi admitida. Por isso elas ficaram hospedadas num hotel no centro da cidade. (Marreiros, 1992: 70).

Apesar de o restabelecimento dos jogos olímpicos ter caráter internacional, não havia predisposição para a participação de atletas de raça diferente da branca.

Coubertin não gostou dos jogos realizados em Saint Louis, E.U.A., em 1904, tanto que, em suas Memórias Olímpicas, registra:

“...só houve uma originalidade, aliás aborrecida, aqueles dois dias bizarramente denominados “Antropological days”, reservados aos jogos filipinos e aos ainos, e nos quais se ousou, ainda por cima, incluir turcos e sírios”. (Marreiros, 1992: 94).

No entanto, em 1936, na Olimpíada disputada em Berlim, no auge do nazismo, os atletas negros sofreram discriminações.

“O jornal nazista Der Angriff publicava todos os dias a relação das provas e excluía todas as medalhas conquistadas por atletas negros”. (Duarte, 1996: 57).

Rapidamente os atletas de todas as raças foram admitidos aos jogos em igualdade de condições de participação.

O profissionalismo dos atletas não coadunava com o espírito olímpico construído pelo Barão de Coubertin, autor da obra, denominada “Decreto sobre o Profissionalismo”, na qual dizia: “a suprema importância de preservar contra o profissionalismo, o nobre cavalheiresco caráter dos desportos” (Marreiros, 1992: 41).

Também a seguinte declaração é do grande propulsor dos jogos olímpicos :

“Os homens é que tem destruído as regras do jogo, aqueles que trazem para o desporto um mercantilismo que corrói o seu espírito”. (Marreiros, 1992: 86).

Por ocasião da realização do Congresso de 1894, que restabeleceu os Jogos Olímpicos, foi decidido observar o modelo da antiga Grécia, baseado no ideal de competir e de receber as glórias se resultasse vencedor.

Píndaro (518 - 438 a.C.), poeta lírico grego, autor do poema que exalta os vencedores das grandes competições esportivas, assim cantou: “Quem vence em Olímpia, gozará, por toda a vida, de uma prosperidade doce como mel” (Grifi, ca. 1980: 82).

No entanto, os melhores atletas do olimpismo grego passaram a praticar o esporte respaldado em compensações financeiras que lhes garantiam vida tranqüila.

Senófane, entre os filósofos, Filostrato, como expert treinador; Hipócrates e Galeno, que representam o nascimento da medicina esportiva, serão os personagens principais que esclarecerão a passagem definitiva do ideal atlético ao deletério crescimento do profissionalismo esportivo. (Grifi, ca. 1980:85)

Senófane viveu no século V a.C.; Filostrato, presume-se tenha vivido entre 220 e 300 d.C.; Hipócrates, viveu entre 460 e 377 a.C.; e Cláudio Galeno viveu entre 129 e 201 d.C.. Todos se preocuparam com a profissionalização das atividades esportivas, principalmente aquelas das disputas olímpicas.

Coubertin, ao restabelecer a maior festa poli-esportiva do planeta, deveria imaginar que estava despertando a competitividade desportiva e que não teria forças suficientes para conter o profissionalismo dos atletas que haveriam de dedicar-se inteiramente ao esporte.

O Amateur Athletic Club, fundado em 1866, em seu código, definia o atleta amador como: “todo cavalheiro que nunca tenha participado de uma competição pública; que não tenha enfrentado profissionais, por preço ou por dinheiro; e que não seja operário, artesão ou diarista” (Duarte, 1996: 49).

Duarte acrescenta ainda:

“Isso nada mais era do que uma forma de evitar que as classes trabalhadoras se misturassem aos nobres nas competições. Os ricos podiam competir sem a preocupação de ter como ganhar a vida” (Duarte, 1996:49).

[Coubertin dispunha de rendimentos suficientes recebidos de sua família e podia dedicar-se idealisticamente às Olimpíadas, sem pensar, no “pão de cada dia”. Por isso imaginou o esporte olímpico praticado por nobres, que se apresentavam economicamente independentes.(Marreiros, 1992: 54).]

O surgimento dos Jogos Olímpicos se realizou ao final do século XIX, quase cem anos após a revolução industrial, que mudou a feição social e econômica da vida urbana das principais capitais do mundo, o idealizador deles poderia e deveria ter imaginado que as forças econômicas da nova sociedade levariam os atletas à profissionalização.

Coubertin, em 1905, em “La Renaissance Olympique” dizia :

“Os jogos olímpicos correm o risco de serem corrompidos pelo dinheiro”. E continuava:

“A olimpíada, era preciso antes de mais nada, criá-la; agora será preciso saneá-la”.

1.6.2 O espírito olímpico

O restabelecimento dos jogos olímpicos procurou preservar a chama de interesse pela disputa, por parte dos atletas, a mesma chama pela participação do assistente. Esta, em Atenas em 1896 chegou a 80.000 pessoas que compareceram ao estádio do Panatenaico; e cem anos após, em 1996, na cidade americana de Atlanta chegou a milhões de pessoas em todo o universo assistindo a abertura dos XXVI Jogos Olímpicos Modernos. É o poder da mídia, que divulga, comunica, entusiasma, em busca do resultado econômico e que também pode detratar e simular situações anti-esportivas, como se fossem coroadas pelo mais belo e salutar espírito caravalheiresco e esportivo.

Coubertin foi ardoroso defensor desse espírito ao dizer e divulgar frases chamativas de cunho esportivo, tais como:

“O desporto é um estado de espírito, um estado de alma” (Marreiros, 1992: 87).

Vários aspectos dos jogos procuram conservar e fortalecer esse espírito.

A divisa olímpica adotada no Congresso Olímpico de 1897 - *Citius, Altius, Fortius* - mais rápido, mais alto, mais forte - de autoria do padre Henry Didon, Diretor do Colégio D'Arcueil e grande incentivador de Coubertin e dos jogos olímpicos, procura despertar nos atletas e nos demais participantes dos Jogos Olímpicos a vibração e a altivez da disputa.

O bispo americano de Pensilvânia criou outra divisa que dizia: “O importante nos jogos olímpicos não é tanto ganhar, mas sim o participar”. O mesmo prelado no dia 14 de julho de 1908, na cerimônia religiosa, por ocasião da Olimpíada de Londres, realizada na Catedral de São Paulo, assim se expressou “o importante não é ser vencedor nos jogos, mas o participar neles”.

Coubertin costumava dizer: “Porque o essencial na vida não é tanto conquistar, mas lutar” e também “O importante não é vencer mas sim participar”

Outro elemento desse espírito olímpico seria o hino, que foi aprovado pelo Comitê Olímpico Internacional, em 1958, na sua 55ª sessão, realizada em Tóquio, que adotou a musicalização de um poema lírico de Spirou Samara, escrito em 1896. Desde o congresso inicial, Coubertin manifestava preferência pela 9ª Sinfonia de Beethoven, mas nunca conseguiu transformá-la no hino olímpico.

O espírito olímpico é manifestado também pela bandeira branca e pelo emblema que exibe cinco círculos entrelaçados, nas cores azul, amarelo, preto, verde e vermelho, explicado por Coubertin do seguinte modo:

[Estes cinco anéis, de cores azul, amarela, preta, verde e vermelha, representam a união das cinco partes do mundo que pertencem ao Movimento Olímpico e estão prontas a aceitar a frutuosa rivalidade que ele comporta. Além disso as seis cores - compreendendo a de fundo, branca como simbolismo da Paz - da bandeira representam todas as nações sem exceção. (Marreiros, 1992: 73)

A chama olímpica é outro componente do espírito olímpico que perpetua o mesmo simbolismo praticado em Olímpia. Nos jogos da antigüidade, o fogo era aceso num altar da entrada do templo de Hera, numa vasilha de calcinar, denominada “Skapia”, onde os raios solares incendiavam as ervas secas ali depositadas e a chama percorria as cidades gregas conclamando-as para a disputa olímpica.

A mesma cerimônia se repete atualmente, no altar de Delfos no Bosque de Coubertin, em Olímpia, usando-se um espelho côncavo para acender o archote impregnado de líquido inflamável, partindo em direção ao local onde será celebrada a Olimpíada e crepitará até o fim dos jogos, quando será apagada a chama.

Em Seul, na Coréia do Sul, em 1988, a chama não foi apagada, sendo conservada acesa como “Chama da Eternidade”, cuja pretensão é a obtenção da paz.

1.6.3 O comitê olímpico

Comitê Olímpico Internacional foi criado no Congresso de 1894 como organismo independente e permanente, encarregado de desenvolvimento do Movimento Olímpico e da organização dos Jogos Olímpicos,

Cada país que se filia ao Comitê Olímpico Internacional constitui o seu Comitê Olímpico, como órgão representativo nacional e responsável pelo desenvolvimento do movimento olímpico na área de sua competência,

O Comitê Olímpico Brasileiro foi fundado em 1935 e admitido, no mesmo ano, ao Comitê Olímpico Internacional, juntamente com a Islândia e Venezuela. Antes deles haviam-se filiado 35 países. Mesmo não dispondo de Comitê Olímpico o Brasil participou dos jogos disputados em 1920, 1924 e 1932, quando foi representado pela Confederação Brasileira de Desportos.

O Comitê Olímpico Internacional dispõe de uma Comissão Executiva e de Comissões Especializadas.

Em 1974, na 75ª sessão do Comitê Olímpico Internacional, realizada em Viena, foi criada a Ordem Olímpica para homenagear, na forma do artigo 3º do regulamento respectivo:

qualquer pessoa que haja ilustrado com a sua atuação, o ideal olímpico, que haja contraído méritos destacados na esfera do desporto e que haja prestado serviços excepcionalmente valiosos à causa olímpica, sejam por ganhos pessoais ou por sua entrega ao desenvolvimento de atividade olímpica. (Marreiros, 1992: 133)

Em 1906, o próprio Barão de Coubertin instituiu a Taça Olímpica a ser “concedida a uma instituição amplamente reputada pelos seus méritos e seu desinteresse, que haja prestado serviços valiosos ao desporto ou contribuído de forma destacada no progresso do Movimento Olímpico”. (Marreiros, 1992: 147)

Cada entidade agraciada recebe a réplica da taça depositada no Castelo de Vidy, em Lausanne, na Suíça.

O Comitê Olímpico Internacional exerce, pois, a função de órgão supremo e normativo no campo olímpico, contribuindo para a normatização do desporto em todo o planeta.

No Congresso Olímpico realizado em 26 de julho de 1897, Coubertin assumiu a presidência do Comitê, exercendo-a até 1925. O manuscrito de seu discurso de posse está depositado no Museu Suíço de Ginástica e Desportos da Basiléia, no qual consta:

O século XIX foi testemunha do renascimento por toda a parte do gosto pelos exercícios físicos: o seu despertar na Alemanha e na Suécia; o apogeu na Inglaterra; e o declínio nos Estados Unidos e na França.

e concluiu:

Se o Olimpismo moderno prosperou, tal se deveu, sobre o mais, ao facto de à sua frente haver um comitê com independência absoluta de governos ou outros poderes. (Marreiros, 1992: 55-60)

1.7 A Esportividade do Século XX

O espírito esportivo inquieto, o pensamento esportivo alicerçado em bases sólidas, a preocupação científica com a prática dos esportes, fazem o novo século recepcionar as atividades desportivas em grande expansão, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

As grandes competições esportivas, à exceção dos Jogos Olímpicos, são iniciadas neste século, arrastando aos estádios e locais de disputas das provas verdadeiras multidões de apaixonados pelos esportes apresentados. Também se constituem as entidades internacionais responsáveis pelos mais diversos esportes.

As modalidades desportivas praticadas neste século, podem ser identificadas como: atletismo, esportes coletivos, esportes de raquete, esportes terrestres, esportes aquáticos, esportes aéreos, lutas, esportes de velocidade e esportes no gelo.

O atletismo constituiu a base das provas disputadas nas olimpíadas gregas e das primeiras olimpíadas modernas.

Atualmente as provas disputadas são:

- corridas em 100, 200, 400, 800, 1.500, 5.000 e 10.000 metros, e a maratona, na distância de 42.195 metros;
- corridas com barreiras na distância de 110 (m), 400 e 3.000 metros;
- corridas com revezamento na distância de 4 x 100 e 4 x 400 metros;
- marcha atlética na distância de 20.000 (m) e 50.000 (m) metros;
- saltos em altura, com vara (m), em extensão e triplo;
- arremesso de peso, de disco, de martelo (m) e de dardo;
- decatlo (m); e
- pentatlo moderno (m).

No atletismo feminino não são disputadas as provas assinaladas acima com - (m) -; no entanto, algumas dispõem de formas alternativas, tais como: corrida com barreira em 100 metros, marcha atlética na distância de 10.000 metros e o heptatlo.

O atletismo ocupa no cenário esportivo mundial, um conjunto de provas, além daquelas disputadas nos jogos olímpicos, que são disputadas diariamente em todas as categorias. Muitas provas gozam de prestígio internacional, tais como a Maratona de Nova York (USA), a Corrida de São Silvestre (São Paulo – Brasil).

O Decatlo é a prova de atletismo mais completa e desgastante, pois, num único dia, são disputadas as provas de corrida de 100 metros, salto em distância, arremesso de peso, salto em altura, corrida de 400 metros, arremesso de disco, corrida de 110 metros com barreiras, salto com vara, arremesso de dardo e corrida de 1 500 metros. A modalidade é disputada nas Olimpíadas por atletas masculinos, enquanto que as atletas femininas disputam uma prova similar, denominada heptatlo.

Em 7 de julho de 1912 é fundada a Federação Internacional de Atletismo Amador, representada pelas siglas IAAF e FIAA, tendo como fundadores: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Estados Unidos, Egito, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Noruega, Reino Unido (Inglaterra), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Suécia. A entidade mantém uma secretaria em Londres, Inglaterra, que é responsável pelas tarefas administrativas. A nova entidade tem por finalidade promover , regulamentar , difundir e proteger a prática do atletismo nas suas mais variadas modalidades.

A Federação Internacional de Atletismo Amador tem por objetivos:

1. Estabelecer leal e amigável cooperação entre as filiadas para o benefício do atletismo amador, paz e compreensão entre as nações em todo o mundo;
2. Esforçar-se para garantir que não seja permitida, no Atletismo, nenhuma discriminação racial, religiosa, política, ou qualquer outra, e tomar todas as medidas necessárias para fazer cessar tais discriminações;

3. Empenhar-se em assegurar que não haja, em competições internacionais, impedimento algum à participação de qualquer país ou indivíduo por razões raciais, políticas ou religiosas e garantir que não haja tal impedimento nas competições internacionais sobre as quais a IAAF tenha controle;

4. Estabelecer regras e regulamentos para competições internacionais masculinas e femininas de qualquer idade no atletismo amador;

5. Garantir que todas as competições entre filiadas, inclusive Campeonatos ou Jogos de Área ou de Grupo, sejam realizados de acordo com as regras da IAAF;

6. Conceder filiação a entidades dirigentes nacionais reconhecidas como tais pelos Comitês Olímpicos Nacionais, onde estes existirem;

7. Decidir quaisquer divergências entre filiadas, quando para isto for solicitada;

8. Cooperar com as Comissões Organizadoras dos Jogos Olímpicos na organização das competições de atletismo, e, por delegação do COI, supervisionar e controlar todos os detalhes técnicos;

9. Estabelecer regras para homologação de recordes mundiais e olímpicos e quaisquer outros que os Congressos decidam que possam ser reconhecidos. (Melo, 1989: 22-23).

Dois anos após, foi publicada a primeira lista de recordes mundiais masculinos, abrangendo corridas, arremessos, revezamento, marcha e decatlo. Não foram registrados recordes para as provas femininas.

No Congresso realizado em Lyon, na França, em 1914, são adotadas as primeiras regras internacionais para o atletismo. Em 1921 a IAAF participa do Congresso do Comitê Olímpico realizado em Genebra, na Suíça.

Os esportes coletivos foram os que mais cresceram no decorrer deste século, conseguindo grande popularidade a nível internacional e inclusão da maioria

no rol das disputas olímpicas. Ainda são apreciados em grandes competições internacionais:

Beisebol - muito popular nos Estados Unidos, onde é disputado um campeonato nacional desde 1903. Tornou-se modalidade olímpica, em disputas masculinas a partir de 1992.

Softball - modalidade desportiva semelhante à do beisebol, difundido nos Estados Unidos. A maioria de atletas é do sexo feminino e assim integra os jogos olímpicos.

Handebol - foi disputado um torneio nas olimpíadas em 1936. Voltou às disputas olímpicas em 1972, para homens e para mulheres a partir de 1976. Os europeus são os grandes praticantes da modalidade, cuja supremacia é revelada na conquista de todas as medalhas olímpicas disputadas. A Federação Internacional de Handebol responde mundialmente por este esporte.

Basquetebol - esporte de criação acadêmica norte-americana, a partir da idéia do canadense James Naismith, professor de Educação Física da Associação Cristã de Moços, de Springfield, Massachusetts, que procurava dar atividade esportiva para seus alunos em ambiente fechado, em virtude do inverno rigoroso de dezembro de 1891. O basquete moderno surgiu em 1949, com a National Basketball Association, a poderosa NBA americana, que patrocina contratos milionários para os atletas que lhe são vinculados. É esporte olímpico masculino desde 1936 e feminino desde 1976. Nas disputas masculinas, os Estados Unidos foram campeões olímpicos até 1968. Desde 1950 é disputado o campeonato mundial, mas desde 1930 os sul-americanos têm sua disputa oficial, ambos na categoria masculina. Para mulheres, esses campeonatos são disputados respectivamente desde 1953 e 1946. A modalidade integra o elenco dos Jogos Pan-Americanos.

Vôlei - também de criação acadêmica norte-americana, surgiu, em 1895, na Associação Cristã de Moços em Holyoke, Massachusetts. Responde pela sua criação o professor William George Morgan, Diretor de Educação Física da referida Associação. Era conhecido pelo nome de mintonette. A Federação Internacional de Volley-Ball foi

fundada em Paris, na data de 20 de abril de 1947. É esporte olímpico masculino e feminino desde 1964 e disputado nos Jogos Pan-Americanos, nas categorias masculina e feminina desde 1955. O campeonato mundial é disputado desde 1949 para homens e 1952 para mulheres.

Vôlei de praia - praticado por soldados americanos desde a década de 30, foi reconhecido como esporte. Em 1976 foi disputado um torneio internacional nas praias da Califórnia. Alcançou status olímpico em 1996, tanto masculino quanto feminino.

Hóquei - em suas três modalidades, é praticado na grama, no gelo e sobre rodas. O hóquei na grama é modalidade olímpica desde 1908.

O *Polo* - de origem indiana, foi aperfeiçoado na Inglaterra, onde, até os dias atuais, tem sua maior participação. O príncipe Charles, da Inglaterra, é considerado um dos melhores polistas do mundo. Um bom cavalo de polo chega a valer 25 mil dólares. É um dos raros esportes em que pode haver a participação, na mesma equipe, de homens e mulheres.

Futebol - adentrou o século XX em grande euforia, pois era o esporte que mais se espalhava pelo universo e aquele que atraía o maior número de praticantes e de assistentes.

A “*Fédération Internationale de Football Association*”, conhecida pela sigla de FIFA, é o organismo internacional que comanda o futebol. Foi fundada em 21 de maio de 1904, em Paris, sob a liderança de Robert Guérin (advogado francês), C. A. W. Hirschamn (banqueiro holandês), Henry Delaunay (industrial gráfico francês) e Jules Rimet (editor francês) e contou com a presença de representantes da França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça. Atualmente são filiadas 194 entidades, representando países, número que é superior ao da filiação à Organização das Nações Unidas. Sua sede está localizada em Zurich, na Suíça.

Atualmente a FIFA é a entidade não governamental mais poderosa do mundo, quer política, quer esportiva, quer financeiramente. O atual presidente dispõe, pessoalmente, de um orçamento equivalente a seis milhões de dólares, para atender

despesas pessoais, ajuda de custo e bônus para brindes. Os membros de seu Conselho, quando de suas reuniões percebem diária de 380 dólares, acrescidos de oito mil dólares para gastos pessoais.

A representatividade da FIFA em todo o globo terrestre é mantida através de entidades continentais que a representam e defendem o futebol, além de praticarem seus campeonatos próprios. Eis o nome, a sigla, a localização e a data de fundação dessas entidades:

Confederação Sul Americana de Futebol - Conmebol - América do Sul (1916); Union Européene de Football Association - UEFA - Europa (1954); Asian Football Confederation - Ásia (1954); Confédération Africaine de Football - África (1957); Confederación Norte-Centro Americana y del Caribe de Fútbol - Concacaf - América do Norte, América Central e Caribe (1961); Oceania Football Confederation - Oceania (1966).

Os objetivos da FIFA são:

1. Promover o futebol em todas as formas que julgar conveniente;
2. Desenvolver relações amistosas entre clubes, confederações e jogadores, colaborando para a organização dos jogos, em todos os níveis, e apoiando o futebol pelos meios que lhe parecerem úteis;
3. Controlar o futebol em todas as suas formas e criar medidas necessárias ou convenientes para que não sejam infringidos os estatutos e os regulamentos da entidade, ou as regras do jogo promulgadas pela International Football Association Board, e impedir a introdução de outros métodos ou práticas irregulares do esporte, bem como abusos que poderiam interferir na rotina dos jogos.
 - 3.1. Não serão permitidas discriminações de país nem de pessoas por motivo de raça, religião ou política.
 - 3.2. Uma federação nacional que tolerar, admitir ou organizar competições em que haja sinais de discriminação, ou que estiver estabelecida num país em que a

discriminação no esporte foi instituída por lei, não será admitida nos quadros da Fifa e, se já fizer parte, será excluída. Quando uma federação solicita participação em uma competição ou decide organizá-la, deve garantir à Fifa a observação dessas disposições.

4. Prever, por meio de disposições estatutárias ou de outra forma, os princípios válidos para decidir e resolver todas as diferenças que poderão surgir entre as associações nacionais. (Brunoro, 1997: 132-133)

A FIFA realiza, desde 1930, a cada período de quatro anos, o Campeonato Mundial de Futebol de seleções representativas de seus países, conhecido como Copa do Mundo, considerado uma das maiores competições esportivas mundiais, principalmente depois do advento da televisão.

As Copas do Mundo apresentam a sequência e as características seguintes:

1930 - Uruguai - com participação de 13 países.

Campeão e vice - Uruguai e Argentina.

Público na partida final - 67.300.

1934 - Itália - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Itália e Tchecoslováquia.

Público na partida final - 73.202.

1938 - França - com participação de 16 países.

Campeão e vice - Itália e Hungria.

Público na partida final - 55.000.

1950 - Brasil - com participação de 13 países.

Campeão e vice - Uruguai e Brasil.

Público na partida final - 173.850.

1954 - Suíça - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Alemanha e Suíça.

Público na partida final - 63.800.

1958 - Suécia - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Brasil e Suécia.

Público na partida final - 49.737.

1962 - Chile - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Brasil e Tchecoslováquia.

Público na partida final - 68.000.

1966 - Inglaterra - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Inglaterra e Alemanha Ocidental.

Público na partida final - 96.000.

1970 - México - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Brasil e Itália.

Público na partida final – 107.000.

1974 - Alemanha Ocidental - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Alemanha Ocidental e Holanda.

Público na partida final - 77.000.

1978 - Argentina - com participação de 16 países.

Campeão e Vice - Argentina e Holanda.

Público na partida final – 77.000.

1982 - Espanha - com participação de 20 países.

Campeão e Vice - Itália e Alemanha Ocidental.

Público na partida final – 90.000.

1986 - México - com participação de 20 países.

Campeão e Vice - Argentina e Alemanha Ocidental.

Público na partida final – 114.000.

1990 - Itália - com participação de 24 países.

Campeão e Vice - Argentina e Itália.

Público na partida final – 73.000.

1994 - Estados Unidos - com participação de 24 países.

Campeão e Vice - Brasil e Itália.

Público na partida final - 94.194.

1998 - França - com participação de 32 países.

Campeão e Vice - França e Brasil.

Público na partida final - 80.000.

O futebol masculino foi admitido nos jogos olímpicos em 1908 e o feminino em 1996.

Futebol de salão - praticado no Uruguai desde a década de 30 e no Brasil na seguinte. É disputado em campeonato mundial desde 1982, sul-americano desde 1962 e pan-americano desde 1980. É também designado como *futsal* e jogado em quadra de basquete, devidamente adaptada.

Futebol americano - de grande repercussão nos Estados Unidos, onde duas (2) ligas disputam a hegemonia: a Americana e a Nacional. Desde 1967, o vencedor de cada Liga participa do Super Bowl, em busca do título de campeão dos Estados Unidos.

Futebol de praia - praticado em praias. É disputado em campeonato mundial e sul-americano.

Ainda são praticadas modalidades desportivas de menor repercussão, como o críquete e o rúgbi, respectivamente de origem inglesa e americana, os quais foram disputados em olimpíadas, assim como o *croquet*, um jogo de procedência francesa, e o *futevôlei*, resultante da combinação de vôlei jogado como futebol.

Os esportes jogados com auxílio de raquete não chegam a ser tão populares quanto os esportes coletivos, mas atraem um público afeccionado, que os mantém com grandes patrocínios e investimentos financeiros. A prática desses esportes exige a utilização de uma raquete, com a qual a bola ou similar é acionada e rebatida. Muitas modalidades desportivas se concentram nesta faixa esportiva, dentre as quais sobressaem:

Badminton - de origem indiana, foi aperfeiçoado na Inglaterra, onde adotou o nome da residência de campo do Duque de Beaufort. Atualmente é popular na Tailândia, Malásia, China, Japão, Indonésia, nos Estados Unidos e países europeus. É esporte olímpico, tanto para homens como para mulheres, disputado individualmente e em duplas.

Tênis - dentre os esportes de raquete é o mais difundido em todo o universo, sendo caracterizado por quatro grandes competições, que formam o “Grand Slam”, as quais são Roland Garros (França), Wimbledon (Inglaterra), US Open (Estados Unidos) e Austrália. A conquista do “Grand Slam” depende de vitória nas quatro competições. É o esporte em que a participação feminina rivaliza com a masculina, em número de participantes, de competições, em técnica e em investimentos financeiros. Dispõe do status de esporte olímpico, tanto para homens como para mulheres.

Tênis de mesa - conhecido como *pingue-pongue* é esporte olímpico, masculino e feminino e muito difundido em todo o mundo.

Ainda são praticados com raquetes: a *pelota basca*, o *raquetebol*, o *squash* e o *paddle*.

Os esportes classificados como terrestres são de grande aceitação popular. No entanto alguns têm sua prática localizada em determinados países e assim revelam seus aspectos culturais. Eis uma relação de seus nomes e características:

Arco e flecha – é disputado nos jogos olímpicos, individualmente e por equipes, tanto na modalidade masculina quanto na feminina.

Ciclismo – é disputado nos jogos olímpicos em provas de velocidade, de 1.000 metros contra o relógio; de perseguição individual e por equipes, dos pontos, de estrada, de estrada contra o relógio e de mountain-bike. As mulheres disputam as provas de velocidade, de perseguição individual e por equipes, dos pontos, e de estrada.

Esgrima - é modalidade desportiva com status olímpico, sendo disputado em provas masculinas de florete, espada e sabre, individualmente e por equipes. As mulheres disputam as provas de florete e espada, também individualmente e por equipes.

Ginástica - é disputada nas Olimpíadas sob a denominação de Ginástica Artística com as provas de exercícios combinados por equipes.

Halterofilismo - é disputado nos jogos olímpicos, com provas nas categorias de moscas, galos, penas, leves, médios, meio pesados ligeiros, meio pesados, pesados ligeiros, pesados e super pesados;

Hipismo - é disputado nos jogos olímpicos sob a denominação de *equitação*, com provas masculinas individuais e por equipes denominadas Prêmio das Nações (saltos), concurso completo (adestramento, saltos e resistência) e adestramento. Ainda são disputadas com caráter de competição internacional, a Copa do Mundo de Saltos e Campeonato Mundial por Equipes.

Tiro - integra o elenco esportivo olímpico desde a primeira olimpíada em 1896. Atualmente é disputado nas provas de pistola de tiro rápido, pistola de ar comprimido, pistola livre, carabina - atirador deitado, em três posições e de ar comprimido, tiro ao prato simples e duplé e ao alvo móvel e skeet para homens. As mulheres participam nas provas de pistola de ar comprimido, pistola esportiva, carabina três posições e ar comprimido e tiro ao prato duplé.

Ainda são praticados o *alpinismo*, *boliche*, *bicicross*, *golfe*, *patinação* e *skate*.

Os esportes aquáticos são difundidos nos países que dispõem de grandes superfícies de água.

Natação - conquistou no século XX a sua posição de destaque no mundo desportivo, principalmente nas provas consideradas olímpicas. Suas provas são disputadas por atletas de ambos os sexos.

A natação participa da programação dos jogos olímpicos modernos desde 1896, mas suas provas sofreram elevado grau de sofisticação. Atualmente são disputadas

por homens e mulheres as seguintes provas: 50, 100, 200 e 400 metros, modalidade livre, 100 e 200 metros, modalidade costas, peito e borboleta, 200 e 400 metros, modalidade medley e revezamento 4 x 100, 4 x 200, modalidade livre e 4 x 100, modalidade medley. As provas masculinas apresentam ainda 1500 metros, enquanto que as femininas, 800 metros, ambas em modalidade livre. A prova de natação sincronizada é disputada por mulheres em equipes. Ainda é disputada a Copa do Mundo de Natação.

Pólo aquático – é disputado olímpicamente num único torneio masculino.

Remo - é esporte olímpico com as provas masculinas e femininas de: *single*, *double* e *quadruple sculis*, *double sculis leves*, *dois sem patrão* e *oito com patrão*. As provas de *quatro sem patrão* e *quatro sem patrão leves* são disputadas somente por homens.

Saltos ornamentais - são apresentados em provas de plataforma e trampolim para homens e mulheres, integrando o rol olímpico desde 1904.

Canoagem - integra o elenco dos esportes olímpicos a partir de 1936. Atualmente é disputado por homens nas provas de C 1 – *canadense simples*, C 2 – *Canadense dupla*, K 1 – *caiaque simples*, K 2 – *caiaque duplo*, nas distâncias de 500 e 1000 metros, K 4 – *caiaque quádruplo*, na distância de 1000 metros, C 1 – *canadense simples – slalom*, C 2 – *canadense dupla – slalom* e K 1 – *caiaque simples slalom*. as três últimas na distância de 415 metros. As mulheres disputam as provas de K 1 – *caiaque simples*, K 2 – *caiaque duplo* e K 4 – *caiaque quádruplo* na distância de 500 metros e K 1 – *caiaque simples – slalom*, na distância de 415 metros.

Iatismo – é disputado através de barcos a vela e foi introduzido nos jogos olímpicos desde a II Olimpíada moderna. Atualmente são disputadas as provas masculinas de *Finn*, *imco-one design*, *laser aberto*, *star aberto*, *tornado aberto*, 470 e *soling aberto*. As mulheres participam nas disputas de *imco-one design*, *europa*, e 470. O iatismo é marcado por grandes competições em todos os países que dispõem de orla marítima.

Surfe - dominou as praias onde batem águas agitadas. Uma competição internacional denominada *World Championship Tour* com participação de surfistas profissionais é disputado em lugares diversos. Os surfistas são classificados de acordo com um ranking internacional denominado *World Qualifying Series (WQS)*.

Ainda se apresentam como esportes aquáticos: *Body Boarding*, Esqui aquático, *Jet ski*, *Mergulho*, *Motonáutica*, *Surfe* e *Windsurfe*.

Os esportes aéreos não participam dos jogos olímpicos. Dentre eles podem ser relacionados: *Asa Delta*, *Balonismo*, *Paraquedismo* e *Parapente*.

As lutas constituem os exercícios mais antigos utilizados pelo homem, inicialmente como defesa pessoal e, mais tarde, como demonstração desportiva. Pertencem a este grupo:

Boxe ou *pugilismo* - integrando os jogos olímpicos com as provas de moscas ligeiros, moscas, galos, penas, leves, meio médios ligeiros, meio médios, médios ligeiros, médios, meio pesados, pesados e super pesados. Este esporte foi um dos primeiros a ser profissionalizado e integra os jogos olímpicos desde 1904.

O boxe é administrado por três entidades internacionais: o Conselho Mundial de Boxe (CMB), a Federação Internacional de Boxe (FIB) e a Associação Mundial de Boxe (AMB).

Judô - é representado nas Olimpíadas pelas provas masculinas e femininas de extra leves, meio leves, leves, meio médios, médios, meio pesados e pesados;

Luta Greco-Romana, disputada nos jogos olímpicos desde 1896, somente por homens; atualmente é apresentada nas modalidades de mini moscas, moscas, galos, penas, leves, meio médios, médios, meio pesados, pesados e super pesados.

Luta livre - também disputada nas olimpíadas nas mesmas provas da luta greco romana, integra o elenco olímpico desde 1904.

Ainda pertencem a este grupo as modalidades de *Caratê*, *Jiu Jitsu*, *Kendô*, *Kung Fu*, *Taekondô*, *Tai Chi Chuan*, *Full Contact*, *Hapkidô*, *Sumô*, *Capoeira* e *Vale Tudo*.

Os esportes de velocidade são praticados em veículos motorizados, são de custo elevado, exigem grandes investimentos e detem grande popularidade em face da divulgação feita pela mídia, principalmente a televisionada. Suas provas não integram o grupo dos esportes considerados olímpicos. Salientem-se as modalidades seguintes: Automobilismo com as provas de Fórmula 1, 2 e 3, Fórmula Indy; Fórmula Indy Racing League, Motociclismo; motocross. As provas de Fórmula 1 e Indy são disputadas, respectivamente desde 1950 e 1909. Neste esporte a participação feminina é de pouca expressão.

Os esportes denominados “gelados” são disputados no gelo. As modalidades são as de *biathlon* (esqui cross-country e tiro), *bobsled* (trenó), *esqui alpino* (descida de montanhas), *esqui nórdico* (corrida de esqui em pistas planas), *hóquei no gelo*, *patinação artística*, *patinação de velocidade*, *salto de esqui*.

Os Jogos Olímpicos de Inverno são disputados desde 1924, a cada período de quatro anos, sob a supervisão do Comitê Olímpico Internacional. A participação de atletas em 1924 contou com 281 homens e 13 mulheres e aos XVII Jogos, realizados em 1994, compareceram 1.216 homens e 523 mulheres.

Os Jogos da Boa Vontade, batizados pela imprensa brasileira como Jogos da Amizade, constituem-se em mini-olimpíada. Foram organizados pelo empresário americano Ted Turner, proprietário das redes de televisão WTBS e CNN, que detém o direito de televisionamento. A primeira competição foi realizada em 1986, em Moscou, e teve como atração principal a participação de atletas americanos e soviéticos, os quais respectivamente não haviam comparecido aos Jogos Olímpicos de Moscou e de Los Angeles. São disputados a cada período de quatro anos, no segundo ano após os Jogos Olímpicos. Em 1998, foram disputados em Nova York.

O século XX assistiu à expansão dos esportes por todo o planeta envolvendo todos os povos, quer como participantes ou assistentes bem como à realização de grandes competições internacionais, que são marcadas por elevados investimentos financeiros. Dois fatores respondem pela onda expansionista do esporte: a mídia e a profissionalização dos atletas. A transmissão, pela televisão, das imagens

da Copa de Futebol realizada na França alcançou a 37 bilhões de pessoas, o que corresponde a 6,16 vezes a população terrestre. A profissionalização dos atletas permite a dedicação de tempo integral às práticas desportivas e responde pela realização de contratos multi-milionários celebrados entre os atletas e suas instituições esportivas.

1.8 O Brasil nos Esportes

A chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, teve a recepção de um povo que habitava esta terra desde época imemorial. Os índios encontrados em terras brasileiras, tais como todos os demais povos do planeta, também se dedicavam a práticas desportivas, segundo sua cultura e habilidade. Estes primeiros habitantes utilizavam a bola como instrumento de seu lazer.

Eles brincavam como todos os seres humanos. A bola de caucho, provavelmente, ou de borracha; ia e vinha, com rebates de costas, uso de cabeça e emborco de corpo. Rondon chegou a observar o jogo de bola dos parecis, como outros observadores o viram em diferentes partes do mundo. (Lyra Filho, 1973: 151)

Gilberto Freire e Roquete Pinto fazem referências ao jogo de bola dos índios parecis.

Pero Vaz de Caminha, em sua carta dirigida a Dom Manoel, rei de Portugal, relata:

“depois de dançarem fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles espantavam e riam, e folgavam muito”. (Lyra Filho, 1973: 156-157)

O Autor acima citado, em sua obra *Introdução à Sociologia dos Desportos*, complementa o relato anterior, dizendo:

“As exibições descritas, que ficaram a cargo do almoxarife Diogo Dias, teriam constituído, segundo Inezil Pena Marinho, a primeira aula de ginástica acrobática havida no Brasil”. (Lyra Filho, 1973: 157)

Simão de Vasconcelos, Padre da Companhia de Jesus, em “Notícias Curiosas e Necessárias sobre o Brasil”, reproduzido por João Lyra Filho, diz:

“Suas armas são arco e flecha e nestas são tão destros que podem acertar um mosquito voando” e continua:

“Nas pescarias usam de flecha, com que atravessam o peixe, que vai nadando, com arte extremada”. (Lyra Filho, 1973: 157)

Muitos autores falaram das habilidades dos índios encontrados na terra descoberta, quer como atiradores, nadadores, remadores ou corredores. Dentre eles, importa citar Simão de Vasconcelos (Notícias Curiosas e Necessárias sobre o Brasil), Carl Seidler (Dez Anos no Brasil), Jean de Léry (Le Voyage au Brésil), Joseph Beal Steere (Narrative of a Visit to Indian Tribes of the Purus River Brazil), Bernardo Pereira Berredo (Anais Históricos do Maranhão), Viriato Correa (Gazeta de Sapateiro), Francisco Adolfo de Varnhagem (História da *Independência do Brasil*), Padre Manuel da Nóbrega (cartas), Frei Manoel Calado (cartas), Labatut (Sobre o Brasil Antigo), Joan Nieuhof (Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil) e outros. (Lyra Filho, 1973:157-163).

Joaquim Manoel de Macedo, em sua obra intitulada *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, fala de provas de remo, disputadas em 1566, à época da administração de Estácio de Sá, as quais teriam sido as primeiras acontecidas no Brasil (Lyra Filho, 1973:160).

Estudo de Francisco Rodrigues Prado publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* revela o uso de cavalos pelos índios guaicurús, habitantes dos sertões de Goiás e Mato Grosso. O cavalo era usado para fins guerreiros e não esportivos. (Lyra Filho, 1973:164).

Todas as tribos indígenas brasileiras utilizavam a dança como manifestação fúnebre, festiva ou guerreira.

Também foi encontrada entre os índios a “bola de palha de milho” ou “papa de palha de milho” ou simplesmente “peteca”, que era um chumaço de palha de milho amarrado, formando uma base para ser rebatida pela palma da mão, enfeitada com uma pena de ave. A peteca era jogada individualmente, ganhando quem a rebatesse o maior número de vezes, ou em conjunto, organizados os disputantes em roda e vencendo o último do grupo a não deixá-la cair.

A peteca foi assimilada pela gente nova da terra em Antonio Carmelo, citado por Câmara Cascudo, que apresenta a seguinte descrição referente ao ano de 1883, na Bahia:

“A espaço, ouviram-se palmadas fortes, como se fossem bolas; assustei-me. Eram alunos que disputavam uma partida de peteca, com vigor e entusiasmo”. (Lyra Filho, 1973:175)

O primeiro exercício com bola, praticado no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, utilizado pelo homem novo da terra, foi o *frontão* ou a *pela*, que consistia em jogar-se uma bola contra uma parede e segurá-la no retorno.

“Aqui no Rio, além do jogo dirigido por Bento Esteves, contavam-se três sítios destinados ao jogo da pelota, registrava Luiz Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca”. (Lyra Filho, 1973: 177)

Em *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, seu autor, Vieira Fazenda, comenta:

No Beco dos Cachorros, pertencente aos frades de São Bento; na Praia Grande de Santa Luzia e no Morro da Conceição. Este último conquistou importância, tanto que transmitiu o nome do terreiro a um logradouro aberto antes de 1811, ligando a Ladeira João Homem à rua Pedro do Sul, conforme anotações de Noronha Santos. (Lyra Filho, 1973:177).

O jogo da bola de que se trata neste caso ficava perto da antiga fortaleza da Conceição e não se deve confundir com outros dois jogos de bola que então existiam, um perto do lugar em que hoje se vê a igreja do Sacramento e outro nas imediações da atual Rua de Bragança. Os jogos de bola eram lugares de numerosas e alegres reuniões. Conclui-se disto que no século passado jogava-se muito a bola na cidade do Rio de Janeiro. (Lyra Filho, 1973:177)

Os jogos com bola praticados pelos índios, também o eram na cidade do Rio de Janeiro, ao início do século XIX. No entanto, a grande expressão esportiva no Brasil se deu com a capoeira, que Câmara Cascudo assim precisou:

Jogo atlético de origem negra, introduzido no Brasil pelos escravos bantos de Angola, defensivo e ofensivo, espalhado pelo território e tradicional no Recife, cidade do Salvador e Rio de Janeiro, onde são recordados os mestres famosos pela agilidade e sucessos. (Lyra Filho, 1973: 308)

Já Pereira da Costa apresentou em seu *Vocabulário* a expressão “capoeira” com a seguinte conceituação:

Capoeira, luta ou espécie de exercício ou jogo atlético, praticado por indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros, e no qual os lutadores esgrimem cacetes e facas, e servindo-se ainda, em passos próprios, que obedecem a umas certas regras e preceitos dos pés e da cabeça, valentes, ágeis e ligeiros, vencem os adversários. (Lyra Filho, 1973:307)

A capoeira veio-nos no período de colonização do País. Rugendas a havia observado assim como “uma espécie de folguedo guerreiro, no qual dois lutadores se precipitam um contra o outro, cada um procurando dar com a cabeça no peito do adversário, para derrubá-lo; evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis, mas lançando-se um contra o outro, mais ou menos como bodes”, Então, fugindo-se às regras do jogo por pressão do instinto desgovernado, “lutadores iam muitas vezes aos choques de cabeça contra cabeça fazendo com que a brincadeira não raro degenerasse em briga ensangüentada pelas facas postas em jogo. (Lyra Filho, 1973:178-179)

A capoeira era praticada por africanos puros ou seus descendentes, como os mulatos e os cafusos, raramente por brancos. O costume viera da África, com os escravos bantos de Angola.

A expressão capoeira, segundo o ensinamento de Pereira da Costa, em seu Vocabulário Pernambucano, deriva de cócóera ou cópoera e mais tarde capueira, cujo significado, em linguajar indígena, é o de roçado abandonado, após a derrubada e queimada do mato e árvores.(Lyra Filho,1973: 307).

Em 1712 Rafael Bluteau registrava pela primeira vez o vocábulo “capoeira” (Lyra Filho, 1973: 311).

Os termos *capoeira*, *capoeirada*, *capoeiragem*, *encapoeirado* já eram conhecidos na cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1824 e a sua prática já sofria repressão policial, em face dos abusos que eram cometidos nas suas disputas, nas quais os combatentes, por vezes, eram feridos e até mortos.

Em 1831, por ocasião da abdicação de D. Pedro I, a Guarda Nacional tinha incorporado em seu serviço, um número elevado de lutadores de capoeira.

No Recife, dois partidos de capoeiras disputavam a glória do reconhecimento por suas façanhas: eram o “Quarto” e o “Espanha”, originários da rivalidade existente entre as bandas musicais do 4 ° Batalhão de Artilharia e do Corpo da Guarda Nacional, cujo mestre era o espanhol Pedro Garrido.

O Jornal do Comércio, em sua edição de 22 de julho de 1883, registrava:

“Não há palavras bastante desprezíveis para qualificar devidamente a capoeiragem do indivíduo que, sob o peso da indignação pública, ainda tem a coragem de fazer ecoar ao longe as balelas e difamações”. (Lyra Filho, 1973:310)

A deturpação da capoeira para a violência consta em “Mundo de Machado de Assis”, de autoria de Miécio Táci:

A capoeiragem, se pudesse desprover-se das intenções criminosas das maltas que a praticavam, talvez chegasse a merecer o rótulo de esporte, com patente de lugar. Não passava, infelizmente, de um exercício físico altamente proveitoso para os músculos - mas que tinha no punhal seu trágico complemento. (Lyra Filho, 1973:310)

A capoeira passara da condição de entretenimento popular para a de atividade delituosa, praticada por gente de “esfera baixa”, servindo o som do berimbau, do ganzá e do pandeiro para desviar a atenção da polícia.

Em 1870, o Gabinete, chefiado por Euzébio de Queiroz, intensificou a repressão policial à prática da capoeira.

Deodoro da Fonseca, quando Presidente da República, também moveu intensa perseguição aos praticantes da capoeira.

A ação policial conseguiu eliminar o caráter guerreiro da capoeira, que ressurgiu em sua modalidade mais social de lazer e demonstração de habilidades pessoais, com mais espírito desportivo, sendo praticado com expressão nas cidades onde havia surgido primitivamente: Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Desde 1960, a capoeira passa por uma uniformização de suas regras, que permitem a sua prática como modalidade desportiva, tendo alcançado as escolas de educação física e as platéias européias (Capoeira, 1998:60).

Desde 1850 a colônia britânica existente no Brasil, empregada nos bancos, estradas de ferro, companhias de mineração, de transporte urbano, de iluminação a gás, de telégrafo, de navegação de cabotagem, de seguros, praticava os esportes da nobreza inglesa, tais como o críquete, o golfe e o tênis, utilizando chácaras e gramados, aos quais os nativos dificilmente tinham acesso.

Em 1882, longo e famoso parecer de Rui Barbosa propunha a inclusão da ginástica nos currículos escolares, no qual afirmava “que a vida do cérebro depende da vida de todo o organismo”. (Lyra Filho, 1973: 133)

Inezill Penna Marinho, em sua *História da Educação Física e dos Desportos*, que abrange as práticas desportivas no período de 1890 a 1930, refere-se ao remo, à natação, à esgrima e ao hipismo. (Perry, 1973: 15)

Na obra de Inezil Penna Marinho não aparecem quaisquer referências a outros esportes, muito menos ao futebol.

O *foot-ball* chegou ao Brasil com os tripulantes dos navios ingleses que atracavam em nossos portos e que em terra firme se exercitavam e divertiam jogando futebol, ante o olhar admirado dos brasileiros.

Consta que, em 1878, esses ingleses teriam disputado uma partida no Rio de Janeiro, em frente à residência da Princesa Isabel. Mas o *foot-ball* não era praticado pelos nacionais porque a marinheiragem levava a bola.

A prática do *foot-ball* foi introduzida no Brasil, trazida por Charles William Miller (1874-1953), um paulista, nascido no bairro do Brás, filho de ingleses, que fora estudar na Banister Court School, de Southampton, na Inglaterra, onde jogou na equipe amadora do Southampton e integrara a seleção do Condado de Hampshire. Em seu retorno à Paulicéia, trouxe em sua bagagem duas bolas de couro, bomba, agulha, camisas, calções e chuteiras. Era outubro de 1894.

Charles Miller organizava partidas, que eram jogadas na Várzea do Carmo, situada entre as ruas do Gasômetro e Santa Rosa, e mais tarde na chácara da família Dulley, no bairro de Bom Retiro.

Em 14 de abril de 1895, seis meses após o desembarque de Charles Miller, foi disputada a primeira partida de *foot-ball* no Brasil, entre as equipes do *São Paulo Railways e Companhia de Gás*, cujos participantes eram todos ingleses, radicados em São Paulo. A equipe do São Paulo Railways contou com a participação de Charles, vencendo a partida pelo escore de 4 a 2.

O São Paulo Athletic, fundado em 1888, era freqüentado por ingleses praticantes do críquete, e somente admitiram o futebol depois de alguns anos de

pregação esportiva de Charles Miller. A participação deste clube no futebol levou-o à conquista dos primeiros campeonatos realizados no Estado de São Paulo, nos anos de 1902, 1903 e 1904.

A Associação Atlética Mackenzie College, fundada em São Paulo em 1898, foi o primeiro clube de futebol fundado por brasileiros.

Consta, no entanto, nos anais histórico-desportivos, que o clube mais antigo do Brasil seria o Sport Clube Rio Grande, da cidade homônima, no Rio Grande do Sul, fundado em 19 de junho de 1900, tendo sido seu idealizador o alemão Christian Mortiz Minermann.

Em comemoração a esta fundação do Sport Club Rio Grande, a data de 19 de junho é considerada Dia Nacional do Futebol.

Raul Rio Branco, em *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, transcreve carta que o Barão escrevera em Paris, na data de 7 de abril de 1896, dirigida a Silveira Martins, na qual fala de futebol e da participação de seu filho Paulo:

Esse gênero de esporte deveria ser introduzido no seu Rio Grande. Em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, onde o clima permite tais exercícios.

Meu filho Paulo, estudante de medicina, é o arièrè (zagueiro) da equipe francesa, sendo tido como o melhor do país. No mundo dos esportes atléticos, aqui, chamam-no Da Sylva, estando-lhe confiada a última defesa do campo quando os ingleses forçaem - como hão de forçar - as três linhas de avantes, demais e trois---quarts.

Ontem, o Paulo atirou ao chão todos os ingleses que pôde, até cansar, mas eles são superiores aos franceses em disciplina e na arte de passar o balão. Aquele que era atirado ao chão pelo Paulo lançava o balão a outro inglês muito distante. E este, sem encontrar franceses, porque todos perseguiram o primeiro, fazia o ponto. (Lyra Filho, 1973: 89)

A carta do Barão do Rio Branco é da época da introdução do futebol no Brasil e revela a superioridade dos ingleses em disciplina e técnica, bem como a sua prática no continente europeu e o virtuosismo futebolístico do primeiro brasileiro a praticar o futebol e a consideração da torcida francesa pelo seu jogo. O Barão teria

sido o primeiro brasileiro a escrever sobre futebol, considerando a melhor qualidade desportiva de uma equipe sobre a outra, no caso a da seleção inglesa sobre a francesa.

Oscar Cox, que estudara na Suíça, no Colégio de La Ville e que se interessara pelo *foot-ball* e no seu retorno ao Brasil trouxera uma bola e a paixão pelo novo esporte que contagiava a Europa, principalmente a juventude.

Em 1896, ele, que era atleta do *Paisandu Cricket Club*, levou para o Rio de Janeiro o *foot-ball*, como expressão de esporte nobre, praticado pelos filhos de famílias de elevada postura social. Como acontecera em São Paulo, também ocorreu no Rio de Janeiro, tendo Oscar Cox que enfrentar e vencer a resistência dos apreciadores do criquete, em 1º de agosto de 1901 realizou uma partida contra os ingleses do *Rio Cricket and Athletic Association*, de Niterói.

O gosto pelo novo esporte fez surgir clubes pelo Brasil afora, sendo os primeiros, além dos dois já citados: A *Ponte Preta*, de Campinas (SP) em 1900, o *Rio Foot-Ball Club* e o *Fluminense Foot-Ball Club*, em 1902, no Rio de Janeiro; O *Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense* e o *Fuss-Ball Club*, no Rio Grande do Sul, em 1903; O *Sport Club* de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1904. Àquela época no Rio de Janeiro, já tinha o *Foot-Ball Athletic*, o *Paisandú*, o *América*, o *Botafogo* e o *Bangu*. O escritor Coelho Neto foi fundador do Fluminense, e seu filho João Coelho Neto, com o cognome esportivo de *Preguinho*, assinalou o primeiro goal brasileiro em copas do mundo, em 1930, no jogo contra a Iugoslávia.

Em 1905, no Rio de Janeiro, foi fundada a Liga Metropolitana de Futebol, tendo por finalidade gerenciar, supervisionar e administrar as respectivas práticas desportivas.

O futebol explodiu na preferência popular, mas era, oficialmente jogado por brancos, filhos de famílias de boa postura social e econômica, não sendo aberto ao povo em geral.

Em 1910, o Corinthians, da Inglaterra, em excursão pela América do Sul, venceu o Paulistano, de São Paulo, por 7 a 0 e o Fluminense por 8 a 1. O povo

brasileiro, impedido de jogar o futebol, considerado esporte bretão praticado exclusivamente pelos ingleses, seus descendentes e seus amigos, festejou as duas derrotas. Um mês depois, no bairro de Bom Retiro em São Paulo, um grupo de artesãos e pequenos funcionários fundou o Corinthians Paulista. Nascia um clube do povo, ao lado do São Paulo Athletic e do São Paulo Railway, com o nome igual ao do clube inglês que arrasara esportivamente os dois grandes clubes da época. Outros clubes populares surgiram, tais como o Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, o Sport Club Internacional, em Porto Alegre, o Atlético Mineiro, em Minas Gerais, o Santa Cruz, em Recife e o Figueirense Futebol Club, em Florianópolis. Em 1911, o Clube de Regatas do Flamengo adota o futebol, ao lado do remo, que até então fora a sua única meta desportiva.

No entanto, os clubes considerados “granfinos” ignoravam os demais e não disputavam partidas entre si.

Em São Paulo, duas ligas administravam a prática do esporte bretão: a Associação Paulista dos Esportes Atléticos, para os granfinos e a Liga Paulista de Futebol, para os pobres.

Em 8 de junho de 1914, no Rio de Janeiro, então capital da República, foi fundada a Federação Brasileira de Sports, e, no ano seguinte em 25 de maio, em São Paulo também é fundada a Federação Brasileira de Futebol, em oposição à anterior.

A rivalidade entre as duas entidades prejudicava a imagem de nosso futebol no exterior, pois a Federação Brasileira de Sports era reconhecida pelas associações congêneres dos demais países. No entanto a Federação Brasileira de Futebol era a mais prestigiada.

Em 1916, por ocasião da Fundação da Confederação Sul-Americana de Futebol, gerou-se o impasse, que depois de muita discussão, resultou na fusão das duas federações, criando-se, em consequência, a Confederação Brasileira de Desportos, cujo primeiro presidente foi Arnaldo Guinle. A FIFA reconheceu oficialmente a nova entidade do futebol brasileiro em 1917.

Os brasileiros haviam perdido tempo e espaço no meio futebolístico da

América do Sul e do mundo. A Liga Paraguaya de Fútbol foi fundada em 18 de junho de 1906, tendo como objetivo “organizar, fomentar, orientar y dirigir el fútbol en el Paraguay (Estatuto, 1997: 1).

Em 12 de abril de 1924 foi fundada em Florianópolis a Liga Santa Catharina de Desportos Terrestres, de cujo ato participaram e são considerados fundadores: Figueirense Foot-Ball Club, Internato Foot-Ball Club, Trabalhista Foot-Ball Club, Avahy Foot-Ball Club e Club Atlético Florianópolis, sem qualquer participação dos clubes do interior do Estado de Santa Catarina. Em 15 de agosto de 1927 transforma-se em Federação Catarinense de Desportos, representando ecleticamente todos os esportes praticados no Estado. Em 1980, adquiriu a forma de Federação Catarinense de Futebol, tendo por finalidade exclusiva o controle do futebol de campo.

O primeira equipe brasileira de futebol a disputar partidas no continente europeu foi o Club Atlético Paulistano, fato que ocorreu no ano de 1925, e venceu nove das dez que jogou, contra equipes de Portugal, Suíça e França, inclusive a seleção francesa por 7 a 2.

As bolas trazidas por Charles Miller e Oscar Cox desprestigiavam o críquete e conquistavam adeptos. Surgiam os clubes, em torno dos quais se arregimentavam atletas e torcedores, apaixonados pelo esporte bretão.

Mas algumas pessoas não apoiavam o surgimento do futebol. O escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1882-1922), apesar de ser mulato, era feroz adversário de Coelho Neto e, por isto, não admitia o *foot-ball*, combatendo-o em suas crônicas publicadas nos jornais da época, chamando o novo esporte de “ópio do povo”. É da lavra dele a seguinte apreciação:

“O futebol é coisa inglesa e nos chegou por intermédio dos arrogantes e rubicundos caixeiros dos bancos ingleses, ali, da rua da Candelária e arredores, nos quais todos nós teimamos em ver lordes e pares do Reino Unido”. (Santos, 1981:28)

Coelho Neto, no entanto, via o surgimento esportivo brasileiro, principalmente, o carioca, com outra visão e perspectiva. Seu pensamento pode ser resumido assim:

Comparava os arredores do campo do Fluminense à Grécia: a rua Farani eram as Termópilas, a rua do Roso era a planície de Salamina, onde Temístocles derrotou os citas...A fé que engrandecia os gregos, era o football, coisa de fortes, escolhidos guerreiros e jovens atléticos - não fora criado para os esquálidos suburbanos de cor indefinida, Para estes, ele pedia o serviço militar obrigatório. (Santos, 1981:28-29)

Em 1921, o presidente da República, Epiácio Pessoa, solicitou que jogadores negros e mulatos não fossem convocados para o Campeonato Sul-Americano do ano seguinte. A desculpa para tal pedido foi a mais esfarrapada possível: evitar que os atletas brasileiros fossem chamados novamente, por argentinos e uruguaiois, de macaquitos. (Brunoro, 1997:15).

A crônica esportiva aproveita o pensamento presidencial e sacode o país com a temática da presença ou não de negros e mulatos na seleção brasileira de futebol.

Esta discussão enfureceu Lima Barreto e o levou a escrever:

“ O governo continuava com a sua política de matar o povo de fome, os pretos desapareciam e o futebol permanecia branco”. (Santos, 1981:29-30)

Lima Barreto não suportava a expressão aportuguesada de *futebol* e tratava o novo esporte como “bolapé”.

Todos os esportes que se praticavam no Brasil, na década de 20, eram amadores, mas o futebol já vivia um profissionalismo simulado, dito “marrom”, no qual os atletas percebiam prêmios financeiros por partidas disputadas e também por vitória.

A participação brasileira na Primeira Copa do Mundo de Futebol, realizada no Uruguai em 1930, despertou atenção dos europeus para os nossos atletas, que viviam em regime de amadorismo, mas disfarçadamente eram remunerados segundo

os costumes da época. Assim foram jogar na Europa Domingos da Guia e Leonidas da Silva, Del Debbio, Rato, Amilcar, De Maria, Serafim, e Filó.

“Um fato curioso aconteceu com o jogador Filó: devido a sua ascendência italiana (lá era conhecido como Guarisi, sobrenome de sua família), ele foi o primeiro brasileiro a se sagrar campeão mundial, pela Itália, na Copa de 1934”. (Brunoro, 1997:16).

Os craques brasileiros, então, constataram que era possível viver do futebol. Para dar uma idéia da situação, o jogador Fausto, do Vasco da Gama, atraído pela possibilidade de ganhar muito dinheiro, deixou a equipe carioca em meio a uma excursão que o time fazia pela Europa para se transferir para o Barcelona, da Espanha. Para complicar mais o desespero dos clubes nacionais para segurar seus atletas, em 1931 o Lazio, da Itália, contratou dez jogadores brasileiros. Os dirigentes brasileiros, diante do que estava acontecendo, ficaram preocupados, já que o futebol nacional corria sério risco de ver a debandada de seus principais craques para a Europa. A desorganização e o amadorismo precisavam dar espaço a atitudes mais realistas. A solução encontrada foi a criação da Liga Carioca de Futebol, em 1933, favorável ao profissionalismo, apesar de não contar com o apoio de todo os clubes do Rio de Janeiro. (Brunoro, 1997:16)

Em 1933, final e oficialmente o profissionalismo alcançou o futebol brasileiro através dos clubes paulistas e cariocas, independentemente de qualquer regulamentação oficial que protegesse o praticante da nova profissão.

Desde a introdução do jogo de futebol no Brasil e durante muitos anos, a terminologia futebolística era pronunciada em língua inglesa, mas aos poucos foi aportuguesada, principalmente a partir da década de 30.

O futebol evoluiu de tal maneira no Brasil, que conquistou todas as camadas sociais, ocupando grandes espaços na imprensa escrita e falada e posteriormente, na televisão, rendendo aos brasileiros satisfação pela obtenção de títulos internacionais. As demais modalidades desportivas não conseguiram despertar tanto interesse e entusiasmo no povo brasileiro.

O Brasil ostenta a marca de ser o único país a disputar todas as copas de futebol do mundo, desde a primeira, em 1930, realizada no Uruguai.

Nessas disputas mundiais de futebol , de caráter profissional, apesar de não o sermos ainda em 1930, o Brasil obteve as seguintes colocações:

1930 - Uruguai - 6º lugar;

1934 - Itália - 14º lugar;

1938 - França - 3º lugar;

1950 - Brasil - Vice Campeão;

1954 - Suíça - 5º lugar;

1958 - Suécia - Campeão;

1962 - Chile - Campeão;

1966 - Inglaterra - 11º lugar;

1970 - México - Campeão;

1974 - Alemanha Ocidental - 4º lugar;

1978 - Argentina - 3º lugar;

1982 - Espanha - 5º lugar;

1986 - México - 5º lugar;

1990 - Itália - 9º lugar;

1994 - Estados Unidos - Campeão;

1998 - França – Vice-Campeão.

E o futebol virou paixão e mania do brasileiro, sendo o esporte de agrado popular e de maior expansão no país.

No intuito de proteger os seus interesses, alguns clubes brasileiros constituíram uma entidade denominada União de Clubes Brasileiros – UCB, conhecida como “Clube dos 13”, da qual são fundadores São Paulo, Corinthians, Palmeiras, Santos, Flamengo, Botafogo, Fluminense, Vasco, Internacional, Grêmio Portoalegrense, Cruzeiro, Atlético Mineiro e Bahia. Posteriormente foram admitidos Sport Recife, Goiás e Coritiba. Ao final da fase de classificação do Campeonato Brasileiro de 1998, cada um dos oito clubes classificados recebeu do Clube dos Treze a importância de seiscentos mil reais (R\$ 600.000,00) como prêmio e auxílio para o custeio de suas despesas.

O Professor Gilberto de Macedo, da Universidade Federal de Alagoas, no Prefácio à obra de João Lyra Filho, *Introdução à Sociologia dos Desportos*, parafraseia Faria Góes Sobrinho, dizendo :

“O Futebol é o latim dos pobres”. (Lyra Filho, 1973:11 e 255)

O jornalista gaúcho Nilson Souza escreveu :

“O futebol é um espetáculo de sons que nenhuma orquestra do mundo seria capaz de imitar”. (Godoi, 1986:36)

Gilberto Freyre, aplicando o seu apurado sentido sociológico, escreveu em 1949:

O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários elementos irracionais da nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes no nosso estilo de jogar futebol. (Penna, 1998:9)

No entanto, nem todo o povo brasileiro está imbuído desse espírito latinista, pois outras modalidades desportivas são disputadas, embora não tenham a popularidade do futebol. Algumas delas já conseguiram grandes feitos e reconhecimento do público esportivo internacional e títulos olímpicos, principalmente depois de terem adotado o profissionalismo.

Na esteira do futebol, surgiu na década de 1940, em São Paulo, um esporte que lhe era assemelhado, disputado com bola pesada, utilizando as quadras de basquete, sendo conhecido como “futebol de salão” ou simplesmente “futsal”.

Em 15 de junho de 1979, foi fundada a Confederação Brasileira de Futebol de Salão e fixada a sua sede em Fortaleza, Estado do Ceará. A nova modalidade desenvolveu-se rapidamente, e o Brasil detém os títulos internacionais das competições realizadas.

Nas praias cariocas surgiu o futebol de praia, que é jogado por ex-atletas de futebol (de campo) e que agrada o torcedor brasileiro. O Brasil, também nesta modalidade, detém os títulos internacionais dos campeonatos realizados, tendo conseguido em janeiro deste ano o título de pentacampeão no quinto campeonato mundial de “beach soccer” .

O Basquetebol chegou ao Brasil em 1896, sendo o primeiro país sul americano a conhecer o novo esporte americano que surgira em 1892. A Confederação Brasileira de Basket-ball foi fundada em 25 de dezembro de 1933. Desde a introdução do Basquete entre os jogos olímpicos, em 1936, o Brasil tem participado de todas as disputas, tendo obtido medalha de bronze em 1960 e 1964, e a de prata em 1996. A participação brasileira em disputas nacionais inter-clubes e internacionais, em nível de seleção, tem demonstrado que o novo esporte se engajou na vida brasileira.

A delegação masculina participou dos campeonatos mundiais desde 1950, e conseguiu o terceiro lugar em 1967, 1978 e o vice campeonato em 1970. Nos Jogos Pan-Americanos conseguiu o título nas disputas realizadas em 1971 e 1987, o vice-campeonato nos anos de 1963 e 1983, e o terceiro lugar nos anos de 1951, 1955, 1959, 1975, 1979, e 1995. Somente nos Jogos disputados nos anos de 1967 e 1991 não logrou colocação entre os três primeiros.

O Campeonato Sul-Americano de Basquete, categoria masculina, é disputada a cada dois anos, desde 1930. Nestas disputas o Brasil conquistou 14 vezes

o título de campeão, 10 vezes a segunda e a terceira, e duas vezes a quarta colocação e igualmente de ausências. A pior colocação dos cestinhas brasileiros foi o quinto lugar, alcançado em 1941.

A equipe feminina de basquete participa das Olimpíadas desde 1992 e dos campeonatos mundiais desde 1953, tendo obtido o terceiro lugar em 1971 e o título de campeão em 1994. Nos Jogos Pan-Americanos, as cestinhas brasileiras obtiveram o título de campeãs em 1967, 1971 e 1991, o de vice-campeãs em 1963 e 1987 e o terceiro lugar em 1955, 1983. Não obtiveram colocação entre as primeiras colocadas nos anos de 1975 e 1979. O campeonato de 1995 não foi realizado.

O Campeonato Sul-Americano de Basquete, na categoria feminina, é disputado desde 1946, a cada dois anos, nos quais as jogadoras brasileiras já obtiveram 15 títulos de campeãs, 5 de segundo lugar, dois de terceira colocação. Não tendo participado em 1948. A partir de 1986 conquistaram todos os títulos de campeã. A pior colocação ocorreu com o quarto lugar obtido em 1950.

O Vôlei é considerado o segundo esporte nacional e detém o mérito de haver sido a primeira modalidade esportiva coletiva, na categoria masculina, a obter a medalha de ouro em Olimpíadas. Através da seleção principal e juvenil tem conquistado inúmeros feitos de repercussão mundial. As duas categorias desportivas, estão organizadas em ligas nacionais e apresentam equipes femininas e seleções de elevado nível. O Vôlei de Praia, de simples divertimento nas praias cariocas, passou a organizar-se como modalidade desportiva e atualmente desfruta de prestígio e público aficionado, tanto nas disputas masculinas quanto nas femininas. A final feminina dos Jogos Olímpico de Atlanta foi disputada entre duas duplas brasileiras, que consequentemente conquistaram as medalhas de ouro e de prata.

Derivado do vôlei, encontra-se o futevôlei, cujas disputas foram iniciadas na década de 60 nas praias cariocas. As equipes podem ser mistas; no entanto, o saque só poderá ser jogado em cima de atleta do mesmo sexo, e a bola utilizada é a oficial de futebol.

O Tênis brasileiro depende do desempenho dos atletas que conquistam torneios internacionais. A modalidade é apresentada, nacional e internacionalmente, através de torneios organizados para as diferentes categorias de atletas. O tênis feminino tem em Maria Ester Bueno o seu nome de expressão internacional, eis que ela em vinte anos de atividade esportiva conquistou 585 títulos internacionais. O tênis masculino tem o nome de Thomás Koch, cujo maior feito foi a obtenção de vice título em Wimbledon e atualmente dispõe de Gustavo Kuerten, primeiro brasileiro a vencer na competição francesa de Roland Garos.

O Tênis de Mesa, conhecido como Pingue-Pongue, chegou ao Brasil em 1905, trazido por turistas ingleses, e continua sendo esporte de elite, sem grande participação popular e também não apresentando grandes feitos.

O Alpinismo brasileiro não dispõe de campo para o desenvolvimento, pois o território nacional não apresenta montanhas com elevadas altitudes. No entanto, montanhistas brasileiros têm apresentado feitos esportivos significativos ao escalarem os grandes picos mundiais. Waldemar Niclevicz e Mozart Catão alcançaram os 8.846 metros do Monte Everest, na Cordilheira do Himalaia, na fronteira entre o Nepal e o Tibete em 14 de maio de 1995. Recentemente atletas brasileiros perderam a vida, ao tentarem escalar a lado sul do Monte Aconcágua, na fronteira entre a Argentina e o Chile.

O Hoquei na grama é conhecido no Brasil desde a década de 20.

O automobilismo é caracterizado internamente pela disputa de provas integrantes de categorias básicas e intermediárias, tais como Fórmula Fiat, Chevrolet, Ford, sendo a Fórmula 3 a principal. O prestígio do automobilismo deve-se à atuação vitoriosa de pilotos brasileiros nas provas de Fórmula 1, tais como José Carlos Pace, Emerson Fittipaldi, Nelson Piquet e Ayrton Senna. Com a morte de Senna, e sem outro piloto brasileiro com condições de repetir as façanhas dele, o prestígio deste esporte entrou em declínio no Brasil. O Automóvel Club do Brasil foi fundado em 27 de setembro de 1907.

A Natação, em suas várias modalidades de apresentação, também, depende do sucesso dos atletas. Embora praticada em clubes, os atletas brasileiros já tem conseguido conquistas internacionais de expressão; no entanto, ela ainda carece do envolvimento popular brasileiro.

O Atletismo, considerado no grande número de provas nas quais se distribui esta prática desportiva, tem conquistado o agrado popular, pois a participação não exige tantos recursos sofisticados quanto outros esportes. O atleta, nesta modalidade, depende muito de seu trabalho individual; e muitos começam a praticá-lo sozinhos e somente mais tarde procuram o apoio técnico necessário.

No último dia de cada ano, desde 1925, é realizada em São Paulo uma corrida a pé, de longo curso, denominada “Corrida de São Silvestre”, que se constitui em demonstração da pujança do atletismo nacional.

A iniciativa pertence ao jornalista Libero Badaró e desfruta de prestígio internacional desde 1945, quando passou a ter corredores estrangeiros participando de suas provas.

Em 1975 foi instituída a prova feminina paralela à masculina. O grau de prestigiamento destas provas pode-se avaliar pela participação de atletas, que, no seu início, era de 48 e que desde 1990 ultrapassou a marca de 10.000 disputantes.

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Capital Paranaense realiza uma prova denominada Maratona Ecológica de Curitiba, com participação de mais de mil atletas e premiação financeira para os vencedores.

Muitos títulos internacionais e olímpicos já foram conseguidos pelos atletas brasileiros desta modalidade, tendo se destacado as performances vitoriosas de Ademar Ferreira da Silva, João Carlos de Oliveira (João do Pulo), Joaquim Silva. O Brasil filiou-se à Federação Internacional de Atletismo Amador em 1914. Em 2 de dezembro de 1977 foi fundada a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), desmembrando a representação do atletismo da Confederação Brasileira de Desportos.

O atletismo brasileiro participou, pela primeira vez, de uma Olimpíada em 1924. Os atletas brasileiros conquistaram, em 1937, 1941 e 1945 os títulos do X, XII e XIV Campeonatos Sul Americanos de Atletismo. O primeiro título sul americano para o atletismo feminino foi conquistado em 1949, no VI Campeonato da categoria.

A primeira medalha olímpica para o atletismo brasileiro foi conquistada em 1952, no salto triplo, com Ademar Ferreira da Silva. Na mesma competição o atleta José Teles da Conceição obteve a primeira medalha de bronze, para o Brasil, na prova de salto em altura.

Muitos outros esportes são praticados no Brasil, embora não tenham a simpatia de grande parte da população, cabendo dentre estes citar: Handebol, Tiro, Squash, Badminton, Arco e Flecha, Judo, Boliche, Ciclismo, Esgrima, Halterofilismo, Hipismo, Patinação, Polo Aquático, Canoagem, Motonáutica, Judô, Boxe, Esportes no Gelo, etc. Algumas destas modalidades citadas já foram premiadas em nível internacional e olímpico com medalhas.

Existe a preocupação governamental com o desenvolvimento do desporto brasileiro, desde o final da década de 30, quando o Governo Vargas criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e, em 1941, através do Decreto Lei n. 3199, estabeleceu as bases desportivas do País. No entanto, as ações propostas e executadas não conseguem constituir um elenco esportivo de expressão internacional.

O futebol é considerado o esporte mais democrático do mundo. Os trinta e dois (32) países participantes da Copa do Mundo em 1998 representavam uma população de um bilhão e meio de pessoas, equivalente a um quarto da população mundial. Nesses países há 25 milhões de atletas dedicados ao futebol inscritos em seus organismos nacionais.

A fragilidade desportiva brasileira poder-se-á aquilatar através do estudo comparativo da população e dos futebolistas inscritos nos países que chegaram à França para a disputa da XVI Copa do Mundo de Futebol e respectiva percentagem, utilizando-se os dados apresentados por sua publicação oficial e constantes do Anexo 5.

O referido estudo comparativo da participação efetiva da população em práticas futebolísticas revela que os países europeus e os Estados Unidos apresentam percentagem elevada, enquanto que os demais têm uma incidência abaixo de um por cento (1%), com ressalva para a Argentina e o Chile.

A situação do futebol do Brasil, com o índice percentual de trinta e cinco centésimos (0.35%) referente aos seus praticantes demonstra o descaso da população com a prática do esporte preferido pelo brasileiro. Nos demais esportes que não gozam de tanta preferência do povo brasileiro, a incidência percentual sobre a população certamente será mais reduzida. Estes números revelam o grau de cultura da gente brasileira. A preocupação de Getúlio Vargas em oferecer condições para a prática dos esportes, apesar de transcorridos mais de sessenta (60) anos, ainda não alcançou uma resposta à altura das metas pretendidas, apesar das conquistas esportivas já obtidas por alguns esportistas brasileiros.

1.9 A Participação Brasileira nas Olimpíadas

O Brasil não participou do movimento liderado pelo Barão Pierre de Coubertin em prol do restabelecimento dos Jogos Olímpicos, não compareceu ao Congresso Internacional de 1894, no qual foi decidida a reedição do Jogos Gregos, nem manifestou qualquer interesse.

A vida esportiva brasileira no final do século XIX era exercida isoladamente em clubes, não tendo qualquer forma de representação, a nível nacional ou internacional. Em virtude desse estado de precariedade e de ausência de representatividade, os atletas brasileiros não participavam de qualquer atividade esportiva de cunho mundial. Àquela época, a vida esportiva brasileira era precária e sem qualquer expressão.

Não houve representação brasileira nas Olimpíadas realizadas em Atenas (1896), em Paris (1900), em Saint Louis - E.U.A. (1904), em Londres (1908), em Estocolmo (1912) e em Amsterdam (1928).

A presença da primeira delegação brasileira aconteceu em 1920, em Antuérpia, na Bélgica, integrada por 21 atletas, destacando-se a equipe de tiro, que conquistou medalhas de ouro, prata e bronze. Estas foram as únicas premiações olímpicas que o Brasil conquistou nesta modalidade esportiva até os dias atuais.

A medalha de ouro coube a Guilherme Paraense, tenente do Exército, que obteve 274 pontos, do total de 300 pontos possíveis, suplantando em 2 pontos o favorito da prova, o norte americano Raymond Bracken. O primeiro brasileiro a consagrar-se como herói olímpico faleceu em 18 de abril de 1968, com 84 anos de idade.

Afrânio Costa conquistou uma medalha de prata. A equipe de tiro, formada pelos atiradores Sebastião Wolf, Dario Barbosa, Fernando Soledade, além de Guilherme e Afrânio, uma medalha de bronze.

Nas Olimpíadas de 1924 (Paris), de 1932 (Los Angeles) e 1936 (Berlim), o Brasil não conseguiu qualquer medalha.

A delegação brasileira conseguiu somente em 1948, em Londres, outra medalha, a de bronze, com a equipe de basquete masculino.

Em 1952, nos jogos disputados em Helsinque (Finlândia), a delegação nacional obteve a medalha de ouro com Ademar Ferreira da Silva, na prova de salto triplo, e duas de bronze, na natação com Tetsuo Okamoto e no salto em altura com José Teles da Conceição. O futebol brasileiro participou, pela primeira vez, nas Olimpíadas, terminando em quinto lugar.

Nos jogos realizados em Melbourne (Austrália), no ano de 1956, Ademar Ferreira da Silva repetiu a conquista da medalha de ouro, na mesma modalidade desportiva.

Em 1960, a equipe brasileira de basquete masculino e Manuel dos Santos Junior, obtiveram na natação, medalhas de bronze.

Em 1964, a equipe de basquete repetiu o feito de conquistar a mesma medalha de bronze.

Em 1968, Nelson Prudêncio, conseguiu no salto triplo a medalha de prata; Ricardo Conrad e Burkhard Cordes, no iatismo; e Servílio de Oliveira, no boxe, conquistaram medalhas de bronze.

Em 1972, Nelson Prudêncio repetiu a façanha no salto triplo e juntamente com Chiaki Ishii, no judô, conquistaram medalhas de bronze.

Em 1976, João Carlos de Oliveira, conhecido como “João do Pulo”, e Peter Ficker e Reinaldo Conrad, ambos no iatismo, receberam medalhas de bronze.

Em 1980, aumentou o número de medalhas conquistadas, sendo duas de ouro, no iatismo, com Lars Bjorkstron e Alexandre Welter e com Marcos Soares e Eduardo Penido. O Brasil conquistou também duas medalhas de bronze, com a equipe de natação formada por Djan Madruga, Marcus Mاتيoli, Ciro Delgado e Jorge Luis Fernandes, e no salto triplo com João Carlos de Oliveira.

Em 1984, a delegação brasileira conquistou medalha de ouro no atletismo com Joaquim Cruz, a de prata com as equipes de vôlei masculino e de futebol e, ainda com Douglas Vieira no judô, Ricardo Prado na natação e com Torben Grael, Daniel Adler e Ronaldo Senft no iatismo. Duas medalhas de bronze foram atribuídas a Luís Onmura e Walter Carmona no judô. Foi a primeira vez que delegação olímpica brasileira trouxe as três categorias de medalhas.

Em 1988, a medalha de ouro coube a Aurélio Miguel no judô, duas de prata, para a equipe de futebol e para Joaquim Cruz no atletismo. As medalhas de bronze foram conquistadas por Robson Caetano no atletismo, e por Torben Grael com Nelson Falcão e Lars com Clínio Freitas, no iatismo.

Em 1992, as medalhas diminuíram, tendo sido conseguidas duas de ouro para o vôlei masculino e para Rogério Sampaio no Judô. Não houve conquista de medalha de prata e somente uma de bronze, na natação para Gustavo Borges.

Em 1996, em Atlanta, os atletas brasileiros conseguiram registrar a sua melhor participação de todas as disputas olímpicas. Foram 3 (três) medalhas de ouro e de prata e 9 de bronze, tendo sido alcançado o 25º (vigésimo quinto lugar) no quadro geral de classificação, à frente da Suécia, da Grã-Bretanha, da Finlândia e da Iugoslávia.

As medalhas de ouro foram conseguidas na disputas de:

Vela-laser (Robert Scheidt);

Vela-star (Torben Grael e Marcelo Ferreira);

Voleibol de Praia Feminino (Jacqueline Silva e Sandra Pires).

As medalhas de prata foram conquistadas nas provas de:

Basquetebol Feminino (Adriana, Alessandra, Branca, Cíntia, Cláudia Pastor, Hortência, Janeth, Leila, Marta, Paula, Roseli e Silvinha);

Natação – 200 metros livres (Gustavo Borges) e

Voleibol de Praia Feminino (Adriana Samuel e Mônica Rodrigues).

As medalhas de bronze couberam aos atletas brasileiros na provas de:

Atletismo – Revezamento 4 x 400 (Arnaldo Silva, Róbson Caetano da Silva, Edson Ribeiro e André Silva);

Equitação – Saltos por equipes (Álvaro de Miranda Neto, André Johannpeter, Luís Felipe Azevedo e Rodrigo Pessoa);

Futebol Masculino (Dida, Zé Maria, Aldair, Ronaldo e Roberto Carlos, Flávio Conceição, Zé Elias, Amaral e Juninho, Bebeto e Ronaldinho, Dandrley, André, Narciso, Marcelinho Paulista, Rivaldo, Sávio e Luisão);

Judô – Meio Leves (Henrique Guimarães);

Judô – Meio Pesados (Aurélio Miguel);

Natação – 50 metros livres (Fernando Scherer);

Natação – 100 metros livres (Gustavo Borges);

Vela – Tornado (Lars Grael e Kiko Pellicano) e

Voleibol Feminino (Ana Moser, Ida, Ana Paula, Leila, Hilma, Virna, Márcia Fú, Filó, Ana Flávia, Fernanda Venturini , Fofão, e Sandra Suruagy).

O diminuto número de medalhas conquistadas pelas delegações brasileiras que compareceram às Olimpíadas revela a fragilidade das práticas desportivas exercidas no Brasil. Deve-se ressaltar que, na maioria das modalidades desportivas, sequer conseguimos qualquer premiação.

Existe a preocupação governamental com o desenvolvimento do desporto brasileiro, desde o final da década de 30, quando o Governo Vargas criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e em 1941, através do Decreto Lei nº 3.199, estabelecendo as bases desportivas do País. No entanto, as ações propostas e executadas não conseguem constituir um elenco esportivo de expressão internacional.

O Comitê Olímpico Brasileiro recebe, nos anos de realização de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um dos concursos de prognósticos da Loteria Esportiva, administrada pela Caixa Econômica Federal, destinada ao preparo e à participação da delegação brasileira naqueles eventos esportivos, segundo disposição do artigo 48 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975.

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, em seu artigo 46, e § único, manteve a mesma concessão financeira destinada às mesmas finalidades e, ainda, acrescentou outra receita igual, resultante de outro concurso da Loteria Esportiva, para atender ao custeio de treinamento e participação em competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

A Lei nº 9.615, de 25 de março de 1998, atribuiu ao Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto a responsabilidade de custear a participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais (art. 7º, II). O Comitê Olímpico Brasileiro integra o Sistema Nacional de Desporto e dispõe dos mesmos direitos e benefícios conferidos às entidades nacionais de administração do desporto (art. 13, § único, I e art. 15, § 3º).

Essa Lei incluiu no Sistema Nacional de Desporto o Comitê Paraolímpico Brasileiro e lhe atribuiu as mesmas prerrogativas conferidas ao Comitê Olímpico (art. 13 § único, II e art. 15, §5º).

Existem, pois, os recursos para as delegações esportivas brasileiras se apresentarem nas respectivas competições. No entanto, o Brasil precisa de atletas em condições de representarem dignamente as cores esportivas brasileiras, falta-lhe, no entanto, o necessário conteúdo cultural que responde pela vontade cívica de dedicar-se ao desporto, com o afã de bem fazê-lo, sabendo-se da disputa aguerrida existente em todas as modalidades desportivas. Enquanto o Brasil não atingir esse estado cultural, ficará beliscando alguns prêmios no amplo espaço da expressão esportiva.

-> e' necessario opaco a base

CAPÍTULO II

A ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA

2.1 A Preocupação com a Organização Esportiva

A organicidade do esporte no Brasil parte da atividade das sociedades civis sem fins lucrativos ou econômicos ou simplesmente denominadas *associações*, ou melhor dizendo, os *clubes sociais*.

Os primeiros clubes esportivos constituídos por apaixonados pelas disputas esportivas eram destinados à prática do remo, da natação, da esgrima, do hipismo e do futebol. Funcionavam os clubes esportivos sem atender rigorosamente às exigências legais referentes à constituição (formação).

A história esportiva vivida desde a Proclamação da República (1889) até 1930 foi compilada por Inezil Penna Marinho na obra intitulada *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*.

Os clubes esportivos funcionavam como clubes sociais. Muitos alimentavam um departamento esportivo, onde, amadoristicamente seus sócios praticavam os esportes oferecidos.

Não havia organização ou hierarquia esportiva subordinada à lei. A Confederação Brasileira de Desportos, fundada em 1916, como resultado da fusão da Federação Brasileira de Sports e da Federação Brasileira de Futebol, era uma entidade eclética, mas sua maior preocupação era o futebol. O esporte era praticado como forma

de lazer, destituído de características profissionais, com exceção do futebol, a partir dos anos 30.

As entidades dirigentes de cada modalidade desportiva praticada no Brasil atendiam às determinações das entidades internacionais, sem que houvesse qualquer interferência do governo brasileiro nas atividades desportivas desenvolvidas no país.

Desde 8 de junho de 1914, a Federação Brasileira de Sports funcionava na cidade do Rio de Janeiro, onde fora fundada como sociedade civil de caráter esportivo, tendo sido transformada posteriormente em Confederação Brasileira de Desportos.

A aproximação cultural brasileira com a Itália, na década de 30, de onde o Brasil importou o modelo de legislação trabalhista, também lhe trouxe a preocupação com a educação física e esportiva. Era o Brasil de Getúlio Vargas (1883–1954) e a Itália de Benito Mussolini (1883-1945). Adolf Hitler (1889-1945), na Alemanha, também investiu na preparação física da juventude, patrocinando, a seu modo, os Jogos Olímpicos de 1936 e alimentou pretensões de sediar o Campeonato Mundial de Futebol de 1942. Adolf Hitler e Benito Mussolini, nesta década de 30 influenciavam o pensamento e a política na Europa e manifestavam intenções de exercer o domínio político e econômico em todo o Mundo. Em setembro de 1939, a Alemanha, que já anexara o território austríaco, deflagra a Segunda Guerra Mundial, invadindo a Polônia.

A profissionalização da primeira modalidade esportiva no Brasil aconteceu com o futebol, no antigo Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) no ano de 1933, sem que houvesse qualquer disposição ou regulamentação legal, através da Liga Carioca de Futebol, com o apoio dos clubes Vasco da Gama, Flamengo e Fluminense, sendo que a oposição dos clubes menores foi liderada pelo Botafogo.

Ainda, em 1977, o Decreto nº 80.228, de 25 de agosto, regulamentador da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituía normas gerais sobre desportos, em seu artigo 69 admitia o profissionalismo no futebol, no pugilismo, no golfe, no automobilismo e no motociclismo. Isto ocorria 44 anos após a introdução do

profissionalismo no futebol carioca. Os demais esportes continuavam sendo praticados amadoristicamente ou viviam do profissionalismo disfarçado, chamado marrom.

Antes que a legislação houvesse definido “as bases da organização dos desportos em todo o país”, o Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938, institui o Conselho Nacional de Cultura.

Entre as atividades destinadas ao desenvolvimento cultural do País, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Cultura, aparecem a educação física (ginástica e esportes) e a recreação individual e coletiva (art. 2º, § único, letras “h” e “i”).

“Mas não temos qualquer elemento histórico para a comprovação do funcionamento desse Conselho em termos de ajuda efetiva aos desportos, quer no plano da legislação, quer no terreno prático das realizações”, segundo observa Perry (1973: 15).

Também é datado de 1º de julho de 1938, o Decreto-Lei nº 527, que “Regula a Cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde”, concede subvenção às instituições culturais que tenham por objeto a educação física (art. 5º, letra “i”).

Nesse ano de 1938, a seleção brasileira de futebol deslumbra o mundo esportivo conquistando o terceiro lugar no Campeonato Mundial disputado na França.

Ao início do ano de 1939, através do Decreto-Lei nº 1.056, de 19 de janeiro, é instituída a Comissão Nacional de Desportos, composta por cinco (5) pessoas entendidas em matéria de desportos ou a estes consagradas, a serem designadas pelo Presidente da República. Esta primeira Comissão desportiva recebeu a incumbência de apresentar, no prazo de sessenta (60) dias, ao Governo Federal minucioso estudo sobre os desportos no País e o plano geral de sua regulamentação.

Em seguida, a 7 de abril de 1939 é editado o Decreto Lei nº 1.212, que cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil, sediada

na cidade do Rio de Janeiro, antiga Capital da República. Era a primeira do gênero que funcionaria no Brasil.

O artigo 1º apresenta as finalidades da nova Escola:

- a) Formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática;
- c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos;
- d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos adequados à sua prática no país.

Nestas quatro indicações finalísticas da Escola Superior de Educação Física e Desportos aparece referência expressa à educação física e aos desportos.

A nova Escola, atendendo ao disposto no artigo 2º, disporia dos seguintes cursos:

- a) Curso superior de educação física;
- b) Curso normal de educação física;
- c) Curso de técnica desportiva;
- d) Curso de treinamento e massagens;
- e) Curso de medicina da educação física e dos desportos.

Parece que a consciência desportiva do país despertara e que o governo dava à sociedade brasileira a possibilidade de preparar a sua juventude para o campo desportivo.

O Curso Superior de Educação Física estava programado para dois anos, seus alunos deveriam estar em perfeita integridade física, ser aprovados em exames vestibulares e ter o certificado de conclusão do curso secundário fundamental. O

ensino compreendia aulas teóricas, práticas e exercícios. Eram teóricas as aulas de organização da educação física e dos desportos e as de história da educação física e dos desportos. As disciplinas de ginástica rítmica, a educação física em geral e os desportos eram ministradas em exercícios, e as demais disciplinas, em aulas teóricas e práticas.

O curso normal de educação física poderia ser cumprido em um ano, mediante apresentação do diploma de normalista; ao final, seria considerado normalista especializado em educação física.

O curso de técnica desportiva pretendia fornecer aprendizagem do treinamento dos esportes em geral e, em especial, de dois escolhidos dentre os seguintes: “natação, pólo aquático, remo, atletismo, ginástica de aparelhos, pesos e alteres, basket-ball, foot-ball, tenis, box, jiu’jitsu e lutas “ (observada a grafia original do art. 26, letra “b”).

Os cursos de treinamento e massagem previam ensinamentos específicos destinados às habilitações pretendidas, especialmente em quatro (4) das modalidades esportivas acima mencionadas.

O exercício das atividades de técnico, treinador e massagista dos desportos citados acima e praticados pelas associações desportivas de cidades com população superior a 100.000 habitantes era reservado aos portadores dos respectivos diplomas conferidos pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos. A lei estabelecia a mesma obrigatoriedade e o prazo de sua aplicação para as demais associações desportivas (art. 38 e parágrafo único).

O mesmo Decreto-Lei, em seu artigo 35, tornava privativo do licenciado em educação física o magistério respectivo nos estabelecimentos oficiais de ensino de toda a República, quer fossem federais, quer estaduais ou municipais, de ensino superior, secundário, normal e profissional, a partir de 1º de janeiro de 1941, estendendo-se às escolas particulares a partir de 1º de janeiro de 1943 (art. 35 e § único).

Ainda a partir de 1941 o magistério da educação física nos demais estabelecimentos de ensino deveria ser exercido por licenciados em educação física ou por portadores de diploma de normalista especialista na área.

Assim o Governo Federal tentava criar condições que colocassem a juventude escolar em contato direto com as práticas de educação física e desportiva.

Abrindo campo de trabalho para os portadores de diploma em técnica desportiva, treinamento e massagem, o artigo 38 do Decreto-Lei nº 1.212/39 tornava obrigatória a contratação dos mesmos nas associações desportivas das cidades com população superior a 100.000 habitantes, que fossem dedicadas à prática de natação, polo aquático, remo, atletismo, ginástica de aparelhos, pesos e alteres, basket-ball, foot-ball, tênis, box, jui-jitsu e lutas. O parágrafo único abria a possibilidade da extensão da reserva de mercado para as demais associações desportivas, observados os prazos que fossem estabelecidos em lei.

A exigência legal parece não ter alcançado seus objetivos nos meios futebolísticos, pois, em 22 de abril de 1993, através da Lei nº 8.650, a função de treinador profissional de futebol ficava assegurada preferencialmente aos portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física ou por entidades análogas, reconhecidas na forma da lei.

No entanto, disposição mais estarrecedora era contemplada pelo inciso II do artigo 3º, que permitia o exercício da atividade de treinador àqueles que na data da Lei (22 de abril de 1993), tivessem comprovadamente exercido essa função por prazo não inferior a seis (6) meses como empregado ou autônomo em clubes ou associações filiadas às Ligas ou Federações brasileiras.

A sanção da Lei nº 8.650/93 demonstra que o artigo 38 do Decreto-Lei nº 1.212/39 não fora atendido e que estava esquecido, necessitando, pois, após mais de cinquenta (50) anos, de outra lei para exigir o diploma respectivo ou a comprovação do exercício mínimo de seis (6) meses para poder exercer as funções de treinador de futebol. E para as outras modalidades esportivas não há qualquer referência além das exigências do Decreto de 1939.

2.2 Bases da Organização dos Desportos

Preparado o País física e educacionalmente para a cultura desportiva, foram estabelecidas “as bases da organização dos desportos” através do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que ainda vigente em 1965, recebeu modificações, introduzidas pela Lei nº 4.638, de 26 de maio. Estas bases esportivas foram revogadas em 8 de outubro de 1975, pela Lei nº 6.251, que institui “normas gerais sobre desportos”. Ela foi revogada pela Lei nº 8.672, de 6 de Julho de 1993, conhecida como “Lei Zico”, que também foi revogada pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, designada como “Lei Pelé”.

O Decreto-Lei de 1941 institui, no Ministério de Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, que reinou no desporto brasileiro, sob a sigla *C.N.D.*, foi mantido pela Lei de 1975 e substituído pelo Conselho Superior de Desportos, criado pela Lei Zico, e transformado em Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, pela Lei Pelé.

O Decreto-Lei nº 3.199/41 definiu o Conselho Nacional de Desportos como órgão destinado à orientação, fiscalização e incentivo da prática dos desportos em todo o País (art.1º), mas não enumerou as suas atribuições, deixando-as ao decreto regulamentador (art.5º).

O Conselho Nacional de Desportos teve seu primeiro regimento aprovado pelo Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942, que determinou suas atribuições através de 28 incisos do artigo 10, que, no entanto, foi revogado pelo Decreto nº 19.425, de 14 de agosto de 1945, determinando sua competência no art.6º, através de 34 incisos (Anexo 1 e 2).

A competência do Conselho Nacional de Desportos dada pelos Decretos nº 9.267/42 e 19.425/45, que integram os Anexos 1 e 2, tem o intuito de possibilitar o

estudo comparativo e interpretativo com as disposições constantes das legislações posteriores.

A composição do Conselho Nacional de Desportos, inicialmente era de 5 (cinco) membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução. Os escolhidos deveriam distinguir-se por “elevada expressão cívica”. Habilmente a lei não condicionou a escolha a quaisquer conhecimentos desportivos, pois a organização do modelo desportivo era recente, tanto assim que ela tivera seu início com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 1939, apesar da prática de várias modalidades esportivas, algumas com relativo sucesso, tais como, no futebol, em 1938, no campeonato mundial realizado na França.

O Decreto-Lei nº 7.864, de 14 de agosto de 1945, alterou a composição do Conselho Nacional de Desportos, acrescentando-lhe um sexto membro, na pessoa do Diretor da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, no entanto, sem direito a voto. Os outros 5 (cinco) membros continuavam designados pelo Presidente da República, cuja escolha recairia em pessoas que, além de elevada expressão cívica, representassem, em seus vários aspectos o movimento desportivo nacional. A exigência do Decreto-Lei denunciava o surgimento de lideranças em matéria desportiva, após 6 (seis) anos de funcionamento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, as quais deveriam ser chamadas para compor o conselho máximo do esporte brasileiro.

A Lei de 1975 elevou o número de membros do Conselho Nacional de Desportos para 11 (onze), sendo 8 (oito) de livre escolha do Presidente da República. Deles se exigia “elevada expressão cívica e notórios conhecimentos e experiência sobre desporto”, e cumpririam mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução. Dentre esses, o Presidente da República designaria o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

O Comitê Olímpico Brasileiro e as Confederações Desportivas contribuiriam, cada uma, com 1 (um) representante, com mandato de 2 (dois) anos e possibilidade de uma única recondução. O representante do Ministério da Educação e Cultura, seria

responsável pela administração e coordenação das atividades de Educação Física e Desportos, na condição de membro nato.

Veio, em 1993, a Lei Zico e constituiu o Conselho Superior de Desportos com 15 (quinze) membros, nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos e possibilidade de recondução por mais um período, tendo o Secretário de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto como membro nato e seu presidente.

Os demais membros, apesar de serem nomeados pelo Presidente da República, indicados pelo Ministério da Educação e do Desporto, em número de 2 (dois), e pelas confederações de desporto profissional e não profissional, pelos clubes de desporto profissional e não profissional, pelos atletas profissionais e não profissionais, pelos árbitros, pelo treinadores desportivos, pelas instituições que formam recursos humanos para o desporto, pelas empresas apoiadoras do desporto e pela imprensa desportiva. Estes segmentos fornecedores de nomes para a composição do Conselho Superior de Desportos fariam a escolha através de eleição ou indicação dos segmentos interessados.

Se estes representantes dos diversos segmentos esportivos ou ligados direta ou indiretamente ao esporte são escolhidos através de eleição ou simples indicação para compor o Conselho Superior de Desportos, a competência do Presidente da República, responsável pela nomeação, se constitui em ato de mera homologação, sem qualquer possibilidade de rejeição de nomes apresentados.

Os dois (2) membros indicados pelo Ministro da Educação e do Desporto devem ter “reconhecido saber desportivo”.

A Lei Pelé, datada de 24 de março de 1998, sob nº 9.615, revogou integralmente a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, extinguiu, assim, o Conselho Superior de Desportos e criou, em substituição, o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB, como órgão de deliberação e assessoramento, integrado pelos seguintes membros: o Ministro Da Educação e do Desporto, o Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, um representante do Comitê Olímpico Brasileiro e outro do Comitê Paraolímpico Brasileiro e sete representantes

indicados pelo Ministro da Educação e do Desporto. A composição do novo Conselho não conta mais com a participação de representantes indicados pela comunidade desportiva, tal como estava previsto no conselho extinto.

Nenhum dos quatro documentos da legislação norteadora do desporto nacional exige ou faz qualquer referência ao direito desportivo para indicação de membros, respectivamente, ao Conselho Nacional de Desportos, ao Conselho Superior de Desportos ou ao atual Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro.

O Conselho Nacional de Desportos detinha de amplos poderes sobre o desporto brasileiro, inclusive os de aplicar penalidades, de requisitar força policial e de recomendar nas questões de medicina desportiva. Era uma entidade forte, política e desportivamente, tendo reinado no desporto brasileiro por mais de cinquenta (50) anos.

Outrossim, o Decreto-lei n. 3.199, retratando a perspectiva centralizadora e elitista do Estado, criou o CND objetivando zelar pela corporativação da ordem, ou seja procurando anular os conflitos no campo desportivo, pois as discussões daquele momentos histórico já preocupavam o governo pela sua legitimidade. (Melo Filho, 1995:27)

2.3 A Nova Organização dos Desportos

A Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, construiu juridicamente a nova organização desportiva do País, em conjunto com a sua regulamentação (Decreto nº 80 228, de 25 de agosto de 1977) e com as Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos.

As Resoluções do Conselho Nacional de Desportos conseguiam, então força legislativa para suas decisões, por disposição do art 42, inciso IV, o que não acontecia com a competência dada pelo Decreto-Lei nº 19.425/45.

A Lei nº 6.251/75 estabeleceu os objetivos básicos da Política Nacional de Educação Física e Desportos em seu artigo 5º:

- “ I - aprimoramento da aptidão física da população;
- II - elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III - implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV - elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V - difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

O Conselho Nacional de Desportos continuava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com as atribuições de órgão normativo e disciplinador do desporto nacional (art. 41), tendo sua competência reduzida para 12 incisos, no entanto a abrangência é tão ampla quanto os 34 inciso da legislação anterior (Anexo 3)

O Conselho Nacional de Desportos é integrado por onze membros, sendo: oito, de livre escolha do Presidente da República; um representante indicado pelo Conselho Olímpico Brasileiro; outro eleito pelas confederações desportivas; e um, dirigente, responsável pela administração e coordenação das atividades de educação física e desportos do Ministério da Educação e Cultura.

A Lei nº 6.251/75 reconhece os desportos definidos no Sistema Desportivo Nacional aglutinados através das seguintes formas:

I - Comunitário, que é supervisionado normativa e disciplinarmente pelo Conselho Nacional de Desportos, abrangendo as atividades amadoras ou profissionais exercidas através das associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro (art. 9º e 10). As atividades desportivas praticadas através de pessoas jurídicas de direito privado que não integram este Sistema Desportivo Nacional serão consideradas “entidades recreativas”. (Art. 11, § 1º). Estas atividades desportivas foram consideradas “não formais” pela Constituição de 1988 (art 217), pela Lei Zico (art.1º, § 2º) e pela Lei Pelé (art.1º, § 2º).

II - Estudantil, que se divide em universitário e escolar. O desporto universitário dirigido pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, pelas federações respectivas e associações atléticas acadêmicas, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desportos. O desporto escolar abrange as atividades desportivas praticadas nas escolas de 1º e 2º graus sob a supervisão normativa do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

III - Militar, que compreende os esportes praticados nas Forças Armadas, dirigidos pelo respectivo Ministério e pelas suas organizações auxiliares, isto é, as Polícias Militares e Brigada Militar dos Estados. Ficam incluídos nesta divisão os esportes praticados nas escolas e estabelecimentos militares.

IV - Classista, que abrange os esportes praticados por associação desportiva classista, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por qualquer empresa e integrada unicamente por seus empregados e dirigentes.

A estrutura organizacional de todo o esporte brasileiro continuava alicerçada em pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos.

O profissionalismo era permitido no futebol, no pugilismo, no golfe e no motociclismo, conforme disposição do artigo 69 do Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, observadas a legislação trabalhista e as normas do Conselho Nacional de Desportos (art. 71).

O artigo 70 vedava expressamente o profissionalismo nas seguintes hipóteses:

I - nas associações desportivas com sede em municípios de menos de cem mil habitantes, ressalvadas as que, na data deste Regulamento já o pratiquem;

II - nas associações desportivas que não integrem o Sistema Desportivo Nacional;

III - no desporto estudantil, militar e classista, e

IV - nas categorias infantil e juvenil de qualquer ramo desportivo.

A enumeração detalhada do artigo reconhecia a existência da prática desportiva em regime profissional, embora não houvesse qualquer regulamentação própria. O inciso II faz referência às entidades recreativas citadas no art. 11, § 1º, da Lei regulamentada.

À data da vigência do Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, que regulamentou a segunda lei brasileira de “normas gerais sobre desportos”, reconheceu em seu artigo 39 as confederações seguintes:

- I - Confederação Brasileira de Desportos - (CDB);
- II - Confederação Brasileira de Basket-ball - (CBB);
- III - Confederação Brasileira de Pugilismo - (CBP);
- IV - Confederação Brasileira de Vela e Motor - (CBVM);
- V - Confederação Brasileira de Esgrima - (CBE);
- VI - Confederação Brasileira de Caça e Tiro - (CBCT);
- VII - Confederação Brasileira de Xadrez - (CBX);
- VII - Confederação Brasileira de Hipismo - (CBH);
- IX - Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo - (CBTA);
- X - Confederação Brasileira de Motociclismo - (CBM);
- XI - Confederação Brasileira de Volley-ball - (CBV);
- XII - Confederação Brasileira de Tênis - (CBT);
- XIII - Confederação Brasileira de Automobilismo - (CBA);
- XIV - Confederação Brasileira de Judô - (CBJ);
- XV - Confederação Brasileira de Golfe – (CCBG), e
- XVI - Confederação Brasileira de Desportos Universitários - (CBDU).

A Confederação Brasileira de Desportos abrigava o futebol e os demais esportes que não estivessem na abrangência de outra entidade especializada ou eclética.

O elenco das confederações demonstrava basicamente os esportes praticados no Brasil naquele ano de 1977.

O Comitê Olímpico Brasileiro era apresentado como associação civil responsável pelo movimento olímpico no Brasil e representante do Comitê Olímpico Internacional, a quem cabia organizar e dirigir a participação brasileira nos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e outros de igual natureza, contando com a colaboração das confederações desportivas nacionais dirigentes do desporto amador. Ao Conselho Olímpico Brasileiro eram asseguradas autonomia e integração ao Sistema Desportivo Nacional (art. 48-50).

2.4 A Constitucionalidade do Desporto

Em 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional promulga a Constituição Federal, atendendo aos reclamos populares da redemocratização que perpassa todo o País. Pela vez primeira, uma das constituições brasileiras abre espaço para tratar de desportos.

O artigo 24 confere competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre diversas matérias, entre as quais os “desportos”.

A Seção III, do Capítulo III, do Título VIII (Da Ordem Social) é intitulada “Do Desporto”. Num único artigo, de número 217, apresenta os seus princípios constitucionais.

“Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a formação prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

do

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional”.

Segue, assim, o Brasil a tendência do pensamento jurídico mundial, acolhida por vários países, de tratar o esporte em suas Cartas Magnas. Dentre estes, cabe citar, a República Democrática Alemã em 1968, a Grécia em 1975 e em seguida a Bulgária, Portugal e Espanha.

Entre os princípios esportivos abrigados pela Constituição Federal Brasileira pode-se especificar:

- a) dever esportivo do Estado;
- b) direito do cidadão à prática desportiva;
- c) práticas esportivas formais e não-formais;
- d) autonomia na organização e funcionamento das entidades desportivas dirigentes;
- e) autonomia na organização e funcionamento das associações desportivas (clubes);
- f) destinação de recursos públicos para o desporto educacional;
- g) destinação de recursos públicos para o desporto de alto rendimento;
- h) tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- i) proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, denominada “Lei Zico”, institui as novas normas gerais sobre desportos com base nos princípios constitucionais de 1988, reproduzindo a nova visão sobre os desportos praticados no Brasil. Em 25 de março de 1998, data de sua publicação, passa a vigorar a Lei nº 9.615, conhecida como Lei Pelé, que revogou a anterior, embora, tenha reeditado, em grande parte, os mesmos

conceitos e as mesmas palavras, através dos mesmos artigos. As duas leis possibilitam a interpretação dos novos princípios constitucionais dedicados ao desporto.

a) O dever esportivo do Estado

A Constituição Federal atribui ao Estado Brasileiro a obrigatoriedade de zelar pela estrutura jurídica e política do esporte em todo o país, oferecendo oportunidade para que todos possam dispor das práticas desportivas que lhes interessem, quer como atletas, dirigentes, quer simplesmente aficionados torcedores, e de defender o prestígio esportivo brasileiro. Até então, as leis que regulamentaram as atividades desportivas brasileiras não se haviam pronunciado sobre o dever estatal. Sendo dever, é atribuição e componente do Estado Brasileiro e não é simplesmente uma atividade a mais a ser exercida em terras nacionais.

b) Direito do cidadão à prática desportiva

A prática desportiva passa a ser reconhecida como um direito do cidadão. Passa assim a integrar o elenco de pressupostos reconhecidos como cidadania. O artigo 2º, da Lei nº 8.672/93, reconhece o desporto como “direito individual”, dentro desta individualidade, é facultado a todos os brasileiros e demais cidadãos que aqui vivem, protegidos pela lei nacional, praticarem o esporte de sua preferência como característica de sua cidadania.

c) Práticas desportivas formais e não-formais

A diferenciação de nosso esporte em práticas formais e não-formais estabelecida pela Constituição da República Brasileira de 1988 trouxe nova concepção social e jurídica para a nossa vida esportiva, sem, no entanto, explicitá-las.

A Lei Zico, em suas disposições iniciais, consubstanciadas no artigo 1º e seus parágrafos, dá a concepção e a amplitude do que denomina “práticas formais e não-formais”.

A Lei entende que a prática desportiva formal é aquela “regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade”.

Cabe salientar que o Decreto-Lei nº 3.199/41, ao estabelecer “as bases de organização dos desportos em todo o país”, determinou que as confederações adotassem o código de regras desportivas da correspondente entidade internacional, que deveria ser cumprido pelas entidades nacionais que estivessem, direta ou indiretamente vinculadas a elas.

A Legislação de 1941 estabeleceu a obrigatoriedade de cumprimento do “código de regras internacionais” através do vínculo de filiação correspondente à modalidade esportiva (art. 43).

A formalidade da vinculação a entidades nacionais ou internacionais deixou de ser o preceito, passando a sê-lo o cumprimento de normas e regras nacionais e de regras internacionais, independentemente da filiação.

A Lei nº 6.251/75, ao instituir as normas gerais sobre desportos, no parágrafo único do artigo 13, repetiu as disposições do artigo 43 do Decreto-Lei nº 3.199/41.

Assim, as entidades desportivas não filiadas devidamente à instituições esportivas nacionais ou internacionais ou a quaisquer outras entidades podem praticar esporte de caráter “formal”, desde que atendam as regras ditadas pelos respectivos organismos internacionais.

As práticas desportivas “não-formais” são caracterizadas pela liberdade lúdica de seus praticantes. A liberdade lúdica representa a descontração na prática desportiva e a não obrigatoriedade de observância das normas nacionais e regras nacionais ou internacionais. Isto pode significar que a dimensão do campo, tempo de jogo, contagem de pontos, número de atletas e outras estipulações poderão ou não ser as convencionais (normas nacionais e regras nacionais e internacionais). Neste caso, os praticantes podem inovar, sem quaisquer restrições, os fundamentos básicos e as características da modalidade desportiva exercida. A rigor, as práticas desportivas não-formais são caracterizadas pela informalidade. É a atividade dos clubes sociais que constitui o grande volume de práticas não-formais.

Dardeau de Carvalho, oferece para o desporto não formal a sua conceituação:

É o desporto livremente praticado como direito de cada um. É o desporto lazer, o desporto recreação, o desporto entretenimento, que não exclui, no entanto, o espírito de competição, de emulação. Não é na ausência da competitividade que está o traço distintivo entre desporto formal e o desporto não formal. Está em ser praticado, o não formal, sem a observância de regras nacionais e, principalmente, das estabelecidas pelas entidades internacionais de direção. (Carvalho, 1996:3)

Não obstante a liberalidade da atividade desportiva cumprida nos clubes sociais, estas práticas podem ser consideradas formais se atenderem às normas nacionais e às regras nacionais e internacionais. É a *prática* que determina o caráter “formal ou não formal” do desporto exercido, independentemente de qualquer outra exigência, embora o esporte praticado em caráter “formal” não se considere obrigatoriamente como oficial.

d) Autonomia na organização e funcionamento das entidades desportivas dirigentes

O esporte brasileiro desde 1941, com a vigência do Decreto-lei nº 3.199, estabelece que as confederações, são “entidades máximas de direção dos desportos nacionais”, sendo-lhes filiadas as federações, na condição de “órgãos de direção dos desportos em cada uma das unidades territoriais do país (Distrito Federal, Estados, Territórios)” e, na órbita municipal em caráter facultativo, as ligas desportivas (art. 12, 18 e 24). No entanto, a Portaria Ministerial nº 254, de 1º de outubro de 1941, do Ministro de Estado da Educação e Saúde, no exercício da Presidência do Conselho Nacional de Desportos baixou instruções sobre a organização dos estatutos das confederações e federações desportivas, respeitando as disposições do Decreto-Lei.

A seguir, a Lei nº 6.251/75 arrolou entre as competências do Conselho Nacional de Desportos:

Estudar, propor e promover medidas que tenham por objetivo assegurar conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do País (art.42, II). Editar normas disciplinadoras dos estatutos das entidades integrantes do Sistema Desportivo Nacional. (art. 42, V)

O Decreto nº 80.228/77 mantinha a mesma estrutura anterior através de confederações, federações e ligas.

Agora, a Constituição Federal reconhece a autonomia na organização e no funcionamento das confederações, federações e ligas, como entidades dirigentes que são dos desportos no Brasil, apesar de o Estado brasileiro ter o dever de fomentar as práticas desportivas.

A autonomia constitucional atribuída a estas entidades permite a sua integral adequação à modalidade desportiva de que são responsáveis. Esta autonomia na organização e funcionamento impede a sujeição a outras causas ou finalidades que não sejam as esportivas. O esporte precisa de liberdade para a sua prática e o seu desenvolvimento. As práticas desportivas são desafios, e como tais, não devem e não podem encontrar barreiras que obstaculizem as suas metas.

Coubertin, na ocasião em que, sonhava, arregimentava forças e reunia parceiros para restabelecer os jogos olímpicos disse, certa feita:

“Há que internacionalizar o desporto; é necessário organizar de novo os Jogos Olímpicos”. (Marreiros, 1992:37)

Esta internacionalização do esporte será conseguida se não tiver laços internos que impeçam o vôo para o entrosamento com outros povos e outros desportistas, onde o convívio e a troca de experiências são fundamentais para o crescimento do atleta e a afirmação do esporte.

A autonomia, preconizada na Carta Magna brasileira, se constitui na possibilidade de maior alcance para o crescimento do esporte nacional.

e) Autonomia na organização e funcionamento das associações desportivas (clubes)

As associações desportivas são os clubes que se dedicam à prática dos esportes, quer em caráter amador quer em profissional, e são sociedades civis sem fins lucrativos.

Os mesmos argumentos que fundamentam o item anterior servem para dar guarida às associações desportivas, como pessoas jurídicas de direito privado, quanto à sua organização e funcionamento. É obvio que estas associações têm como meta exclusiva a prática desportiva em qualquer de suas modalidades e manifestações. Já não atinge mais às associações desportivas a determinação do artigo 17 da Portaria Ministerial nº 254, de 1º de outubro de 1941, que as obrigava à “criação de bibliotecas e de escolas de instrução militar”.

A Constituição Brasileira de 1988 ao prever a autonomia na organização e funcionamento das associações desportivas dá-lhes plena liberdade de organização e funcionamento, independentemente de quaisquer restrições ou imposições de ordem governamental ou não.

Esta autonomia que garante a liberdade de escolha na organização e funcionamento das associações desportivas não poderá ser perturbada por qualquer outra norma legal posicionada abaixo da Lei Fundamental.

Usando de autonomia para a sua organização caberá a seus fundadores ou dirigentes a livre opção de decidirem sobre a forma adequada da associação desportiva, e igualmente para seu funcionamento.

Autonomia, antes de ser um conceito de características esportivas, o é de conteúdo sociológico e jurídico aplicado pela Carta Maior dos brasileiros às suas associações desportivas.

“Indo mais longe, acrescenta-se o valor “autonomia”, que reproduz uma forma conquistada de ser ou mesmo um modo de agir, organizar-se e ter consciência da historicidade presente. Sob este aspecto, a “autonomia” expressa o imaginário de

grupos comunitários instituintes que são responsáveis por suas ações na medida em que seu agir emancipatório resulta de suas aspirações, de suas exigências e de suas experiências interativas. (Wolkmer, 1994:302)

Dentro deste contexto imaginário de grupos comunitários, que reproduz uma forma conquistada de ser, de agir, de organizar-se e ter consciência do momento presente, está o esporte com suas associações.

Se a Constituição garantiu a autonomia esportiva como poderão as Leis posteriores, n. 8.672/93 e 9.615/98 estabelecerem parâmetros para a organização e funcionamento das associações desportivas ?

O preceito de autonomia esportiva é constitucional e não poderá assim ser restringido por legislação ordinária no tocante à organização e funcionamento das associações desportivas.

Além da autonomia na organização e funcionamento, a Constituição Federal destina as práticas desportivas às associações desportivas, como sociedades civis sem fins lucrativos, constituídas na forma do artigo 16 do Código Civil, quer pratiquem o esporte amador ou profissional, quer o formal ou não-formal.

Convém repetir que as associações são juridicamente caracterizadas pelos inexistência de fins lucrativos, com finalidade determinada, podendo ser beneficente, literária, científica, artística, recreativa, desportiva ou política mas, nunca lucrativa.

A Lei Zico, em seu artigo 11, possibilita a prática desportiva através de:

I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva;

II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto;

III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas.

O legislador ordinário inovou ao permitir que as entidades de prática desportiva pudessem se constituir sob a forma de sociedade comercial. Não poderia este legislador ultrapassar a abrangência dada pela Constituição Federal, que, era de constituição (formação) através de associação. tica

Embora, sociologicamente os dois termos – associação e sociedade - possam ter a mesma significação, o mesmo o mesmo não ocorre juridicamente.

“ASSOCIAÇÃO. Em acepção genérica, o vocábulo, derivado do latim *associare* (reunir, ajuntar, designa toda agremiação ou união de pessoas, promovida com um fim determinado, seja de ordem beneficente, literária, científica, artística, recreativa, desportiva ou política. Tem, em regra, o mesmo sentido da palavra sociedade, mas tecnicamente, é esta reservada precipuamente para determinar a organização que tem fins lucrativos, enquanto as associações manifestam a organização de instituições, que não tenham finalidades econômicas ou crativas”(Silva, vol I, 1991:217).

Octávio Médici, trata da distinção entre associação e sociedade, dizendo que a primeira “em sentido estrito, é a organização estável de duas ou mais pessoas, para se conseguir um fim comum não econômico” e a segunda “é a organização estável de duas ou mais pessoas, para conseguir um fim comum de natureza econômica.”(Médici, 1977, 181).

Há, pois, na doutrina brasileira o posicionamento baseado na existência ou não de fins econômicos para a identificação das sociedades e associações.

Enquanto a Lei n. 8.672, de 06.07.1993, abria a possibilidade de as atividades desportivas serem exercidas através de sociedades comerciais, a :Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, tornava-as obrigatórias após dois anos de sua vigência, segundo os artigos 27 e 94).

“Art. 27. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

I – sociedades de fins economicos;

II – socieades comerciais admitidas na legislação;

III – entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo.

A nova lei, continuou infringindo a norma constitucional, com a agravante de tornar a medida obrigatória a partir de 25 demarço de 2001.

Tanto a Lei n.8.672/93, como a Lei n. 9.615/98 ultrapassaram os limites estabelecidos pelo dispositivo constitucional e legislaram inconstitucionalmente, quando atribuíram fins econômicos para pessoas jurídicas de direito privado, que devem ter a forma de associações..

As práticas desportivas formais e não-formais constituem ou não exclusividade constitucional das associações. Se constituem exclusividade das associações. somente através delas podem ser praticadas e não através de outras sociedades com fins lucrativos ou comerciais.

A comercialidade permitida facultativamente como característica das entidades de prática desportiva foge à previsão constitucional e, se assim foge, não poderia a lei consentir com o modelo comercial, mesmo que fosse para o esporte profissional.

Se o texto constitucional tivesse empregado a expressão “entidade de prática desportiva” e não “associação”, seria possível que a lei fizesse esta permissibilidade. Mas, já que o texto constitucional foi claro e objetivo ao mencionar a “associação”

como o organismo próprio para a prática desportiva, a lei não poderia abrir espaço para que uma sociedade comercial assim o faça.

Interessa ressaltar que a Lei nº 9.615/98) tornou obrigatória a comercialidade na prática do desporto profissional em seu artigo 27, concedendo às atuais associações desportivas o prazo de dois anos para a adaptação definitiva (art. 94).

A Constituição cita o desporto profissional e o não-profissional, mas não menciona a entidade como sociedade comercial. Constitucionalmente, a prática desportiva formal ou não-formal, profissional ou não-profissional, por ser exercida através de uma pessoa jurídica, esta deve ser “associação” e não sociedade comercial.

“*Ad argumentandum*” poder-se-ia afirmar que a Constituição não proibiu a atividade desportiva profissional através de sociedade comercial e que então, as duas legislações inovaram em espaço destituído de tutela jurídica. A esta assertiva de interpretação, vale contra-argumentar com a posição clara da Constituição, que estabelece o fomento das atividades desportivas como dever do Estado e direito de cada um, “observados” a autonomia das entidades desportivas dirigentes e “associações”. O texto foi enfático e definitivo.

Cabe aviventar a memória, mencionando que a atividade comercial tem regime tributário próprio e que, no momento atinge níveis elevados, que geram protestos do empresariado em geral, além de estar sujeita ao benefício da concordata e aos rigores da falência. Não poderá haver um regime fiscal e legal diferenciado para as sociedades comerciais de finalidade desportiva.

As associações, sendo as únicas responsáveis pelo fomento das práticas desportivas, dispõem de autonomia de organização e funcionamento. A expansão comercial do exercício das atividades desportivas não corresponde ao teor do artigo 217 da Constituição Federal de 1988.

“No entanto, além da querela jurídica sobre a conceituação de associação e sociedade, bem como sua aplicabilidade à prática desportiva, emerge a figura da

autonomia na organização e funcionamento, edificada no art. 217 da Carta Constitucional Brasileira.

A Constituição Federal, em seu artigo 217, estabelece que:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.”

Somente o recurso à Ação de Declaração de Inconstitucionalidade poderá resolver o impasse entre a Constituição Federal e a atual Lei nº 9.615/98.

f) Destinação de recursos públicos para o desporto educacional

Os recursos públicos são destinados a suprir as necessidades da Administração Pública e as exigências da sociedade.

O Poder Público chama para si, através da Constituição Federal, a responsabilidade pela promoção prioritária do desporto educacional, identificado pela Lei nº 8.672/93 como aquelas práticas desportivas exercidas “através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer” (art. 3º, I).

A Lei nº 9.615/98, em seu artigo 3º, inciso I, repete a mesma conceituação de desporto educacional.

Tanto a Lei Zico como a Lei Pelé, ao tratarem dos Princípios Fundamentais do Desporto Nacional no capítulo II, art. 2º, inciso VIII, estabelecem a prioridade dos recursos públicos para o desporto educacional, a fim de proporcionar o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo.

O artigo 7º da Lei acima mencionada destina os recursos do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, em sua primeira enumeração, ao desporto educacional.

O dever do Estado de fomentar os esportes precisa aparecer no início do aprendizado da prática desportiva, e a destinação de recursos públicos para o desporto educacional deveria ser a primeira preocupação da ação política governamental.

A preparação correta da juventude na carreira desportiva não pode, pois, ficar dependendo do capricho da sorte ou da fortuna pessoal de cada um para a revelação de bons atletas.

A escola, principalmente a pública, desde a mais tenra idade do jovem deveria prepará-lo para os exercícios físicos, que o levariam, por opção própria, à prática da modalidade desportiva desejada.

O encaminhamento da juventude na senda esportiva estaria preparado física e mentalmente para cada um ter, no mínimo ou na pior das hipóteses, um corpo saudável e o descortínio dos fundamentos esportivos da modalidade de sua preferência.

A falta de recursos públicos se reflete na precariedade de títulos esportivos de alto rendimento obtidos por brasileiros. Nossos atletas candidatos ao pódio são poucos e aqueles que conseguem subir nele, na maioria dos casos são resultados de esforço próprio ou de investimento da iniciativa privada.

Cabe, pois, ao poder público montar a política de incentivo esportivo para a juventude, iniciando-os corretamente nas práticas desportivas e montando o celeiro de recursos humanos, do qual tanto o Brasil necessita para enfrentar as competições internacionais, cada vez mais acirradas e concorridas.

g) Destinação de recursos públicos para o desporto de alto rendimento

O desporto de rendimento é caracterizado pelo artigo 3º, inciso III da Lei nº 8.672/93 como sendo aquele:

“praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações”.

A Lei Pelé, apresenta em seu artigo 3º, inciso III, praticamente a mesma versão, com estas palavras:

“praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações”. Esta lei acrescentou à anterior a referência a “normas gerais desta Lei” e “regras de prática desportiva”. No restante é a mesma redação.

As práticas desportivas de rendimento integram o Sistema Nacional de Desporto, ao qual compete por finalidade promovê-las e aprimorá-las (art. 13), conforme o parágrafo único do artigo 13:

“O Sistema Nacional de Desporto, congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente :

I - o Comitê Olímpico Brasileiro - COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores”.

O “caput” do parágrafo único é mais abrangente do que a enumeração constante nos incisos.

A Lei Pelé, em seu artigo 15, determina que os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros sejam beneficiários desta destinação de recursos públicos.

O desporto de rendimento que busca resultados pode abranger qualquer modalidade de prática desportiva, quer seja profissional, não-profissional, quer seja amadora.

Nas práticas desportivas de rendimento, o ideal desportivo é o resultado: quem o pratica quer cumprir a meta a que se propôs; enfim, é a consecução da supremacia esportiva em determinado momento da competição. Na prática desportiva, não há a vitória definitiva, mas, nas disputas de rendimento, se procura obtê-la como laurel do esforço despendido e, quanto maior forem o esforço, a dedicação e a aplicação técnica, mais próximo o atleta estará dos índices ideais do desporto de alto rendimento. A competitividade levada ao extremo para a obtenção da vitória é a característica do desporto de alto rendimento, no qual o estabelecimento de marcas nunca atingidas (recordes) constitui a sua finalidade, dentro do aspecto esportivo interligado ao econômico.

O desporto de alto rendimento reflete o aprimoramento técnico do atleta, que é condicionado ao resultado ainda não atingido e que se constitui na luta surda e muda da aplicação dos recursos físicos disponíveis.

Enfim, são os atletas das grandes competições, cujas ações são altamente valorizadas monetariamente e cujas vitórias são contabilizadas como lucros angariados pelos patrocinadores.

No mundo esportivo da atualidade, estes atletas subordinados ao alto rendimento são os guerreiros da modernidade, que lutam em defesa do prestígio internacional de seus países e por isto o interesse do constituinte em lhes destinar uma fatia dos recursos públicos.

Os países têm procurado, através de seus atletas altamente qualificados, obter os melhores resultados esportivos nas competições internacionais para satisfação e orgulho de seu povo, bem como para o cumprimento de metas políticas de seus governos. Não devemos esquecer os grandes lucros auferidos pelos patrocinadores e pela mídia.

O Brasil também busca estas metas e o faz, destinando recursos públicos para os seus atletas considerados de alto rendimento.

“Em nosso País pode se dizer que além do Futebol, o Voleibol, Basquete, Judô e algumas disciplinas isoladas da Natação e do Atletismo, já fazem parte da elite mundial destas modalidades e provas”. (Kuns, 1994:21)

Formado o atleta, cabe-lhe sair em busca de resultados, através de práticas que exigem dedicação continuada e eficiente.

O esporte é atualmente um produto cultural altamente valorizado em todo mundo, pelo menos no sentido econômico. São investidas somas extraordinárias para que os resultados cada vez melhores sejam alcançados. E a ciência que está a sua disposição não é uma ciência com interesse no humano ou na sua dimensão social, mas com um interesse tecnológico e de rendimento. (Kuns, 1994:21)

A revelação de atletas competentes que possam levar os acordes do hino nacional e a bandeira brasileira às cerimônias de encerramento das competições depende de grandes investimentos financeiros de caráter comercial, através de patrocínio e da contribuição de recursos públicos, especificados no artigo 56 da última Lei sobre desportos.

O desporto de alto rendimento, que marca os atletas revestidos de excepcionalidade esportiva, exige verdadeiros gênios como praticantes de modalidades esportivas. Seus feitos engrandecem a nacionalidade, e tais pessoas merecem ser protegidas pelos recursos públicos.

As competições esportivas de alto rendimento se constituem em verdadeiras batalhas de habilidades físicas, vigor muscular e mente arejada, nas quais os combatentes mais bem preparados saem vitoriosos e laureados e sua nacionalidade sai engrandecida perante a comunidade desportiva internacional.

h) Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional

A Lei normativa dos desportos brasileiros diz que o desporto de rendimento poderá ser organizado e praticado de modo profissional e não-profissional (art. 3º, § único). Interessa observar que a lei anterior, a Lei Zico, usava as mesmas palavras e sentido.

O Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998, em seu artigo 47, proíbe o profissionalismo em qualquer modalidade desportiva, quando se tratar de práticas de desporto educacional, abrangendo alunos de primeiro, segundo e terceiro graus escolares, de desporto militar e de desporto para os menores de dezesseis anos completos.

A conceituação da profissionalidade de qualquer modalidade desportiva se caracteriza pela vinculação do atleta a entidade de prática desportiva através “remuneração pactuada em contrato formal de trabalho” (art.3º, § único, I). Esta caracterização é mais restritiva do que a prevista pela Lei Zico, pois já não contempla “demais formas contratuais pertinentes” (art. 3º, § único, I). O exercício profissional da atividade de atleta exige agora, exige vinculação a uma entidade de prática desportiva através de contrato formal de trabalho. A lei já não contempla os atletas que se consideravam profissionais por terem contratos com patrocinadores, que não se revestem de entidade de prática desportiva.

Poderemos, então, indagar como se caracterizam os tenistas e os pilotos de automobilismo, pois sabido é que esses atletas não mantêm vinculação com qualquer entidade de prática desportiva. A profissionalidade desses atletas advém da dedicação integral e exclusiva ao esporte, mantidos por patrocinadores, que os remuneram.

A redução redacional e conceitual da Lei Pelé deixou sem reconhecimento legal o exercício da atividade profissional dos tenistas e dos pilotos de automobilismo.

O desporto profissional apresenta suporte técnico, financeiro e administrativo próprios, que possibilitam a sua manutenção, pois dispõe de melhores atletas, além de cobertura jornalística mais ampla, tudo em decorrência da paixão alimentada pela massa torcedora.

Já o desporto não profissional, reconhecido como educacional e de participação não chega por suas próprias características, a despertar o entusiasmo da grande massa de torcedores, mas os que o prezam ficam restritos ao seu círculo de amizades e pequenos interesses.

O desporto educacional é o praticado nas escolas, em que o aprendizado se constitui no interesse maior e que possibilita a revelação das habilidades dos educandos para as práticas desportivas.

É óbvio que o desporto educacional carece de tratamento mais intenso do que o profissional: naquele, o atleta está em formação; neste, o atleta, além de formado, pratica o esporte como trabalho.

O atleta semi-profissional não é profissional, mas está a caminho da profissionalização, e pratica esportes através de incentivos materiais que não caracterizam remuneração decorrente de contrato de trabalho, apesar de ser firmatário de contrato próprio e específico de estágio.

O contrato de estágio esportivo abrange tão somente atletas entre quatorze e dezoito anos, destituídos civilmente, pois, de capacidade plena, que dependem do consentimento dos pais ou tutores. A retribuição destes atletas é constituída de incentivos materiais que não caracterizam remuneração, e que poderá ser na forma de alimentação, estadia, vestuário, locomoção, bolsa de estudos e até, em dinheiro. Por se tratar de contrato de estágio, o atleta-estagiário deverá estar acobertado por seguro de acidentes pessoais, pois não detém qualquer outra proteção previdenciária, embora a Lei Desportiva tenha sido omissa neste mister.

A Constituição Federal prevê dois vínculos referentes à prestação de trabalho remunerado. O primeiro deles, caracterizado pelo artigo 7º, para os trabalhadores urbanos e rurais; o segundo, previsto no artigo 39, para os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações de abrangência federal, estadual e municipal. Ambos os vinculados, enquadrados nos artigos 7º e 39 se referem a trabalhadores profissionais.

Mas a semi-profissionalidade não caracterizadora de contrato de trabalho, de que falam os artigos 3º, § único, inciso II das leis nº 8.672/93 e 9.615/98 não é prevista na Constituição Federal. Pelo dispositivo legal tem-se um trabalhador esportivo, semi-profissional, que exerce as mesmas atividades de seu parceiro de equipe, considerado profissional. Enquanto um percebe incentivos materiais na condição de semi-profissional, o outro percebe remuneração como profissional. No entanto, ambos realizam as mesmas tarefas esportivas.

Esta disposição legal, que cria a semi-profissionalidade como modo de vínculo de prática esportiva, inova além do permitido pela Constituição Federal, pois não dispõe sobre a previdência social, deixando o atleta sem proteção. O atleta semiprofissional não é considerado empregado, nem a entidade de prática desportiva a quem presta seus serviços é tida como empregadora. Quem protegerá este atleta?

A Lei Zico, em seu artigo 3º, § único, inciso II, letra “a”, estabelecia:

“semi profissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho”.

A Lei Pelé, em seu artigo 3º, § único, inciso II, letra “a”, tentou corrigir a impropriedade jurídica com a redação seguinte:

“Semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho”.

A lei procura, agora, caracterizar vínculo decorrente de estágio. Resta indagar se o caráter de semiprofissionalidade não se opõe ao caráter de estagiário, que subentende aprendizado. A correção da Lei Pelé não conseguiu resolver o impasse entre a semiprofissionalidade e o estágio. Na prática diária, o que a Lei pretende é prender desportivamente o atleta em formação ao clube do qual está vestindo a camisa.

A vinculação do atleta semiprofissional à sua entidade de prática desportiva fica evidenciada pelas disposições dos artigos 29 e 36, § 3º, da Lei Pelé, os quais estipulam que o a entidade formadora do atleta “terá o direito de assinar com este o

primeiro contrato profissional” quando o mesmo completar dezoito (18) anos. Interessa observar que a Lei concedeu à entidade de prática desportiva o direito de firmar com o atleta semiprofissional o seu primeiro contrato de trabalho esportivo. A Lei não oferece a opção do contrato ao atleta, mas a obrigação de firmá-lo com a entidade de prática desportiva formadora, isto é, aquela com a qual mantém o contrato semiprofissional.

Neste caso, o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, constante do inciso XIII, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, estaria restringido pelo direito concedido pelo artigo 29 da Lei Pelé, sem que o atleta tivesse ocasião de discordar da oferta de trabalho, pois o clube detém o direito de firmar o primeiro contrato.

Esta aberração jurídica ocorre, obrigatoriamente, quando o atleta atinge a idade de 18 anos e, perante a Lei Civil é relativamente incapaz, dependendo a validade de seus atos da assistência de seus pais ou tutores. O atleta, se aos 18 anos não firmar o contrato de trabalho como profissional, assume, automaticamente, a condição de amador e não poderá participar de competição de caráter profissional.

Nestas condições, o contrato de atleta estagiário, de caráter semiprofissional, constitui uma vinculação para a celebração do contrato de trabalho como atleta profissional, sem possibilidade do exercício de qualquer outra opção.

Ainda, no desporto não profissional, as duas Leis citadas abrem espaço para o amador, “identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou incentivos materiais para atletas de qualquer idade” (art. 3º, § único, inciso II, letra b).

O amador tem a vinculação com sua agremiação, destituída de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais. Exerce, pois, este atleta, a sua prática desportiva por mero diletantismo, não reivindicando, nem podendo reivindicar qualquer compensação financeira.

Os torneios e campeonatos de qualquer modalidade desportiva, na categoria de amador, não podem contar com a participação de atletas profissionais.

A Constituição Federal prevê que, entre o desporto profissional e o não profissional (semiprofissional e o amador), haja tratamento diferenciado, mas não estabelece índices de diferença, nem a favor de que categoria deve haver privilégios, vantagens ou considerações especiais.

i) Proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

Ao longo da História, os povos têm criado práticas desportivas que os distinguem através do tempo e demonstram a sua evolução cultural.

As práticas desportivas se disseminam e aumentam as suas variações conforme a conveniência e as condições de seu exercício.

Práticas desportivas novas têm surgido, bem como variantes de modalidades já conhecidas. Tomando-se por base o futebol, pode-se citar como derivados o futebol de salão, o futebol suíço, o futebol de areia e o fute-vôlei, todos seguindo o pressuposto básico de praticá-lo com os pés, sem uso das mãos, com exceção do goleiro, guarda-valas, guarda-metas ou goal-keeper.

A primeira manifestação desportiva de criação nacional foram os exercícios praticados pelos primeiros habitantes da terra, os índios. Infelizmente, a dizimação das tribos indígenas fez, também, desaparecer as suas práticas culturais.

Os portugueses não trouxeram qualquer exercício físico ou prática desportiva para a nova terra e não o fizeram porque não a tinham, diferentemente dos ingleses, que deram guarida e continuidade a inúmeros esportes que eles adotaram.

Os negros, transformados em escravos, trazidos acorrentados da África, trouxeram ao Brasil a religiosidade, a música e, entre outras contribuições, a capoeira, como expressão esportiva.

Encontram-se, ainda, com traços de criação brasileira, as práticas desportivas denominadas: futebol de salão e o fute-vôlei.

Os brasileiros deparam-se, no entanto, com os certames de laço e gineteadas praticados nos clubes de tradição gaúcha, cujo conteúdo cultural é sociologicamente aceito, mas cujo caráter esportivo ainda carece de fixação de regras e normas próprias para a unificação das práticas e reconhecimento como esporte.

Na Câmara dos Deputados tramita projeto de lei, de autoria do deputado Jair Menegheli, reconhecendo como profissão de peão de boiadeiro, a atividade exercida por montadores que se apresentam em rodeios montando touros bravios. A proposição além de reconhecer a profissão, pretende garantir-lhes seguro-saúde e participação nas rendas dos espetáculos.(Revista Veja, ano 31, nº 30, de 29 jul.1998, p. 33).

2.5 A Lei Zico e a Lei Pelé

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, adaptou o desporto nacional às disposições constantes da Carta Constitucional de 1988, e recentemente a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, revogou a primeira, mas incorporou, em grande parte, o texto da lei revogada.

A Lei Zico em seu capítulo II, constituído de um único artigo, o de nº 2, estabelece os princípios fundamentais do desporto brasileiro, repisando o pressuposto constitucional de direito individual. Cabe realçar que a Lei Pelé enumera os mesmos princípios em capítulo e artigo de mesma numeração.

O caput deste artigo diz que o desporto é um direito individual. Assim sendo, pratica-o quem quiser, não podendo haver imposição, nem obrigatoriedade. A prática desportiva é opcional e inspirada nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito, expresso no artigo 1º de ambas as Leis.

O Estado Democrático de Direito não é, por si só, fundamento para o desporto, pois muitos países, sem disporem desta condição democrática, praticam o desporto, e até com elevado rendimento. O Brasil, em períodos menos democráticos, praticou intensamente as mais variadas modalidades desportivas, conquistando vitórias internacionais, tais como o título de campeão mundial de futebol em 1970. Em exemplo idêntico, pode-se citar a Argentina, que conquistou o mesmo título mundial em 1978, classificando-se para a final pelo saldo de goals, em detrimento do Brasil, que terminou em terceiro lugar. Era o Brasil do General Ernesto Geisel e a Argentina do Tenente-General Jorge Rafael Videla (1976-1983).

As práticas desportivas podem representar expressões de cidadania, como a valorização do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, mas não constituem demonstração de democracia, embora, assim, por vezes, possam parecer ou assemelhar-se.

Não há um conceito uníssono de democracia e a tendência é, cada vez mais, não só para dar-lhe um estrutura orgânica, sólida e eficiente, mas também de tirar-lhe o carácter puramente formal, criando um estado de espírito e uma cultura, favorável à plena execução do sistema. (Cavalcanti, 1984:268)

Regime democrático significa para os povos ocidentais uma organização política que transfere ao povo, não somente o exercício pleno da soberania, mas também imprime certo estado de espírito à consciência política, pressupõe também uma forma de governo que possa conceder ao povo o máximo de liberdade e o máximo de satisfação dos seus interesses individuais e coletivos. (Cavalcanti, idem: ibidem)

O máximo de satisfação dos interesses individuais e coletivos da população é o que poderão proporcionar as práticas formais e não-formais de qualquer modalidade desportiva. Neste ponto, as práticas desportivas se confundem com as ações democráticas e propiciam o surgimento de cultura desportiva nacional.

Em busca desta cultura, vive o brasileiro desde 1938, a partir da vigência do Decreto-Lei nº 527, que instituiu o Conselho Nacional de Cultura, incluindo nas suas finalidades a educação, os esportes, a recreação individual e coletiva (art. 2º, § único,

letras “h” e “i”), Trata-se de mais de cinquenta anos de expansividade da prática das mais diversas modalidades desportivas.

A cultura desportiva nacional cresceu com a contribuição do rádio, que teve a mesma data de partida do esporte e que disseminou pelo território brasileiro as notícias esportivas. A partir do final da década de 60, a televisão levou a imagem das competições. Os jornais, as rádio-emissoras e as televisões sempre dedicaram seções e programações especializadas em esportes e ajudaram a aprimorar a cultura desportiva e a fortalecer o espírito de brasilidade, que se manifesta apaixonadamente por ocasião das grandes competições nacionais e internacionais.

Dentro desta evolução desportiva, a instituição de novas normas gerais sobre desportos atende à Constituição de 1988, através de princípios fundamentais que apontam para um futuro esportivo que cabe aos brasileiros construir.

Os Princípios Fundamentais do artigo 2º da Lei n. 9.615/98, são os seguintes, que virão seguidos de análise e comentários:

I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva.

A soberania, princípio que a Lei aponta como a supremacia nacional na

organização da prática desportiva, é elemento de Direito Internacional Público referente à individualidade de cada país, que agora se converte em pressuposto de Direito Desportivo.

No entanto, a soberania, ora apreciada sob aspectos desportivos, se restringe à organização da prática desportiva, que sempre foi matéria tratada pela legislação brasileira.

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, em seu artigo 14, § 1º, trata da supremacia nacional, em matéria esportiva, nestes termos:

“Caberá às Confederações instituídas na forma da lei o exercício do poder desportivo no território nacional, a representação de suas atividades no exterior e o intercâmbio com as entidades internacionais”.

A detenção do exercício do poder desportivo no território nacional pregado pela primeira legislação brasileira sobre desportos corresponde, na prática, à soberania agora imposta como princípio fundamental de nosso desporto.

A Lei subsequente sobre as bases desportivas nacionais, de nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, diz em seu artigo 12 :

“As confederações, sob a imediata supervisão do Conselho Nacional de Desportos, são as entidades responsáveis pela direção dos desportos nacionais, cabendo-lhes a representação no exterior e o intercâmbio com as entidades internacionais, observada a competência do Comitê Olímpico Brasileiro”.

O parágrafo único do artigo 13 dá a amplitude da vinculação entre as confederações desportivas brasileiras e as correspondentes entidades internacionais, dizendo:

“Cada confederação adotará o código de regras desportivas e as normas da entidade internacional que estiver filiada e fará com que sejam observados pelas entidades que lhe sejam direta ou indiretamente filiadas”.

A Lei nº 6.251, de 1975, sancionada quando o Brasil já havia conquistado o tri-campeonato mundial de futebol, manteve a mesma linha política de conferir às confederações desportivas brasileiras a responsabilidade pela direção dos desportos nacionais. Embora a legislação de 1941 não tenha estabelecido qualquer obrigatoriedade de atendimento às regras internacionais ditadas pelas entidades internacionais, a nova, em seu art.13, § único determinava esta providência.

Tanto na Lei Zico, quanto na Lei Pelé, a observância das regras internacionais aceitas em cada modalidade desportiva é característica das práticas formais e constitui o desporto de rendimento que visa “integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações” (arts. 1º, § 1º e 3º, inc. III, de ambas as Leis).

II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva.

icas

Este princípio reconhece a possibilidade de as pessoas físicas e jurídicas, isto é, os atletas individualmente e as associações desportivas (clubes) se organizarem com a finalidade de praticarem as mais diversas modalidades desportivas, sendo eles mesmos responsáveis pelas decisões que tomarem.

Os atletas praticantes do tênis o jogam pessoalmente ou em duplas e não representam qualquer entidade esportiva. O ranking mundial dos tenistas, elaborado pela Federação Internacional de Tênis, cita unicamente o nome dos atletas.

Os montanhistas brasileiros recentemente falecidos na tentativa de alcançarem o monte Aconcágua pelo lado sul ou argentino, bem como os sobreviventes não representavam qualquer associação desportiva; participavam de uma prática, com duração determinada, que seria atingir o cume da montanha, embora estivessem acobertados por patrocínio financeiro.

Esta autonomia se manifesta nas disposições do § único do artigo 7º da Lei Zico, repetido integralmente pela Lei Pelé, no § único do artigo 13, ao dizer que o Sistema Nacional de Desporto compreende:

- a) a coordenação;

- b) a administração;
- c) a normatização;
- d) o apoio;
- e) a prática do desporto de rendimento através de:
 - pessoas físicas;
 - pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos;
 - pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos;
 - Comitê Olímpico Brasileiro (arts. 14 e 15);
 - Comitê Paraolímpico Brasileiro (arts. 14 e 15);
 - entidades nacionais de administração do desporto;
 - entidades regionais de administração do desporto;
 - ligas regionais e nacionais;
 - entidades de prática do desporto filiadas às referidas acima;
 - entidades de prática do desporto não filiadas às referidas acima;
- f) a Justiça Desportiva.

A Lei Zico apresenta o texto com exclusão e inclusão de palavras, com a seguinte redação: “definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam”.

III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação.

Traduz-se o preceito na garantia de todos poderem participar das atividades desportivas, não admitindo a sua prática distinções ou formas de discriminação.

Atualmente a democratização do desporto brasileiro já ultrapassou a barreira das discriminações. Mas, em 1912, os jogadores de futebol do Fluminense eram todos brancos, até que apareceu Carlos Alberto com sua tez morena, o qual para

disfarça-la, empoeu-se de “pó de arroz” para iludir a torcida. Ao entrar em campo um grito uníssono encheu o estádio - *PÓ DE ARROZ*. Até hoje o Fluminense é conhecido por esta alcunha. (Santos, 1981: 15-16). Isto já não ocorre no esporte brasileiro.

A prática desportiva não pode ficar condicionada a restrições de cor, raça e de outras formas de discriminação; a todos é facultado exercer suas habilidades esportivas, desde que atendidas as exigências técnicas e legais de cada modalidade desportiva.

IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor.

Este princípio complementa o anterior e impede que haja qualquer imposição à prática desportiva, que depende da livre opção de cada pessoa, de acordo com sua capacidade e interesse.

V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais.

A Lei, ao denominar de Direito Social o dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais ou não-formais, equivocou-se, pois melhor seria dizer Dever Social, eis que a Constituição de 1988, em seu artigo 217, já o postulava como dever do Estado.

Dever Social e não Direito Social, porque recai sobre o Estado a responsabilidade do fomento esportivo e o cidadão, em contrapartida, tem o direito de exigir.. A formulação do princípio, inicialmente deixa dúvida, no entanto, ao aprofundar-se a análise emerge a preocupação política de o Estado ser o grande controlador das atividades e para que assim aconteça, há necessidade de fomento estatal para o setor esportivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não tornou obrigatória a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino de 2º e 3º graus, deixando, pois, de fomentar o esporte na juventude brasileira. Não havendo a obrigatoriedade das atividades físicas nas escolas, não se desperta a mocidade para a prática desportiva.

VI - da diferenciação, consubstanciada no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional.

A própria lei, em seu artigo 3º, inciso III e respectivo § único, oferece a diferenciação entre o desporto profissional e o não profissional.

O desporto profissional constitui forma de ocupação e realização pessoal através de remuneração. O contrato de trabalho desportivo é o elemento fundamental para o estabelecimento da prestação de serviços como atleta.

Não poderá haver profissionalismo, conforme dispõe o artigo 28, nos casos de:

Desporto educacional, praticado nos estabelecimentos escolares de 1º, 2º e 3º graus;

Desporto militar, praticado nas Forças Armadas sob a direção de seu Estado Maior e de órgão especializado de cada ministério militar (art. 61); e

Menores até a categoria juvenil, a qual se esgota com idade de 16 anos.

Os alunos de 1º, 2º e 3º graus que ultrapassarem o limite de idade da categoria juvenil poderão assumir a condição de atletas profissionais e mesmo antes deste limite de idade, poderão ser semi-profissionais.

Aos militares se impede a profissionalização na prática do desporto militar, mas não se impede a prática das modalidades desportivas fora dos quartéis e guarnições militares.

Os atletas amadores, participantes de práticas desportivas formais, independem do limite de idade, porém não são remunerados, nem podem perceber incentivos materiais.

Os Jogos Olímpicos primavam pela participação exclusiva de atletas amadores, mas, a partir das disputas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, lentamente, foi permitida a profissionalização.

Os eventos esportivos modernos são sofisticados e demandam grandes despesas e investimentos, o que tolhe muitos atletas amadores de participarem das competições. Assim o amadorismo vai se esvaziando nas grandes apresentações esportivas. Estes atletas ficam restritos à competições menores e locais, arcando eles mesmos com as despesas decorrentes da participação..

VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Todo o esporte corresponde à manifestação cultural do povo donde procede. A prática inicial do esporte foi uma forma de lazer, tanto para os participantes quanto para os espectadores, revelando motivos e anseios reveladores da formação da identidade originária.

O princípio concebido quer preservar e valorizar as “manifestações desportivas de criação nacional”. Neste campo criativo encontramos os jogos indígenas, o jogo de peteca, a capoeira e, modernamente, o futebol de salão, o futebol de praia, e o futivôlei.

A cultura brasileira evoluiu sem nenhuma influência sensível da contribuição indígena: a ausência de marcas que pudessem prosperar estendeu-se à vida dos desportos. Talvez o jogo da peteca seja a única contribuição dos aborígenes à constituição inicial do nosso parque desportivo. A peteca andou nas mãos dos filhos de muitos índios e chegou a atrair como brinquedo. O Padre Fernando Cardim deixou-nos uma crônica escrita antes de 1601, da qual transcrevo estes tópicos: “Ainda que sejam melancólicos, os índios tem seus jogos, principalmente os meninos, muito graciosos, em os quais arremedam muitos gêneros de pássaros, e com tanta festa e ordem que não há mais que pedir, e os meninos são alegres e dados a folgar e folgam com muita quietação e amizade. Que entre eles não se ouvem nomes ruins, nem pulhas, nem chamarem nomes aos pais e mães, raramente quando jogam não se desconcertam nem se desavêm por coisa alguma. (Lyra Filho, 1973: 172)

O indígena brasileiro era perito no uso do arco e da flecha, com os quais, além de pescar e caçar, ainda os usava para a guerra entre tribos diferentes.

A capoeira foi a primeira grande manifestação cultural-desportiva surgida no Brasil, praticada inicialmente pelos negros escravos. A vinda da Família Real Portuguesa para a Colônia Brasileira trouxe conseqüências para os capoeiristas.

Os jogos indígenas praticados pelos primitivos habitantes da terra que caracterizavam a sua alma ingênua e guerreira, bondosa e ativa, humana e alegre não foram preservados. Restam, pois, restritos aos poucos contingentes de aborígenes que lutam para sobreviver, muitos dos quais estão esquecidos de seu patrimônio histórico e cultural.

Mas em 1808 Napoleão Bonaparte invadiu Portugal, e o rei português – D. João VI - fugiu para o Brasil com toda a sua corte. Os recém chegados percebiam a necessidade de destruir a cultura de um povo para conquistá-lo. E a capoeira, assim como o resto da cultura negra, passou a ser reprimida, num processo que iria culminar com sua proibição por lei no primeiro Código Penal da República, cap. XII, artigo 402, em 1890. (Capoeira, 1998:34)

Os jogos modernos de criação nacional refletem o interesse econômico antes do aspecto cultural. Assim se comportam o futebol de salão, o futebol de praia e o futevolei. São criações esportivas brasileiras, não há como negar, mas seu surgimento atendeu inicialmente a critérios monetários e somente com o passar dos anos aparece a simpatia popular.

No entanto, estes esportes e outros constituem o complexo esportivo de agrado do brasileiro, cabendo, pois, por força de lei, ao governo proteger e incentivar tais práticas desportivas.

VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional.

nem

No texto da nova Lei, a Pelé, foi substituída a palavra “através” pela expressão “por meio”.

A concepção de educação refletida neste princípio pretende o desenvolvimento integral do homem, quer física, mental, e sensorial, quer cívica, e espiritualmente, construindo um ser autônomo que possa participar do esporte, desde o desporto educacional fomentado com recursos públicos.

Volte-se ao item V, quando invocamos as conotações descomprometidas com a educação física e conseqüentemente com o desporto por parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei nº 6.215/75, que regulava a vida esportiva brasileira anteriormente à lei Zico, tratava do desporto estudantil, abrangendo o universitário, sob a direção da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, e o escolar, supervisionado pelo órgão competente do Ministério da Educação e do Desporto (art.26).

A educação do povo está em interação com o sistema social, econômico, político, histórico e cultural. Não se constrói uma nação sem o apoio da educação de seu povo. Neste componente educacional, atualmente se incorpora o esporte, quer como forma de lazer, quer como forma de trabalho.

IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral.

ivos,

Este princípio se apresenta de forma tripartida:

I - valorizar os resultados desportivos e educativos;

II - valorizar os resultados educativos relacionados à cidadania;

III - valorizar o desenvolvimento físico e moral;

Esta concepção complementa o sentido do item anterior, que menciona o desenvolvimento integral do homem.

A obtenção dos resultados desportivos é a meta final da prática de qualquer modalidade desportiva, e sua valorização é o corolário necessário para evitar a

banalização desses mesmos resultados. A valorização dos resultados há que corresponder ao prestigiamiento das competições esportivas, evitando-se a repetição desmotivada de competições e inclusive aquelas que são mal estruturadas e pessimamente elaboradas, que se constituem em sacrifício para o atleta e desconforto para o público.

Toda competição desportiva é um processo educativo e, como tal, deve refletir os ensinamentos decorrentes da prática de cada modalidade desportiva, tais como aprendizado, tenacidade e persistência, que devem ser coroados com o resultado alcançado.

O esporte é um exercício da cidadania, pois é praticado pelo cidadão, quer individual quer coletivamente, para conhecimento e satisfação dos demais cidadãos. O esporte é, por excelência, escola da cidadania.

A busca de resultados desportivos, conjugados com os educativos relacionados à cidadania, contribui para o desenvolvimento integral, através do aprimoramento físico e mental. Não há esporte sem o culto do físico e o respaldo moral de seus resultados. O atleta é o cidadão uniformizado, com os músculos retesados para o embate e o espírito moralmente educado para ver no seu opositor um cidadão e não um mero adversário.

X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal.

Foi acrescentada a palavra “distrital”, fazendo referência ao Distrito Federal.

A estruturação do esporte brasileiro através de sistemas federal, estaduais e municipais constitui a proposta de descentralização. No entanto, o sistema federal que a lei prioriza através de oito (8) artigos pode parecer como o principal no desporto de alto rendimento. No entanto, a base desportiva é praticada nos municípios e estados, com o desempenho diário de atletas e de outros auxiliares desportivos e dirigentes, que infelizmente não aparecem na mídia, mas seus resultados interessam a cada cidadão

da comunidade e contribuem para a renovação dos quadros de atletas de alto rendimento. É a pirâmide desportiva estabelecida por Pierre de Coubertin.

XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto à sua integridade física, mental ou sensorial.

O atleta é um cidadão merecedor da proteção da sociedade, não podendo ficar à mercê da revolta ou da repulsa de outro cidadão – torcedor, insatisfeito com os resultados de suas preferências desportivas.

A preocupação com a segurança esportiva manifesta-se, desde 1941, com o Decreto-Lei nº 3.199, em seus dispositivos, assim redigidos:

“art. 34 - Em todas as praças de desportos, haverá lugar próprio para alojamento das autoridades policiais incumbidas de manter a ordem durante as competições.”

“art. 35 - Nenhuma pessoa estranha à competição desportiva, enquanto esta durar, poderá entrar ou ficar no lugar de sua realização.

Parágrafo único - Dar-se-á a intervenção da policia, quando solicitada pelo juiz outra autoridade dirigente da competição.”

O inciso XXXIII, do artigo 6º, do Regimento do Conselho Nacional de Desportos, aprovado pelo Decreto nº 19.425/45, enunciou:

“Requisitar o auxílio da autoridade policial, para fazer respeitados os seus atos de disciplina desportiva, nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Decreto-lei nº 5342, de 25 de março de 1943”.

Os artigos 98 e 99 e seu parágrafo único, do Decreto nº.80.228, de 25 de agosto de 1977, regulamentador da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, repetem o texto dos artigos 34 e 35 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.199/41.

O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, em seu artigo 323, considera infração dos árbitros e auxiliares:

“Permitir a presença no campo de jogo ou no recinto da partida de qualquer pessoa que não as previstas nas leis do jogo, nos regulamentos e normas da competição.”

As Leis n.º 8.672/93 e 9.615/98 não expressam as preocupações com a segurança e o policiamento ostensivo constantes das atos legislativos anteriores e já revogados. No entanto, permanece no espírito dos dirigentes desportivos a cautela com a segurança e o policiamento ostensivo, cujas disposições constam dos códigos desportivos das entidades de administração dos desportos e também dos regulamentos das competições.

XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

A Lei nº 9.615/98 repete na íntegra os incisos I, III a VII, IX, XI e XII da Lei nº 8.672/93.

A competência esportiva se revela nos resultados das competições esportivas, e a administrativa, no equilíbrio gerencial do patrimônio e das finanças de qualquer organização.

A atividade desportiva exercida através de sociedade civil sem fins lucrativos ou gerida por sociedade comercial ou diretamente como sociedade comercial (art 11) não pode descuidar os princípios jurídicos e administrativos que conduzem qualquer organização ao sucesso.

A eficiência é o coroamento da competência humana e estrutural, em qualquer campo de atividade, inclusive o esportivo.

Este inciso se apresenta como complemento do inciso IX, que trata da qualidade, pois não existirá eficiência sem qualidade: um princípio é decorrente do outro, e os dois estão intimamente interligados.

2.6 O Conselho Superior de Desportos

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, terminou com o império esportivo, técnico e administrativo do Conselho Nacional de Desportos, após 51 anos de existência. No espaço dele foi criado o Conselho Superior de Desportos (art.5) como órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira.

Deixava o novel Conselho de ter as características de órgão disciplinador que a Lei nº 6.251/75 atribuíra ao Conselho Nacional de Desportos, e com esta função disciplinadora exercia a instância mais elevada da Justiça Desportiva.

Agora, tendo o Conselho Superior de Desportos a função consultiva e normativa, não lhe cabe sobrepor-se às decisões dos órgãos mais elevados da Justiça Especializada em Esportes.

A competência do Conselho Superior de Desportos foi reduzida para 9 (nove) atribuições que, no entanto, atendem às necessidades e à exigências do esporte nacional, as quais reproduzem parte do art. 5º da Lei, conforme se pode conferir:

- I - fazer cumprir e preservar os princípios e preceitos desta Lei;
- II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;
- III- dirimir os conflitos de superposição de autonomia;
- IV - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
- V - estabelecer normas, sob forma de resoluções, que garantam os direitos e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas;
- VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações;
- VII - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, por meio dessa Secretaria de Desportos;

undo

VIII - outorgar o certificado de Mérito Desportivo;

IX - exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva.

Dardeau de Carvalho faz a seguinte apreciação sobre o novel Conselho:

O Conselho Superior de Desportos, no uso de suas atribuições, age como órgão do Poder Público e as resoluções têm força de lei em sentido material. Com força de leis administrativas, as Resoluções do Conselho se impõem à generalidade dos desportos e desportistas; instituindo normas gerais sobre desportos, a Lei 8.672 deu ao Conselho a função de órgão normativo do desporto nacional.

O Conselho – e sobre isso não pode haver a menor dúvida – é órgão da administração pública. (Carvalho, 1996:15)

2.7 O Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro

A Lei nº 9.615/98 extinguiu o Conselho Superior de Desportos, cuja duração não alcançou 5 (cinco) anos, substituindo-o pelo Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB, como órgão colegiado de deliberação e assessoramento, com subordinação ao Gabinete do Ministro de Estado dos Esportes (art. 11). O Conselho recebe apoio técnico e administrativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, com as seguintes atribuições:

I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;

II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto.

III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;

IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do INDESP;

V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;

VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva;

VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos dos na prática desportiva. O Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998, acrescentou ao texto legal a seguinte expressão: “ouvidos o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, por intermédio de seus órgãos especializados”.

A constituição do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, que, pelo projeto seria regida pelo artigo 12, não logrou êxito, eis que este artigo foi vetado integralmente pelo Presidente da República, mediante a seguinte justificativa:

“A norma do artigo 12 é contrária ao interesse público, porque ao dispor sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDDB, ela o faz privilegiando as entidades representativas do desporto de rendimento, em prejuízo daquelas que representarão a atividade desportiva de natureza educacional e de participação voluntária, cuja prática o projeto busca enfatizar e fomentar, como instrumento capaz de proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania”.

A falta de norma referente à composição do Conselho foi suprida pelo Decreto regulamentador, de nº 2.574, de 29 de abril de 1998, em seu artigo 13:

“O CDDDB será composto pelo titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP, que o presidirá, e pelos seguintes membros, designados pelo Presidente da República:

I - o Presidente do INDESP;

II - um representante do COB;

III - um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro; e

IV- sete representantes indicados pelo Titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP”.

Esta composição através de decreto sanou a “vacatio legis” decorrente do veto apostado ao artigo 12 da Lei. No entanto, a preocupação expendida na justificativa do veto não foi expressamente contemplada, eis que as entidades de desporto

educacional e de participação não lograram o seu lugar na nova composição, pois a designação vai depender da liberalidade do Ministro respectivo, ao qual não foi imposto qualquer critério para a indicação.

2.8 O Comitê Olímpico Brasileiro

O ressurgimento dos jogos olímpicos, a partir de 1896, sob a orientação do Barão Pierre de Coubertin, faz nascer o Comitê Olímpico Internacional como órgão máximo de coordenação dos jogos gregos da modernidade. Em cada País, um órgão semelhante é o incumbido de representar o órgão internacional e responsável pelo olimpismo.

O Movimento Olímpico no Brasil era coordenado pela Confederação Brasileira de Desportos, resultante da fusão da Federação Brasileira de Sports com a Federação Brasileira ocorrida em 1916, por ocasião da fundação da Confederação Sul-Americana de Futebol.

Anteriormente a esta data, o esporte brasileiro não dispunha de qualquer entidade que o representasse internacionalmente. Por isto não participou do 1º Congresso Olímpico, realizado em Paris, em 1894, assim como, também, não, nas Olimpíadas de 1896, 1900, 1904, 1908 e 1912.

O Comitê Olímpico Brasileiro foi fundado, em 20 de maio de 1935, sob a presidência de Antonio do Prado Júnior, que a exerceu até 1946.

Nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, a Confederação Brasileira de Desportos e o Comitê Olímpico Brasileiro enviaram suas delegações. Ante a possibilidade de eliminação das duas, que faria o Brasil ficar sem qualquer representante, ocorreu a fusão das duas delegações sob o comando do Comitê Olímpico Brasileiro. Esta fusão histórica, que marcou o reconhecimento de nosso Comitê Olímpico, ocorreu na noite que antecedeu a abertura dos Jogos.

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu as bases da organização desportiva brasileira dispunha, em seu artigo 4º, sobre a convocação de delegado do Comitê Olímpico Internacional para participar das reuniões do Conselho Nacional de Desportos, quando fosse tratada matéria relativa aos Jogos Olímpicos e, ainda, a possibilidade de designação de uma pessoa para servir de ligação entre as duas entidades olímpicas, a nacional e a internacional. Embora a esse tempo já existisse o Conselho Nacional de Desportos, este não era considerado como representante oficial do olimpismo no Brasil.

Regimento do Conselho Nacional de Desportos, baixado pelo Decreto nº 19.425, de 14 de agosto de 1945, não faz qualquer menção ao movimento olímpico internacional e, ainda, em seu artigo 6º, inciso XVI, torna de sua exclusiva competência a autorização para que delegações brasileiras pudessem participar de competições internacionais, bem como fiscalizar a organização destas competições.

O Comitê Olímpico viveu neste ostracismo, desde sua fundação em 1935 até a vigência da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que estabeleceu novas bases para o esporte brasileiro, não esquecendo o movimento olímpico e incluindo-o no Sistema Desportivo Nacional (art. 11 e 25).

O artigo 23 reconhece o Comitê Olímpico Brasileiro como associação civil, constituída legalmente, atribuindo-lhe independência e autonomia.

Em 1975 foram conferidas ao Comitê Olímpico as seguintes atribuições:

I - organizar e dirigir, com a colaboração das confederações desportivas nacionais dirigentes do desporto amador, a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, Pan Americanos e outros de igual natureza;

II - promover torneios de âmbito nacional e internacional;

III - adotar as providências cabíveis para a organização e realização dos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e outros de igual natureza;

IV - difundir e propagar o ideal olímpico no território brasileiro;

V - cumprir e fazer cumprir, no território nacional, os estatutos, regulamentos e decisões do Comitê Olímpico Internacional, bem como os de organizações desportivas continentais a que esteja vinculado;

VI - representar o olimpismo brasileiro junto aos Poderes Públicos.

Finalmente torna privativo do Comitê o uso da bandeira e dos símbolos olímpicos.

O Conselho Nacional de Desportos passa a ter a participação de um membro indicado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (art. 43, II).

É destacada a renda líquida de um concurso de prognósticos da Loteria Esportiva administrada pela Caixa Econômica Federal, nos anos de realização dos Jogos Olímpicos, dos Jogos Pan-Americanos e do Campeonato Mundial de Futebol, para a preparação e participação dos atletas brasileiros nos referidos eventos desportivos.

O Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, regulamentador da Lei nº 6.251/75, reproduziu, em seu artigo 48, o texto do artigo 23 da lei Regulamentada.

O § 1º do artigo 49 da Lei tornou exclusivo do Comitê Olímpico Brasileiro o uso dos termos “olímpico” e “olimpíada” .

A Lei nº 6.251/75 foi revogada pela lei n. 8.672, de 6 de julho de 1975, a qual reconhece o Comitê Olímpico Brasileiro como entidade de direito privado e integrante do Sistema Federal de Desportos, atribuindo-lhe competência para representar o País:

- a) nos eventos olímpicos;
- b) nos eventos esportivos pan-americanos;
- c) outros eventos de igual natureza;
- d) no Comitê Olímpico Internacional;
- e) no Movimento Olímpico Internacional;

f) o olimpismo brasileiro junto aos Poderes Públicos; e

g) fomentar o Movimento Olímpico Internacional no Brasil, em conformidade com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Brasileiro (art. 7º, § único, art. 8º e seu § 1º).

Ao Comitê Olímpico Brasileiro é concedida autorização para importar, livre de tributos federais, equipamentos, materiais e componentes destinados exclusivamente ao treinamento de atletas, às competições desportivas do seu programa de trabalho e aos programas das entidades federais de administração do desporto que lhe sejam filiados ou vinculados. (art. 40)

Com essa permissão, o esporte nacional poderá valer-se dos recursos mais modernos e sofisticados que a tecnologia desportiva venha a produzir. O material desportivo importado segundo esta concessão não poderá ser vendido, mas poderá ser repassado aos atletas ou entidades participantes dos respectivos programas.

O Comitê Olímpico Brasileiro comunicará aos órgãos competentes o afastamento de servidores públicos civis e militares da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional que forem convocados para integrarem representação nacional para competir no País ou no Exterior, na condição de atletas, profissionais especializados ou dirigentes (art. 52).

Continuam de uso privativo do Comitê a bandeira e os símbolos olímpicos, sendo vedado o registro para fins comerciais, como marca, emblema ou qualquer outro sinal, sem prévio consentimento (art. 8º, § 2º e art. 56).

Sobreveio, em 24 de março de 1998, a Lei nº 9.615, denominada Lei Pelé, que dispõe sobre o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, os quais constituem subsistemas específicos do Sistema Nacional de Desporto, juntamente com as entidades nacionais de administração do desporto que lhes forem filiadas ou vinculadas.

O Comitê Olímpico Brasileiro mantém as competências, prerrogativas e disposições concedidas pela Lei nº 8.672/93, ficando equiparado às entidades nacionais de administração do desporto (art. 14 e 15).

O Comitê Paraolímpico Brasileiro, embora não tenha sido caracterizado pela Lei, usufrui das mesmas competências, prerrogativas e disposições do Comitê Olímpico, respeitado o seu cabimento (art. 15, § 5º). Este Comitê Paraolímpico representa o esforço e a participação das pessoas portadoras de deficiências físicas no Movimento Olímpico, apesar de suas limitações. A contribuição desportiva dessas pessoas portadoras de deficiências físicas constitui uma demonstração de amor à vida e um exemplo de vivência saudável dentro de suas possibilidades físicas. Talvez muitas dessas pessoas somente tenham descoberto o valor e a grandeza do esporte quando já não dispunham da plenitude de seus movimentos. Em boa hora, a legislação brasileira se lembrou deles e passou a proteger as suas práticas desportivas dentro do Movimento Olímpico.

2.9 Efeitos Jurídicos das Leis Esportivas Após 1988

A partir da nº 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico, o desporto brasileiro recebeu novas “normas gerais”. Na realidade, a referida Lei, regulamentada pelo Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993, pretendia estabelecer nova ordem para o esporte brasileiro, procurando adequá-lo aos grandes avanços da técnica desportiva.

Coerente com este espírito de renovação da mentalidade esportiva e das práticas desportivas a Lei Zico rompeu com o passado, revogando no artigo 71, a maior parcela da legislação esportiva até então vigente, conforme segue :

1 - A Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que traçava “normas gerais sobre desportos” que revogara, por sua vez, as disposições em contrário, representadas pelo Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 e suas alterações;

2 - A Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, que institui o sistema de assistência complementar ao atleta profissional. de

3 - O Decreto nº 1.617, de 3 de março de 1978, que custeava a realização do Campeonato Brasileiro de Futebol através da renda líquida de um dos Concursos de Prognósticos Esportivos;

4 - O Decreto-Lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982;

5 - O artigo 5º da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989;

6 - A Lei nº 7.921, de 12 de dezembro de 1989;

7 - Os artigos 14 e 44 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990;

8 - e demais disposições em contrário.

O Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993, regulamentador da Lei Zico revogou os seguintes decretos:

1 - o de nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, que regulamentava a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975;

2 - o de nº 81.102, de 8 de agosto de 1977, que dava nova redação ao artigo 189, do Decreto nº 80.228/77;

3 - o de nº 82.277, de 18 de dezembro de 1978, que alterava o Decreto nº 80.288/77 e que dava outras providências.

A Lei Pelé, de nº 9.615, de 24 de março de 1998, em seu artigo 96, revogou, na data de sua publicação, as Leis nºs 8.672, de 6 de julho de 1993 e 8.946, de 5 de dezembro de 1994. No entanto, em seu artigo 93, estabeleceu o prazo de 3 (três) anos para a vigência do § 2º do artigo 28, a partir da vigência da Lei, o que corresponde ao dia 25 de março de 2001, data, na qual serão revogados vários dispositivos da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol. Esta lei é conhecida no mundo futebolístico como a Lei do Passe, e os dispositivos que deixarão de vigorar dentro de 3 (três) anos se referem ao vínculo desportivo mantido entre a entidade de prática desportiva e o atleta.

Os referidos dispositivos são os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do artigo 3º, os artigos 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do artigo 15, o § único do artigo 16 e os artigos 23 e 26.

O Conselho Nacional de Desportos, em decisão histórica, acolheu a renovação esportiva que se operava no Brasil após a Constituição de 1988 e através da Resolução nº 03/90, publicada no Diário Oficial da União, em data de 17 de outubro de 1990, derrogou quatrocentos (400) atos normativos, editados sob a designação de deliberação ou resolução no período de 21 de outubro de 1941 a 12 de setembro de 1990. Permaneceram vigorantes somente trinta e um (31) documentos normativos.

A decisão histórica teve por respaldo as seguintes considerações, que espelham a imagem do poderoso Conselho Nacional de Desportos:

- a) as deliberações aprovadas pelo CND entre 1941 e 1985 trazem, na sua maioria, a marca da ditadura, da atuação policaresca, do caráter disciplinador e centralizador e da filosofia do não pode, materializando um entulho autoritário desportivo;*
- b) as resoluções, aprovadas entre 1985 e 1990 pelo CND, marcam uma filosofia de intervenção do Estado no desporto com o objetivo precípua de democratizá-lo, e onde predominou a filosofia do pode, sem contudo despir-se de sua função cartorial, tutelar e paternalista. (Melo Filho, 1995:31-32)*

O Conselho Nacional de Desportos ainda exerceu suas funções de órgão máximo do esporte brasileiro até a data de 6 de julho de 1993, com a vigência da Lei nº 8.672, determinadora de sua extinção.

CAPÍTULO III

JUSTIÇA DESPORTIVA

3.1 A Dimensão Jurídico-Desportiva

O esporte é uma atividade social, cuja prática está subordinada a uma estrutura hierárquica de princípios e normas que constituem uma nova ramificação da “ordem jurídica”.

Esta ordem jurídica aplicada ao esporte reúne uma gama de preceitos que somente atendem ao seu campo específico, o esportivo.

A atividade do ser humano como agente do processo desportivo é praticada conforme regras técnicas de caráter internacional e normas disciplinares e administrativas de conteúdo nacional.

Para a ordem jurídica interessam as normas disciplinares e administrativas, pois elas constituem o alicerce da estabilidade social, necessário para a busca e a obtenção do resultado esportivo almejado, através do esforço físico aplicado à modalidade desportiva preferida, segundo as regras técnicas.

A competitividade desportiva não admite o desrespeito e a inobservância às normas técnicas, assim como, em sentido contrário e positivo, a estabilidade social exige o cumprimento das normas disciplinares e administrativas.

A transgressão dessas normas disciplinares e administrativa deve ser objeto de apreciação por quem detém o poder de assim o fazer.

A punição ao infrator das normas disciplinares ou administrativas deve obedecer a ritos processuais adequados à celeridade da decisão esportiva, nos quais haja espaço para as manifestações de defesa.

O “*modus vivendi*” desportivo tem, pois, características próprias e específicas que não se encontram no regramento da sociedade em geral, pois exige celeridade nas decisões, quer durante a competição pela ação rápida do árbitro, quer no julgamento dos eventos através da ação dos julgadores integrantes dos órgãos de Justiça Desportiva, a fim de resguardar o prestígio da disputa desportiva e premiar o esforço físico despendido.

A formação judicial do direito aplicado ao esporte não se limita à controvérsia sobre suas fontes normativas. Cabe, pois, apreciar ainda a modalidade desportiva praticada, o conteúdo de suas regras técnicas (que são internacionais), os recursos físicos, mentais e emocionais necessários ao alcance do resultado esportivo colimado e as normas disciplinares e administrativas (que são nacionais) aplicáveis à espécie.

A organização hierárquica dos organismos supervisores de cada modalidade desportiva, de ordem internacional, continental, nacional, estadual (divisão federativa), municipal e, mesmo de clube ou associação de prática desportiva traz para a essência do Direito Desportivo uma gama multifacetada de princípios jurídicos.

O Direito Desportivo não é uma ilha jurídica em cada um de seus organismos, mas se constitui em escala hierárquica de fontes de direito, que nasceram e ainda nascem do ordenamento jurídico dos costumes esportivos e da elaboração consciente das normas esportivas.

Cada modalidade desportiva nasceu da necessidade humana de dedicar-se ao lazer durante seu tempo livre, bem como da fixação básica do modo de jogar e de avaliar o seu resultado. Este modo de jogar e de avaliar o seu resultado são as regras técnicas que fizeram e fazem surgir os esportes, diferenciando-os entre si, alguns altamente prestigiados pela aceitação popular e outros reconhecidos e praticados por grupos isolados, mas todos procurando o aperfeiçoamento técnico permitido em busca do resultado esperado.

O esporte, praticado quer de forma individual, quer coletiva, caracteriza-se pelo espírito de aplicação tenaz e de correção técnica, circundado por normas administrativas e disciplinares.

A prática desportiva é submetida a duas apreciações. uma de fundo técnico e outra de fundo jurídico.

Ao apreciar o aspecto técnico, o seu julgador levará em conta a observância das regras técnicas, e suas decisões são imediatas e não admitem o contraditório. Tal é o trabalho dos árbitros esportivos, reconhecidos desde 1941, através do artigo 55 do Decreto Lei nº 3.199/41. A FIFA, ao tratar da arbitragem nas partidas de futebol, em sua Regra V, entre outras atribuições que concede aos árbitros, inclui esta: “Sua decisão em matéria de fato em relação ao jogo, deverá ser definitiva no que corresponde ao resultado do jogo”. (Krieger, 1996: 270)

Já o aspecto jurídico depende de ritos processuais e do contraditório, com provas e contra-provas sobre os fatos em apreciação, que teriam infringido as normas administrativas e disciplinares.

A apreciação do aspecto jurídico aplicado à disputa desportiva constitui princípio e fim, conteúdo e resultado, essência e obrigação da Justiça Desportiva.

Cada organismo esportivo, quer seja internacional, continental, nacional ou estadual, quer seja municipal, pode constituir o seu aparelho julgador, com competência sobre as disputas desportivas sujeitas à sua estrutura organizacional.

No Brasil, a matéria atende a disposições legais e administrativas das entidades diretoras, em todos os níveis, de cada modalidade desportiva.

A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, foi a primeira das Cartas Magnas Brasileiras a dar acolhida à Justiça Desportiva (art. 217, §§ 1º e 2º), sem, no entanto, elencá-la entre os Órgãos do Poder Judiciário (art. 92).

No artigo 24, inciso IX, da Constituição, o desporto aparece juntamente com a educação, a cultura e o ensino como sendo de competência de legislação

concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, excluídos os municípios. Também foi esta Constituição, a primeira a se referir à legislação desportiva.

Com estas bases, o Direito Desportivo e a Justiça Desportiva foram reconhecidos constitucionalmente como ramo específico do Direito e como competência específica para apreciação dos atos e fatos desportivos.

3.2 A Natureza Jurídica da Legislação Esportiva.

A prática de qualquer modalidade desportiva cria, modifica e extingue situações próprias da atividade exercida através de um atleta que se constitui em sujeito do Direito, tendo, portanto, capacidade para figurar em relações jurídicas específicas.

En fin, el deporte es en todo caso una manifestación de voluntad que mediante su acción se vincula no solo con el mundo exterior físico sino con la vida de relación social e jurídica. Por esta razón, la expresión que proponemos: esfuerzo físico, debe entenderse como una manifestación de voluntad que se expresa en una conducta jurídicamente considerada. El esfuerzo físico como manifestación de voluntad que se traduce en un movimiento corporal da lugar al hecho deportivo. Así, lanzar la jabalina es un esfuerzo físico; lanzar la jabalina con el propósito de competir es un hecho deportivo. Entonces, el esfuerzo físico como hecho deportivo es una acción finalística que reúne voluntad y propósito. (Salcedo, 1989: 166)

Na concepção do ato desportivo facilmente se descobrem dois elementos essenciais: a limitação e o estímulo.

No primeiro elemento encontramos o encadeamento da liberdade física, refreando a expansão dos impulsos pessoais. Ao mesmo tempo aparece o segundo elemento, determinando a vasão das energias refreadas.

A limitação é de teor negativo: ela age sobre o espírito do atleta, chamando-o à razão do componente esportivo para impedir o surto de volições contrárias àquelas que deve provocar em virtude do estímulo.

A combinação da força inibitória com o estímulo resulta na prática desportiva, devendo ser observada a ética que emana do regramento da modalidade de esporte. É a vontade de vencer sujeita à disciplina da própria vontade.

Essa auto-disciplina, é pois, o princípio gerador que dá o impulso necessário à perseguição do resultado esportivo preestabelecido, cuja conquista depende da imposição física e moral ao comportamento humano.

O dever de conquistar o laurel desportivo corresponde à obrigação de cumprir a respectiva norma.

A liberdade de prática desportiva encontra, nas regras de cada modalidade de competição, a barreira própria que impede a distorção da demonstração correspondente, sob pena de não haver o devido reconhecimento.

O atleta tem o dever de demonstrar a modalidade desportiva que pretende exhibir, o que ele faz através da observância de parâmetros que a definem como esporte.

No esporte não há liberdade conceitual para a sua prática, pois a mesma é limitada pelo regramento que define aqueles gestos como uma modalidade desportiva.

Esta expressão conceitual de prática desportiva é fundamental para a sua caracterização.

Na prática do futebol é vedado o uso das mãos, com exceção do goleiro, enquanto que na prática do basquete, não é permitido o uso dos pés, e no volei, atualmente já é admitido o uso dos pés. Mas, nas três modalidades desportivas é possível o uso da cabeça, que é mais usual no futebol.

O atleta tem a obrigação de conhecer e dominar fisicamente, através de atos materiais, o conteúdo conceitual da modalidade desportiva que pratica ou pretende praticar.

Esses atos materiais constituem a base das relações jurídicas que buscam adaptar interesses e pretensões diversas e até conflitantes. Estes interesses e pretensões se apresentam em nível gradual de dificuldade e sofisticação, constituindo o substrato jurídico necessário para seu fundamento e ordenamento lógico.

O fundamento e o ordenamento lógico formam vasta rede de elementos estruturais e conceituais revestidos da característica própria que formam e informam o caráter desportivo dos atos materiais exercidos pelo homem.

O atleta trabalha este conjunto de elementos no sentido de realizar o equilíbrio social no campo desportivo, imbuído de preceitos próprios, de preocupação moral, que permitam a participação dos torcedores, através da compreensão da competição.

Este elo entre praticantes esportivos e seus assistentes gera uma cadeia de compromissos sócio-esportivos que evoluem em busca de proteção jurídica, para corrigir situações injustas de ordem política e econômica.

A finalidade da prática desportiva é a obtenção da vitória conjugada à socialização operada através da participação dos assistentes.

No esporte, competir significa disputar a vitória, superando o concorrente sob normas restritivas de conduta. Notório fica, portanto, que o comportamento dos competidores não deriva de todo das próprias vontades, mas principalmente de regras específicas a que ambos devem subordinar suas vontades para obterem o direito de agir. (Oro,1988:47)

Esta situação gera um positivismo desportivo, concebido em sistema de preceitos e decisões pertinentes, derivados de princípios deduzidos racionalmente das práticas desportivas exercidas simplesmente como fator de lazer e reveladora da condição cultural de cada povo.

Os atos materiais se constituem em fonte do ato jurídico, que é originador dos direitos que impulsionam a criação da relação jurídica e se concretizam nas normas esportivas formadoras da ramificação do correspondente Direito. A força

propulsora da objetividade deste Direito se revela no denominado *ato jurídico*, condicionado à vontade e opção humana.

Ahora bien, si el derecho es un condicionante social, interesa también saber qué es lo que trata de condicionar, pues evidentemente no condiciona todos los comportamientos humanos. Esa experiencia social común aludida proporciona algunas conclusiones ampliamente aceptada o aceptables, esto es, sobre qué clase de acciones humanas en general son propias – aunque no exclusivas – del derecho como condicionante social.

En este sentido se puede afirmar, em primer lugar, que al derecho interesan ante todo las acciones estrictamente humanas, es decir, las acciones propias del hombre, aquellas que proceden de su libertad, aquellas de las que el hombre puede responder. No tiene sentido que el derecho regule actos del hombre que están determinados por leyes físico-naturales. (Calera, 1997:69)

O fato de um homem praticar qualquer esforço físico com a observância da condicionante regra técnica reveladora da concepção de alguma modalidade desportiva traduz-se em ato jurídico, pois este exercício de liberdade humana produz benefícios e direitos e, em contrapartida, produz também ônus e obrigações.

Esses benefícios e direitos, bem como os ônus e as obrigações resultantes da prática de correr, saltar, nadar, impulsionar uma bola com os pés, com as mãos ou com uma raquete, levam-nos a visualizar a sua natureza carecedora da proteção jurídica.

A natureza jurídica do esporte é denunciada pelo complexo de gestos esportivos, isto é, pelo conjunto de esforço físico ritmado pelas regras técnicas reveladoras da respectiva modalidade esportiva, em busca de um resultado preestabelecido.

Mas, a natureza jurídica do esporte, embora seja reconhecida carece de legislação específica que caracterize a sua juridicidade. Esta noção jurídica da legislação desportiva precisa do embasamento próprio para assim ser reconhecida.

O estudo do desenvolvimento histórico das práticas desportivas revela que a norma desportiva é fundamentada nos usos e costumes, surgida espontaneamente através dos tempos e nos povos mais diversos e distantes, entre si, quer cultural quer geograficamente.

Nem todos os povos utilizaram os mesmos usos e costumes esportivos, mas cada qual ofereceu a sua contribuição, que resultou na definição universal de cada modalidade desportiva .

No entanto, nesta contribuição cultural e esportiva não havia nenhuma preocupação científica, quer na elaboração das regras que se universalisaram, quer no interesse de sua codificação.

As compilações surgidas tinham o caráter de preservação dos usos e costumes aceita pela maioria dos praticantes esportivos.

Constitue marco fundamental na concepção e na elaboração destas compilações o trabalho unificador de “The Foot-Ball Association”, que em 26 de outubro de 1863 estabeleceu as regras definitivas para a prática do “foot-ball”, aproveitando, com algumas alterações, as regras estabelecidas em Cambridge, em 1840.

A estruturação das regras necessárias à prática do futebol foi exemplar e se constituiu em modelo que foi seguido por todos os demais esportes, assim como a fundação de entidades internacionais dedicadas à cada modalidade desportiva e responsáveis pelo prestígio esportivo de cada esporte e também por seus aspectos políticos.

Ante esta globalização esportiva e a preocupação em disciplinar e codificar as maneiras de praticar cada esporte surgiu a preocupação dos governantes com o fato social que arregimentava multidões entusiastas e atraía os investidores financeiros.

Saía o esporte de simples lazer para a condição de especulação financeira e meta política, emergindo, então, o seu caráter jurídico.

No Brasil a preocupação financeira chegou com a profissionalização dos jogadores de futebol em 1933 e em seguida, em 1941, o Decreto-Lei n.º 3.199, instituía as bases da organização desportiva do País.

Passava o esporte brasileiro a ser fato social juridicamente protegido. A partir desta inovação proferida por ato do poder público a legislação desportiva ganhou amparo de juridicidade. Todo o ordenamento esportivo alicerçado no ato desportivo de 1941 tinha a sua natureza jurídica reconhecida. Não era mais o esporte um mero

diletantismo mas, passava a ser uma atividade juridicamente organizada, baseada em legislação própria e específica.

3.3 O Tribunal de Penas

A formação judicial do Direito Desportivo teve seu início, entre nós brasileiros, através da faculdade dada às confederações, como entidades superiores do desporto nacional, para elaborarem seus códigos desportivos e submetê-los à apreciação do Conselho Nacional de Desportos e, posteriormente, à homologação do Ministro da Educação e Cultura (Decreto-Lei nº 3 199/41, art, 14, § 2º). Estes códigos desportivos vigoraram e se impuseram ao esporte nacional através da apreciação do Conselho Nacional de Desportos e da homologação ministerial. Eles não eram simples criação de cada confederação, mas dispunham de respaldo e carimbo oficial.

O exercício do poder desportivo era atribuído às confederações pelo mesmo Decreto-Lei de 1941, em seu art. 14, § 1º.

A Portaria Ministerial nº 254, de 1º de outubro de 1941, que tratava das instruções para a elaboração dos estatutos das confederações e federações desportivas, dispunha, no artigo 8º, que as mesmas adotassem um código de disciplina e penalidades, que seria aplicado pelas federações e associações que lhes fossem direta ou indiretamente filiadas, além de um manual específico de todos os direitos e deveres dos atletas profissionais.

A resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Desportos na sessão de 16 de outubro de 1942 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 1942, a fls. 16.231, invocando a letra “a” do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.199/41 e a atribuição consignada no Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942, em seu artigo 10, número 13 dedicou a sua segunda parte, designada por letra “b”, ao Tribunal de Penas.

Com o Tribunal de Penas nasceu no Brasil a Justiça Desportiva, embora esta tivesse competência, tão somente, para atuar na área do futebol, através das federações responsáveis pela administração do esporte bretão.

Cabia ao Tribunal de Penas, por competência privativa, na forma do número 30, o julgamento e a punição de qualquer transgressão do estatuto, regulamento, código ou resoluções de algum órgão ou poder desportivo da federação ou aquela que estiver sujeita, na forma do Decreto-Lei nº 3.199/41.

Por disposição do número 32, cada federação deveria elaborar um código disciplinar e de penalidades para vigorar no campeonato de 1943, podendo o referido Tribunal propor alterações a qualquer tempo, em conformidade com o disposto no item 8º, da Portaria nº 254, de 1º de outubro de 1941, do Senhor Ministro da Educação.

Estavam jurisdicionados ao Tribunal de Penas as associações (clubes),

atletas, árbitros, bandeirinhas (juízes de linha), dirigentes, sócios de clubes desportivos, técnicos, treinadores, massagistas, auxiliares ou empregados de associações. A competência abarcava, também, quem estivesse a serviço da federação ou de entidade desportiva e desconsiderasse as autoridades ou membros de poderes ou órgãos desportivos (item 30).

O Tribunal de Penas era composto de sete (7) membros, sendo que seu presidente seria de livre escolha do Conselho Nacional de Desportos. Estes membros deveriam ser “desportistas de maior experiência e reputação”, com mais de 35 anos de idade e não poderiam exercer qualquer outra função na federação ou entidade filiada à mesma. (Item 25).

O vice-presidente do Tribunal de Penas era eleito pelos seus pares (item 29).

O Tribunal de Penas para tomar conhecimento de irregularidades, faltas ou infrações ocorridas em competições de futebol, fazia-o através das comunicações de seu delegado, dos delegados da C.B.D. ou Conselhos Regionais e da presidência da federação.

As competições de futebol profissional ou sujeitas à direção da federação eram fiscalizadas por delegados, assim discriminados:

- Um membro da Confederação Brasileira de Desportos no Distrito Federal ou dos Conselhos Regionais de Desportos, nos estados e territórios;
- Um representante do Presidente da Federação respectiva ou ele próprio; e
- Um delegado do Tribunal de Penas.

O Presidente da Federação detinha o poder de adotar qualquer medida preventiva ante a caracterização de fato irregular, principalmente se ocorrido em competição esportiva (item 37).

O árbitro era obrigado a comunicar dentro de 24 horas ao Tribunal de Penas as ocorrências verificadas na competição sob sua responsabilidade, descrevendo-as com precisão e detalhes.

Caberia punição ao árbitro cuja omissão fosse constatada através dos relatórios de dois delegados, no mínimo (item 38).

A Deliberação nº 40, do Conselho Nacional de Desportos, datada de 15 de junho de 1945, estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1946, os árbitros deveriam possuir “diploma” de curso primário, expedido por estabelecimento de ensino oficial ou oficialmente reconhecido. O descumprimento desta exigência poderia dar causa à nulidade da partida em que houvesse interesse patrimonial para um dos competidores. Acrescentava, ainda, que teria preferência para atuar como árbitro quem fosse possuidor de diploma de curso secundário.

A anistia ou a comutação de pena era declarada após doze (12) meses de sua aplicação “ou da extinção do prazo correspondente”.

Esta Resolução, datada de 4 de novembro de 1942, originária do Conselho Nacional de Desportos, embora fosse minuciosa em instruir a elaboração, pelas federações, dos códigos desportivos, através de princípios disciplinares, não fazia qualquer referência à defesa dos indiciados, nem fazia qualquer concessão de contraditório em favor das pessoas acusadas e passíveis de serem punidas pelo Tribunal de Penas de cada federação. (Anexo 4).

O Tribunal de Penas dispunha do assessoramento de um auditor, escolhido dentre desportistas brasileiros, conhecedores da doutrina e da legislação internacional do futebol, encarregado de instruir os processos submetidos a julgamento (item 27).

A Portaria nº 702, de 17 de dezembro de 1981 do Ministro da Educação e Cultura, decorrente de proposta do Conselho Nacional de Desportos, que aprovou o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol reservou a designação de auditor para os julgadores desportivos, assessorados por procuradores.

As decisões do Tribunal de Penas eram irrecorríveis dentro da federação.

Destituídos os códigos desportivos de espaço para a defesa dos indiciados e tendo como irrecorríveis suas decisões, os julgadores se constituíram em meros aplicadores de penalidades.

3.4 O Código Brasileiro de Futebol de 1945

A política de descentralização dos códigos desportivos através das federações estaduais não deve ter surtido bons resultados, pois, em 16 de agosto de 1945, o Conselho Nacional de Desportos aprovou a unificação do procedimento disciplinar no documento denominado Código Brasileiro de Futebol.

Em 25 de outubro de 1945, o Órgão Máximo do Desporto Brasileiro aprovou a Deliberação nº 48-45, na qual determinou que as entidades desportivas que tivessem admitido o profissionalismo dos atletas adotassem o Código aprovado em 16 de agosto de 1945.

Ela recomendava, ainda, que este código de 1945, fosse utilizado como lei supletiva, ante a omissão de legislação própria da federação. Por esta recomendação, pode-se entender que nem todas as federações fizeram os seus códigos, tendo deixado, pois, de atender às determinações da Resolução de 4 de novembro de 1942.

Era, assim, obrigatória a observância do Código Brasileiro de Futebol nas federações que praticassem o futebol sob a modalidade profissional. Nas outras que ainda mantivessem o vínculo amador de seus atletas, ele seria de aplicação supletiva, mas também seria obrigatória na falta do respectivo código desportivo.

A Deliberação nº 48-45, do Conselho Nacional de Desportos, era bem explícita, como evidenciam os seus considerandos:

Considerando que lhe cumpre, nos termos da lei, expedir normas que assegurem a disciplina das atividades desportivas, sobretudo decorrentes da prática do profissionalismo;

Considerando que essas normas devem ser obedecidas por todas as entidades desportivas que tenham reconhecido o mesmo profissionalismo;

Considerando a conveniência de ser prevista a necessidade de revisão, para efeito de que possam as ditas normas, ajustar-se a qualquer tempo, ao movimento dos desportos brasileiros, sem comprometer o sentido democrático desse movimento, (Perry, 1973: 264).

Estas eram as justificativas, feitas através de considerandos, para decretar a unificação das normas disciplinares do futebol brasileiro, principalmente o profissional.

Em seu artigo 3º, ela fixava a data de 1º de janeiro de 1946 para a sua entrada em vigor, embora sua publicação no Diário Oficial tivesse ocorrido em 16 de novembro de 1945.

Nota-se, nitidamente, a grande preocupação com o futebol e também com o profissionalismo que surgia. Aliás, desde 1933, a Federação Carioca de Futebol já adotara o profissionalismo no vínculo contratual dos atletas integrantes das associações participantes de seu campeonato, e isso, ocorreu alguns anos antes da organização básica dos desportos no Brasil, introduzida pelo Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941.

O Conselho Nacional dos Desportos, responsável pelos desportos brasileiros, em sua Deliberação nº 63-49, fixou regras sobre julgamentos em última instância, o seu próprio poder correicional nos casos de infringência à lei ou ato emanado do poder público, bem como o ingresso em juízo (Perry, 1973: 265).

As entidades desportivas de direção nacional, isto é, as confederações, decidiam em última instância, quando a infração da regra desportiva não fosse de // elaboração direta do poder público.

A parte constrangida poderia representar ao Conselho Nacional de Desportos, após esgotamento das as instâncias esportivas, desde que fundamentasse o pedido em lei ou em ato do poder público.

O Conselho Nacional de Desportos poderia corrigir as decisões das instâncias esportivas, quando houvesse desrespeito às leis ou ato emanado do poder público. As entidades esportivas submeter-se-iam ao julgamento do Conselho Nacional de Desportos pelo desrespeito à Lei e a ato do poder público.

O Conselho Maior do Esporte Brasileiro, por decisão própria ou por representação, cujo direito estivesse consignado no artigo 23 do Decreto nº 19.425, de

14 de agosto de 1945 (Regimento do C.N.D.), poderia rever qualquer decisão referente a desportos que não desse cumprimento à lei ou a ato de poder público.

As confederações desportivas e as demais entidades não reunidas em sistema confederativo pela insuficiência de seus praticantes, julgariam, através do poder correspondente, as infrações aos atos originários de seus estatutos e à suas disposições, cabendo recurso ao órgão hierarquicamente superior (item 5).

As pessoas físicas ou jurídicas poderiam pleitear judicialmente, buscando o reconhecimento de direito violado ou postergado, independentemente das decisões finais das entidades desportivas ou do Conselho Nacional de Desportos e quando se tivessem esgotado os meios próprios da legislação nacional do desporto (item 6).

A norma tratada no item 6 da Deliberação nº 63-49 não fixava prazo para a tramitação e à conclusão do feito na esfera administrativa e judicial desportiva, tal como acontece atualmente com o disposto no artigo 217, § 1º da Constituição Federal que o fixa em sessenta (60) dias.

3.5 O Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva

Em 31 de janeiro de 1956, o Conselho Nacional de Desportos, através da Deliberação nº 3-56, aprovou o Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva, cuja finalidade era organizar a justiça desportiva e estabelecer normas relativas à disciplina nos espetáculos desportivos (Lardies, 1971:359-386)..

As considerações iniciais justificadoras do novo código referiam-se às “normas que assegurem a disciplina das atividades desportivas”, extensivas a todas as entidades e modalidades desportivas e prevendo a necessidade de revisão para ajustar-se “ao movimento dos desportos brasileiros, sem comprometer o sentido democrático desse movimento”.

Esse código se apresentava, até então, como o trabalho mais completo, elaborado pelo Conselho Nacional de Desportos e deixava de priorizar o futebol para

ser aplicado à prática desportiva em geral.

Apresentava-se dividido em duas partes, a primeira das quais estava, dedicada à justiça desportiva, com 126 artigos distribuídos em quatro (4) títulos.

O título I tratava da Justiça Desportiva, aplicada em ordem hierárquica, conforme disposição do artigo 1º, pelos seguintes organismos:

- Conselho Nacional de Desportos como órgão supremo;
- Superior Tribunal de Justiça Desportiva de cada confederação;
- Tribunal de Justiça Desportiva de cada federação;
- Junta de Disciplina Desportiva de cada liga; e
- Tribunal Especial .

Cada Tribunal de Justiça Desportiva e cada Junta de Disciplina Desportiva dispunham de um auditor, com incumbência de apresentar denúncia ou parecer e de requerer diligência para esclarecimentos julgados necessários à apreciação dos fatos em julgamento (art. 28, letra “c”).

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva, os Tribunais de Justiça Desportiva e as Juntas de Disciplina Desportiva eram integrados por juizes efetivos e por suplentes cujo provimento, inclusive dos auditores e secretários, era regulado pelo estatuto da entidade, coincidindo o mandato com o do presidente da respectiva confederação, federação ou liga.

O funcionamento dos tribunais e das juntas era regulado pelo Capítulo II, em seus artigos 13, 14 e 15. Conforme o artigo 16, eles deveriam ter seu próprio regimento.

O título II tratava da competência julgadora do Conselho Nacional de Desportos, dos tribunais e das juntas.

O título III versava sobre o processo, desde a primeira instância; o inquérito, a citação, os prazos, as intimações, a defesa, sob a responsabilidade de um

procurador, das provas, das testemunhas, dos documentos, dos exames periciais, da ordem da sessão de julgamento, da suspensão preventiva, designada como provisória, das indenizações, das questões contratuais entre associação e atleta, dos recursos, da revisão e das nulidades.

Na parte segunda, o Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva trata das disposições penais desportivas, caracterizando as infrações e as respectivas penalidades aplicáveis.

Na terceira parte, ao tratar das disposições gerais, sobressaem através do artigo 232, os poderes judicantes atribuídos à diretoria de cada confederação, federação ou liga quando inexistissem ou os órgãos julgadores respectivos não funcionassem.

3.6 O Código Brasileiro de Futebol

A Deliberação nº 7-56, de 25 de julho de 1956, do Conselho Nacional de Desportos aprovou o Código Brasileiro de Futebol. Em suas ponderações iniciais a Deliberação ressalta a preocupação com a disciplina. Este compreende: princípios mais austeros na punição, os poderes das resoluções do Conselho, a contribuição do Código Brasileiro de Futebol de 16 de agosto de 1945, a vigência do Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva de 31 de janeiro de 1956, cuja unificação da legislação desportiva aplicável, a todas as modalidades desportivas, não satisfaz, tendo havido necessidade de códigos específicos para cada esporte e, ainda, a prudência de não envolver o profissionalismo, já existente no futebol com o amadorismo dos demais esportes. Surge, então, o Código Brasileiro de Futebol, para contemplar unicamente o esporte que era paixão nacional e que já conquistara o título de vice-campeão mundial em 1950, ficando o Código Brasileiro Justiça e Disciplina Desportivas para ser aplicado às demais modalidades desportivas (Lardies, 1971:311-330).

O novo Código Futebolístico apresenta-se dividido em sete (7) títulos.

O título I trata da organização da Justiça Desportiva, cujos órgãos apresentam a mesma ordem hierárquica do Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva, isto é:

- Conselho Nacional de Desportos, como órgão máximo;
- Superior Tribunal de Justiça Desportiva, junto à Confederação Brasileira de Desportos;
- Os Tribunais de Justiça Desportiva das Federações Estaduais;
- As Juntas de Disciplina Desportiva das Ligas.

Os tribunais e as juntas eram constituídos de juizes titulares e suplentes, um auditor e um secretário (art. 2º).

As partidas internacionais ou inter-estaduais disputadas, no território nacional, em caráter amistoso e as do Campeonato Brasileiro eram julgadas por um Tribunal Especial, vinculado à Confederação Brasileira de Desportos, com recurso para o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (art. 5º).

Os árbitros das partidas de futebol deveriam ser brasileiros natos, maiores de idade e desportista de notória experiência e reputação ilibada (art. 11).

O título II trata da competência dos órgãos judicantes, os quais têm a mesma jurisdição territorial que tenha a entidade desportista respectiva.

Os órgãos da justiça desportiva têm competência para conhecer de qualquer infração disciplinar cometida por pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente subordinada à Confederação Brasileira de Desportos, ou a serviço de qualquer entidade.

Cabia-lhes apreciar:

- as divergências contratuais entre associações e seus atletas;
- as divergências entre atletas e a entidade desportiva (confederação, federação ou liga);

- as divergências entre associações e entidades desportivas;
- as divergências entre as entidades desportivas (art. 23, 24 e 25).

Os demais artigos deste título, divididos em capítulos, especificam a competência de cada um dos órgãos judicantes, bem como as atribuições de seus presidentes, juizes, e suplentes.

As atribuições dos auditores, secretários e demais auxiliares deveriam constar do Regimento Interno do Tribunal ou da Junta.

Os artigos 35, 36 e 37 tratam, ainda, do árbitro das competições esportivas. Definem o árbitro como a autoridade escolhida para dirigir a competição, com os direitos e deveres previstos nas leis internacionais, e das entidades e neste código. Fica, ainda sujeito aos direitos e deveres, quem aceitar a função de árbitro, mesmo que não conste do quadro oficial.

O árbitro tem a faculdade irrecorrível de punir as infrações às regras técnicas e de aplicar advertência verbal aos atletas ou expulsá-los de campo pela violação das normas referentes ao futebol durante as disputas (art. 36).

Os relatórios dos representantes do Presidente referentes a cada partida, em número de dois (2), serão elementos subsidiários de prova, que acompanham a súmula de cada jogo (art. 37).

O título III estabelece a ordem processual, tratando da primeira instância, do inquérito, da anulação de partida, dos prazos, da citação, das intimações, dos procuradores, da defesa, das provas, das testemunhas, dos documentos, dos exames, da sessão de julgamento, da suspensão provisória, da indenização, das questões contratuais e da instância superior.

O título IV cuida dos recursos, que podem ser: o necessário, o voluntário e extraordinário, da revisão e dos efeitos recursais.

O título V trata das nulidades.

O título VI constitui propriamente a parte penal, com o elenco de infrações que, se forem praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, constituirão o ilícito esportivo, sujeitando-se à apreciação da justiça desportiva e às respectivas penas.

O título VII, dedicado às disposições gerais e transitórias, estabelece que a diretoria da Confederação Brasileira de Desportos, das federações e ligas assumem o caráter judicante na inexistência dos órgãos respectivos.

Caberia ao Conselho Nacional de Desportos elaborar o regimento interno a ser adotado pelos tribunais e juntas. Enquanto não o fizessem, vigoraria o regimento que acompanhou o Código Brasileiro de Futebol de 1945.

A vigência deste novo Código fora fixada em quarenta e oito (48) horas, após a publicação, que ocorreu no Diário Oficial de 13 de agosto de 1956.

Com este código, o futebol brasileiro passou a ter tratamento jurídico diferenciado das disposições aplicadas aos demais esportes, que continuavam disciplinados pelo Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportivas, aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos em 31 de janeiro de 1956.

3.7 O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol de 1962

A Deliberação nº 12/62 do Conselho Nacional de Desportos aprovou o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, revogando, “*erga omnes*”, os artigos 149 a 275 do Código Brasileiro de Futebol.(Lardies, 1971: 333-347).

Assim, o futebol brasileiro passou a dispor de dois códigos, o Brasileiro de Futebol, tendo em vigor os 01 a 148, e o Brasileiro Disciplinar de Futebol, vigente desde 15 de fevereiro de 1963, justamente dez (10) dias após a sua publicação no Diário Oficial da União, ocorrida em 5 de fevereiro.

As justificativas deste novo Código eram centradas no futebol profissional, que, àquela época, ainda era o único esporte de expressão mundial que se praticava no Brasil, pois que detinha o título de bi-campeão mundial, conquistados em 1958 e 1962.

O artigo 1º revogava o artigo 23 do Código Brasileiro de Futebol, editado em 1956, ao determinar o elenco de sua competência, aumentando-o.

As pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente subordinadas ao Conselho Nacional de Desportos, compreendendo-se, como tais, funcionários, atletas, técnicos, árbitros e seus auxiliares, profissionais liberais, associados, dirigentes, remunerados ou não, de associações ou entidades desportivas (ligas, federações e confederações), membros e auxiliares da justiça desportiva.

Tratava de toda a parte penal aplicável às disputas futebolísticas, enumerando as infrações e respectivas penalidades.

A Deliberação nº 7-68 alterou os artigos 42, 49, 69 e 110 do Código e, em seu item n. 2 criou a suspensão automática de atletas expulsos de partida de futebol, independentemente de apreciação da Justiça Desportiva, pronunciando-a nos seguintes termos:

“O atleta que for expulso de campo, pelo árbitro, ficará, automaticamente, impedido de participar de competição oficial subsequente, independentemente da decisão que for proferida pela Justiça Desportiva, ao apreciar o fato causador da expulsão”.

A norma inovadora arrastava em seu bojo um absurdo jurídico, que era o fato, de o atleta ter sido absolvido do motivo da expulsão, e teria, mesmo assim, que cumprir a suspensão automática.

As associações desportivas, praticantes do futebol, inconformadas com o rigor da medida ante a absolvição do atleta expulso, passaram a recorrer ao Poder Judiciário buscando proteger a atuação de seus atletas.

Em 29 de abril de 1969, o Conselho Nacional de Desportos aprovou a Deliberação nº 3-69, com a seguinte fundamentação:

“Considerando que a norma do item 2, da Deliberação nº 7-68, muito embora os elevados propósitos que a ditaram, vem suscitando controvérsias de natureza jurídica, no que tange aos exatos limites de sua aplicação, o que tem propiciado a

concessão de medidas liminares em mandados de segurança impetrados por algumas associações inconformadas com o rigor da medida adotada por este Conselho;

Considerando que a ocorrente diversidade de interpretação tem ensejado, na esfera desportiva, uma desigualdade de tratamento, com quebra do justo equilíbrio de situações, que deve existir entre as associações disputantes;

Considerando que o Egrégio Tribunal Federal de Recursos, em caso concreto, através do douto pronunciamento de uma de suas Turmas, dirimiu a controvérsia, fixando uma orientação, a que este Conselho se submete, de imediato, convertendo-a, por ato próprio, em medida geral, fazendo-a, assim transcender ao restrito âmbito dos interesses das partes impetrantes, resolve:

1 - Alterar a disposição do item 2, da Deliberação nº 7-68, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2 - O atleta que for expulso de campo, em partida oficial ou amistosa, ficará automaticamente, impedido de participar de qualquer competição subsequente, salvo se, antes da realização desta, for absolvido pela Justiça Desportiva, no processo disciplinar competente.

3 - Se o julgamento se der após o cumprimento da medida prevista no item anterior, sendo o atleta suspenso, será deduzida, da pena imposta, a partida não disputada pelo punido.

4 - As disposições dos itens 2 e 3, desta deliberação, não se aplicam aos casos de expulsão havidos durante as competições disputadas por seleções representativas da Confederação Brasileira de Desportos, Federações e Ligas.

5 - A presente Deliberação entrará em vigor trinta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Perry, 1973: 294)

A suspensão automática foi tratada pela Portaria MEC nº 27, de 24 de janeiro de 1984, a qual sofreu alterações em seus artigos 1º, 6º, 8º, 9º e 21, introduzidas pela Portaria MEC nº 328, de 12 de maio de 1987, ainda hoje em vigor,

face ao disposto no artigo 66 da Lei nº 8.672/93 e posteriormente pela Lei nº 9.615/98, em seu artigo 91.

A alteração impede o atleta profissional ou amador, expulso de campo, de participar da partida oficial subsequente do mesmo campeonato ou torneio. No entanto, para os atletas amadores persiste o impedimento por 7 (sete) dias de participação em qualquer partida oficial de outro campeonato ou torneio, quer seja da categoria de amadores ou da classe de profissionais, salvo se absolvido pela Justiça Desportiva.

Apreciando a matéria, ante a possibilidade de julgamento ou não, pela Justiça Desportiva, antes ou não de cumprimento da suspensão automática, podem ocorrer situações curiosas, inclusive com perdas irreparáveis para atletas e seus clubes.

Se o julgamento, pela Justiça Desportiva, ocorrer *antes* do cumprimento da suspensão automática poderão resultar as seguintes situações para o atleta:

- a) condenado ao cumprimento de suspensão por partidas, incluindo a automática;
- b) condenado ao cumprimento de penalidade que não seja a suspensão por partidas, ficando dispensado de cumprir a suspensão automática;
- c) absolvido, ficará dispensado de cumprir a suspensão automática.

Se o julgamento ocorrer *após* o cumprimento da suspensão automática, as situações resultantes serão:

- a) condenado ao cumprimento de suspensão por partidas, contando a partida da suspensão automática;
- b) condenado ao cumprimento de penalidade que não seja a suspensão por partidas, a partida da suspensão automática já cumprida não será considerada para qualquer efeito;
- c) absolvido, a partida da suspensão automática já cumprida não será considerada para qualquer efeito.

3.8 O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol de 1981

Em 17 de dezembro de 1981, o Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a proposta do Conselho Nacional de Desportos e nos termos do inciso III do artigo 42 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, e do art. 63 do Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977, aprovou o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, através da Portaria nº 702, com vigência fixada para a data de 1º de janeiro de 1982.

O novo Código revogou a dualidade de códigos até então, existente, o Brasileiro de Futebol de 1956 e o Brasileiro Disciplinar de Futebol de 1962, unificando a matéria substantiva com a processual.

Os atletas de categoria infantil e os menores de 14 anos não estão compreendidos por este código (art. 345). A Lei nº 9.615/98, em seu artigo 50, § 2º, determina serem inaplicáveis as penas disciplinares aos menores de 14 anos.

O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol vigora desde 1º de janeiro de 1982, conforme disposição de seu artigo 347, recebeu, no entanto, sua primeira alteração em 5 de janeiro de 1982. A Portaria nº 1/82, do mesmo Ministro, atingiu os artigos 3º, 4º, 5º, 9º, 10 e 18, que vigoram até os dias atuais, apesar da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico e da recente Lei Pelé, de nº 9.615, de 25 de março de 1998, que instituíram normas gerais sobre desportos, tendo a segunda revogado a primeira.

A abrangência do Código de 1982 é apresentada no seu artigo 1º, através do seguinte texto:

“A organização da Justiça e o Processo Disciplinar, relativamente ao futebol, regulam-se por este código, a que ficam submetidas, em todo o território nacional, a Confederação Brasileira de Futebol e as federações, ligas, associações desportivas e pessoas físicas que lhes forem direta ou indiretamente subordinadas, mediante remuneração ou sem remuneração”.

Os Títulos I e II tratam da Organização da Justiça Desportiva, através da ordem hierárquica constituída pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, Tribunal

Especial, Tribunais de Justiça Desportiva e Juntas de Justiça Desportiva, bem como suas competências e constituição. Já não aparece o Conselho Nacional de Desporto como órgão máximo da Justiça Desportiva.

Os órgãos da Justiça Desportiva serão integrados por auditores, com funções judicantes, por procuradores, com funções de acusação, por defensores como advogados de defesa e por secretários, como responsáveis pela parte administrativa.

O título III cuida do processo disciplinar através de subtítulos devidamente distinguidos em 12 capítulos, assim intitulados:

- processo ordinário;
- inquérito;
- prazos;
- provas;
- testemunhas;
- documentos;
- filmes e gravações;
- exames;
- citações e intimações;
- suspensão preventiva;
- intervenção de terceiro;
- nulidades; e
- sessão de julgamento.

O título IV se refere aos processos especiais, sob os seguintes subtítulos:

- impugnação de partida;
- infrações punidas com eliminação;
- verificação de doping;
- interpelações;

- homologações de rescisão unilateral ou suspensão de contrato com atleta profissional;
- litígios entre atleta profissional e associação;
- litígios entre associações, associações e entidades ou entre entidades;
- reabilitação de pena de eliminação;
- mandado de garantia.

O título V versa sobre recursos, distinguindo-os em necessário e voluntário, seus efeitos, julgamento e de revisão de processos findos.

As decisões do Superior Tribunal de Justiça Desportiva que violarem lei, decreto ou norma emanada do poder público poderão ser processadas e apreciadas pelo Conselho Nacional de Desportos mediante representação da parte interessada. Tal era o teor dos artigos 186 a 188, integrando o título VI, que foram revogados pela Lei nº 8.672/93.

O livro segundo cuida das medidas disciplinares, constituindo, em realidade, a parte penal do Direito Desportivo referente ao futebol, com as normas de aplicação de penalidades e com o elenco das situações consideradas como infrações.

Merecem destaque e transcrição os artigos 342 e 343, cuja matéria não era tratada nos códigos anteriores.

“Art. 342 - Os casos omissos e as lacunas deste Código serão resolvidos de acordo com os princípios gerais de direito, vedadas, porém, para definir e qualificar infrações, as decisões por analogia”.

“Art. 343 - A interpretação das normas deste Código, regida pela regras gerais de hermenêutica, será feita visando à defesa da disciplina e da moralidade do desporto”.

As disposições desses dois artigos revelam a preocupação do legislador com o caráter jurídico das normas desportivas, principalmente com respeito aos princípios gerais de direito e à interpretação.

3.9 A Lei Zico

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, dispõe, em seu artigo 34, que a “organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitada ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Códigos”.

A organização, funcionamento e atribuições da Justiça Desportiva, aplicável ao futebol, eram e continuam reguladas pela Portaria nº 702, de 17 de dezembro de 1.981, do Ministro da Educação e do Desporto.

A Justiça Desportiva integra o Sistema Federal do Desporto (art.7º).

Os códigos elaborados para atender os esportes profissionais e não profissionais serão propostos pelas confederações respectivas, na qualidade de entidades federais de administração do desporto e submetidos à aprovação do Conselho Superior do Desporto, como órgão colegiado de caráter consultivo e normativo (art.5º e 34, § 1º). Enquanto não forem aprovados os novos Códigos de Justiça para os desportos profissionais e os não profissionais, continuarão em vigor os códigos atuais.

O “caput” do artigo 34 limita a Justiça Desportiva ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas. O contencioso esportivo as tem, pois, suas atribuições restritas às infrações disciplinares e às competições.

As infrações disciplinares não se confundem com as infrações às regras técnicas de disputa das competições. As normas disciplinares visam preservar a boa ordem dos espetáculos e a conduta de seus participantes, entre os quais não se incluem somente os atletas, mas também os dirigentes e os demais auxiliares que contribuem, direta ou indiretamente para a participação ou a realização do evento esportivo, enquanto que as regras técnicas representam os exercícios e os gestos físicos permitidos para a disputa e a caracterização de cada modalidade desportiva.

Ficam, pois, excluídos da apreciação da Justiça Desportiva os litígios entre atleta profissional e associação, configurados nos artigos 138 a 142 da Portaria

nº 702/81, os litígios entre associações, entre associações e entidades ou entre entidades, que se acham regulados pelos artigos 143 a 145 da mesma Portaria.

Os atletas profissionais ficam sujeitos à legislação trabalhista e à da Seguridade Social, com as ressalvas da Lei nº 8.672/93 ou constantes do respectivo contrato de trabalho (art. 22, § 2º). Descabe, pois, à Justiça Desportiva pronunciar-se sobre cumprimento, direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Trabalho Desportivo, para o que é competente a Justiça do Trabalho, através de seus órgãos.

Os litígios envolvendo associações e entidades já não poderão ser tratados pela Justiça Desportiva, mas terão por foro competente a Justiça comum.

As penalidades aplicáveis pela Justiça Desportiva são elencadas no artigo 34, § 2º, que, no entanto, não faz a gradação para sua aplicação às infrações submetidas ao seu julgamento. Caberá aos futuros códigos de justiça desportiva apresentarem a necessária gradação da penalidade para a aplicação ao caso julgado. Os códigos de Justiça desportiva existentes na data da vigência desta Lei perduram em vigor até a aprovação dos novos códigos para o desporto profissional e o não-profissional (art. 66).

Os Tribunais de Justiça Desportiva, de cada modalidade desportiva, são considerados como unidades autônomas e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema. A autonomia deles é caracterizada na sua composição, constituída por sete (7) membros indicados, em número de um, pelas:

- a) entidades de administração do desporto;
- b) entidades de práticas desportivas participantes de competições oficiais da divisão principal;
- c) representante dos árbitros;
- d) representante dos atletas; e
- e) três advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A composição do Tribunal poderá ser elevada para onze (11) membros através da indicação em dobro pelas entidades de administração e prática de desportos, pelos árbitros e atletas. Neste caso, continuaria fixo o número de indicações da Ordem dos Advogados do Brasil.

O mandato dos membros dos Tribunais Esportivos foi fixado em quatro (4) anos, podendo haver uma recondução.

A Lei denomina os integrantes destes Tribunais de *membros*, diferentemente da Portaria nº 702, de 17 de dezembro de 1981, que os chamava de *auditores* e dos códigos anteriores que os designavam de *procuradores*.

Ainda, em decorrência desta Lei, os Tribunais Esportivos passam a ter composição qualificada. Pela vez primeira é reconhecida a existência de saber jurídico desportivo, que é condição para a indicação pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Nos artigos 35 e 36, em seu § 2º, são assegurados o contraditório e a ampla defesa perante os Tribunais e as Comissões Disciplinares.

Os Tribunais de Justiça Desportiva terão, como primeira instância, as Comissões Disciplinares, constituídas por três (3) membros designados pela entidade de administração de desporto, responsável pelo campeonato ou competição, com competência para apreciação imediata das infrações e aplicação de sanções em procedimento sumário. Das decisões proferidas pelas Comissões disciplinares caberá recurso para o Tribunal de Justiça Desportiva, onde serão recebidos com efeito suspensivo os recursos das decisões que aplicarem penalidades superiores à suspensão de duas (2) partidas ou quinze (15) dias (art. 36, § 3º).

O exercício de cargo ou função da Justiça Desportiva é vedado aos diretores das entidades de administração e de prática desportivas, mas a vedação atinge os membros dos conselhos deliberativos dos clubes esportivos (art. 38, § 4º).

É considerada de relevante interesse público a função de membro do Tribunal de Justiça Desportiva. Se eles é servidor público o seu comparecimento às

sessões não lhe acarretará faltas, pois sua atividade é considerada como de efetivo exercício da função pública. (art. 37).

O Comitê Olímpico Brasileiro não está sujeito à Justiça Desportiva estabelecida nesta Lei (art. 34, § 4º).

O artigo 66 desta Lei dava vigência aos Códigos de Justiça Desportiva, até a aprovação dos novos Códigos de Justiça dos Desportos Profissional e não Profissional, o que, no entanto, não chegou a acontecer.

A Lei Zico ainda não fora assimilada integralmente pelo mundo desportivo e nem compreendida pelo povo quando foi revogada pela Lei Pelé, de nº 9.615, de 25 de março de 1998.

3.10 A Lei Pelé

A Lei Pelé, de nº 9.615, de 25 de março de 1998, e seu Decreto regulamentar de nº 2.574, de 29 de abril de 1998, mantêm a Justiça Desportiva nos mesmos moldes em que a disciplinava a Lei revogada, tratando a matéria respectivamente nos artigos 49 a 55 e 52 a 61.

A nova Lei exige que os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva sejam, obrigatoriamente, bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico, mas sempre de conduta ilibada. Esta exigência inovadora reconhece a juridicidade do esporte, bem como a importância dos fundamentos jurídicos e sua aplicação no campo esportivo. As práticas desportivas passam a ter apreciação jurídica através de bacharéis em Direito e de pessoas com notório saber jurídico, das quais poderia a lei ter exigido “saber jurídico-desportivo”.

As Comissões Disciplinares, exercendo o grau de primeira instância da Justiça Desportiva, manterão a mesma competência. No entanto, seus três (3) membros serão de livre escolha do Tribunal e já não da entidade de administração do desporto, responsável pelo campeonato ou torneio.

A nova Lei ainda, dispõe que as penas disciplinares não poderão ser aplicadas aos menores de quatorze (14) anos (art. 50, § 1º). A proibição tem caráter educativo, pois o atleta, que pode ser considerado em formação, deverá ser submetido à orientação educacional e não a penalidades. Também não cabe a aplicação de penas pecuniárias a este atleta, pois é considerado não-profissional, e certamente estará na condição de amador (art. 50, § 2º). Já que a orientação educacional não é competência da Justiça Desportiva, esta não poderá aplicar a esse menor qualquer medida punitiva. Cabe, assim, às entidades de administração de desportos, quer sejam escolas quer outras entidades, manterem organismo competente para a orientação educacional, quando forem responsáveis por competições deste gabarito.

A inaplicabilidade da Justiça Desportiva ao Comitê Olímpico Brasileiro é também estendida ao Comitê Paraolímpico (art. 51).

A Lei Zico estabelecia, em seu artigo 34, § 1º que as entidades federais de administração do desporto proporiam os códigos de justiça para a atividade profissional e não-profissional ao Conselho Superior de Desportos para a aprovação dos mesmos. A exigência de propositura não foi mantida pela Lei Pelé. Persiste, no entanto, competência do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro a aprovação dos códigos de justiça desportiva definindo a organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva (arts. 11, inciso VI e 56 § 2º), sem necessidade da propositura pelas entidades de administração do desporto. Enquanto os novos códigos para o desporto profissional e não-profissional não forem aprovados, mantêm-se em vigor os atuais, com as alterações da Lei nº 9.615/98 (art. 91 da Lei e art. 56, § 3º, do Decreto).

As penalidades aplicáveis pela Justiça Desportiva aos infratores são as mesmas da Lei Zico, sem qualquer norma de sua gradação. No entanto, são inacumuláveis as pecuniárias de suspensão por partida ou prazo (art. 53, § 5º). Haverá transformação da pena de suspensão por prazo superior a vinte e nove (29) dias em pena pecuniária, nos termos do código a ser aprovado (art. 53, § 6º).

As decisões finais da Justiça Desportiva são impugnáveis, observados os

termos gerais de direito e os pressupostos constitucionais (art. 55, § 1º). A Constituição Federal estabelece que o Poder Judiciário somente poderá apreciar os litígios desportivos relativos à disciplina e às competições depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, cuja tramitação, desde sua instauração até a decisão final, não poderá ultrapassar sessenta (60) dias (art. 217, §§ 1º e 2º).

Os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência de decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva não poderão ser prejudicados por recurso ao Poder Judiciário (art. 55 § 2º). São considerados efeitos desportivos os resultados das competições

O efeito suspensivo em decorrência de recurso das decisões da Justiça Desportiva é estendido, também, à pena pecuniária de valor superior a R\$ 120,00 (cento e vinte reais), na forma da disposição ao § 6º do art. 61 do Decreto.

3.11 A Ordem Desportiva

A Lei Zico introduziu um capítulo, sob o título “Da Ordem Desportiva”, cuja matéria era desconhecida das disposições anteriores, quer no Decreto-Lei nº 3.199/41, quer na Lei nº 6.251/75, quer nos vários códigos que trataram da disciplina desportiva.

Neste capítulo inovador, que compreende os artigos 30, 31, 32 e 33, é conferida competência às entidades de administração dos desportos e de prática desportiva, para decidirem, de ofício ou a pedido da parte interessada, sobre o cumprimento das normas e regras desportivas.

As confederações, federações, ligas e associações ainda disporão da faculdade de imporem sanções pelo desrespeito aos atos de seus poderes internos e pelo descumprimento dos atos legalmente expedidos pelos órgãos públicos ou seus representantes.

Na verdade, a ordem desportiva diz respeito ao cumprimento de norma de legislação desportiva, seja constante do estatuto ou regulamento, ou emanada do poder público. Vale dizer, a ordem desportiva, em princípio, é garantida pelo reconhecimento legalmente expresso de que as entidades desportivas dirigentes têm competência para decidir, no seu âmbito, quaisquer questões pertinentes ao cumprimento de normas e regras desportivas. (Melo Filho, 1995:161)

As penalidades cabíveis são de advertência, censura escrita e multa, cuja aplicação depende de processo administrativo, assegurados o contraditório e ampla defesa. A Lei não precisou qual seria o órgão competente para apreciação de recurso interposto à decisão do processo administrativo. Neste caso, ante a omissão legal, caracteriza-se a “vacatio legis” sujeitando-se, a apreciação do recurso, aos preceitos dos estatutos das entidades aplicadoras da pena.

As penalidades de suspensão e desfiliação ou desvinculação dependem de decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Ainda dentro desta “Ordem Desportiva” fica estabelecido que as entidades federais de administração do desporto não podem intervir na organização e no funcionamento de suas filiadas

O artigo 32 estabelece o voto plural, determinando que sua quantificação ou ponderação fica subordinada a critérios técnicos e a classificação nas competições oficiais promovidas nos últimos cinco (5) anos ou em período anterior. Em regulamento específico poderão ser fixados outros parâmetros para a determinação do voto plural.

Cabe ressaltar que o artigo não diz quem poderá utilizar o voto plural e quais as situações em que poderá ser utilizado.

A Lei Pelé não desconheceu a matéria, mas tratou-a nos artigos 47 e 48, integrantes do capítulo VII. Com isso incluiu, entre as entidades que poderão desfrutar da competência de decisão, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros. No entanto, não reiterou as disposições que vedam a intervenção na organização e no funcionamento das entidades filiadas, bem como a utilização do voto plural, deixando as duas matérias caírem em “vacatio legis”.

Da pálida concepção de aplicação de penalidades, através do Tribunal de Penas, ergue-se lentamente, no Brasil esportivo, uma configuração jurídica que recebe o reconhecimento constitucional, que se constitui em organismo próprio, com a função de disciplinar a atividade desportiva, e que atende pela designação merecida e respeitada de Justiça Desportiva.

Para o fecho deste capítulo convém transcrever pronunciamento do Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero, publicado na *Revista Literária de Direito*, edição maio/junho de 1997:

-
- *Em princípio, pois, e como regra, as decisões da Justiça Desportiva gozam de eficácia e devem ser acatadas e cumpridas por clubes e esportistas, para a boa ordem das atividades desportivas, profissionais ou não. As decisões da Justiça Desportiva são válidas e vinculantes. (Op. cit.: 29)*
-

CAPÍTULO IV

O ESPORTE ÀS VÉSPERAS DO 3º MILÊNIO

4.1 A Globalização Esportiva

“A linguagem do corpo não vislumbra fronteiras, ela é universal e comum a qualquer homem em qualquer espaço geográfico”. (Vargas, 1995:3)

Modernamente, o resultado da prática desportiva não tem somente a repercussão esportiva esperada ansiosamente pelo público endeusador do esporte, mas ainda a tem no campo econômico, político, social, cultural e em todo o círculo de sua abrangência.

Cada resultado esportivo acoberta uma gama cognoscível de interesses, como também outra, incognoscível, de pretensões, as quais escapam à percepção do espectador apaixonado, que alegremente festeja a vitória de seus ídolos ou, emocionado, apupa a derrota.

Qual o significado, qual a extensão, qual a definição dessa linguagem corporal, conhecida e tratada como esporte?

Pierre de Coubertin, em *Deporte Y Sociedad*, dizia:

“El deporte es un culto voluntario y habitual del ejercicio muscular intensivo apoyado en el deseo de progreso y que puede llegar hasta el riesgo”. (Salcedo, 1989:135)

Bernard Guillet apresenta o esporte como:

“Es una lucha y un juego, es una actividad física sometida a reglas precisas y preparadas por un entrenamiento intensivo”. (Idem, ibidem)

Janet B. Parks e Beverly R.K. Zanger, respondendo à indagação “Qué es el deporte”? Apresentaram a seguinte explicação:

Mucha gente conoce el significado de la palabra deporte por experiencia o intuición. Deporte es, por supuesto, diversión. Esto implica un juego en el que, además, pueden participar un gran número de personas, como sucede en los deportes de equipo; dos participantes, como en los deportes por parejas, o solo una persona, como en los individuales. Qué criterio se utiliza para que los juegos o actividades particulares puedan ser classificados como deportes? Montar a caballo es un deporte? Qué hay acerca de actividades como esquí acuático, billar americano, ajedrez y otros juegos de mesa? Sabemos que el fútbol, el baloncesto, el hockey sobre hielo y hierba, el tenis el golfy el béisbol son deportes. Son estos deportes diferentes de la vela o el submarinismo?

El deporte está definido de muchas formas. Snyder y Spreytzer (1989) afirman que se trata de una actividad humana y física de competición que está gobernada por normas institucionales. Vander Zwaag (1988) elabora esta definición: “deporte es una actividad física competitiva que utiliza equipos e instalaciones especializados com dimensões únicas en tiempo y espacio, y en la cual tiene un gran significado la conquista de marcas”. Loy (1968) aporta una nueva perspectiva y considera que el deporte debería: a) tener un carácter de juego; b) implicar algunos elementos competitivos; c) buscar el progreso físico; d) incluir elemento como habilidad, estrategia y oportunidad; y e) tener un resultado incierto. Todas estas interpretaciones ilustran la imposibilidad y la no necesidad de dar una sola definición del concepto de deporte. Utilizando una o todas las deficiones de deporte en conjunto, podemos tener una clara noción de lo que significa. (Parks,1993:14)

Snyder, na sua visão de sociólogo do esporte, ainda apresenta a seguinte definição, bem como sua apreciação sobre a mesma:

El deporte es una actividad humana competitiva que requiere habilidades y esfuerzo, y está gobernado e regulado por reglas institucionalizadas. Por supuesto, esta definición no nos proporciona absoluta claridad en nuestra consideración de las actividades que están definidas como deportes. Por ejemplo, puede que nos pongamos de acuerdo en el grado de competitividad, la cantidad de esfuerzo físico o el grado de formalidad de las reglas. De cualquier forma, podemos estar de acuerdo en que los juegos de cartas son competitivos, están gobernados por reglas, pero requieren un nivel poco elevado de habilidad física y esfuerzo. Por consiguiente, la natación o el atletismo, si bien requieren obviamente un esfuerzo físico considerable, no se considerarán como deportes si estas actividades no son realizadas en un contexto regulado y competitivo. (Parks, 1993:209)

A compreensão do que seja esporte exige a apreciação de outras concepções resultantes da reflexão de estudiosos preocupados com o trato intelectual do esforço físico devidamente ordenado por regras identificadoras.

René Maheu, Diretor Geral da Unesco, discursando na abertura dos Jogos Olímpicos de Munique, na Alemanha, em 1972, apresentou sua conceituação de esporte:

“é um fator de equilíbrio entre o espírito e o corpo, a afetividade e a energia, o indivíduo e o grupo”. (Lyra Filho, 1973:105)

Alfredo López Austin, expendeu em sua obra *Juegos Rituales Aztecas*, a seguinte conclusão sobre o assunto:

“Por desporto entende-se o conjunto de exercícios físicos realizados pelo homem com o fim de melhorar sua capacidade corporal e psíquica, sob regras precisas, quase sempre com disciplina rigorosa e com alto grau de liberação emocional”. (Lyra Filho, 1973:153).

Há autores que entendem não ser a prática desportiva uma forma de trabalho, assim:

Carl Diem: “El deporte es una actividad libre ejercitada por sí misma y, por lo tanto, opuesta al trabajo”.

Bernard Guillet: “el deporte no debe ser asimilado al trabajo sino que precisamente al tipo de actividad que le es opuesto”. (Salcedo, 1989:137)

No entanto outros estudiosos formam a corrente contrária, considerando o esporte como trabalho. Assim pensam:

Gelhen: “El deporte há recibido sus reglas, sus exigencias de disciplina y sus rasgos morales de la existencia colectiva del trabajo”.

Habermas: “El deporte se há convertido desde hace mucho tiempo en un setor de la racionalización del trabajo”. (Salcedo, 1989:137)

Definido o esporte como atividade humana cercada por regras próprias que permitem o reconhecimento de cada modalidade desportiva através de sua caracterização e identificação, cabe ir em busca de seu aperfeiçoamento e afirmação, quer social, quer cultural.

Os ingleses não foram os responsáveis pelo nascimento do futebol como prática desportiva, mas foram os protagonistas das regras que acabaram por dar-lhe identidade e personalidade desportivas.

“De 1810 a 1840 surgiram inúmeras regras com os nomes dos colégios onde o jogo (futebol) era praticado. A questão se resolveu em 1848, numa conferência em Cambridge, onde se estabeleceu um código único de regras que serviria de base às leis atuais. O dia 26 de outubro de 1863 é considerado o dia da criação do futebol. Foi nesta data que, ao fim de seis reuniões na Freemason’s Tavern, em Londres, nasceu o The Football Association. Ela adotou, com ligeiras modificações, as dezessete regras de Cambridge.” (Duarte, 1996: 200-201).

Lentamente, outras alterações foram introduzidas, o que tornou a prática futebolística concentrada num único sistema de regras de caráter internacional, permitindo que a maneira de disputa do futebol fosse a mesma em qualquer parte do mundo.

Esta uniformização, aplicada pela vez primeira ao esporte, coerente com o espírito vivido no século XIX, resultou em seriedade da modalidade desportiva e credibilidade para o esporte em geral. Assim o futebol procurou livrar-se das influências estranhas ao jogo, que impunham resultados e limitações à prática desportiva.

“Tendo-se iniciado no século XIX, o grande impulso à internacionalização das relações econômicas cresceu e afirma-se até nossos dias, apesar de fases em que ocorre um regresso a certa autarcização da economia” (Baptista, 1994: 26).

O século XIX descobriu a necessidade de expansão internacional através de relações econômicas. Assim, o esporte moderno que surgia adotou a mesma veia expansionista, tornando-se internacional.

A data de 26 de outubro de 1863, não é simplesmente a de criação do futebol, mas se constitui no marco fundamental para o prestígio das práticas desportivas, através da desvinculação do esporte, como jogo, das instituições político-estatais. Deve-se ressaltar que esta desvinculação não se refere à organização, mas, repita-se, à desvinculação do jogo, em si, como espetáculo esportivo. Pode-se considerar esta data como a de afirmação própria do esporte, porque o futebol, já considerado como a prática desportiva mais difundida e a caminho de sua grande popularidade, definia seus contornos técnicos e principalmente estruturais de sua disputa.

O sucesso de “The Football Association” abriu espaços para desembocar numa entidade maior, de caráter universal, fundada em 21 de maio de 1904, com a denominação de “Fédération Internationale de Football Association”, designada pela sigla FIFA, com sede em Zurique, na Suíça, e regida pelo artigo 60 de seu Código Civil. A sede na Suíça, considerado como país símbolo da neutralidade política, atendeu a padrões de Direito Internacional e deu à nova instituição condições de difundir o esporte da “bola impulsionada com o pé”, levando-o, em seus noventa anos de existência e funcionamento, a ter mais filiados do que a Organização das Nações Unidas (ONU), considerada a entidade de maior alcance universal.

As regras do jogo eram de competência e atribuição da International Football Association Board, fundada em 1882, como entidade legisladora do futebol, por iniciativa das Ligas da Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales, e foram mantidas pela Fédération Internationale de Football Association. Atualmente a International Board continua com a sua competência, sendo integrada por representantes das Federações da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, além de quatro (4) membros indicados pela FIFA.

O modelo aplicado ao futebol despertou a necessidade de sua aplicação aos demais esportes, os quais, seguindo os rumos do esporte-rei, buscavam sua própria uniformização técnica e possibilidade de expansão através do universo.

“La Federación Internacional de Fútbol Asociación (FIFA) es un caso ejemplar”. (Salcedo, 1989: 216)

Surgiram, então, dentre outras, as seguintes entidades:

- Federação Internacional de Atletismo Amador;
- Federação Internacional de Basquetebol – F.I.B.A. ;
- Federação Internacional de Futebol de Salão – FIFUSA;
- Federação Internacional de Handebol – F.I. H.;
- Federação Internacional de Natação Amadora;
- Federação Internacional de Volley-ball - F.I.V.B.

A contribuição das entidades desportivas internacionais se apresenta de inquestionável valia para a afirmação de cada modalidade desportiva e constituiu um processo de globalização.

Cada modalidade desportiva, por intermédio de suas entidades de âmbito internacional, procedeu à unificação e sistematização de suas regras técnicas para a disputa.

A construção da estrutura desportiva através de entidades internacionais deu às respectivas modalidades desportivas o reconhecimento como atividade humana devidamente organizada, às quais se filiaram os países através de seus organismos nacionais que reuniam os seus atletas, dirigentes e auxiliares. O esporte formava, assim, uma rede supranacional de interesses e de sua auto-defesa, bem como de exposição de sua imagem. Tratava-se, na realidade, de processo globalizador.

Praticamente um século após essa globalização esportiva, que tantos benefícios trouxe ao esporte mundial, surgem as teorias de globalização econômica, que transformam o mundo num único complexo. No entanto, as entidades esportivas internacionais já haviam exercido a idéia globalizante, dando ao esporte a forma grandiosa que transforma uma atividade de simples lazer em atividade profissional e responsável pela movimentação de recursos financeiros em números jamais imaginados, cujas cifras podem ser contabilizadas em bilhões.

A comprovação da globalização esportiva pode-se medir pelo sucesso dos esportes comandados pelas entidades internacionais comparado ao alcance diminuto

dos esportes que não dispõem desta “grande entidade”, os quais subsistem como expressões culturais de suas comunidades.

As entidades desportivas internacionais foram e ainda são elementos fermentadores, catalisadores e homogeneizadores do esporte, contribuindo para a expressão física do homem em seu grau mais elevado, em busca de seu perfil cultural.

4.2 A Proteção Político Governamental

El deporte es un negocio, una empresa, una profesión, un espectáculo, un juego, una diversión e inclusive, un pretexto y un argumento político. Assim Tomás Fernández se expressou no Prólogo à obra de Carmelo M. González Grimaldo, El Ordinamiento Jurídico del Deporte. (Salcedo, 1989: 13)

Os aspectos políticos decorrem da ação política dos governantes dos Estados, – reis, imperadores, presidentes, primeiros-ministros, ditadores, etc., – preocupados em aproveitar as práticas desportivas como suporte de metas governamentais e como demonstração de prestígio perante as massas humanas enebriadas com o esporte.

Essas ações político-governamentais surgiram nos tempos mais remotos que a História consegue registrar e sobrevivem até os tempos atuais.

O surgimento dos Jogos Olímpicos da Antigüidade resultaram de um Tratado de Paz celebrado entre os reis de Pisa, de Esparta e de Ílium, cidade da Macedônia..

Cerca 775 a.C., Cleosthenes, o rei de Pisa, Lycurgus, o rei de Esparta e Iphitus, o rei de Ilíia, reuniram-se para firmar um tratado de paz, o Ekeheiria. O acordo seria consagrado em Olímpia, meses após, na festa dos mortos, durante um certame entre os principais atletas dos três feudos. Num disco de pedra, cinzelaram-se as regras básicas do certame com as assinaturas de Closthenes, Lycurgus e Iphitus. (Lancelotti, 1996:1)

Era o início dos “Jogos Olímpicos do Ekeheiria”, utilizados pelos três reis como forma de divulgarem o tratado de paz e propiciar a convivência pacífica de seus povos.

A Grécia foi dominada pelos romanos em 456 a.C., os quais passaram a participar de toda a vida e costumes dos gregos, utilizando os Jogos Olímpicos como expressão da supremacia romana, transformando as disputas em desafios políticos e não em expressões esportivas.

O imperador Tibério e seu sobrinho Germanicus, no ano 17 d.C., usaram de todos os artifícios para conquistarem a vitória na quadriga dupla.

Nero, no ano 67 d.C., sob ameaças, conseguiu vencer a quadriga e a prova literária de poesia.

Nos tempos modernos, o interesse político-governamental pelos esportes não arrefeceu. Inúmeros episódios podem ser citados como exemplos da ação política dos governantes.

O Presidente da República Francesa, em 1889, aproveitou o espírito empreendedor e liderança desportiva de Pierre de Coubertin, incumbindo-o de representar a França em Congresso sobre exercícios físicos que iria realizar-se, no outro lado do oceano Atlântico, na cidade de Boston, nos Estados Unidos da América. A incumbência dava-lhe poderes para falar em nome dos franceses, e ainda visitar escolas e universidades americanas e canadenses, cabendo-lhe em seu retorno apresentar ao Presidente as suas impressões.

A luta pela indicação para realização dos Jogos Olímpicos e das Copas Mundiais de Futebol, através da Comitê Olímpico Internacional e Federação Internacional de Futebol Association, arrasta a movimentação governamental dos governos, em cujos Estados estão os Organismos Esportivos Nacionais interessados na organização das referidas disputas internacionais.

A Primeira Guerra Mundial, desenrolada no período de 1914 a 1918, determinou, em 1915, a implantação da sede do Comitê Olímpico Internacional em

Zurique, na Suíça, onde já funcionava a sede da Fédération Internationale de Football Association, buscando, assim, um local garantido pela neutralidade. A primeira decisão do Comitê em sua nova e definitiva sede foi a de suspender os VI Jogos Olímpicos de Berlim, que deveriam se realizar em 1916, e, mais tarde sediar os VII Jogos em Antuérpia, na Bélgica, a se realizarem em 1920.

As justificativas aduzidas para a decisão de estabelecer Antuérpia como sede dos jogos, foram as seguintes:

“O barão desejava resgatar o brio de um povo dilacerado pela guerra. A pequena Bélgica, de fato, necessitava de um consolo, ou de uma homenagem”. (Lancelotti, 1996: 87)

O barão, era Coubertin, que exercia a presidência do Comitê Olímpico Internacional.

Adolf Hitler (1889–1945) e Benito Mussolini (1883–1945) cultivaram suas idéias políticas de nacional Nazismo e Fascismo, utilizando as práticas desportivas como demonstração de prestígio popular.

Hitler, em seu livro de vida político-guerreira, *Mein Kampf* (Minha Luta) deixou claro o seu pensamento e sua intenção de utilização do esporte com fins políticos.

Dense a la nación alemana seis millones de cuerpos intachablemente entrenados en el aspecto deportivo, todos ellos ardiendo de un amor frenético a la patria y educados en el más elevado espíritu agresivo, y de ser necesario, un Estado nacional los habrá convertido en menos de dos años en un ejército. (Salcedo, 1989:106)

A seleção italiana de futebol, nas disputas pela Copa Mundial de Futebol de 1934, realizada na Itália, fazia a saudação fascista de Mussolini, quando entrava em campo. Cabe ressaltar que essa seleção italiana, ao sagrar-se campeã mundial de futebol, era integrada pelos atletas Monti, Guaita e Orsi, nascidos na Argentina, e de Guarisi e Bertolini, nascidos no Brasil, todos devidamente, naturalizados italianos e treinados na saudação fascista.

Guarisi era conhecido esportivamente, no Brasil, como Filó, forma abreviada de seu prenome Anfilogino, enquanto que Bertolini era conhecido como De Maria, também redução de seu nome Alexandre de Maria.

Benito Mussolini, quando presente às disputas da 2ª Copa Mundial de Futebol, era cumprimentado pelos assistentes com a sua saudação fascista, procurando, assim, atrair para si os louros das conquistas da seleção italiana de futebol.

Mussolini e Hitler festejaram os resultados finais da Copa de 1934, pois as quatro primeiras colocações ficaram com a Itália, Checoslováquia, Alemanha e Áustria, considerados países de raça branca, com os quais mantinham grande relacionamento político e econômico.

Hitler preparou a Olimpíada de 1936, com o intuito de colher frutos políticos e os conseguiu. Anda, pretendia demonstrar ao mundo que, se ele formasse uma elite de atletas, em condições de serem campeões, teria um bom exército.

Na data da abertura dos jogos, em 1º de agosto de 1936, não faltaram, em todos os cantos de Berlim, as vestimentas negras da SS, a gélida e cruelíssima polícia uniformizada dos nazistas. Não faltaram os sobretudos longos dos agentes secretos da Gestapo, a cruelíssima polícia não uniformizada dos nazistas. Suásticas gigantescas ornamentavam a cidade e sufocavam as fachadas dos seus edifícios principais. Nas praças de Berlim, bandas marciais entoavam os hinos prediletos de Hitler. O dirigível Hindenburg pairava, impactante, nos céus nublados daqueles dias, ao mesmo tempo um prazer e um testemunho da eficiência e da onipotência do nazismo. (Lancelotti, 1996:194)

O historiador olímpico continua a sua narrativa, contando:

Um sino de catorze toneladas troou a melodia de Deutschland Über Alles enquanto vinte mil pombos alvíssimos faziam sua revoadada. O grego Sypiridon Luis, campeão da maratona de Atenas, em 1896, pessoalmente entregou a Hitler um ramo de Oliveira colhido nos montes abençoados de Olímpia. Os cem mil espectadores presentes saudaram o ditador, e os atletas visitantes, com o braço estendido na horizontal e os brandos sucessivos de Sieg, Heil, Heil, Hitler. Heil Fuerher! O caudilho pronunciou um rápido discurso e os espectadores se empolgaram com uma bela invenção da propaganda nazista: a entrada no estádio dos últimos integrantes de um revezamento de três mil pessoas que trouxeram, desde a Grécia, a chama sagrada dos jogos. (idem, ibidem:194)

Mas Adolf Hitler teria dissabores e contrariedades com o resultado de algumas provas, especialmente as provas de pista dos 100 aos 800 metros, do salto em distância e altura, vencidas pelos atletas negros dos Estados Unidos, demonstrando, assim, que não existe raça superior uma à outra. Jesse Owens conquistou, sozinho, três medalhas de ouro. Na prova de revezamento 4 x 100, os americanos de origem judaica, Marty Glickmann e Sam Stoller, foram substituídos pelos negros Owens e Ralph Metcalfe.

“O jornal nazista *Der Angriff* publicava todos os dias a relação das provas e excluía todas as medalhas conquistadas por atletas negros”. (Duarte, 1996:57). E Hitler se negava a cumprimentar ou fazer a entrega de medalhas a estes atletas negros.

Os atletas alemães conseguiram o maior número de medalhas dos jogos, sendo 32 de ouro, 26 de prata e 30 de bronze, desbancando os americanos, que vinham conquistando esta supremacia desde 1912. O Ditador Nazista preparava-se para realizar a Copa do Mundo de Futebol de 1942, mas não o conseguiu, por causa da Segunda Guerra Mundial, que ele mesmo fizera deflagrar.

A americana Helen Stephens, considerada a melhor velocista do mundo na época, foi a ganhadora da prova de cem metros para mulheres, com uma vantagem de dois metros sobre a segunda colocada.

“Magnetizado pela sua graça, o ditador Adolf Hitler, intempestivo e grosseiro, convocou-a à sua tribuna, e desabusadamente, convidou-a a acompanhá-lo num final de semana sensual no castelo de Berchtesgoden. Stephens, claro, se recusou”. (Lancelotti, 1996:200)

Em agosto de 1936, após os Jogos Olímpicos de Berlim, o jornalista André Lang, do *Journal de Paris*, realizou uma entrevista com Pierre de Coubertin, provavelmente seu último pronunciamento público, pois faleceria no ano seguinte.

A entrevista era oportuna porque os franceses estavam indignados com o fraco desempenho de seus atletas e a apresentação vitoriosa dos atletas alemães, nos Jogos Olímpicos. Afinal a França fora a sexta classificada no quadro geral de medalhas e já obtivera a terceira colocação em 1924 e 1932 e a primeira em 1900.

Indagado, Coubertin sobre o desfiguramento dos Jogos Olímpicos de Berlim, respondeu com indignação:

O que? Os jogos desfigurados? A aldeia olímpica sacrificada à propaganda? Mas isso é inteiramente falso! O êxito grandioso dos Jogos de Berlim serviu magnificamente o ideal olímpico! Os franceses é que não compreendem ou não querem compreender. É preciso deixar expandir, com toda liberdade, a idéia olímpica, sem temer nem a paixão, nem o excesso, que hão de proporcionar a febre e o entusiasmo necessários. Obrigar os esportes atléticos a um regime de moderação é correr atrás de uma utopia... Não percebo porque se inquietam as pessoas, em França, por terem os Jogos de 1936 sido animados pela força e disciplina hitleriana. (Marreiros, 1992:96)

Por ocasião desta entrevista, Coubertin já morava em Genebra, na Suíça. Na mesma entrevista, Coubertin manifestou sua admiração por Hitler dizendo:

“Um dos maiores espíritos e um dos maiores construtores da atualidade”. (Marreiros, 1992:97). Coubertin não viveu o suficiente para ver a obra devastadora de Hitler.

No entanto, àquela época surgiu na Alemanha um boxeador, da categoria de peso pesado, com as características de grande atleta e grande demolidor nos ringues. Max Schmeling era o seu nome e se constituía em ídolo nacional. Antes da Olimpíada de 36, Schmeling desafiou o americano Joe Louis, campeão do mundo na categoria e de grande renome nos meios esportivos. A luta foi precedida de acirramento do nacionalismo alemão contra a força americana. Max venceu este combate e tornou-se campeão do mundo na categoria de peso-pesado.

A disputa em revanche aconteceu em junho de 1938, no mesmo clima de animosidade, e Joe Louis reconquistou o cinturão de campeão dos pesos-pesados.

Ambos os atletas não participaram das disputas olímpicas, pois, já eram profissionalizados e, em 1936 o título olímpico da categoria ficou com outro alemão, de nome Herbert Runge.

Iniciada a Grande Guerra em primeiro de setembro de 1939, Max Schmeling, o símbolo esportivo alemão, apresentou-se às forças armadas como voluntário, e Hitler alardeava ao mundo inteiro o desprendimento do boxeador campeão, enquanto que os americanos faziam sua propaganda guerreira em cima de Joe Louis, também considerado seu ídolo nacional.

Era o esporte servindo para a motivação cívico-guerreira de dois povos, que se digladiavam nos esportes e vieram a se confrontar no campo das armas.

Mao Tse Dong não esqueceu o fascínio e a compreensão dominadora que os ditadores têm sobre o esporte, ao dizer:

“Es un médio de la lucha revolucionaria”. (Salcedo, 1989:138)

Getulio Vargas, conhecedor do filão de popularidade que o esporte apresentava, cuidou de lançar as bases esportivas brasileiras através dos decretos-leis nº 526/38, 1.212/39 e principalmente o de nº 3.199/41, criando, respectivamente o Conselho Nacional de Cultura, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil e o Conselho Nacional de Desportos, cuja ação era reguladora direta do movimento esportivo brasileiro. Este Conselho existiu até 6 de julho de 1993 quando foi extinto pela Lei Zico.

A Lei nº 3.199/41, diz patrioticamente em seu art. 48 “A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico”.

Álvaro Melo Filho, comentando a atividade dominadora do Conselho Nacional de Desportos, arremata com estas ponderações:

O material colhido, fruto da experiência da legislação desportiva brasileira a partir de 1939, indica que desde a Grécia antiga foi-se intensificando a participação do Estado nas atividades desportivas. Contudo, a estatização do desporto, só admissível em países totalitários, transfundiu-se no Brasil, com o passar do tempo, em estatização velada, sub-reptícia, de certa forma imperceptível, mas tremendamente atuante, agindo como se fosse um polvo, a estender seus tentáculos restritivos da liberdade de associações, interferindo até na economia interna das entidades desportivas, tirando-lhes a autonomia. (Melo Filho, 1995:32)

Em 1970, quando da conquista do Tri-Campeonato Mundial de Futebol, pela seleção brasileira, o povo festejou o feito esportivo, apesar da severidade do regime político vivido no país.

O imenso carnaval que tomou conta do Brasil, em 1970, desafinava com a dura realidade do País. Em plena ditadura, a torcida pisava na bola e fazia o jogo do governo, ao abafar o som dos porões oficiais. Nada é mais manipulável do que a franca euforia do torcedor. Não é conseqüente pedir a quem vibra com uma jogada de Pelé para interromper o seu prazer e protestar contra a cassação de um deputado. Assim foi em 70. A torcida ajudou a pintar em cor-de-rosa a negra imagem do regime. (Gonçalves, 1985:29)

Tal era o Brasil de Emilio Médici (1969-1974).

Uma das imagens mais sólidas e duradouras do presidente Médici é a de torcedor de futebol, rádio de pilha colado ao ouvido'..... 'É o tempo do Brasil, conte comigo'; do 'Ninguém segura este país!'; do 'Pra frente, Brasil, um jingle popularíssimo, relacionado com o futebol; do Brasil: ame-o ou deixe-o. (Couto, 1998:115).

Em 1978, na Copa Mundial de Futebol, disputada na Argentina, foi a vez do Tenente General Jorge Rafael Videla, presidente com poderes ditatoriais no período de 1976 a 1983, até hoje envolvido em nebulosa política, obter louros e desfrutar com título de campeão. A conquista Argentina foi obtida através da classificação por saldo de goals, na classificação final, em detrimento do Brasil, que tinha o mesmo número de pontos mas saldo inferior de gols. O saldo argentino de goals foi conseguido na vitória sobre o Peru por 6 a 0, enquanto que o jogo com o Brasil foi renhido e não saiu do 0 a 0. No entretanto, o fato intrigante é o de Quiroga, arqueiro peruano ser nascido na Argentina e jogar na seleção peruana através de naturalização e ter sofrido seis (6) gols da seleção Argentina, justamente o dobro dos que sofreu contra o Brasil. Os brasileiros se consideraram lesados com a goleada suportada pelos peruanos e se auto proclamaram campeões morais.

Roberto Pompeu de Toledo, a fl. 162 da Revista *Veja*, edição do ano 31, nº

23, de 10 de junho de 1998, sob o título “Não se pode nem torcer em paz”, faz a interligação entre política e esporte, em seu ensaio:

Em 1970, registrou-se um caso extremo. Tão extrema quanto a ruindade do regime era a excelência da seleção. Ó, combinação cruel. Mas mesmo com o país apaziguado, ou mais ou menos apaziguado, como hoje, acomodado aos trilhos da rotina democrática, vive-se assustado com os estragos que o futebol pode projetar na política. Em 1994, as pessoas envolvidas com o planejamento e execução do Plano Real torciam com todas as forças para o Brasil ganhar a Copa. Mesmo aqueles que se interessavam tão pouco por futebol que, como a grã-fina de Nelson Rodrigues, perguntariam, ao entrar num estádio, “Quem é a bola”, mesmo estes se converteram em fanáticos de Romário e viravam os olhos, enternecidos, quando Bebeto fazia seu gesto de embalar bebê. Lembre-se que a nova moeda foi lançada no dia 1º de julho, em pleno curso da Copa dos Estados Unidos. Seria diferente a sorte do real, como expressão monetária, se o Brasil tivesse perdido?

Esta pergunta equívale a uma outra: o futebol tem realmente a influência que se imagina, na política? Talvez a solidez do regime militar continuasse tal e qual se o Brasil tivesse perdido em 1970. Talvez não se alterasse a sorte do real se tivesse perdido em 1994. Mas o fato é que, em 1986, a derrota do Brasil coincidiu com o fracasso do Plano Cruzado e, em 1990 – para ficar nos planos econômicos –, com o desastre do Plano Collor. Pelo sim, pelo não, recomenda-se não desprezar a idéia de que, sendo o regulador por excelência do moral nacional, atirando-se para cima ou para baixo conforme se sucedem as vitórias ou derrotas, o futebol pode facilitar ou dificultar as coisas, para o governo ou a oposição. É por isso que não se pode torcer em paz. Tem-se sempre a impressão de que se está servindo a algo mais, ou a alguém mais, além de à glória da camisa amarelinha.

O jornalista Silvio Barsetti, em “O Estado de São Paulo” edição de 13 de dezembro de 1998, a fls. D6, do Caderno 2, em seu artigo intitulado “Paixão pela bola ligava por instantes vítima e torturador nos anos negros” narra o seguinte episódio:

Um comentário de Médici sobre a eficiência do artilheiro Dario, o Dadá

Maravilha, foi interpretado pelo então técnico da seleção brasileira, João Saldanha, como uma interferência em seu trabalho. Dadá Maravilha era o maior artilheiro do campeonato nacional na época e até hoje declara-se magoado por terem feito ilações entre ele e o então presidente Médici.

Ele escala o ministério e eu escalo a seleção “disse Saldanha, identificado com o PCB. O técnico acabou substituído por Zagallo no comando da seleção meses antes do início da Copa de 70.

Até hoje são discutidas as possibilidades de o presidente Médici ter derrubado João Saldanha do comando da seleção brasileira. No entanto, a verdade histórica é que Saldanha compareceu ao México na condição de comentarista e não de técnico. Quem o teria derrubado do comando da seleção?

Posições político-ideológicas exercem grande influência sobre as práticas desportivas, quer no arregimentamento dos atletas, quer na configuração do resultado esportivo ambicionado.

Aduza-se, por oportuno, que no esquema dos países socialistas a atividade desportiva é contemplada como elemento indissociado da educação integral do cidadão, ao mesmo tempo que sua incorporação na Lei Básica configura-se como instrumento revolucionário, mais ou menos dissimulado e intenso, tornando o sistema desportivo-componente essencial da organização do Estado sujeitando-se, “in totum”, à sua filosofia de vida e doutrina política. Já nas sociedades capitalistas o desporto tem um encaixe perfeito dentro do conjunto de direitos e liberdades que caracterizam o Estado do desenvolvimento e do bem estar, e é, por esta via, que alcança o nível de norma constitucional. (Melo Filho, 1995:24)

Ainda tratando do envolvimento da ideologia estatal com o esporte, M.J. Gomes Tubino oferece seu pensamento dentro de quadro comparativo.

...numa comparação entre a posição do Estado diante do esporte nos países socialistas e capitalistas, pode-se dizer que nos primeiros foi assumido como instrumento revolucionário com implicações internas e externas, enquanto nos Estados Ocidentais o esporte foi apoiado em alguns países mais e outros menos, na perspectiva do consumo para o chamado esporte de rendimento, e como questão de Estado, para o esporte popular, ou do tempo livre de trabalho.

Para concluir esta seção, nada mais apropriado do que o pensamento de Ubirajara Oro, expendido à fl. 62 de seu ensaio, intitulado “Temas de Educação Física à Luz da Reflexão Crítica”, apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina:

“Jogo e Política não são apenas conhecimento. São atitudes, ou melhor, princípios que alimentam atitudes”.

4.3 A Abrangência Econômica nos Esportes

A influência do poder econômico sobre e nos esportes tem suas origens nas pretensões romanas de vencerem as disputas olímpicas, em cada modalidade desportiva. Os romanos eram os dominadores, considerados “senhores do mundo”; deveriam, pois, participar para vencer e vencer sempre, a qualquer custo ou preço.

O Olimpo constituiu a exaltação e a apoteose do atletismo grego, mas as competições agonísticas projetaram-se em halo de crueldades, violências e impulsos mortais, sobretudo nas lutas corporais ou nos golpes de pancrácio. Aristoteles foi sábio ao reconhecer que “a desmedida violência atlética e a carência dos exercícios corporais são igualmente funestas”. A despeito do ritual religioso de que a agonística não se desprende, renunciando à tentativa de converter suas atividades em competições desportivas sujeitas a regras invioláveis de jogo, a grandeza dos atletas teve o sustento da mercancia. (Lyra Filho, 1973:30)

Roma literalmente profissionalizou seus atletas. E quando, assim mesmo, seus atletas não sobrepunham os gregos, Roma tentava subornar os adversários. Apesar dos protestos e das acusações dos gregos, Roma não modificou seu procedimento. Os gregos, enfim, sucumbiram. Inúmeros de seus jovens, pressionados, aceitavam as propostas de Roma e entregavam suas contendas. (Lancelotti, 1996:3)

Em 1894, Coubertin, já acochado pela mercantilização iniciada nos esportes, dizia:

As facilidades podem ser normalmente concedidas aos desportistas desfavorecidos, que não tenham os meios de pagar aos professores e de se privar de uma parte dos seus salários, quando eles treinam ou se deslocam. Porque eles devem ter uma função social para seguir seus trabalhos no escritório, nos campos e na fábrica. As indenizações e os reembolsos dos seus trabalhos não lhes farão ganhar dinheiro "suplementar" e, ainda, continuou "Nós não temos trabalhado, os meus amigos e eu, para fazer dos Jogos Olímpicos um objeto de museu e de cinema, nem para que os interesses mercantis ou eleitorais se apoderem. (Marreiros, 1992:54)

A Carta sobre a Reforma Olímpica, redigida em 1930, por Coubertin, tinha o seguinte início:

O Desporto é acusado de três males: fadiga, contribuição à regressão intelectual e difusão do espírito mercantil e do amor ao dinheiro. Não se pode negar que estes males existam, mas os desportistas não são os responsáveis por isso. Os culpados são: os educadores, o poder público e, secundariamente, os dirigentes das federações e a imprensa. (Marreiros, 1992:77)

Roger Caillois, preocupado com o domínio econômico sobre o desportivo teceu as seguintes considerações, que bem retratam o problema estudado:

En cuanto a los profesionales, boxeadores, ciclistas, jockeys o acots que se ganam la vida en el ring, la pista, el hipódromo o las tablas, y que deben tener el funcionamiento en la faena, en el salario o en la entrada, está claro que no son en esto jugadores, sino hombres de negocios. (Salcedo, 1989:157)

Regras de negociação capitalista foram impostas ao mundo desportivo, reduzindo o espetáculo corporal a uma movimentação financeira, na qual a dignidade da figura humana do atleta se equipara a título comercial de alta rentabilidade.

Sin embargo, desde el punto de vista económico puede observarse que el Comité Olímpico Internacional, la Federación Internacional de Esgrima o de Natación nada difieren de las empresas que explotan el beisbol profesional o el futbol americano de los Estados Unidos de América o las que operan el futbol en Brasil, Argentina, Alemania, España, o Italia, por ejemplo. Pero todavía más, estas organizaciones – nada filantrópicas o altruistas – en su objetivo de lucro en nada separan sus estructuras ni propósitos de cualquier empresa naviera, aérea o de tráfico mercantil. Pero la repercusión de unas y otras en la esfera jurídica sí da lugar a algunas

diferencias al manifestarse las relaciones jurídicas que originan. (Salcedo, 1989:145)

Luigi Volpicelli citado por J. Brohm e reproduzido por Mariano Albor Salcedo, chega a ser contundente na maneira de apreciar o envolvimento do econômico com o esportivo.

El deporte no es ya un juego que representa un fin en sí, es un sector del mundo de los negocios. Se invierten miles de millones en los estadios, los equipamientos, los propios campeones, la administración de las actividades deportivas para atender la importancia de la gestión de otros organismos económicos. (Salcedo, 1989:157)

Nelson Motta, em *Confissões de um Torcedor*, cita, um trecho de Gerhard Vinai (*O Futebol como Ideologia*), onde desponta a preocupação da supremacia do econômico sobre o esportivo:

“Sob a aparência de uma atitude lúdica, se reproduz na realidade o mundo do trabalho e se confirma a racionalidade do capital e as razões do lucro, numa sociedade que faz da exploração do corpo parte de uma economia selvagem”. (Motta, 1998:61)

4.4 O Esporte de Alto Rendimento

A educação do povo e principalmente da juventude precisa do esporte como fim primordial de seu aperfeiçoamento cultural.

O esporte de alto rendimento exige preparo físico em nível de excelência de cada atleta e aregimenta a sociedade de massa para prestigiá-lo e estimulá-lo, em busca de resultados esportivos, e em consequência arrecadar vultosos recursos financeiros.

O desporto nacional, por natureza e finalidades, apresenta-se nas modalidades de educacional, de participação e de rendimento, este último organizado de modo profissional e não profissional.

des

I - O desporto educacional

O desporto educacional, caracterizado por sua designação, atende às práticas desportivas que tenham por finalidade alcançar o desenvolvimento integral do homem, evitando a seletividade e a hipercompetitividade e contribuindo para a sua formação, visando ao exercício da cidadania e prática do lazer.

A Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, tratava do desporto estudantil, dividido em universitário e escolar (art. 26).

A Lei Zico e a Pelé, em seu artigo 3º, cuidam do desporto educacional

Enquanto a lei desportiva se preocupa com a formação da juventude, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação retira a obrigatoriedade destas práticas dos currículos escolares da educação superior. (Lei nº 9.394, de 20.12.1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esqueceu que o desporto é fundamentalmente associativo, principalmente para os universitários: levando seus praticantes ao convívio social, educando-os para a cidadania, formando-os no verdadeiro espírito democrático.

A Lei nº 77/961 da Espanha, ao tratar do esporte como programa educativo, louvou-se na motivação que segue:

La enseñanza y la práctica de la educación física y el deporte es escuela de buenas costumbres, de disciplina, de energética y de salubridad. Es, a la vez, una forma de descanso activo frente al descanso pasivo, generalmente con tendencias viciosas. Es, en fin, la más clara expresión de sanidad preventiva. La doctrina de la Iglesia a este respecto, manifestada por los tres últimos Papas, es verdaderamente aleccionadora. Su Santidad Juan XXIII, en ocasión de los Juegos Olímpicos celebrados en Roma, dejó dicho: "En el deporte pueden, en efecto, encontrar desarrollo las verdaderas y sólidas virtudes cristianas, que la gracia de Dios hace más tarde estables e fructuosas; en el espíritu de disciplina se aprenden e se practican la obediencia, la humanidad, la renuncia, en las relaciones del equipo y la competición, la caridad, el amor de paternidad, el respeto recíproco, la magnanimidad y a veces incluso el perdón; en las firmes leyes del rendimiento físico, la castidad, la modestia, la templanza, la prudencia. (Salcedo, 1989:149)

O esporte é, por excelência, um modelador de personalidade, pois ensina a respeitar o seu concidadão na fase mais elevada de seu ardor e entusiasmo da disputa desportiva.

O vencedor de qualquer prova ou disputa desportivas aprende a ver no seu adversário o elemento necessário à sua vitória. Pois sua ausência impediria a disputa e consequentemente seu resultado. É o caráter social do esporte, quer seja praticado individual, quer coletivamente.

O vencido deverá reconhecer a melhor performance do concorrente, seu vencedor, tributando-lhe suas homenagens e sair estimulado para aprimorar-se melhor, física e tecnicamente melhor e mais eficientemente, para que tenha condições de vencer na próxima disputa.

No esporte há vencedor e vencido, mas nunca poderá haver derrotado, pois suas práticas são repetitivas, e o resultado caracteriza um único momento, aquele da disputa, mas não significa a supremacia absoluta do vencedor, nem a deficiência do vencido.

O esporte educa o homem para a vida e para a sociedade. Tanto o vencedor quanto o vencido têm responsabilidade perante a sociedade e perante o resultado esportivo, em que se molda o caráter do atleta. As mais variadas manifestações de júbilo ante o sucesso esportivo, bem como ante o insucesso, revelam a personalidade do homem, que naquele instante veste o uniforme de atleta.

Perde, pois, a educação nacional um excelente espaço para a formação do indivíduo, e por esta falta encontram-se tantos e tantos atletas, cujos exemplos não são edificantes.

O desporto educacional deverá ser o celeiro de futuros atletas, formados dentro dos princípios de cidadania e da formação ético-cultural.

II - O desporto de participação

O desporto de participação, caracterizado pela voluntariedade de seus

praticantes, tem por finalidade, integrá-los na vida social, na promoção da saúde, educação e na preservação do meio ambiente.

Esta modalidade desportiva praticada de modo voluntário constitui a grande gama dos esportes exercitados nos clubes sociais e comunitários, de forma amadora, por pessoas absorvidas por outras profissões, na maioria das vezes sedentárias.

Os clubes sociais constituem o grande campo esportivo, no qual as pessoas extravasam, através das práticas desportivas, de modo informal, as grandes preocupações diárias. Não são atletas, mas se consideram atletas, quando devidamente uniformizados, defendendo esportivamente a sua grei, formada por amigos de escolas, de bairros, ou de profissões.

Nos clubes comunitários estes praticantes esportivos constituem a gama de atletas, que semelhantemente aos clubes sociais, se dedicam aos esportes, representando seus bairros e grupos de amigos.

A participação desses atletas originários de clubes sociais ou comunitários em competições esportivas próprias ou entre clubes permite a realização da plenitude da vida social da própria entidade ou comunidade.

A prática deste desporto de participação acarreta a promoção da saúde e da educação, através dos exercícios que permitem a desintoxicação das pessoas que passam horas intermináveis em atividades sedentárias, preservando-lhes a saúde.

A lei destina como finalidade do desporto de participação, também, a preservação do meio ambiente. Pretende, pois, a lei, que todo o esportista saiba respeitar e valorizar o meio ambiente, como elementos fundamental para a vida social. Sem a preservação do meio ambiente não há possibilidade de existência e manutenção da via social e esportiva. O meio ambiente é elemento necessário e imprescindível à qualidade da vida humana e animal e, por isso, característico desta manifestação esportiva.

O desporto de participação constitui uma atividade lúdica por excelência, na qual não deverá existir qualquer barreira para a sua prática e despreocupadamente o homem busque a sua realização pessoal e o restabelecimento de seu vigor físico.

Neste desporto não existem regras préestabelecidas para as práticas e competições desportivas, podendo ser utilizadas aquelas consideradas válidas para o desporto de rendimento. No entanto, deverão prevalecer o espírito lúdico e a maneira despreocupada de obtenção de seu resultado.

III - O desporto de rendimento

O desporto de rendimento tem por finalidade a obtenção de resultados esportivos que poderão estar ou não revestidos de interesses econômicos.

Caracteriza-se esta natureza desportiva pela sua prática “segundo normas gerais desta lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais”. A lei citada é a de n. 9.615, de 24 de março de 1998. Não lhe é permitida, na sua prática, a utilização de outras regras diversas das oficiais da modalidade desportiva.

A finalidade de obter resultados constitui a força determinante da prática do desporto de rendimento. Nele, a máxima de competir pela glória da competição não prevalece, levando o atleta a desgastar todas as suas energias no intuito de demonstrar resultados. A meta, o lema do atleta é a vitória e não a participação: vencer e vencer bem, outro resultado não há de interessar. A expressão poderá ter conotação kafkiana, mas corresponde à realidade do desporto de rendimento, cuja característica é o resultado positivo.

Os resultados esportivos obtidos através dessas práticas desportivas constituem a grande motivação dos atletas que participam dessas competições, pois poderão ser-lhes carreadas compensações e vantagens de cunho pecuniário.

O desporto de rendimento poderá revestir-se de modo profissional e de modo não profissional, sendo apresentado este último como semiprofissional e amador.

a) Profissionalismo

O esporte inicialmente praticado como forma de lazer, conseguiu ao longo dos tempos ter sentido cultural e depois desembocou no profissionalismo.

A competitividade nas práticas desportivas propiciou uma conotação exacerbada ao caráter lúdico da disputa. No princípio se praticava o exercício físico

em suas várias modalidades, buscando a simples demonstração de habilidade, apresentando-a como componente do lazer dos assistentes.

Com a rivalidade, nascida naturalmente entre os concorrentes, surge a hipercompetitividade, que exigia e ainda exige, cada vez mais, preparo físico e melhor apuro técnico. Estas exigências tornam-se necessárias para a conquista do laurel de vencedor, as quais demandavam e demandam longas horas e dias intermináveis de treinamento.

Perguntar-se-á: E quem trabalha para garantir a sobrevivência própria e de sua família, como poderia dedicar o tempo necessário ao seu preparo atlético?

O Amateur Athletic Club, apresentava em seu código a seguinte definição de amador: “todo cavalheiro que nunca tenha participado de uma competição pública; que não tenha enfrentado profissionais, por preço ou por dinheiro; e que não seja operário, artesão ou diarista” (Duarte, 1996: 49).

Pierre de Coubertin brigou com todas as suas forças contra a profissionalização dos atletas. Mas, afinal, o patrocínio e a premiação exageradas, já existiam desde as disputas olímpicas da Antigüidade, principalmente depois do domínio romano sobre a Grécia.

Nos tempos modernos, ao final do século passado, a pretensão do povo em manter como vencedores os seus ídolos fez ressurgir a figura do mecenato desportivo. O mecenato desportivo avançou para o investimento financeiro, que não possibilitava somente lauréis de vitória, mas carregava o retorno e, em consequência, o lucro.

Se, para o atleta e o público empolgado, o esporte era uma demonstração de qualidade física, para o investidor era uma forma de atividade negocial, que se apresentava sustentável, rentável e altamente lucrativa.

Passaram, pois, os atletas a depender de seus investidores e a satisfazer-lhes as preferências de lucratividade.

A profissionalização permite o maior empenho do atleta no seu aprimoramento técnico e físico, permitindo o avanço tecnológico e sociológico do esporte.

Qualquer actividade, desde que lícita e apta à satisfação de um interesse credor digno de tutela jurídica, pode constituir objecto de contrato de trabalho, como ensina a doutrina juslaborística. Não existe, na verdade, um numerus clausus de actividades laborais. E deve observar-se, a este propósito, que nenhum insuperável antagonismo existe entre jogo e trabalho, entre desporto e profissão. É certo que, tradicionalmente, o desporto relaciona-se com o ócio, com o tempo livre, surgindo, portanto, como a antítese do trabalho. Todavia, a passagem do desporto recreação para o desporto espetáculo (inclusive mediático), factor de diversão de quem a ele assiste e não de quem o pratica, faz com que o desporto deixe de ser um simples jogo para se converter num trabalho. Como por vezes se diz, “o desportista profissional não joga, trabalha”, assim se desvanecendo a figura do atleta homo ludens e assim emergindo a figura do atleta homo faber. (Amado, 1995:13)

Johan Huizinga, historiador do esporte, sua obra “Homo Ludens”, assim comenta:

La actividad del jugador profesional no es ya la auténtica actitud lúdica, pues están ausentes en ella lo espontáneo y lo despreocupado. El deporte se va alejando cada vez más en la sociedad moderna de la pura esfera del juego, y se va convirtiendo en elemento sui generis. (Salcedo, 1989:156)

Este avanço conduziu a prática desportiva para a obtenção de índices esportivos cada vez mais avançados, geradores de marcas, denominadas “recordes”.

A busca de marcas excepcionais e jamais atingidas se constituem em imposição do investidor desportivo e aspiração do atleta.

Daí a necessidade de treinamentos intermináveis em todas as horas do dia, tendo à disposição uma equipe própria de auxiliares, tais como técnico, preparador físico, massagista, fisioterapeuta, psicólogo, etc.

O atleta profissional resume em si um complexo desportivo, cuja amplitude depende de seu desempenho pessoal e, além de se refletir nas suas conquistas esportivas, repercute na sua conta bancária.

A conta bancária representa, para o atleta profissional, talvez, a sua maior motivação de empenho pessoal e desempenho esportivo.

Mas, o investidor desportivo, em contrapartida, resume, em si, outro complexo, que permite atribuir responsabilidade financeira ao atleta pelo insucesso do espetáculo esportivo.

O complexo de investimentos é constituído de marketing, de rede de informação, através de jornais, rádio e televisão, de todos os tipos de artifícios de publicidade para vender o espetáculo esportivo e, em contrapartida aguardar o resultado financeiro.

Interligado a esse complexo há o verdadeiro comércio esportivo, no qual se vendem todos os equipamentos e materiais destinados à prática de qualquer modalidade desportiva.

Los defensores de la tradición deportiva han considerado que el deporte profesional es una deformación degenerativa del deporte auténtico. Por lo tanto, constituye un mal que es necesario combatir o, al menos, alejar para que no contamine las más puras esencias del deporte que defienden. (Salcedo, 1989:156)

O símbolo olímpico do pensamento esportivo, Barão Pierre de Coubertin, com rara felicidade conseguiu definir o atleta de alto rendimento, criando a pirâmide desportiva, através de sua concepção esportiva, fazendo-o, nos termos seguintes:

Para que cien puedan practicar la cultura física es necesario que cincuenta se dediquen al deporte. Para que cincuenta se dediquen al deporte es necesario que veinte se especialicen en las competencias. Para que veinte se especialicen es necesario que cinco sean capaces de actuaciones asombrosas. (Salcedo, 1989:106)

Assim Coubertin estabelecia a pirâmide desportiva, na qual muitos podem praticar esporte, mas poucos, pouquíssimos poderão ser os grandes campeões, e reconhecidos como atletas de alto rendimento, alvo direto dos grandes patrocinadores esportivos, que esperam através de atuações assombrosas destes atletas auferir elevados rendimentos, ou melhor dizendo, polpudos lucros.

4.5 O Futuro Esportivo

O esporte, na visão e apreciação de Magnane:

“É uma criação perpétua dos homens que o praticam e o organizam e esses homens são, pois, por sua vez, transformados por essa própria criação”. (Cavalcanti, 1984:51)

O futuro esportivo, tal como o futuro de toda a humanidade, carece de uma profunda apreciação de cunho científico, inclusive jurídico, e não somente o aguardo do desenrolar dos acontecimentos no final do século XX.

— Cabe analisar se o futuro esportivo passará por uma ampliação ou redifinição das fronteiras do esporte, em todas as modalidades e tonalidades, inclusive o de alto rendimento e profissionalizado. —

— O esporte nasceu de práticas amadoras que evoluíram para o profissionalismo. Sua profissionalidade, no momento, choca-se com o sentido do mesmo, face à mercantilização imposta às práticas desportivas.

— “Es claro que en el deporte profesional, lo que en primer lugar es profesional — antes que el desportista — es la empresa”. (Salcedo, 1989:145)

A formação jurídica das relações esportivas surgidas com a profissionalização trouxe para o meio esportivo a grande preocupação da conceituação do esporte e do esportista e praticamente o mundo chega ao limiar da nova era secular sem a suficiente e necessária solução.

Talvez falte a preocupação filosófica e sociológica do esporte.

Seria o caso de estudar o sentido do esporte e sua destinação?

O nascimento e posterior desenvolvimento do esporte permitirá que se avance no processo de difusão e popularidade e na definição das modalidades desportivas.

Estudos de investigação histórica poderão revelar inúmeras etapas históricas do esporte. No entanto, três delas são facilmente identificáveis, tais como: o período amador, o período profissional e o período de alto rendimento.

Estes três períodos históricos tem marcas e conotações definidas, mas todas eles prepararam o surgimento do período seguinte.

O século XX terminará com o esporte de alto rendimento na mais elevada das conceituações e prestígio esportivo, os quais estarão servindo de preparação para o futuro desportivo.

A popularidade das práticas desportivas que arrastam milhares de aficcionados aos estádios ou os deixam horas e horas ante os aparelhos transmissores de imagem ou atentos à transmissão das ondas hertzianas; bem como a profissionalização, que transforma os atletas em “*homo oeconomicus*”, e o esporte de alto rendimento, que transmuda os atletas em “robôs”, são marcas do final do século XX.

“En la vida moderna se encuentra, o se cree encontrar, el deporte en todas partes”. (Guillet, 1971: 5)

A humanidade adentra o 3º Milênio com as mesmas características esportivas. No entanto a mudança de comportamento do torcedor aficcionado, do atleta profissional e do praticante do esporte de alto rendimento será consequência lógica e esportiva da mentalidade que a educação universal, em todos os níveis, desde os mais elementares até os mais elevados e sofisticados imprimir à inteligências humana.

Não poderemos prognosticar alterações de comportamento da massa humana obcecada pelo espetáculo esportivo, nem do jovem seduzido pelo dinheiro, às vezes fácil, de sua profissionalização como atleta, e nem, tampouco, do esporte de alto rendimento, que além de ser perseguido por seus praticantes, é admirado economicamente por seus patrocinadores, sem que haja nova postura intelectual da humanidade.

O século XXI será a repetição do século XX, marcando a evolução esportiva, registrando milhões de mortos e inutilizados em guerras fratricidas e registrando a disputa por mercados e produtos, se não houver uma reestruturação política e social da qual resultem alterações humanas no planeta.

Estas mudanças que a “*vox populi*” proclama como necessárias para a sobrevivência do homem, como animal intelectual, depende da educação e principalmente das lideranças em todos os sentidos, tais como políticas, religiosas, econômicas e também esportivas.

O esporte no século XXI continuará refletindo a sociedade que o aplaude e apupa, que aceita a profissionalização escravagista e que admira os resultados financeiros embolsados pelos investidores esportivos.

Nada mudará no esporte do século XXI se não mudar a feição da sociedade..., pois o esporte continuará sendo um dado cultural ou seja uma criação do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O estudo apresentado acima pretende do ponto de vista social, pedagógico e jurídico oferecer uma visão generalizada do esporte, demonstrando sua concepção inicial e atual, bem como seu aspecto amador e profissional, além de sua crise denunciadora da exploração do rendimento máximo dos atletas.

No entanto, ante a perspectiva filosófico-jurídica, se exige uma análise mais extensa e profunda do que seja este ramo da atividade humana, envolvido num fenômeno normativo que abrange relações sociais derivadas de práticas desportivas.

O esporte forma um sistema social, no qual é importante o estudo da norma jurídica que permite e reconhece a consecução de suas finalidades como ato decorrente de ações humanas livremente exercidas.

Es una verdad común que el derecho es ante todo un conjunto de normas jurídicas, aunque el derecho no sea sólo norma en un sentido estricto. El derecho, como establece el artículo 1 de nuestro Código Civil, está compuesto también por la costumbre y los principios generales del derecho. En otro sentido, tampoco el derecho es sólo un conjunto de normas, en cuanto que derecho puede ser también los acuerdos entre particulares (contratos) o las decisiones (sentencias) de órganos especializados en la aplicación de las normas. Sin embargo, es evidente que el sentido más común de derecho es el de norma jurídica. (Calera, 1997:77)

Calera se refere ao Código Civil Espanhol. No entanto, a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, em seu artigo 4 , autoriza o juiz, ante a omissão da Lei (norma escrita) a utilizar “a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Las normas jurídicas no existen aisladas, sino forman conjuntos ordenados y sistemáticos: son los ordenamientos jurídicos. Desde un punto de vista descriptivo, el ordenamiento jurídico es simplemente el conjunto ordenado de normas jurídicas vigentes en un Estado. (Calera, 1997:90)

As normas esportivas que caracterizam e possibilitam a prática de qualquer modalidade desportiva formam um ordenamento jurídico, que dispendo de objeto próprio, permite o reconhecimento de um ramo específico da Ciência Jurídica, reconhecido como Direito Desportivo.

“Hoy el derecho, como realidad social, no puede entenderse correctamente sin tener en cuenta lo que son y lo que significan los ordenamientos jurídicos” (Calera, 1997:91).

O esporte, tido como componente social e manifestação cultural, dispõe de um complexo de princípios que permitem a sua identificação e distinção dentre as diversas modalidades desportivas praticadas, pois cada qual dispõe de elementos identificadores próprios. Este complexo de princípios constitui fonte formadora de uma ramificação própria da Ciência Jurídica, que se apresenta sob a titulação de Direito Desportivo.

A grande árvore do Direito já abriga ramos tradicionais desta Ciência social, tais como o Direito Romano, o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Comercial, o Direito Administrativo, o Direito Internacional Privado e Público, o Direito Canônico, mais tarde o Direito do Trabalho, o Direito Diplomático. Atualmente ela acolhe muitas especificações da vida moderna, cuja enumeração é vasta e grandiosa, tais como: o Direito Previdenciário, o Direito Eleitoral, o Direito Ambiental, o Direito Agrário, o Direito da Mineração, os quais procuram, com objetivos e conceitos próprios, proteger o leque de interesses e pretensões do homem, como ente intelectual e globalizado.

Dentro desta gama multifacetada de direitos, juridicamente ordenados, para atender as necessidades humanas e assim responder às exigências impostas pela vida social, também aflora o Direito Desportivo, que dá cobertura aos exercícios físicos

praticados pelo homem segundo normas específicas e identificadoras de suas manifestações.

O Direito Desportivo não é autônomo e independente da estrutura jurídica apresentada pela grande árvore do Direito, pois recolhe em cada um dos ramos, a seiva necessária para a sua formação.

A constituição, funcionamento, administração e fiscalização das sociedades desportivas ocorre na forma estabelecida pelo Código Civil, assim como também os princípios gerais aplicados sobre os contratos.

Do Direito Penal, a vida esportiva colhe a estrutura aplicada à Justiça Desportiva e a textura jurídica para apreciação e julgamento das infrações cometidas por atletas durante as competições e pelos dirigentes e pessoal técnico no trato específico do esporte.

Se as sociedades desportivas vierem a se revestir da estrutura mercantil, a sua constituição, funcionamento, administração e fiscalização ficam sujeitas às normas ditadas pelo Direito Comercial.

O Direito Administrativo responde pela interação que ocorre entre as entidades desportivas, quer civis quer comerciais, na condição de pessoas jurídicas de direito privado com os organismos governamentais, na condição de pessoas jurídicas de direito público.

O relacionamento entre atletas e assistentes técnicos, bem como a vinculação contratual livremente estabelecida, são respaldados por critérios do Direito do Trabalho, desde que não haja normas específicas. A proteção ao trabalhador desportivo é regulada pelo Direito Previdenciário.

O caráter globalizante do Direito Desportivo, reveste-o com características próprias de Direito Internacional, quer seja público, quer seja privado.

O relacionamento internacional dos dirigentes desportivos, principalmente daqueles que respondem por entidades internacionais se respalda em princípios de

Direito Diplomático. Muitos atletas também recebem esta proteção quando necessitam de passaportes especiais para participarem de competições, cuja realização ocorra em país, cujo relacionamento político e diplomático com o seu país de origem seja inexistente. O esporte, tem, pois, o condão de fugir as limitações político-burocráticas que muitos Estados impõem a seus cidadãos.

O Direito Desportivo teria caráter público ou privado?

El derecho público tiene como protagonista principal ao Estado y como objetivo fundamental el interés público. El derecho privado ordena, en cambio, las relaciones de los sujetos privados en relación a intereses particulares o privados. (Calera, 1997:81)

O Direito Desportivo encontra seu fundamento na prática das atividades desportivas exercidas, individual ou coletivamente, pelo cidadão, advindo daí sua conotação de Direito Privado. No entanto, a macroestrutura esportiva é exercida pelo Estado, resultando daí sua conotação de Direito Público.

Ser de Direito Público ou Direito Privado não afeta a conceituação do Direito Desportivo, o qual se consolida, em bases privadas, quando trata do atleta e da competição, sendo um, sujeito do direito, e outro, ato jurídico. Mas também se consolida em bases públicas, quando recebe a sua configuração específica ditada pela norma pronunciada pela autoridade estatal. É, pois, o Direito Desportivo o resultado híbrido da conjugação e superposição mútua das forças privadas e públicas do Direito. Dizê-lo privado, seria excluir de sua grandeza a força governamental que impulsiona o esporte, dizê-lo público, seria desprezar a vitalidade que brota espontaneamente do povo que prática eventualmente ou por força de relação contratual, a sua modalidade esportiva preferida.

Assim, o Direito Desportivo se apresenta mesclado de interesses privados e de proteções públicas. É híbrido, mas dentro dessa dupla personalidade e fugindo à rigidez e inflexibilidade dos padrões clássicos e tradicionais do corporativismo

jurídico, o Direito Desportivo revela a sua missão de ordem político governamental, derivada do condicionamento social e da manifestação cultural.

O Direito Desportivo resulta de uma experiência social que conquistou ampla aceitação da sociedade, quer como manifestação cultural, quer como demonstração humana de agilidade, força e destreza, e estabeleceu seus próprios princípios normativos e disciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, João Leal. **Contrato de trabalho desportivo**. Coimbra: Coimbra, 1995.

ANDRÉ, Géo e Debaye, Roger. **Atletismo**. In: Enciclopédia Delta Larousse. Tradução por Inezil Penna v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p. 7595-7622.

ARISTÓTELES. **A política**. Organizada por G. D. Leoni e Paulo B. Teixeira. 6. ed. Tradução por Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Atena, 1960.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos contratos internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1994.

BARSETTI, Sílvio. **Paixão pela bola ligava por instantes vítima e torturador nos anos negros**. In: O Estado de São Paulo. São Paulo, 13 dez. 1998, caderno 2, p D6.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 21. ed. In: Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942**. Aprova o regimento do Conselho Nacional de Desportos. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 17 abr. 1942.

_____. **Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977**. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos. Brasília. Diário Oficial da União, ago, 1977.

_____. **Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993.** Regulamenta a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desportos. Brasília Diário Oficial da União, nov. 1993 .

_____. **Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998.** Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Brasília. Diário Oficial da União, abr. 1998.

_____. **Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938.** Institui o Conselho Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 jul.1938.

_____. **Decreto-Lei nº 527, de 1º de julho de 1938.** Institui o Conselho Nacional de Cultura. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 5 jul.1938.

_____. **Decreto-Lei nº 1.212, de 7 de abril de 1939.** Cria na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 8 abr. 1939.

_____. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 16 abr.1941.

_____. **Decreto-Lei nº 19.425, de 14 de agosto de 1945.** Aprova o regimento do Conselho Nacional de Desportos. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 15 ago 1945.

_____. **Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975.** Institui normas gerais sobre desportos. Brasília. Diário Oficial da União, 9 out. 1975.

_____. **Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.** Institui normas gerais sobre deportes. Brasília. Diário Oficial da União, 7 jul. 1993.

_____. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto. Brasília. Diário Oficial da União, 25 mar.1998.

BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto e humanismo: O campo do possível.** Rio de Janeiro, Eduerj, 1998.

BRUNORO, José Carlos e AFIF, Antônio. **Futebol 100% profissional.** São Paulo: Gente, 1997.

- BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Tradução por Donaldson Magalhães Garschagen. 28. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- CALDAS AULETE. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Ed. Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- CALERA, Nicolás María López. **Filosofía Del Derecho**. Granada: Comares, 1997.
- CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CARVALHO, Astério Dardeau. **Comentários à leis sobre desportos**. Rio de Janeiro: Destaque, 1996.
- CASTRO, J. Almeida. **Histórias da bola: 135 anos da história do futebol**. São Paulo: Edipromo, 1998.
- CAVALCANTI, Katia Brandão. **Esporte para todos**. São Paulo: Ibrasa, 1984.
- CHESAL, René. **Ciclismo**. Tradução por Augusto Maurette. In: Enciclopédia Delta Larousse. v.14. Rio de Janeiro: Delta, 1960, p. 7655-7659.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras oficiais de atletismo**. Rio de Janeiro: Palestra, 1989.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUÁTICOS. **Regras oficiais de natação**. Rio de Janeiro: Palestra, 1988.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBAL. **Regras oficiais de basquetebol**. Rio de Janeiro: Palestra, 1989.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Regras oficiais de futebol**. Rio de Janeiro: Palestra, 1989.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO. **Regras oficiais de futebol de salão**. Rio de Janeiro: Palestra, 1987.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras oficiais de handebol**. Rio de Janeiro: Palestra, 1989.

- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLLEY-BALL. **Regras oficiais de voleibol**. Rio de Janeiro: Palestra, 1989.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DELTA LAROUSSE, Enciclopédia. 15 volumes. Rio de Janeiro: Delta, 1960.
- DUARTE, Marcelo. **Esportes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- FEDERAÇÃO CARIOCA DE FUTEBOL. **Anais do Iº Congresso Brasileiro de Justiça Desportiva**. 1965. Rio de Janeiro: Edivipa, 1969.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL. **Coletânea legislativa**. Porto Alegre: 1973.
- FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL. **Estatutos**. Florianópolis: 1981.
- FRANCISCON, Mario. **Futebol: Regras e legislação comentadas**. 13. ed. São Paulo: M. Franciscon, 1988.
- FRANCO, Jean. **Alpinismo**. Tradução por Maurette Augusto. In: Enciclopédia Delta Larousse. v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p. 7588-7594.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- GODOI, Ivan Carlos e Cardoso, Gilberto Santos. **Futebol: Assim iniciaram suas regras**. In: Sprint – Revista Técnica de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro: Sprint, ano V, n. 1, jan/fev 1986: 36
- GONÇALVES, José Esmeraldo. Futebol e Poder. In: **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRIFI, Giampiero. **História da educação física e do esporte**. Tradução por Ana Maria Bianchi. Porto Alegre: Sagra, {ca.1980}.
- GUILLET, Bernard. **História del deporte**. Barcelona: Oikustau, 1971.
- HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ISTO É. São Paulo. Grupo de Comunicação Três A. Semanal.n.1479, 04 fev.1998, p.63.

KLEIN, Marco Aurélio e AUDININO, Sergio Alfredo. **O almanaque do futebol brasileiro 97/98**. São Paulo: Escala, 1998.

KRIEGER, Marçilio. **Código brasileiro disciplinar do futebol anotado e legislação complementar**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1996.

_____. **Comentários ao código brasileiro disciplinar de futebol**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

KUNS, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijui, 1994.

LANCELOTTI, Sílvio. **Olimpíada 100 anos: História completa dos jogos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

LARDIES, Miguel. **Coletânea de leis e regulamentos dos desportos**. 6. ed. LYRA Porto Alegre: Sulina, 1971.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1985.

LIGA PARAGUAYA DE FÚTBOL. **Estatutos**. Asunción: 1997.

LYRA Filho, João. **Introdução à sociologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

MARINHO, Inezil Penna. **Automobilismo**: Enciclopédia Delta Larousse. v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. 7623-7625.

_____. **Motociclismo**. Idem, ibidem, 7626.

_____. **Boxe**. Idem, ibidem, 7639-7643.

_____. **Pólo Aquático**. Idem, ibidem, 7672.

_____. **Vela**. idem, ibidem, 7684-7692.

_____. **Futebol.** Idem, ibidem, 7710-7713.

_____. **Futebol de Salão.** idem, ibidem, 7729-7730.

_____. **Golfe.** idem, ibidem, 7757-7758.

_____. **Handebol.** idem, ibidem, 7761-7762.

_____. **Hipismo.** idem, ibidem, 7763-7766.

_____. **Introdução à educação física e desportos.** Idem, ibidem, 7586-7587.

MARREIROS, João. **Jogos olímpicos e olimpismo.** 2. ed. Torres Novas: Almondina, 1992.

MÉDICI, Octávio. **Direito comercial – direito empresarial mercantil.** Bauru: Jalovi, 1977.

MELO Filho, Álvaro. **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira.** São Paulo: Malheiros, 1995.

_____. **Lei Pelé: Comentários à Lei n. 9.615/98.** Brasília: Jurídica, 1998.

_____. **Desporto na nova constituição.** Porto Alegre: Fabris, 1990.

_____. **Bases normativas para o desporto brasileiro.** Nomos - Revista do Curso de Mestrado de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, n. 9/10, 1990/91. p. 35-47, jan./dez.

_____. **Direito desportivo: Campo de Atuação e Autonomia.** Revista do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, n. XXI, 1980. p.113-126, jul./dez.

_____. **Dimensões jurídicas da autonomia desportiva na constituição de 1988.** idem, ibidem, n. 7/8, 1988/1989. p. 133-146.

_____. **História da legislação desportiva.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, n. XXXIII/I, 1992/1993. p. 153-165.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Fundamentos da política jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1994.

_____. **Temas atuais de política do direito**. Porto Alegre: Fabris, 1998.

MENDES, Luiz. **As táticas do futebol**. Rio de Janeiro: Tecnoprint: 1979.

MICHELET, Marie Madeleine. **Remo**. Tradução por Maurette Augusto. In: Enciclopédia Delta Larousse. v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p. 7676-7678.

_____. **Desportos de inverno**. Tradução por Inezil Penna Marinho. Idem, ibidem, 7693-7706.

MILLIS, John R. **Charles William Miller**. São Paulo: Editorial Support, 1996.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Normas básicas sobre desportos**. Rio de Janeiro: Palestra, 1978.

_____. **Normas básicas sobre desportos**. idem, ibidem, 1981.

MUYLAERT, Roberto (Diretor). **França 98**. Revista Oficial da XVI Copa. Edição Brasileira. São Paulo: RMC Comunicação, 1998.

NERO, Marco Polo Del. **Justiça Desportiva**. In.: Revista Literária de Direito. São Paulo. mai/jun 1997.

NUNES, Inácio. **Lei Pelé, comentada e comparada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

ORO, Ubirajara. **Temas de Educação Física à luz da reflexão política**. Monografia (Especialização em Filosofia Política). Curso de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

PARKS, Janet B. e ZANGER, Beverly R.K. **Gestión deportiva**. Barcelona: Martínez Roca, 1993.

- PENNA, Leonam. **Dicionário popular de futebol: o ABC das arquibancadas**. Ed. ver e at por Carlos Leonam e Manoela Penna. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- PERRY, Valed. **Futebol e legislação**. Rio de Janeiro: Vitória, 1973.
- RAMALHO, Márcio. **Futebol é bola na rede**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- RIERA, Joan e Cruz, Jaume. **Psicología del deporte**. Barcelona: Martinez Roca, 1991.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1979.
- SALCEDO, Mariano Albor. **Deporte y derecho**. México: Trillas, 1989.
- SANTOS, Ernesto dos. **Basquetebol**. In: Enciclopédia Delta Larousse. v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p.7627-7638.
- SANTOS, Joel Rufino. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SAUR, Érica. **Ginástica**. In: Enciclopédia Delta Larousse. v.14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p. 7731-7751.
- SERGIO, Manuel. **A pergunta filosófica e o desporto**. Lisboa: Compendium, 1991.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **Não se pode torcer em paz**. In: Revista Veja, ano 31, n. 23, 10 jun 1998: 162.
- TUBINO, M.J.Gomes. **Esporte e cultura física**. São Paulo: Ibrasa, 1992.
- VARADY, Carlos Eugênio. **Natação**. In: Enciclopédia Delta Larousse. v. 14. Rio de Janeiro: Delta, 1960. p. 7664-7672.
- VARGAS, Ângelo Luiz. **Desporto: Fenômeno social**. Rio de Janeiro: Sprint. 1995.
- VEJA. São Paulo. 1968. Semanal. N. 30, 29 jul. 1998, p. 33.

VIANA, Eduardo. **O poder no esporte**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994..

ANEXOS

ANEXO 1
COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL
DE DESPORTOS DECRETO Nº 9.267, DE 16 DE ABRIL DE 1942.

O Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942 aprovou o Regimento do Conselho Nacional de Desportos. No artigo 10 do referido decreto estão enumerados os 28 itens que estabelecem a competência do Conselho Maior do esporte Brasileiro, referidos a fl.

Art. 10. É competência do Conselho Nacional de Desportos:

1. Estudar as matérias relativas à organização desportiva do país e propor ao Ministro da Educação e Saude as medidas legislativas ou administrativas à mesma referentes.
2. Superintender a prática de todas as atividades desportivas realizadas no país, assistido pelos órgãos especializados do Ministério da Educação e Saude e com a cooperação dos Conselhos regionais de desportos.
3. Federal assegurar disciplina constante, administração correta e funcionamento regular.
4. Estimular as entidades de caráter amadorista, com os recursos de que dispuser o Ministério da Educação e Saude, e adotar, por todos os meios, medidas de rigorosa vigilância sobre o profissionalismo.
5. Promover a organização do cadastro do movimento desportivo do país.
6. Promover, quinquenalmente, a realização do Congresso Nacional de Desportos.
7. Opinar sobre a concessão de subvenções do Governo Federal às entidades desportivas.

8. Coordenar a ação dos conselhos regionais de desportos, aprovar o projeto de seus regimentos e fiscalizar o cumprimento.

9. Amparar, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento das associações desportivas de não considerável expressão, e definir-lhes o sistema peculiar de administração.

10. Articular providências que assegurem a defesa e o desenvolvimento das associações dos desportos universitários, e de associações que se constituírem na Marinha, no Exército ou entre as forças policiais, respeitada a legislação respectiva.

11. Sugerir ao Ministro da Educação e Saúde as providências de interesse público referentes às publicações de qualquer gênero que se refiram aos desportos nacionais, afim de serem apreciadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, quanto à matéria de sua competência.

12. Aprovar os estatutos iniciais de cada confederação ou federação, e bem assim as suas sucessivas reformas, submetendo o seu parecer à homologação do Ministro da Educação e Saúde.

13. Praticar qualquer ato necessário à boa execução do decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, e expedir as instruções que lhe parecerem para isso necessárias.

14. Autorizar a participação de delegações nacionais em competição internacional, e fiscalizar a organização das mesmas.

15. Requisitar, a quem de direito, funcionário ou extranumerário, sem prejuízo das vantagens de seu cargo ou função, para participar de competição desportiva internacional de amadores, dentro ou fora do país, mediante parecer do Ministro da Educação e Saúde e autorização do Presidente da República, bem como, para o mesmo fim, autorizar a requisição de empregado em serviço particular, mediante solicitação feita pela confederação interessada.

16. Requisitar qualquer praça de desportos, pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, e bem assim às desportivas, sem reserva de direitos dos respectivos

quadros sociais, quando deva ser utilizada em competição internacional.

17. Proibir a realização de competições desportivas incompatíveis com o interesse público e orientar a organização dos calendários desportivos, mediante indicações de carácter geral.

18. Vedar a realização de qualquer exibição pública, sem carácter rigorosamente gratuito, promovida por entidade desportiva que não lhe seja direta ou indiretamente vinculada

19. Sugerir às autoridades competentes da União, dos Estados e dos Municípios as medidas que possam facilitar a edificação de praças de desportos, por iniciativa particular ou custeadas pelos cofres públicos.

20. Intervir, por meio de agente da sua escolha, em qualquer entidade desportiva que, comprovadamente, se tenha afastado dos princípios inscritos na legislação desportiva do país.

21. Julgar, em grau de recurso as decisões que qualquer confederação submeter ao seu pronunciamento e deferir-lhe competência para funcionar, em última instância, nos processos referentes a assunto das atividades desportivas que lhe sejam próprias, sem prejuízo do direito de revisão, quando estiver em causa a falta de cumprimento de qualquer disposição legal ou de recomendação que houver expedido.

22. Indicar, pelo prazo de um ano, um membro de cada conselho regional de desportos, não sendo vedada a recondução.

23. Autorizar a participação de estrangeiros na administração das entidades desportivas, mediante informação da confederação a que estiverem filiadas por maior número de desportos.

24. Promover a instalação de inquéritos, constituir as respectivas juntas e designar comissões incumbidas do estudo de assuntos especializados, dependentes da sua decisão.

25. Delegar poder a qualquer dos seus membros.

26. Atribuir aos conselhos regionais de deportes, quando julgar conveniente, a verificação e correção dos atos praticados por qualquer entidade desportiva, com a colaboração das confederações.

27. Expedir às confederações recomendações referentes à prática da medicina desportiva, ouvidos os órgãos do Ministério da Educação e Saúde.

28. Propor ao Ministro da Educação e Saúde qualquer alteração deste regimento.

ANEXO 2
ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA
DO CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

DECRETO Nº 19.425, DE 14 DE AGOSTO DE 1945.

O Decreto n.º 19.425, de 14 de agosto de 1945 aprovou o novo Regimento do Conselho Nacional de Desportos, revogando o anterior. O artigo 6º das novas disposições regimentais, através de 34 itens, estabelece a competência do Conselho Desportivo referidos a fl.

Art. 6º - Ao Conselho Nacional de Desportos compete:

I - estudar as matérias relativas à organização desportiva do país e propor ao Ministro da Educação e Saúde as medidas legislativas ou administrativas à mesma referente;

II - orientar, a prática de todas as atividades desportivas realizadas no país, assistido pelos órgãos especializados do Ministério da Educação e Saúde e com a cooperação dos Conselhos Regionais de Desportos;

III - expedir, anualmente, alvarás de licença para funcionamento das entidades desportivas;

IV - vigilar o funcionamento das entidades desportivas, afim de lhes assegurar disciplina constante, administração correta e funcionamento regular;

V - estimular as entidades de carácter amadorista, com os recursos de que dispuser o Ministério da Educação e Saúde;

VI - adotar medidas de rigorosa vigilância sobre o profissionalismo desportivo, com o objetivo de mantê-lo dentro dos princípios de estrita moralidade;

VII - promover a organização do cadastro do movimento desportivo;

VIII - promover, quinquenalmente, a realização do Congresso Nacional de Desportos;

IX - opinar sobre a concessão de favores e subvenções do Governo Federal às entidades desportivas;

X - coordenar a ação dos conselhos regionais de desportos, opinando a respeito de projeto dos regimentos desses órgãos;

XI - amparar, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento das associações desportivas de não considerável expressão, e definir-lhes o sistema peculiar de administração;

XII - articular providências que assegurem a defesa e o desenvolvimento dos desportos universitários e de associações desportivas que se constituírem na Marinha, no Exército e na Aeronáutica ou entre as forças policiais, respeitada a legislação respectiva;

XIII - sugerir ao Ministro da Educação e Saúde as providências de interesse público referentes às publicações de qualquer gênero, que se refiram aos desportos nacionais;

XIV - aprovar os estatutos iniciais de cada confederação ou federação, e, bem assim, as suas sucessivas reformas, submetendo o seu parecer à homologação do Ministro da Educação e Saúde, bem como os das demais entidades desportivas de ação nacional;

XV - praticar qualquer ato necessário à boa execução dos Decretos-leis nºs 3 199 e 7 674, de 14 de abril de 1 941 e 25 de julho de 1 945, respectivamente, e expedir as instruções que lhe parecerem a isso convenientes;

O Decreto-lei nº 7.674/45 dispunha sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelecia medidas de proteção financeira aos desportos.

XVI - autorizar a participação de delegações nacionais em competição internacional e fiscalizar a organização das mesmas;

XVII - requisitar, mediante prévia autorização do Presidente da República, à autoridade competente, qualquer servidor, sem prejuízo das vantagens do cargo ou função, para participar de competição desportiva internacional de amadores, dentro ou fora do país;

XVIII - requisitar, para fim idêntico ao do item anterior, empregados de serviço particular, mediante indenização, ao empregador, do dispêndio correspondente ao salário vencido pelo empregado requisitado, feita pela confederação interessada e sem prejuízo do empregado;

XIX - requisitar, para a realização de competição internacional no país, qualquer praça de desportos pertencentes à União, aos Estados, aos Territórios ou aos Municípios, e bem assim às entidades desportivas que lhe sejam diretamente ou indiretamente filiadas, sem reserva de direitos dos quadros sociais;

XX - proibir a realização de qualquer exibição pública, sem caráter rigorosamente gratuito, promovida por entidade desportiva que não lhe seja direta ou indiretamente vinculada;

XXI - vedar a realização de competições desportivas incompatíveis com o interesse público e orientar a organização dos calendários desportivos;

XXII - sugerir às autoridades competentes da União, dos Estados, dos Territórios e dos municípios, as medidas que possam facilitar a edificação de praças de desportos, por iniciativa particular ou custeada pelos cofres públicos;

XXIII - julgar, em grau de recurso, as decisões que qualquer confederação submeter ao seu pronunciamento e deferir-lhe competência para funcionar, em última instância, nos processos referentes a assunto das atividades desportivas que lhe sejam próprias, sem prejuízo do direito de revisão, quando estiver em causa a falta de cumprimento de qualquer disposição legal ou de recomendação que houver expedido;

XXIV - autorizar a participação de estrangeiros na administração das entidades desportivas;

XXV - promover a instauração de inquéritos e constituir as respectivas juntas;

XXVI - designar comissões incumbidas do estudo de assuntos especializados dependentes de sua decisão;

XXVII - atribuir aos conselhos regionais de desportos, quando julgar conveniente, a verificação e correção dos atos praticados por entidade desportiva, com a colaboração das confederações;

XXVIII - expedir às confederações recomendações referentes à prática da medicina desportiva, ouvidos os órgãos técnicos do Ministério da Educação e da Saúde;

XXIX - programar jogos e demais competições e provas desportivas, no Distrito Federal e deferir essa atribuição aos conselhos regionais de desportos, nos Estados e Territórios, de acordo com as instruções que expedir, nos termos do art. 10 do Decreto-lei nº 5.342, de 25 de março de 1943;

XXX - baixar recomendações que, sem prejuízo das demais disposições legais, regulem as relações contratuais entre as entidades desportivas e os atletas profissionais ou auxiliares especializados;

XXXI - delegar poderes especiais aos conselhos regionais de desportos para desempenharem, dentro da respectiva jurisdição, função atribuída à sua competência;

XXXII - impor penalidade, nos termos do artigo 12 e 13 do Decreto-lei nº 5.342, de 25 de março de 1943;

XXXIII - requisitar o auxílio da autoridade policial, para fazer respeitados os seus atos disciplina desportiva, nos termos do parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei n. 5.342, de 25 de março de 1943;

XXXIV - propor ao Ministro da Educação e Saúde qualquer alteração deste Regimento.

ANEXO 3
NOVA COMPETÊNCIA DO
CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

LEI N º 6.251, DE 8 DE OUTUBRO DE 1975

A Lei n º 6.251, de 8 de outubro de 1975 institui as normas gerais sobre os desportos.

O artigo 42 enumera a competência do Conselho:

I - opinar, quando consultado pelo Ministro da Educação e Cultura, sobre a Política Nacional de Educação Física e Desportos;

II - estudar, propor e promover medidas que tenham por objetivo assegurar conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do País;

III - propor ao Ministro da Educação e Cultura a expedição de normas referentes à manutenção da ordem desportiva e à organização da justiça e disciplina desportivas;

IV - editar normas complementares sobre desportos, inclusive o desporto profissional, observadas, quanto a estes, as normas especiais de proteção de tais atividades;

V - editar normas disciplinadoras dos estatutos das entidades integrantes do Sistema Desportivo Nacional;

VI - decidir quanto à participação de delegações desportivas nacionais em competições internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, bem como fiscalizar a sua constituição e desempenho;

VII - editar normas gerais sobre transferência de atletas amadores e profissionais, observadas as determinações das entidades internacionais de direção dos desportos;

VIII - coordenar a elaboração do calendário desportivo nacional:

IX - baixar normas referentes ao regime econômico e financeiro das entidades desportivas, inclusive no que diz respeito aos atos administrativos;

X - disciplinar a participação de qualquer entidade desportiva brasileira em competições internacionais;

XI - baixar instruções que orientem a execução da presente lei e do seu regulamento pelas entidades desportivas;

XII - praticar os demais atos que lhe são atribuídos por esta Lei.

ANEXO 4

PRINCÍPIOS DISCIPLINARES DE 1942

A Resolução de 4 de novembro de 1942 do Conselho Nacional de Desportos estabeleceu as normas relativas à disciplina nos espetáculos de futebol, determinou que cada federação estadual e do Distrito Federal de futebol elaborasse “imediatamente” seu código disciplinar, criasse o respectivo Tribunal de Penas e elencou os princípios disciplinares, os quais constituíram o artigo 33 e estão transcritos a seguir:

a) Para que seja punível uma agressão cometida em praça de desportos por qualquer das pessoas físicas mencionada no item 30, bastará que tal fato tenha sido comunicado ao Tribunal de Penas por dois dos delegados referidos no item 15. Caso se trate de atleta participante de uma competição, a pena, na reincidência, não será inferior à de suspensão por trinta dias.

b) A lesão, por efeito de jogada brusca e proibida, que obrigue a vítima a não prosseguir na disputa de uma competição, sujeitará o atleta responsável à pena de suspensão por três jogos, no mínimo, além de expulsão.

c) Serão motivos de punição do atleta a provocação por palavra ou fato, a ofensa ou insulto, o jogo brusco e proibido, as exclamações insólitas, as atitudes intempestivas ou acintosas, que expressem falta de respeito ao público, às autoridades, aos companheiros de quadro ou aos adversários, assim como quaisquer atos que sejam causa de indisciplina e insubordinação ou insolência, cumprindo ao Tribunal de Penas aplicar as sanções de que for o árbitro passível, se este não reprimir disciplinarmente o atleta faltoso.

d) Será motivo de eliminação do atleta a participação ou cumplicidade em tentativa de suborno destinado a causar, promover ou facilitar a derrota de um quadro bem como o fato de ter conhecimento da tentativa e não denunciá-la imediatamente.

e) Será punível o árbitro que agir de má fé ou que revelar incapacidade, no exercício da função, sobretudo em competição entre associações de primeira categoria

da divisão extra; neste caso, o árbitro deverá descer de classificação e, se auferir salário ou ordenado, deixará de recebê-lo, a partir da imposição da pena.

f) O árbitro ou juiz de linha que prestar informações ambíguas ou tendenciosas à autoridade desportiva, quebrar o sigilo de documento, publicar informações reservadas ao conhecimento da federação, apreciar ocorrências referentes ao exercício da sua função. À revelia da autoridade e sem autorização desta, permanecer no hall ou ante-salas da referida federação, mais do que tempo necessário de diligências ou obrigação, sujeitar-se-á à advertência e, se reincidir, à suspensão.

g) A agressão cometida por um árbitro ou juiz de linha no exercício de sua função ou em consequência de atos ou fatos decorrentes do mesmo exercício, a manifestação de indisciplina, desacato ou desconsideração a qualquer autoridade da federação ou de poder ou órgão desportivo a que deva esta obediência, dará causa à imposição de pena.

h) O código estenderá aos árbitros, juiz de linha, técnicos, preparadores, massagistas ou qualquer outros auxiliares desportivos a serviço em espetáculo de futebol, as penas que prescrever para os atletas. Caso tenham aplicação.

i) A tolerância do jogo proibido pelas regras de futebol sujeitará o árbitro a pena, que deverá ser graduada ascensionalmente na reincidência.

j) O árbitro não deverá manifestar-se em público, a respeito do desenvolvimento de competição desportiva que tenha dirigido, ou sobre outros ou alguns dos demais árbitros sujeitos à federação, principalmente se a manifestação envolver conceito relativo à competência ou à idoneidade.

k) As penas impostas aos árbitros, salvo a de expulsão, não deverão ser publicadas.

A lista de infrações desportivas que deveriam constar obrigatoriamente do código disciplinar de cada federação manifestava preocupação com o anti-jogo praticado por jogada brusca e proibida e com a reincidência, com as atitudes

inconvenientes de indisciplina, insubordinação ou insolência. Ainda recomendava a punição do atleta responsável pela tentativa ou prática de suborno. No entanto, a maioria dos princípios apresentados recaem sobre o comportamento do árbitro.

Os itens 34 e 35 da Resolução continuavam a enumerar regras para o código disciplinar a ser elaborado pelas federações, dos quais extraímos as seguintes preocupações:

O Código capitulará as regras de disciplina que a federação deverá impor às suas autoridades e as penas correspondentes às infrações. Na graduação das sanções relativas às entidades desportivas, ter-se-á em vista, também, que a pena não poderá produzir efeitos simultâneos ou continuados, que alterem a justa correspondência entre a falta e a punição. Assim, a pena imposta diretamente a uma associação deverá ser aplicada quando a gravidade incontestável do fato apurado justificar que os efeitos das sanções se estendam a todas as atividades desportivas sujeitas a uma federação. Entre as diferentes regras, a respeito, a federação considerará:

a) O quadro de atletas que abandonar o campo de competições esportivas ou que se desinteressar pela continuação de uma competição, será passível da pena de suspensão, afastamento do campeonato ou multa que corresponderá à percentagem da renda do jogo a que tiver direito a associação respectiva e que será por esta devida, em benefício da mesma federação;

b) Os responsáveis pela direção de quaisquer associações desportivas providenciarão, com o auxílio da polícia, se necessário, a fim de que, durante uma competição realizada em praça de desportos sujeita à sua administração, não se caracterize a prática de contravenções a que se refere o art. 40. Do Decreto-lei nº 3 688, de 3 de outubro de 1 941 (Lei das Contravenções Penais), cumprindo ao Tribunal de Penas interditar, pelo tempo que estabelecer, qualquer praça de desportos de associação filiada à federação, dentro da qual houver sido infringido, em grau de reincidência ao disposto na lei referida;

c) Será passível de pena a autoridade de uma associação que se manifestar em público, a respeito da conduta de um árbitro, sobretudo se não utilizar o direito,

que lhe deverá ser reconhecido, de representar contra toda irregularidade de que seja este último responsável, ainda que em competição desportiva da qual não participe a associação reclamante. Neste caso, feita a prova da infração do árbitro, a juízo do Tribunal de Penas, este punirá o infrator;

d) Estará sujeito a grave punição aquele que, direta ou indiretamente, induzir ou tentar induzir o atleta a proceder, em campo, de maneira desvantajosa para o quadro a que pertence;

e) Árbitro ou juiz de linha como propósito de persuadi-lo ao desempenho da função, por forma que assegure ou facilite a vitória de uma determinada associação. Apurada a infração, o responsável ficará inabilitado para ocupar cargo ou função em entidade desportiva e para ser sócio, atleta, dirigente, treinador, ou empregado a serviço dos desportos;

f) Se dos fatos compreendidos nas especificações das duas letras acima resultar a responsabilidade de alguma entidade desportiva, será esta suspensa e, no caso de reincidência, ser-lhe-á cassado pelo C.N.D. o direito de funcionamento.

ANEXO 5
ESTUDO COMPARATIVO DE
FUTEBOLISTAS INSCRITOS POR PAÍSES.

O quadro retratado abaixo revela estudo comparativo elaborado sobre dados levantados dos países participantes da fase final da Copa do Mundo de Futebol realizada na França, em 1998.

Os dados foram coletados em França 98 – Revista Oficial da XVI Copa do Mundo, sob a direção de Roberto Muylaert.

Países	População	Futebolistas Inscritos	Percentagem
Alemanha	82,0	6.000.000	7.31
Arábia Saudita	16,5	35.000	0.21
África do Sul	42,0	100.000	0.23
Argentina	35,0	800.000	2.28
Áustria	9,0	270.000	3.00
Bélgica	10,2	400.000	3.92
Brasil	164,0	577.000	0.35
Bulgária	9,0	50.000	0.55
Camarões	14,0	88.000	0.62
Chile	15,0	200.000	1.33
Colômbia	38,0	150.000	0.39
Coréia do Sul	45,0	740.000	1.64
Croácia	4,8	78.000	1.62
Escócia	5,3	150.000	2.83
Espanha	39,0	542.000	1.38
Estados Unidos	265,0	18.000.000	6.79
Dinamarca	5,2	340.000	6.53
França	58,5	2.000.000	3.41
Holanda	15,0	1.000.000	6.66
Inglaterra	48,0	1.500.000	3.12
Irã	62,0	300.000	0.48
Itália	57,0	1.300.000	2.28
Iugoslávia	10,4	126.000	1.21
Jamaica	2,5	10.000	0.40
Japão	126,0	900.000	0.71
Marrocos	26,0	88.000	0.33
México	95,0	1.000.000	1.05
Nigéria	104,0	61.000	0.05
Noruega	4,4	280.000	6.63
Paraguai	5,0	150.000	3.00
Romênia	23,0	250.000	1.08
Tunísia	9,0	30.000	0.33